

Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano

**POLÍTICAS PÚBLICAS E MULHERES TRABALHADORAS  
RURAS BRASILEIRAS**

Tese de doutorado submetida ao  
Programa de Pós-Graduação  
Interdisciplinar em Ciências Humanas  
da Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Doutora em Ciências Humanas.  
Orientadora: Profa. Dra. Mara Coelho  
de Souza Lago  
Coorientadora: Profa. Dra. Rosana de  
Carvalho Martinelli Freitas

Florianópolis  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lozano, Marie-Anne Stival Pereira e Leal. Políticas Públicas e Mulheres Trabalhadoras Rurais Brasileiras / Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano; orientadora, Mara Coelho de Souza Lago, coorientadora, Rosana de Carvalho Martinelli Freitas, 2017.

405 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Mulheres trabalhadoras rurais. 2. Políticas públicas. 3. Feminismos. 4. Agroecologia.

I. Lago, Mara Coelho de Sousa. II. Freitas, Rosana de Carvalho Martinelli. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Políticas Públicas e Mulheres Trabalhadoras Rurais Brasileiras.

Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano

*Políticas públicas e mulheres trabalhadoras rurais brasileiras*

Esta tese foi julgada adequada à obtenção do título de doutor em Ciências Humanas, e aprovada em sua versão final pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2018.



\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Mara Coelho de Souza Lago (orientadora)**



\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas (coorientadora)**



\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Carmen Rial**

Coordenador (a) do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

**Banca Examinadora:**

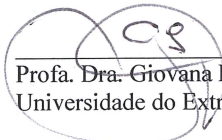


\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Mara Coelho de Souza Lago (orientadora)



**Profa. Dra. Carmen Rial**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (membro externo) <sup>UFSC/CEI</sup>  
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (participação por videoconferência)



\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro (membro externo)  
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC



\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa (membro interno) - UFSC



Este trabalho é dedicado à minha família e às diversas mulheres agricultoras  
desse país.



## AGRADECIMENTOS

Uma tese é feita em conjunto. Várias pessoas, grupos, núcleos e instituições nos dão suporte acadêmico, institucional e emocional ao longo do nosso trajeto tão solitário de escrita, solitário, porém nunca individual.

Tem um ditado maia que me acompanha desde muito jovem que diz que “a gratidão é a memória do coração”. Agradeço e guardo no coração todas as pessoas, núcleos e instituições que fizeram essa tese se tornar realidade, e, não sendo possível nomear a todos e todas nessas poucas páginas, presto um especial agradecimento a:

À Mara Coelho de Souza Lago, minha orientadora, que tão pacientemente e cheia de sabedoria, ao longo desses cinco anos me mostrou caminhos a serem percorridos, orientando-me na pesquisa e elaboração da tese, contribuindo para minhas reflexões com sua leitura atenta e apontamentos sempre precisos.

À Rosana de Carvalho Martinelli Freitas, minha coorientadora, por ter aceito fazer parte dessa investigação, para a qual muito contribuiu com suas reflexões e ensinamentos cuidadosos e esclarecidos, fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Ao Selvino Assmann, professor querido que tive o prazer de conviver, que me ensinou que as amizades são importantes nas nossas construções e que a ciência pode ser sim provocativa.

Às/Aos professoras/es Miriam Grossi, Javier Vernal, Joana Pedro, Teresa Lisboa e Luzinete Simões, por tão gentilmente sempre me apontarem leituras e reflexões que foram fundamentais na construção desse estudo.

Às professoras Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (UFPE), Giovana Jacinto Ilka Salvaro (UNESC) e Cátia Grisa (UFRGS), que aceitaram, juntamente com as professoras Teresa Kleba Lisboa e Luzinete Simões Minella do PPGICH/UFSC, a participarem como membros efetivos e suplentes de minha banca de defesa e puderam me apontar algumas questões sobre o trabalho que realizei, fazendo-me reforçar a importância de estudar trabalhadoras rurais.

A professora da Universidade da República (UDELAR) do Uruguai, Rossana Vitelli, que me apontou leituras e estudos sobre mulheres agricultoras latino-americanas e com quem pude conversar sobre os temas de minha tese.

À Iliana Raquel Pereyra, que me apresentou lideranças de mulheres agricultoras do Uruguai e que me levou para conhecer o mundo rural daquele país.

Às/os orientandos/as de Mara Lago com quem participei de grupos de estudos dentro do Núcleo Margens: Pedro, Jaqueline, Paulo, Lívia, Daniel, Geni, Adélia, Fred, Mariana e Yarlenis, e com quem pude aprender a partir dos seus olhares e discussões compartilhadas.

Ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e ao Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE/UFSC), espaços que trabalhei e que me permitiram ampliar e me aproximar das questões de gênero e das questões feministas.

A Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), e, em especial, à Raimunda Mascena, que me concederam informações sobre os grupos que pesquisei e que me permitiram participar de oficinas com as mulheres dos grupos selecionados pelo *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável de 2013*.

À Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que me permitiram participar de reuniões com lideranças de mulheres rurais da América Latina durante a V Marcha das Margaridas em 2015.

Às mulheres agricultoras dos grupos Raízes da Terra (Sobradinho/DF), Rede de Mulheres do Pajeú (Afogados da Ingazeira/PE), Associação das Mulheres Indígenas de Porto Cordeirinho (Benjamin Constant/AM), Associação de Comercialização Solidária Xique Xique (Mossoró/RN), Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras do Bico do Papagaio (São Miguel do Tocantins/TO), Grupo de Mulheres Artesãs Quilombolas do IDANNF (Campo dos Goytacazes/RJ), Pitanga Rosa (Chapecó/SC), Coletivo Mãe Terra (Jóia/RS) e do Grupo de Mulheres Produtoras de Polvilho e Beiju -



Mulheres do Beiju (Pedro Canário/ES), com quem pude conversar durante as oficinas da SPM.

À *Sebastiana, Calliandra, Marajoara Theobroma, Caena, Aroeira, Macela, Licurana* e todas agricultoras que entrevistei em campo, que me mostraram através da força que têm, a importância e as sutilezas do meu trabalho.

A meu pai, José Ricardo Leal Lozano, que com muito amor desde cedo me introduziu na leitura e na cultura latino-americana, e me mostrou a importância de lutar por um mundo mais justo.

A minha mãe, Regiane Stival Pereira, que sempre me apoiou emocionalmente e me mostrou como nossos trajetos são importantes.

A minha madrastra, Denizye Zacharias, que também de maneira muito afetuosa me mostrou desde cedo as subjetividades do ser humano.

A meus irmãos e irmãs, Marcello, Max, Adelle, Alessandra e Ronaldo, que sempre me amaram e me mostraram como amar dentro de nossas diferenças.

Às minhas sobrinhas e sobrinhos, Fernanda, Emilly, Cauã, Ana Clara, Vitória, Pedro e Johny, que me permitem ver o futuro crescendo e me fortalecem com suas novas ideias sobre o mundo.

A meu ex-companheiro Tarek Jradi, com quem estive durante quase uma década junto e que, em parte dessa tese, foi meu solidário parceiro.

Às amigas que fiz durante esse doutorado no PPGICH, que foram fundamentais para seguir acreditando no que estava fazendo e também me ensinando outras formas de ver a vida e as ciências que realizam, Melissa Barbieri, Marina Mujica, Ana Paula Soukef (minha eterna parceira de viagens), Luana Hexe, Eveline Pena, Cecília Seré, Raumar Giménez e Carla Rocha.

Às amigas que construí durante meu tempo de pesquisa no Uruguai, Emilia Calisto Echevete, Marco Aurélio Arruda e João Tatim,

que sempre tão gentilmente me receberam e me fizeram sentir acolhida na República Oriental.

À Pedro Silveira, amigo de Florianópolis que me abrigou quando estive em Recife fazendo campo e tão gentilmente me ajudou a entender um pouco da lógica daquela cidade.

Às amigas que me fortaleceram e fortalecem sempre, e que, de uma maneira ou de outra, guardo e levo comigo: Ana Liedke, Thais Fiorolli, Paola Miotto, Vilênia Aguiar, Cristhian Cajé, Nathália Cadore, Juliana Werlang, Jandra Cardoso, Rafaela Conte, Aglair Ruivo, Ana Maria/Alejandro Mujica, Carolina Dionísio, Linaia Palácio, Anna Amorim, Jonathan Pereira, Fernanda Castro, Carolina Lacerda, Fernanda Laranjeiras, Alice Liedke, Ariana Sala e Adriana Zimba.

Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, que me permitiu realizar essa pesquisa.

À UFSC por todo amparo acadêmico.

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina (FAPESC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou este estudo.

À psicóloga Patricia Boeing, que me fortaleceu nos momentos em que me senti mais desamparada e me ajudou a reconhecer a importância do meu trabalho e auto reconhecimento.

À gente do cerrado que ainda mora em meu coração. As pessoas de Florianópolis, Pernambuco e Montevidéu que pouco a pouco passaram também a habitar-me.

Muito obrigada por tudo. Vocês foram fundamentais nesse processo.

*Somos a rocha porosa na metate de pedra  
agachadas no chão.*

*Somos o rolo compressor, el maíz y agua,  
la masa harina. Somos el amasijo.*

*Somos lo molido en el metate.*

*Somos o comal fervente,  
a tortilla quente, a boca faminta.*

*Somos a rocha bruta.*

*Somos o movimento de moer,  
a poção misturada, somos el molcajete.*

*Somos o pilão, o comino, ajo, pimenta,*

*Somos o chile colorado,  
o broto verde que rompe a rocha.*

*Nós persistiremos.*

*(Gloria Anzaldúa)*



## RESUMO

Ainda que seletivas e seguindo recomendações internacionais, as políticas públicas voltadas para mulheres agricultoras no Brasil são o resultado das lutas dessas mulheres ao longo de muitos anos de militância nos movimentos sociais rurais do país. Nessa tese, traço um panorama da construção de políticas públicas voltadas para as mulheres rurais brasileiras, procurando trazer o pensamento feminista para discutir tal atuação, assim como evidenciar o protagonismo destas agricultoras na produção da agroecologia. Fazendo uso da perspectiva etnográfica como inspiração de pesquisa, analiso como as políticas públicas brasileiras são percebidas por mulheres de dois grupos de agricultoras contemplados pelo *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável*, ação governamental promovida em 2013 pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Foram estudados os grupos *Raízes da Terra*, em Sobradinho/DF e *Rede de Mulheres do Pajeú*, em Afogados da Ingazeira/PE. Tive como objetivo escutar as vozes das mulheres dos referidos grupos, para verificar quais de suas demandas estão sendo atendidas por políticas públicas voltadas para trabalhadoras rurais no país e quais dessas políticas precisam ser aprimoradas para se tornarem efetivas, eficazes e capazes de potencializar autonomia das mulheres. Pude perceber que todas as mulheres rurais brasileiras precisam ser contempladas por políticas que garantam seus direitos de cidadãs, e para isso é necessária a consideração de todas as diferenças que contribuem para suas vulnerabilidades particulares. As perspectivas interdisciplinar e interseccional foram importantes para esta pesquisa, assim como ensinamentos dos feminismos descoloniais. De acordo com os relatos das mulheres entrevistadas, as políticas públicas nacionais devem incorporar as demandas de grupos de mulheres rurais muito diversificados e também os diferentes feminismos praticados no país precisam estar atentos a essas diferenças, no sentido de possibilitar transformações empoderadoras das mulheres. A militância em movimentos sociais e a construção de coletivos de mulheres revelou-se fator importante para que pudessem falar e demonstrar sua agência de sujeitos sociais de direitos que precisam ser escutados.

**Palavras-chave:** Mulheres Trabalhadoras Rurais. Políticas públicas Feminismos. Agroecologia.



## ABSTRACT

Although selective and following international recommendations, the public policies directed at women farmers in Brazil are the result of the struggles of these women over many years of militancy in the rural social movements of the country. In this thesis, I outline an overview of the construction of public policies aimed at Brazilian rural women, seeking to bring the feminist thought to discuss such action, as well as highlighting the role of these rural women in the production of agroecology. Making use of the ethnographic perspective as a research inspiration, I analyze how Brazilian public policies are perceived by women from two groups of women farmers contemplated by the *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável*, a government action promoted in 2013 by the Secretariat for Policies for Women (SPM) in partnership with the Ministry of Development Agrarian (MDA). It were studied the groups *Raízes da Terra* in Sobradinho / DF and *Rede de Mulheres do Pajeú* in Afogados da Ingazeira / PE. It aimed to listen to the voices of the women of these groups, to verify which of their demands are being attended by public policies aimed at rural women workers in the country and which of these policies need to be improved to become effective, efficacious and capable of empowering women. I realize that all Brazilian rural women need to be covered by policies that guarantee their rights as citizens, and for this it is necessary to consider all the differences that contribute to their particular vulnerabilities. The interdisciplinary and intersectional perspectives were important for this research, as well as the learnings of the decolonial feminisms. According to the reports of the women farmers interviewed, national public policies must incorporate the demands of very diverse rural women's groups, and also the different feminisms practiced in the country need to be attentive to these differences, in order to enable changes empowering women. The militancy in social movements and the construction of women's collectives proved to be an important factor so that they could speak and demonstrate their agency of social subjects of rights that need to be listened to.

**Keywords:** Rural Women. Public Policies. Feminisms. Agroecology.





## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Finalistas do *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável* de 2013.

Quadro 2: Ganadoras do *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável* de 2013.

Quadro 3: Estrutura dos grupos premiados pelo *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* 2013.

Quadro 4: Avanços relatados pelas mulheres trabalhadoras rurais participantes da Oficina *Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* da SPM.

Quadro 5: Desafios apontados pelas mulheres trabalhadoras rurais participantes da Oficina *Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* da SPM.

Quadro 6: Dificuldades apontadas pelas mulheres trabalhadoras rurais participantes da Oficina *Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* da SPM.

Quadro 7: Estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil segundo as Grandes Regiões.



## LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A: Artigos encontrados na *SciELO* utilizando o termo Mulheres Rurais

Apêndice B: Artigos encontrados na *SciELO* utilizando o termo Mulheres Trabalhadoras Rurais

Apêndice C: Artigos encontrados na *SciELO* utilizando o termo Mulheres Camponesas

Apêndice D: Artigos encontrados na *SciELO* utilizando o termo Mulheres Agricultoras

Apêndice E: Artigos encontrados na *SciELO* utilizando o termo Mulheres Extrativistas

Apêndice F: Artigos encontrados na *SciELO* utilizando o termo Mulheres Pescadoras

Apêndice G: Artigos encontrados na *SciELO* utilizando o termo Mulheres Assentadas Rurais

Apêndice H: Conferências Nacionais que impactaram as Mulheres Trabalhadoras Rurais brasileiras

Apêndice I: Panorama das Principais Legislações, Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Ações e Programas Governamentais que afetaram e afetam a vida das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil (1827 – 2017)



## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo A: Edital do *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável*

Anexo B: Programação da Oficina ocorrida em Brasília com os Grupos selecionados pela *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável*



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AAO – Associação da Agricultura Orgânica  
AEGRE – Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia  
AIMTR SUL – Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul  
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia  
ASTRAF/DF – Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Distrito Federal  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
BSM – Brasil Sem Miséria  
CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais  
CBA – Congresso Brasileiro de Agroecologia  
CEASA – Centrais Estaduais de Abastecimento  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CEM – Conselho Estadual da Mulher  
CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
CMN – Casa da Mulher do Nordeste  
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher  
CNMTR – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres  
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CONCUT – Congresso Nacional da CUT  
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura  
CPF – Cadastro de Pessoa Física  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT – Central Única de Trabalhadores  
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DAP-I – Declaração de Aptidão ao PRONAF Índigena  
DAWN – Development Alternatives with Women for a New Era  
DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres  
DETRAE – Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo

DF – Distrito Federal  
ECO-92 – Conferência Mundial da ONU do Meio Ambiente e Desenvolvimento  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia  
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations  
FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino  
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
FETAG RS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul  
FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras da Agricultura Familiar  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FMB – Federação de Mulheres do Brasil  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FRS – Fundo Rotativo Solidário  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
GDE – Gênero e Diversidade na Escola  
GDF – Governo do Distrito Federal  
GED – Gênero em Desenvolvimento  
G-7 – Grupo do Sete Países  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços  
IEG – Instituto de Estudos de Gênero  
IFETs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia  
IBRAM – Instituto Brasília Ambiental  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INMUJERES – Instituto Nacional de las Mujeres  
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IR – Imposto de Renda  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário



MEC – Ministério da Educação  
MED – Mulheres em Desenvolvimento  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco-Babaçu  
MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras  
MMA/SC – Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina  
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas  
MMM – Marcha Mundial de Mulheres  
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais  
MMTR/NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste  
MMTR/RS – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul  
MST – Movimento dos Sem-Terra  
MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
MT – Ministério do Trabalho  
OCS – Organização de Controle Social  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável  
PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher  
PANCs – Plantas Alimentícias Não-Convencionais  
PAPA/DF – Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal  
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PE – Pernambuco  
PBF – Programa Bolsa-Família  
PFZ – Programa Fome Zero  
PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural  
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
POPMR – Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais  
PPGICH – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONAF AGRIF – PRONAF voltado para o Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar  
PRONAF ECO – PRONAF voltado para o Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental  
PRONAF Mulher – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar voltado para Mulheres  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTCR – Programa de Transferência Condicionada de Renda  
REF – Revista de Estudos Feministas  
RGP – Registro Geral de Pesca  
SCIELO – Scientific Electronic Library Online  
SDH – Secretaria de Direitos Humanos  
SEAGRI/DF – Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
UDELAR – Universidad de la República Uruguay  
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina  
UDR – União Democrática Ruralista  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>MEUS CAMINHOS DE PESQUISA</b> .....	<b>39</b>
1.1 A etnografia .....	41
1.2 As mulheres rurais no Banco de Dados da <i>SciELO</i> .....	45
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>PENSANDO POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA MULHERES TRABALHADORAS RURAIS LATINO-AMERICANAS E CARIBENHAS ATRAVÉS DOS PENSAMENTOS FEMINISTAS E DESCOLONIAL</b> .....	<b>61</b>
2.1 A importância dos pensamentos feministas e descolonial na análise de ações governamentais.....	62
2.2 A influência de organismos internacionais na construção de políticas para mulheres brasileiras.....	65
2.3 Conferências Regionais das Mulheres Latino-Americanas e Caribenhas e a construção de políticas para mulheres na região.....	79
2.4 Conferências Nacionais que influenciaram a construção das demandas das mulheres trabalhadoras rurais no país.....	89
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS BRASILEIRAS</b> .....	<b>109</b>
3.1 Panorama das políticas públicas voltadas para mulheres trabalhadoras rurais construídas no Brasil.....	110
3.2 Políticas transversais e específicas que trouxeram benefícios para as mulheres trabalhadoras rurais no Brasil.....	149
3.3 <i>Marcha das Margaridas</i> : vozes de mulheres trabalhadoras rurais brasileiras .....	156
3.4 As mulheres trabalhadoras rurais, o trabalho que realizam, a agroecologia e o ecofeminismo.....	174

<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>A PESQUISA DE CAMPO: ENTRE GRUPOS PREMIADOS, CONVIVENDO COM TRABALHADORAS RURAIS.....</b>	<b>183</b>
4.1 Oficinas da SPM e mulheres trabalhadoras rurais que produzem o Brasil Sustentável.....	190
4.2 Os grupos pesquisados: minhas andanças por duas regiões do país.....	217
4.2.1 Grupo de Mulheres Raízes da Terra (Assentamento Chapadinha) - Sobradinho / DF: “ <i>Nós somos da terra mesmo</i> ” .....	219
4.2.2 Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú (Afogados da Ingazeira/PE): “ <i>Ser mulher na região do Pajeú é antes de tudo resistência</i> ” .....	260
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>307</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>319</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>353</b>
Apêndice A: Artigos encontrados na ScIELO utilizando o termo Mulheres Rurais.....	353
Apêndice B: Artigos encontrados na ScIELO utilizando o termo Mulheres Trabalhadoras Rurais.....	360
Apêndice C: Artigos encontrados na ScIELO utilizando o termo Mulheres Camponesas.....	361
Apêndice D: Artigos encontrados na ScIELO utilizando o termo Mulheres Agricultoras.....	363
Apêndice E: Artigos encontrados na ScIELO utilizando o termo Mulheres Extrativistas.....	365
Apêndice F: Artigos encontrados na ScIELO utilizando o termo Mulheres Pescadoras.....	366
Apêndice G: Artigos encontrados na ScIELO utilizando o termo Mulheres Assentadas Rurais.....	367
Apêndice H: Conferências Nacionais que impactaram as Mulheres Trabalhadoras Rurais brasileiras.....	368
Apêndice I: Panorama das Principais Legislações, Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Ações e Programas Governamentais que afetaram	

e afetam a vida das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil (1827 – 2017).....378

**ANEXOS ..... 399**

Anexo A: Edital do *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável*.....399

Anexo B: Programação da Oficina ocorrida em Brasília com os Grupos selecionados pela *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável*.....405



## INTRODUÇÃO

As políticas públicas brasileiras voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais são frutos da organização e luta dessas mulheres, apesar de também receberem influências dos mecanismos político-econômicos internacionais. Nessa tese, analiso políticas públicas voltadas para mulheres trabalhadoras rurais brasileiras considerando-as como ações realizadas pelo Estado ao implementar um projeto de governo ou implementadas para cumprir legislação anterior ao governo em vigência – como as emendas constitucionais, por exemplo – através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade (HOFLING, 2001).

De acordo com Francisco Heidemann (2009), as políticas públicas podem ser entendidas também como ações e decisões realizadas pelos governos em conjunto com a sociedade e o mercado. O mercado aparece como elemento importante na construção de políticas, ditando quais deveriam ser privilegiadas em determinado momento.

Para Mario Pecheny e Rafael De La Dehesa (2009), o fato das políticas públicas definirem a distribuição (e procedimentos de distribuição) de bens e prerrogativas acabaria por implicar na inclusão e na exclusão de pessoas em determinadas categorias, definindo de tal maneira quem são aqueles/as cidadãos/ãs que podem acessar (ou não) determinados benefícios. As políticas públicas atendem àquelas/es que satisfazem a seus critérios, excluindo do acesso às mesmas todas/os aquelas/es que não o fazem.

As políticas públicas brasileiras, mesmo fundamentadas nas políticas de assistência social (que inicialmente estariam voltadas para quem não estava inserido no mercado de trabalho, mas que a partir de um determinado momento começaram a abranger também os segmentos incorporados ao trabalho formal), foram se tornando historicamente seletivas e com um caráter fortemente tecnocrata e burocratizado (RIZOTTI, 2001).

Ainda que incorporando alguns desses aspectos as políticas públicas voltadas para as mulheres brasileiras são resultado de várias frentes de lutas e conquistas dos diferentes movimentos de mulheres no país (BRUMER, 2004; GODINHO e SILVEIRA, 2004; HEREDIA e CINTRÃO, 2006). As políticas dirigidas especificamente para mulheres rurais (agricultoras, trabalhadoras rurais, camponesas, indígenas, pescadoras, extrativistas, quilombolas) não são diferentes. Embora essas mulheres tenham trilhado trajetórias de exclusão, também as têm enfrenta-

do através da militância e do trabalho árduo, para conseguirem se fazer escutadas em parte de suas demandas ainda insatisfeitas pelo Estado.

Segundo Celecina de Maria Veras Sales (2007), foi a partir da participação em movimentos sociais, principalmente após a década de 1980 – momento do final da ditadura e da reabertura política do país em que começaram a realizar encontros nacionais, marchas, campanhas para conquistar mais direitos – que as mulheres trabalhadoras rurais apareceram como sujeitos políticos no Brasil, rompendo a sua até então invisibilidade enquanto trabalhadoras.

Inspirando-me na proposta da reativação e recuperação dos *saberes dominados* de Michel Foucault (1979) e na proposta dos *saberes localizados* de Donna Haraway (1991), pretendi nesse estudo entender a trajetória dos movimentos feministas brasileiros na construção de políticas públicas voltadas para as demandas locais e regionais de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil. Partindo da análise da ação governamental intitulada *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável*, ocorrida em 2013, como ponto de partida para análise de políticas voltadas para as trabalhadoras rurais brasileiras, fiz uso da etnografia como inspiração metodológica para realizar pesquisa de campo, com observações e entrevistas em dois dos grupos contemplados pelo referido *Prêmio*.

Segundo Foucault (1995), a partir das reinterpretações é possível dar visibilidade a histórias ocultas e a diferentes formas de encadeamento das mesmas, assim como a várias ideologias, permitindo a emergência de novos recortes e limites possíveis. Nesse sentido, incorporo a perspectiva feminista de Haraway (1991) que procura fazer aparecer essas outras histórias, buscando assim revelar saberes entendidos como dominados e valorizar os saberes locais, saberes que focalizam os sujeitos como protagonistas do conhecimento. Adotando essas perspectivas feministas de se fazer pesquisa, procurei nesse estudo dar enfoque às diferentes realidades vivenciadas por mulheres rurais brasileiras, propondo sua discussão.

Tive como questão norteadora dessa pesquisa buscar analisar políticas públicas no Brasil voltadas para mulheres trabalhadoras rurais. Para tanto, realizei investigação com grupos produtivos de agricultoras contempladas pelo *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* de 2013<sup>1</sup>, propondo-me, através da escuta de mulheres com

---

1

O *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável* é uma ação governamental promovida pelas já extintas Secretaria de Políticas para as



quem conversei em campo, trazer suas principais demandas para essa tese.

Muitos alegam que fazer da ciência um modo de praticar pesquisa militante pode significar a própria perda da neutralidade da ciência. Mas essa neutralidade é possível? Acredito que não, já que, até mesmo a escolha de um determinado objeto de pesquisa é um ato político. Gayatri Chakravorty Spivak (2014) acredita ser de extrema importância desafirmos os discursos e crenças hegemônicas presentes na atualidade, possibilitando a existência de uma teoria crítica intervencionista, engajada e contestadora. Para Spivak, seria impossível explicitar qualquer ato de resistência em nome dos subalternos, sem que esses sejam invocados a um espaço onde possam falar e serem ouvidos no que dizem. Para essa autora, deve-se questionar o lugar do/a investigador/a<sup>2</sup> e da própria ciência (que deve estar atenta aos resultados que produz), visto que muito do que é produzido pela ciência hegemônica, atua como cúmplice dos próprios interesses comerciais do mundo ocidental, capitalista, antropocêntrico e patriarcal.

Politizo meu discurso enquanto mulher, brasileira, goiana, filha de imigrante latino-americano e pesquisadora refletindo sobre a contínua presença das mulheres nas mais variadas ocupações profissionais, ocupando importantes lugares de decisão e de influências em diferentes cul-turas, épocas e sociedades. Mais ainda, objetivo tentar verificar se e de que modo essa presença acabou por influenciar a construção de políticas públicas voltadas para as mulheres no Brasil, focando meu olhar nas mulheres trabalhadoras rurais, que por décadas não estiveram inseridas nos programas governamentais. Incorporando a proposta de Spivak (2014), procurei nesse estudo escutar a voz de mulheres rurais com quem conversei, buscando traduzir e transcrever/publicizar alguns de seus olhares e de algumas de suas demandas.

\*\*\*

---

Mulhe-res (SPM) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que procurou premiar grupos produtivos de mulheres rurais do campo, das águas e da floresta que contribuíram para o desenvolvimento rural do país em 2013 (SPM, 2012).

2 Adotando a perspectiva feminista de revelar a participação das mulheres nos mais variados papéis, nessa pesquisa irei adotar os sufixos a(s)/o(s) quando de-signar os sujeitos.

De acordo com Andrea Butto (2011), as principais políticas responsáveis pela promoção dos direitos econômicos e da autonomia das mulheres rurais no país tratam do direito à terra, do direito à documentação civil e trabalhista, do acesso a linhas específicas de crédito, a políticas de comercialização e de organização produtiva. Nas duas primeiras décadas do século XXI foram produzidas no Brasil políticas públicas e programas do governo que buscaram focar a questão da autonomia das mulheres de modo mais transversal, como o *Programa Bolsa-Família* (PBF) e o *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA), dirigidos a populações urbanas e rurais, e alguns outros voltados mais diretamente às mulheres rurais, como o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar voltado às mulheres* (PRONAF Mulher), a *Apoentadoria para a mulher rural*, o *Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais* (POPMR), *ATER para Mulheres* e o *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável*, entre outros.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006<sup>3</sup> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), das 16.567.544 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários no país (incluindo produtores/as, seus/suas familiares e empregados/as temporários/as ou permanentes), 30,5% eram mulheres, o que correspondia a aproximadamente 4,8 milhões de mulheres ocupadas com agricultura (familiar ou não) naquele momento. Essa amostra não é completamente precisa; ou, parafraseando José Eli da Veiga<sup>4</sup> (2002, citado por WANDERLEY, 2011), o Brasil é menos urbano do que se calcula. De acordo com este autor, um dos problemas das definições utilizadas pelo IBGE, que distinguem zonas urbanas das rurais, é que tal concepção acaba reduzindo o rural às áreas de população escassa e dispersa e desprovidas de equipamentos e serviços locais. Segundo o IBGE, portanto, as áreas rurais são aquelas que não são urbanas, ocultando diversas experiências e populações rurais que vivem no perímetro urbano ou em pequenos distritos do país. De fato,

---

3 Até 2017, o Censo Agropecuário de 2006 foi o último censo realizado nas áreas rurais do país. De acordo com o IBGE (2017), o Censo mais atualizado da população rural começou a coletar dados em outubro de 2017. Segundo Mônica Bergamo (2017), o Censo Agro foi afetado pelos cortes orçamentários governamentais, tendo reduzido o número de recenseadores (de 80 mil previstos para 24 mil) e encolhido o questionário, que não incorporou questões sobre o uso de agrotóxicos, ou de raça, por exemplo.

4 VEIGA, José Eli. *Cidades imaginárias - O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

existem diversas agricultoras nos perímetros urbanos que por sua localização percebida como privilegiada, acabam não reconhecidas pelos critérios de políticas voltadas para a população caracterizada como rural.

Discutir as relações que se estabelecem entre políticas públicas e mulheres trabalhadoras no mundo rural não pode ser percebido como tarefa fácil, até porque essas relações por si só são bastante complexas. Complexas porque acabam relacionando diferentes variáveis, desde a concepção das políticas voltadas para mulheres no país, dos papéis tradicionalmente imposto às mulheres na sociedade, como também pela exclusão com que a população rural ainda é tratada em algumas esferas go-vernamentais.

Considerando tal desafio, desenvolvi essa tese. A mesma foi realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), inserindo-se na área de concentração em *Estudos de Gênero* e na linha de pesquisa *Gênero e Suas Inter-Relações com Geração, Etnia, Classe*, onde propus analisar políticas públicas brasileiras voltadas para mulheres trabalhadoras rurais com ênfase nas políticas construídas nos últimos 15 anos no país (2002 – 2017).

Na análise de campo realizada centrei-me na observação de dois diferentes grupos de mulheres trabalhadoras rurais integrantes de organizações produtivas ou associações e cooperativas, um no Nordeste e outro no Centro-Oeste do país, trazendo suas falas para esse estudo. Os grupos selecionados foram contemplados pelo *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável* no ano de 2013, o qual objetivava visibilizar projetos que se destacaram por sua viabilidade econômica, social, cultural e/ou ambiental, cuja composição apresentasse um mínimo de 70% de mulheres e que tivessem a presença de mulheres na sua direção geral.

Foram alguns dos objetivos específicos dessa tese: demonstrar recomendações de organismos internacionais e de conferências nacionais na construção de políticas públicas voltadas para mulheres trabalhadoras rurais no Brasil; realizar um mapeamento de políticas públicas que afetam direta e indiretamente essas mulheres no país; e, por último, analisar dois grupos de mulheres rurais de diferentes regiões brasileiras atendidos pela ação governamental mencionada, buscando destacar perspectivas singulares de cada grupo quanto ao significado dessa premiação.

A tese está estruturada em quatro capítulos, além da introdução e das conclusões possibilitadas pelas reflexões sobre a pesquisa realizada. No **Capítulo I – Meus caminhos de pesquisa**, relato a realização do trabalho de campo, refletindo sobre o método de pesquisa etnográfico no qual me inspirei e apresentando a trajetória que percorri. Nesse capítulo trouxe ainda o levantamento realizado no Banco de Dados da *SciELO*, com as publicações sobre mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, para buscar definir sobre como as mesmas são retratadas em artigos publicados no país nas últimas duas décadas.

No **Capítulo II – Pensando políticas públicas voltadas para mulheres trabalhadoras rurais latino-americanas e caribenhas através dos pensamentos feministas e descolonial** apresento as influências das recomendações político-econômicas internacionais e das conferências nacionais dos movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais, na construção de políticas voltadas para estas mulheres no país, valendo-me das perspectivas feminista e descolonial para refletir sobre tais influências. Aqui busquei recuperar as principais recomendações das 13 conferências regionais da *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL) e da *Organização das Nações Unidas* (ONU) para mulheres latino-americanas e caribenhas, principalmente aquelas voltadas para as trabalhadoras rurais. Nesse capítulo ainda recupero as principais conferências nacionais organizados pelos coletivos de mulheres trabalhadoras rurais buscando demonstrar que grande parte de suas demandas já estão presentes há mais tempo na história desse país. Direitos trabalhistas, previdenciários, direito à terra, direito a decidir sobre seu próprio destino, direito a existir enquanto mulheres trabalhadoras da/na terra.

Traço um panorama da construção de políticas públicas voltadas para as mulheres rurais no **Capítulo III – A construção de políticas públicas voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras**, onde apresento práticas das políticas brasileiras, específicas e transversais, que afetam as trabalhadoras rurais no país, recuperando parte de suas demandas atuais divulgadas pela *V Marcha das Margaridas*, em 2015, e também o protagonismo dessas mulheres na produção da agroecologia brasileira. Aqui busquei retratar a construção de políticas públicas nacionais voltadas para a população do campo e para mulheres, tentando recuperar os principais aparatos governamentais construídos de atendimento a tais mulheres. Resgato ainda nesse capítulo as principais demandas de diferentes mulheres trabalhadoras rurais brasileiras – de distintas regiões, etnias, localidades e faixas etárias – ao trazer as de-

mandas que trouxeram para a Marcha, buscando apontar questões que ainda precisam ser resolvidas. Os capítulos II e III serviram para me ajudar a mapear as principais recomendações, demandas, práticas e questões ainda não resolvidas que atingem as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras como um todo. Com esse constructo teórico pude me aproximar do que iria encontrar em campo.

Meu trabalho de campo está descrito no **Capítulo IV - A pesquisa de campo: entre grupos premiados, convivendo com trabalhadoras rurais**, onde apresento o *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* e os grupos produtivos de mulheres rurais selecionados e premiados, assim como meus primeiros contatos com estes grupos, participando de Oficina promovida pela SPM em Brasília em dezembro de 2014. Nesse capítulo narro observações e análises quando visitei, entrevistei e convivi ao longo de 2015 e também 2016 com mulheres responsáveis pela gestão de dois destes grupos, trazendo suas falas para esse estudo. Busquei me centrar na maneira como as políticas públicas brasileiras são percebidas pelas mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas, verificando a que ponto suas demandas estavam sendo atendidas e de que modo tais políticas ainda precisavam ser aprimoradas para se tornarem efetivas, eficazes e capazes de potencializar a autonomia das mulheres atendidas pelas mesmas.

Ao transcrever alguns dos principais apontamentos que as trabalhadoras rurais me fizeram, preocupe-me em traduzir sua diversidade de olhares, nomeando-as com nomes de flores e plantas nativas seguindo os biomas de suas origens, homenageando assim *Margarida Alves* e seu projeto político enquanto viva. São falas das Margaridas que escutei e busquei trazer nos relatos de *Calliandra*, *Sebastiana*, *Marajoara*, *Theobroma*, *Macela*, *Aroeira*, entre tantas outras mulheres com quem interagi durante este processo de estudos. Ao recuperar a vegetação nativa em minha poética enquanto pesquisadora, tentei resgatar a valorização de conhecimentos e saberes locais, traduzidos de certa maneira pela própria valorização dessa vegetação nativa, que é também o que propõe a agroecologia, método que os grupos que pesquisei adotavam e que busca a revalorização de saberes localizados. Foram realizadas no total 42 interlocuções com mulheres trabalhadoras rurais de diferentes partes do país e da América Latina, em conversas informais muitas delas, em entrevistas rápidas, algumas, sendo que entrevistas de profundidade, foram apenas aquelas 11 realizadas com as mulheres dos grupos selecionados para essa pesquisa.

A tese conta ainda com as referências utilizadas; os apêndices que mapeio a produção de artigos sobre mulheres rurais, mulheres trabalhadoras rurais, camponesas, agricultoras, pescadoras e extrativistas que levantei na Base de Dados da *SciELO*; as principais conferências nacionais que afetaram as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras e também o panorama das principais ações governamentais voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais desde o Brasil República até os tempos atuais; os anexos contendo o edital do *Prêmio* e a programação da oficina da SPM de que participei;

Finalizo a tese com minhas **Considerações** a respeito da investigação realizada sobre políticas públicas voltadas para mulheres trabalhadoras rurais e para toda a população rural brasileira, bastante preocupada, como as mulheres que entrevistei, sobre o desinvestimento em muitas dessas ações governamentais no momento político atual do país.

## CAPÍTULO I

### MEUS CAMINHOS DE PESQUISA

Meu interesse por políticas públicas voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais surgiu a partir de uma investigação que realizei durante meu mestrado (2011) em Administração na UFSC, onde me aproximei dos estudos das unidades de agricultura familiar e de suas ferramentas de gestão e decisão dentro do *Núcleo Interdisciplinar em Custos e Gestão*. Se a princípio esse estudo parecia mais voltado para extensionistas e suas técnicas quantitativas de gestão, os resultados com os quais me deparei, despertaram meu interesse para os diferentes papéis das mulheres nos processos decisórios das unidades agrícolas.

Minha proposta de trabalho durante o mestrado<sup>5</sup> buscou estruturar uma ferramenta de gestão que possibilitasse mensurar se os valores mais subjetivos que os/as agricultores/as julgavam como fundamentais para suas famílias estavam sendo alcançados. Para a identificação das categorias de análise utilizei como ponto de partida a proposta de empoderamento de John Friedmann (1998) que apresenta “caminhos” disponíveis para tanto, indicando a construção de um desenvolvimento centrado nas pessoas e em harmonia com o meio ambiente. De acordo com Friedmann, seria a partir das unidades domésticas que se poderia iniciar os processos de empoderamento pessoal.

Por meio de entrevistas com professoras/es de diversos programas (Educação, Administração, Antropologia, Sociologia, Agroecossistemas e Agronomia) da UFSC e da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC); com técnicas/os extensionistas agropecuárias/os da *Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina* (EPAGRI) e do *Centro de Estudos e Promoção da Agricultura Familiar* (CEPAGRO); e também da observação etnográfica de uma família de agricultores/as catarinenses no município de São Bonifácio em Santa Catarina, fui identificando objetivos considerados como fundamentais em pequenas unidades agrícolas familiares, teorizando que os mesmos deveriam ser os condutores das estratégias dessas famílias. Esses objetivos seriam os seguintes: uma preocupação com a qualidade de vida,

---

5 LOZANO, Marie-Anne Stival Pereira e Leal. *Ferramentas de gestão e de apoio à tomada de decisão das unidades de agricultura familiar*. Florianópolis: UFSC, 2011. Dissertação de Mestrado. (Pós-Graduação em Administração).

com a oportunidade de melhoria de vida para as/os filhas/os, com a sustentabilidade ambiental, com a segurança econômica da família e com o escoamento da produção (LOZANO, 2011).

Durante a realização destas entrevistas pude perceber a invisibilização dessas mulheres com relação à sua participação no trabalho agrícola. Ouvindo reclamações e contestações que foram aparecendo nos discursos das interlocutoras, fui percebendo como elas também se articulavam com outras mulheres de suas comunidades para reivindicar os mais diversos direitos e demandas.

A primeira pessoa a me trazer tal questão foi a professora do Departamento de Sociologia Política da UFSC, Maria Inez Paulilo, durante uma entrevista que realizei com ela sobre as principais dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, momento em que pude perceber algumas das dificuldades das mulheres trabalhadoras rurais no país, especialmente em relação ao acesso à terra. Os professores Paul Richard Momsen Miller, Ademir Cazella e Valmir Stropassolas do Centro de Ciências Agrárias da UFSC também foram importantes nessa jornada pela recomendação de leituras sobre desenvolvimento sustentável no meio rural e acerca da pequena produção familiar. Posteriormente, em 2011, busquei cursar disciplinas do PPGICH ministradas pelas professoras Mara Coelho de Souza Lago e Miriam Pillar Grossi, que não somente me introduziram na temática dos estudos feministas, abrindo horizontes e caminhos (e também alguns livros), como me fizeram elaborar melhor as sementes iniciais de minha proposta.

Em 2012 comecei a trabalhar no curso de extensão *Gênero e Diversidade na Escola* (GDE), promovido pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), e executada pelo *Instituto de Estudos de Gênero* (IEG) da UFSC, onde pude me aproximar dos debates envolvendo assuntos relacionados às disparidades de gênero, raça e etnia, entre outras – algo até então recente na minha trajetória. Discussões sobre a constituição dos feminismos e dos movimentos de mulheres, assim como da constituição de algumas políticas de gênero e de movimentos sociais no país foram particularmente significativas para as reflexões inicialmente propostas por mim.

O GDE foi também um local que me permitiu estabelecer novas leituras e discussões, afinal a base do curso estava localizada no próprio



IEG, que sedia também a edição da Revista Estudos Feministas (REF<sup>6</sup>). A partir de 2015 o curso GDE começou a ser ofertado em caráter de especialização, onde fiquei responsável pela coordenação do ambiente virtual de ensino do curso. Parte dessas leituras e dessas novas temáticas foi importante para minha formação inicial nos estudos de gênero, inspirando reflexões e questionamentos que procuraram integrar novas questões àquelas que tinha ao final do meu mestrado.

As reflexões que fazia naquele momento sobre as mulheres trabalhadoras rurais acabaram sendo contempladas em um edital<sup>7</sup> promovido pela SPM no final de 2012, e provocaram-me alguns *insights*, servindo-me de material para esboçar o então projeto de pesquisa. Para procurar compreender de que maneira as políticas públicas nacionais voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais as afeta(ra)m, procurei analisar dois grupos produtivos de mulheres contemplados pelo edital, o *Grupo de Mulheres Raízes da Terra* em Sobradinho, no Distrito Federal, e a *Rede de Mulheres do Pajeú*, em Afogados da Ingazeira em Pernambuco, valendo-me do método etnográfico – que explico a seguir – como instrumento utilizado para a pesquisa de campo.

### 1.1 A etnografia

O método etnográfico de pesquisa, segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1998) segue diferentes etapas, centradas no (1) olhar, no (2) ouvir e no (3) escrever. O olhar seria a primeira experiência do/a pesquisador/a em campo, mas não um olhar qualquer e sim o olhar etnográfico, olhar domesticado teoricamente pelas disciplinas que o/a formaram como pesquisador/a e que lhe permitem observar determinados ângulos das dinâmicas sociais que pesquisa. O ouvir etnográfico, por sua vez, é para o autor um ouvir especial decorrente de uma relação dialógica estabelecida em que pesquisador/a e pesquisada/o se tornam interlocutoras/es. Sendo dialógico, então o ouvir etnográfico se propõe que ambos/as as/os interlocutores/as troquem aprendizados entre si. Se olhar e

---

6 A REF tem o objetivo de divulgar a vasta produção de conhecimento no campo dos estudos feministas e de gênero, buscando dar subsídios aos debates teóricos nessa área, bem como instrumentos analíticos que possam contribuir às práticas dos movimentos de mulheres. Para saber mais, veja em: <<http://www.scielo.br/revistas/ref/paboutj.htm>>.

7 *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* (SPM, 2012).

ouvir são atividades preliminares fundamentais no trabalho de campo, a importância do ato de escrever estaria na elaboração do produto final do trabalho, realizado a posteriori. O escrever etnográfico depende tanto do registro das interlocuções que resultam das entrevistas etnográficas, quanto dos registros nos diários de campo, das observações do que se viu, viveu e ouviu no convívio com o/a outro/a durante a pesquisa empírica.

Iniciei meu caminho etnográfico em dezembro de 2014, participando de uma Oficina (Anexo B) promovida pela SPM em Brasília onde pude me aproximar de grupos de mulheres contemplados pelo *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável*, participando de dinâmicas, místicas e discussões, conversando, fotografando, observando, e por vezes pensando juntas. Passei dois dias conversando com essas mulheres e escutando algumas de suas histórias. Mulheres de diversas raças e etnias, de diversas religiões e regiões do país e em sua maioria com mais de 30 anos (e muitas para lá dos seus 50 anos de idade).

Ao decidir entrevistar as trabalhadoras rurais presentes, elaborei um roteiro e me aproximei delas, procurando identificá-las e obtendo informações sobre seus grupos. A idéia era que fazendo esse contato prévio, além da participação na oficina em si, no momento que decidisse entrar em contato para poder visitá-las em suas unidades, elas também soubessem quem eu era, ou ao menos lembrassem de mim. No roteiro elaborado ali mesmo na oficina, procurava identificar as seguintes questões: (1) Nome; (2) Localidade onde viviam (município / Estado); (3) Informações sobre o grupo – tempo de existência, o quê produziam, onde estavam localizados; (4) O que era ser mulher nessa localidade; (5) Como se sentiram enquanto premiadas e com a divulgação de suas histórias em um livro lançado pelo Governo Federal; (6) Quais políticas públicas foram incorporadas pelo grupo – quais políticas elas percebiam como mais fortalecedoras para o grupo que compunham.

A princípio não estava nos meus planos analisar um grupo do Centro-Oeste<sup>8</sup> do país, mas acabei aproveitando o convite feito por uma

---

8 Inicialmente, o projeto se centrava na idéia de fazer uma comparação entre grupos da Região onde há maior concentração de unidades de agricultura familiar no país, o Nordeste e a região Sul, por suas diferenças não somente regionais, mas também estruturais. Como exemplo cito a diferença de migração que ocorre entre as duas regiões: enquanto no Sul é mais notória a forte migração das mulheres do campo para as cidades (SPANEVELLO, 2008; STROPASOLAS, 2004, entre outras/os), no Nordeste ocorre justamente o

das agricultoras durante a oficina, pela proximidade do local – já que estava ali em Brasília – e decidi visitar o *Grupo de Mulheres Raízes da Terra* em Sobradinho, município da Grande Brasília, Distrito Federal (DF), localizado a 40 km do local em que acontecia o evento. Também nessa mesma oficina consegui fazer uma entrevista prévia com mulheres de outros grupos contemplados pelo *Prêmio*.

Meu segundo contato aconteceu em agosto de 2015, quando participei da *V Marcha das Margaridas*<sup>9</sup>, ocorrida em Brasília, onde convivi e conversei com diversas mulheres trabalhadoras rurais de todo o Brasil, e também com agricultoras de diversos países da América Latina e Caribe. Como estava perto de Sobradinho/DF, acabei fazendo uma nova visita ao assentamento onde se localizava o *Raízes da Terra* e conversando com algumas mulheres do grupo.

Meu terceiro contato foi com o grupo *Rede de Mulheres do Pajeú* de Afogados da Ingazeira, em Pernambuco (PE), em trabalho de campo realizado em agosto de 2016. Em Pernambuco fui recebida na família de uma das agricultoras do sertão do Pajeú e pude observar as atividades familiares cotidianas do sertão agrícola. Ali não somente visitei algumas trabalhadoras rurais em seus domicílios, como tive oportunidade de conhecer a sede da Rede e também a *Casa da Mulher do Nordeste* (CMN), Organização Não-Governamental (ONG) feminista atuante na região, observando e mantendo diálogos com as mulheres que os compõem e que gerenciam as atividades administrativas, sociais e estratégicas desses espaços.

Estar lá no campo é diferente de estar no ambiente acadêmico escrevendo sobre o campo, conforme ensina Oliveira (1998). O ato de escrever exige cuidado e a responsabilidade do que a escrita coloca, pois falamos da vida de outras pessoas em nossos textos. Falamos também da nossa própria vida, e ao expor nossas observações estamos também nos expondo, de uma ou outra maneira. Escolher o que se escreve é parte do processo metodológico e subjetivo de se fazer pesquisa.

---

contrário, havendo maior migração dos homens para os centros urbanos (OLIVEIRA e JANUZZI, 2005; entre outras/os).

9 A *Marcha das Margaridas* é um ato de mobilização que faz parte da agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), e busca proporcionar reflexões sobre as condições das mulheres do campo e das florestas. Já teve cinco edições (2000, 2003, 2007, 2011, 2015), agregando trabalhadoras rurais de todo país nas ruas de Brasília/DF.

O campo traz questionamentos, algumas confirmações, mas também dúvidas, frustrações e surpresas. E é no diário de campo que podemos registrar a riqueza das emoções vivenciadas na solitária caminhada de pesquisa, anotações essas em sua maioria feitas para si. Escrever é então de certa forma organizar aquilo que foi dito e percebido com um olhar que revê, transformando o/a pesquisador/a em um/a escritor/a que se utiliza de suas lembranças, impressões, dúvidas, hipóteses e dos diálogos que realiza no trabalho de campo.

Mara Coelho de Souza Lago (1996) considera a etnografia como um processo marcado pelo profundo envolvimento do/a pesquisador/a com seu objeto de estudo, ao se concentrar na observação e na escuta da voz do/a outro/a, procurando assim penetrar no mundo de suas representações, no seu universo simbólico. Durante meu estudo busquei me aproximar dos grupos que analisei para compreender elementos próprios e implícitos das especificidades dos grupos estudados e de mulheres que os integravam. Em conversas realizadas durante esse processo de observação, procurei permanecer atenta aos elementos de uma boa etnografia, aos silêncios que pediam para ser escutados, olhares de censura ao tocarmos em alguns assuntos ainda tabus, aos ruídos que intencionalmente surgiam, aos gestos das mulheres, aos modos de se expressarem e significarem suas experiências. Iniciei a observação em conversas com as representantes dos grupos de mulheres trabalhadoras rurais premiadas pelo edital analisado, registrando minhas observações em diários de campo e em entrevistas gravadas e/ou filmadas com algumas dessas.

Por sugestão da professora Rossana Vittelí do Departamento de Ciências Sociais da Universidad de la República (UDELAR) no Uruguai, com quem realizei estágio em junho de 2016, foi realizada pesquisa sobre políticas públicas voltadas para mulheres trabalhadoras rurais no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Na ocasião pude entrar em contato com as diretoras da *Red de Mujeres Rurales de Uruguay* e com a coordenadora de ONG feminista *Cotidiano Mujer* que promove e publica discussões sobre estratégias de empoderamento para mulheres naquele país, assim também com o Secretário do *Instituto Nacional de las Mujeres* (INMUJERES), Secretaria responsável por políticas voltadas para mulheres uruguaias, e que, coincidentemente havia recém lançado uma proposta de edital<sup>10</sup> similar à que analiso em meu estudo.

No Uruguai também tive a oportunidade de participar da *XIII Conferência Regional sobre la Mujer de América Latina y Caribe*, orga-

---

10 *Somos Mujeres Rurales – Iniciativas de mujeres para el desarrollo rural sustentable* (MIDES / INMUJERES / MGAP, 2015).

nizada pela ONU em parceria com a CEPAL, em outubro de 2016, onde pude me aproximar dos discursos e diretrizes propostas para as mulheres dos países latino-americanos e caribenhos no que se refere à políticas e linhas de ações governamentais. Toda essa experiência de contatos e aprendizagens me auxiliaram na análise do material obtido na pesquisa com as políticas públicas e as mulheres trabalhadoras rurais no Brasil.

Como mencionado anteriormente, ao longo dessa pesquisa foram realizadas 42 interlocuções/entrevistas, sendo que de profundidade apenas as entrevistas com as mulheres dos grupos selecionados para esse estudo. Participando da *V Marcha das Margaridas* entrevistei 15 mulheres, oito brasileiras e sete latino-americanas (sendo duas delas caribenhos). Na oficina da SPM de que participei, tive a oportunidade de entrevistar 15 mulheres de várias regiões do país. Durante a realização da pesquisa de campo nos dois grupos selecionados para este estudo, realizei entrevistas de profundidade com três mulheres e um homem no primeiro grupo, e sete mulheres no segundo grupo, num total de 10 mulheres e um homem entrevistadas/o. As idades das mulheres entrevistadas nos dois grupos estavam, em geral, na faixa dos 40 a 60 anos, com algumas mulheres do segundo grupo na faixa dos 30 anos. Entre as entrevistadas, três eram mulheres negras, três mulheres eram pardas e quatro, brancas. O homem, marido de uma das mulheres entrevistadas do grupo *Raizes da Terra*, era branco.

Os registros fotográficos e em vídeos realizados em campo puderam ser devolvidos em meus contatos com os grupos. Com algumas das mulheres desses coletivos continuei mantendo contato por internet, e será feita a devolutiva da tese a ambos os grupos, assim que depositada no repositório institucional<sup>11</sup> de trabalhos acadêmicos da UFSC.

No subcapítulo a seguir, trago os resultados do levantamento que realizei em base de dados sobre mulheres rurais brasileiras.

## 1.2 As mulheres rurais no Banco de Dados da *SciELO*

Num primeiro momento, realizei um levantamento bibliográfico de livros e artigos em indexadores como o Banco de Dados da *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, mas também em portais do governo e outras publicações sobre as relações que as mulheres brasileiras fo-

---

11 Para acessar os trabalhos acadêmicos da universidade, veja em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>.

ram estabelecendo com o trabalho ao longo do tempo, e de que modo isso acabou influenciando as políticas públicas voltadas para mulheres trabalhadoras rurais no país, acompanhada em seguida de uma análise dos documentos enviados para a seleção do *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável* de 2013, ação governamental que utilizei como ponto de partida de minha análise nessa tese. Busquei analisar ainda as cartilhas entregues durante a *V Marcha das Margaridas*, em que constavam demandas de mulheres rurais de todo o país.

As políticas públicas, conforme já foi mencionado, segundo Pecheny e De La Dehesa (2009), ao definirem seus parâmetros de atendimento estariam também definindo procedimentos de distribuição de bens e prerrogativas de direitos, o que acabaria por implicar na inclusão e na exclusão de pessoas em determinadas categorias. Ao procurar entender quais são as mulheres incluídas na categoria de mulheres rurais, busquei aproximar-me de como as mesmas estão sendo percebidas pelas esferas político-governamentais, quais direitos e benefícios demandados por elas estão sendo atendidos e quais outros lhes estão ainda sendo negados.

Quem são as mulheres rurais brasileiras? Como podemos determinar a quem se refere esse conceito? Nesse capítulo trago resultados do levantamento que realizei, em 2015, no banco de dados do indexador de periódicos acadêmicos *SciELO*, em busca dos termos “mulheres rurais”, “mulheres trabalhadoras rurais”, “agricultoras”, “camponesas”, “extrativistas”, “pescadoras” e “assentadas” para poder refletir sobre as diferentes designações que categorizam essas mulheres: trabalhadoras rurais, mulheres do campo, agricultoras familiares e camponesas, enfim, mulheres que trabalham em atividades agrícolas como modos de vida e sobrevivência.

A partir de um levantamento realizado buscando o termo “mulheres rurais” (Apêndice A) encontrei 115 artigos, sendo que apenas 43 (37,4%) efetivamente tratavam sobre mulheres rurais, 18 (15,6%) destes tratavam de assuntos relativos às mulheres residentes em áreas rurais, quatro artigos (3,5%) falavam de mulheres agricultoras, três (2,6%) mencionavam mulheres assentadas (mais especificamente mulheres vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST), e apenas um (0,8%) mencionavam mulheres camponesas e um (0,8%) sobre mulheres proprietárias rurais.

Ao alterar a busca na *SciELO* para o termo “mulheres trabalhadoras rurais” (Apêndice B), foram encontrados apenas sete artigos: dois publicados na *Revista Estudos Feministas*, dois na *Revista Sociologias*, um na *Revista Estudos de Psicologia*, um na *Educação em Revista* e um

na *Revista de Nutrição*. Desses sete artigos, três tratam de questões relacionadas a direitos sociais, dois sobre educação no campo, um sobre desenvolvimento sustentável e um sobre saúde mental.

Ao buscar pelo termo “mulheres camponesas” (Apêndice C) foram encontradas 12 artigos, sendo que apenas 11 destes efetivamente mencionavam mulheres camponesas, sendo que quatro foram publicados na *Revista Estudos Feministas*, dois na *Interfaces*, um nos *Cadernos CEDES*, um na *Educação e Pesquisa*, um na *Trabalho, Educação e Saúde*, um na *Psicologia Social* e um na *Educar em Revista*. Desses, quatro tratam sob diferentes perspectivas da saúde da mulher rural, quatro de educação no campo, quatro sobre história e movimento das mulheres camponesas, dois sobre desenvolvimento sustentável, três sobre direitos sociais e um sobre políticas públicas.

Busquei ainda o termo “agricultoras” (Apêndice D), encontrando 15 artigos, mas apenas 14 efetivamente mencionavam o termo, e foram publicados na *Revista Estudos Feministas* (5), *Trabalho, Educação e Saúde* (1), *Revista Brasileira de Ciência* (1), *Revista Saúde Pública* (1), *Texto e Contexto Enfermagem* (1), *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* (1), *Revista Nutrição* (1), *Psicologia Social* (1), *Revista Economia Sociologia* (1), *Sociologias* (1). Quase metade (6) desses artigos já haviam aparecido na busca pelo termo mulheres rurais, como Ebling (2009), Escosteguy, Sifuentes e Bianchini (2017), Paulilo (2004, 2010), Salvaro, Lago e Wolff (2013), Van der Schaaf (2003); e mencionavam sobre o reconhecimento político da classe de mulheres agricultoras, sobre trabalho e saúde, sobre o uso de tecnologias nas práticas de trabalho destas, sobre ecologia e alimentação saudável, sobre práticas de cuidado de saúde e alimentação, sobre movimentos de mulheres camponesas, sobre a busca por direitos sociais e sobre assentamentos, dentre outras questões.

Pesquisei ainda o termo “mulheres extrativistas” (Apêndice E), encontrando quatro artigos, dois publicados na *Revista Estudos Feministas*, um na *Sociedade e Natureza* e um na *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Os artigos tratavam sobre ecofeminismos, sustentabilidade ambiental, processos participativos, organização de mulheres extrativistas e sobre mulheres extrativistas beneficiárias do PAA.

Com o termo “mulheres pescadoras” (Apêndice F) foram encontrados oito artigos, três na *Ciência Humana*, dois na *Revista Estudos Feministas*, um na *Ambiente e Sociedade*, um na *Interações* e um na *Academia Brasileira de Ciência*. Os artigos tratam das relações destas mu-

Iheres com o meio ambiente, de questões de gênero e empoderamento destas mulheres, da participação e do reconhecimento do trabalho das mulheres em tais funções.

Para o termo “mulheres assentadas” (Apêndice G), encontrei quatro artigos, um publicado na *Estudos de Psicologia*, um na *Trabalho, Educação e Saúde*, um na *Ciência Humana* e um na *Interações*, tratando de questões relacionadas às condições de vida, de gênero e de saúde mental, sobre as relações do trabalho com a saúde e sobre as estratégias de desenvolvimento de mulheres assentadas.

Como ressaltei, dos 115 artigos buscando o termo mulheres rurais, apenas 43 se referiam efetivamente ao termo, o que representa 37,4% do total. Dos 43 artigos encontrados, 23 artigos publicados exclusivamente em revistas de Enfermagem (*Revista do Instituto. Médico tropical de S. Paulo*, *Estudos de Psicologia*, *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, *Revista Brasileira de Enfermagem*, *Ciência & Saúde Coletiva*, *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, *Escola Anna Neri – Revista de Enfermagem*, *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, *Cadernos de Saúde Pública*, *Texto contexto – enfermagem*, *Revista de Saúde Pública*, *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, *Revista Gaúcha de Enfermagem*, *Trends Psychiatry Psychother*, *Acta paulista enfermagem*) e tratavam de questões ligadas à saúde (papiloma virus, HIV, câncer, pré-natal, saúde mental, práticas de saúde) e à violência (políticas de saúde, violência contra as mulheres rurais, envelhecimento e sobre a sexualidade destas mulheres). Foram encontrados ainda 16 artigos que tratavam das mulheres rurais como sujeitos políticos em luta por mais direitos e como responsáveis pelo desenvolvimento regional e foram publicados em revistas de áreas ligadas às Ciências Humanas (*REF*, *Sociologias*, *Psicologia Social*, *Ciência Humana*, *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, *Revista Brasileira de estudos populacionais*). Encontrei também nesse levantamento dois artigos sobre uso de tecnologias por mulheres rurais (*Ciência Rural*, *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*), um sobre questões de gênero no universo rural (*Cadernos Pagu*) e um sobre redes de enfrentamento contra a violência contra as mulheres rurais (*REF*).

Procurando determinar quem são as mulheres rurais, descrevo a seguir breve resumo dos trabalhos encontrados nessa pesquisa documental que efetivamente mencionaram as mulheres rurais em seu escopo em minha busca pelo termo “mulheres rurais” no indexador da *SciELO*.



Como observado anteriormente, dos 43 artigos encontrados na *SciELO* que fizeram uso do termo mulheres rurais, 23 foram publicados em revistas da área da Saúde e 16 em áreas mais Humanas (Sociologia, Antropologia, Educação, entre outros) e um da área da Comunicação.

As mulheres trabalhadoras rurais aparecem no artigo de Lúcia Beatriz Ressel e Dulce Maria Rosa Gualda (2003)<sup>12</sup>, onde analisam a construção da sexualidade de mulheres rurais a partir das vivências individuais, dos valores, das crenças, dos mitos e dos preconceitos de mulheres de uma comunidade rural no interior do Rio Grande do Sul, como **sujeitos culturais que seguem normas tradicionais de conduta social**. Nesse artigo, as mulheres rurais são apresentadas como aquelas que vivem em comunidades rurais exercendo atividades agrícolas e produzindo para o consumo familiar.

São mulheres percebidas como mais controladas socialmente, principalmente no que se refere à própria sexualidade. Dentre as mulheres rurais investigadas pelas autoras, a maioria era constituída por adultas jovens, heterossexuais, casadas e com filhos – o padrão normativo de família, sendo estas então vigiadas por toda comunidade, que observavam atentamente

o modo de caminhar delas; de falar, principalmente com homens; a forma como se dirigiam a um vizinho numa roda de conversa; o modo de expor o corpo; o tipo de roupas que usavam (...); a personalidade extrovertida delas. (RESSEL e GUALDA, 2003; p. 84)

As mulheres rurais aparecem também como **sujeitos que demandam políticas sociais voltadas para o combate à violência doméstica** como podemos observar nos artigos de Marta Cocco da Costa e Marta Julia Marques Lopes (2012)<sup>13</sup> e de Marta Cocco da Costa, Marta Julia

---

12 RESSEL, Lúcia Beatriz; GUALDA, Dulce Maria Rosa. A sexualidade como uma construção cultural: reflexões sobre preconceitos e mitos inerentes a um grupo de mulheres rurais. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. Vol.37. n.3. São Paulo. 2003. p. 82 – 87.

13 COSTA, Marta Coccoa; LOPES, Marta Julia Marques. Elementos da integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. vol.46 n.5. São Paulo. 2012. p. 1088 – 1095.

Marques Lopes e Joannie dos Santos Fachinelli Soares (2015)<sup>14</sup>. Nesses, são objetos de análise as políticas de saúde direcionadas ao atendimento das mulheres rurais vítimas de violência a partir da perspectiva do planejamento e da execução dessas políticas, verificando ainda a inexistência de agendas locais sobre a questão da violência contra essas mulheres.

Costa, Lopes e Soares (2015a)<sup>15</sup> publicam outro artigo em que demonstram as formas como a violência contra as mulheres rurais é percebida pelos/as gestores/as, profissionais e trabalhadores/as dos serviços de saúde em áreas rurais do Rio Grande do Sul, atendendo demandas de mulheres e prestando assistência a estas em situação de violência. Os/As profissionais de saúde observados pelas autoras que atendem as mulheres rurais vítimas de violência no interior do Rio Grande do Sul definem essas mulheres como **subordinadas às atividades reprodutivas domésticas e emudecidas em suas demandas pessoais**:

A mulher rural é vista sob a ótica da relação de serviço, subordinação e obediência. (...) Ela é considerada responsável pela reprodução biológica, cuidadora do lar e dos afazeres domésticos, sem direito de expressar e relatar seus sentimentos e, com pouca ou nenhuma legitimidade para "desconformidades". (...) A partir das falas, observa-se que se impõe à mulher rural uma relação de trabalhadora e de mãe a serviço da família. Sem tempo e lugar próprio, ela está em disponibilidade permanente (COSTA, LOPES e SOARES, 2015a, p. 163).

Neste texto, a mulher rural aparece como subordinada e subserviente, resignada à esfera doméstica e sem contribuição aparente como trabalhadora rural e agricultora familiar. A partir das falas de suas entrevistadas, as autoras interpretam que essas mulheres são percebidas pe-

---

14 COSTA, Marta Cocco; LOPES, Marta Julia Marques; SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli. Agendas públicas de saúde no enfrentamento da violência contra mulheres rurais – análise do nível local no Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. v.20. n.5. p. 1379 – 1387.

15 COSTA, Marta Cocco; LOPES, Marta Julia Marques; SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli. Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. *Escola Anna Neri – Revista de Enfermagem*. v.19. n.1. 2015. p. 162 – 168.

los/as profissionais de saúde como desprovidas de autonomia, como explicam: "os relatos (...) transcritos revelam que a mulher rural é, muitas vezes, **destituída de autonomia e do direito de decidir, inclusive sobre o seu próprio corpo**" (COSTA, LOPES e SOARES, 2015a). Elas são reduzidas à sua participação enquanto trabalhadoras domésticas e as autoras afirmam que, ainda que tenham sido introduzidas mudanças na vida doméstica e profissional dessas mulheres, elas "continuam sendo vistas pelo marido como 'escravas' e 'mão-de-obra'" (COSTA, LOPES e SOARES, 2015a, p. 167).

Tanto suas funções domésticas como sua atuação profissional seriam percebidas como apenas "utilitária", "instrumental", e mesmo que participando do espaço produtivo, esse trabalho não seria reconhecido como legítimo, e sim como uma ajuda aos seus maridos. A invisibilidade e minimização de papéis domésticos e funcionais é que as tornaria mais vulneráveis a situações de violência e a riscos socioeconômicos. Pode-se perceber pelas diferentes abordagens que, nas dinâmicas familiares, sempre é reiterada a importância do trabalho doméstico e de cuidados destas mulheres.

Fernanda Honnef et al (2017)<sup>16</sup> fala da questão da violência contra as mulheres rurais também em seu artigo, analisando aspectos geracionais e de gênero que atravessam à vida dessas mulheres, ressaltando a questão da violência doméstica das quais são vítimas, e de como estas são sobrecarregadas com as atividades do lar e invisibilizadas em seu trabalho nas atividades ditas como produtivas da unidade.

Em um outro artigo mais recente, Costa et al (2017; p. 2)<sup>17</sup> demonstram que as mulheres rurais são **vítimas de situações de violência que se potencializam devido "o contexto de vida que as situam em territórios distantes dos grandes centros e, conseqüentemente, dos recursos sociais, políticos e comunitários que poderiam promover maior proteção"**. Elas se encontram distantes de aparatos sociais que as deveriam garantir proteção, ao mesmo tempo que vivenciam um contexto em que atos machistas de violência já se encontram naturalizados.

---

16 HONNEF, Fernanda et al. Representações sociais da violência doméstica em cenários rurais para mulheres e homens. *Acta paul. enferm.*, Ago 2017, vol.30, no.4, p.368-374.

17 COSTA, Marta Cocco da et al. Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. *Rev. Gaúcha Enferm.*, 2017, vol.38, no.2.

No que se refere à área da saúde foram encontrados ainda artigos que analisavam a infecção do papiloma vírus (HPV)<sup>18</sup>, artigos sobre saúde mental<sup>19</sup>, sobre doenças mentais<sup>20</sup>, sobre o desempenho cognitivo em idosas<sup>21</sup>, sobre depressão<sup>22</sup>, sobre práticas de parto<sup>23</sup> e de enfermagem<sup>24</sup> no universo das mulheres rurais.

A mais antiga referência do termo mulheres rurais encontradas na minha busca pela *SciELO*, foi o artigo de Marilene Rodrigues Portella (1999)<sup>25</sup>, em que a autora busca resgatar práticas de cuidado de mulheres rurais. Estas são definidas por Portella, como as **responsáveis por "ge-rar, criar, educar e produzir"**, de modo que seus hábitos refletem sua condição de saúde, doença e envelhecimento. São trabalhadoras rurais, responsáveis em sua grande maioria pela economia doméstica, pela la-voura e outros cultivos em menor escala, assim como pela pequena pro-dução e pelos cuidados dos filhos e da família. Portella salienta a impor-tância dessas práticas culturais de cuidado adotadas pelas mulheres, e conclui recomendando que as mesmas

---

18 CERVANTES, Jorge et al. Prevalence of human papillomavirus infection in rural villages of the Bolivian Amazon. *Rev. Inst. Med. trop. S. Paulo*, June 2003, vol.45, no.3, p.131-135.

19 COSTA, Maria da Graça Silveira Gomes da, DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra and LEITE, Jáder Ferreira Condições de vida, gênero e saúde men-tal entre trabalhadoras rurais assentadas. *Estud. psicol. (Natal)*, Jun 2014, vol.19, no.2, p.145-154.

20 PARREIRA, Bibiane Dias Miranda et al. Common mental disorders and as-sociated factors: a study of women from a rural area. *Rev. esc. enferm. USP*, 2017, vol.51.

21 BRIGOLA, Allan Gustavo et al. Sobrecarga elevada e fragilidade: relação com baixo desempenho cognitivo em idosos cuidadores moradores de comuni-dades rurais. *Trends Psychiatry Psychother. [online]*. 2017, vol.39, n.4, pp.257263. Epub 04-Dez-2017.

22 PARREIRA, Bibiane Dias Miranda et al. Sintomas de depressão em mulhe-res rurais: fatores sociodemográficos, econômicos, comportamentais e reprodu-tivos. *Acta paul. enferm.*, Ago 2017, vol.30, no.4, p.375-382.

23 SHIMPUKU, Yoko et al. Perceptual gaps among women, husbands and fa-mily members about intentions for birthplace: a cross-sectional study. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 2017, vol.25.

24 ZANATTA, Luiz Fabiano et al. Gender norms among "Landless" youth: evi-dence for the social practice of nursing. *Rev. esc. enferm. USP*, 2017, vol.51.

25 PORTELLA, Marilene Rodrigues. Cuidar para um envelhecer saudável: a construção de um processo educativo com mulheres rurais. *Revista Brasileira de Enfermagem*. V. 52. N. 3. 1999. p. 355 – 364.

devam ser consideradas nos pla-nejamentos de saúde voltados para essa população.

De modo geral, a partir dos 16 artigos analisados na área das Humanas, as mulheres rurais aparecem como **sujeitos políticos em busca de reconhecimento e direitos**, como no artigo de Anita Brumer (2002)<sup>26</sup>, em que a autora percebe as mulheres rurais como trabalhadoras em busca de direitos previdenciários. Brumer destaca que os avanços previdenciários para a população rural brasileira tardaram a acontecer em relação a outras categorias profissionais, mas mais ainda para as mu-lheres trabalhadoras rurais, já que suas atividades laborais eram invisibi-lizadas e muitas vezes percebidas como mera ajuda aos homens de suas famílias.

Outro artigo de Brumer (2004)<sup>27</sup> também aparece em minha busca, onde a autora se concentra na seletividade de gênero e geração dos processos migratórios do interior do Rio Grande do Sul, demonstrando os possíveis efeitos do acesso à Previdência Social por estas em sua permanência no universo rural. Aqui a questão da dificuldade de acesso à herança da terra e da invisibilidade do trabalho dessas mulheres aparece como o principal motivador da migração das mesmas, sendo estas **alija-das das principais decisões inerentes às atividades produtivas da família**, como destaco a seguir:

São também os homens que administram os recursos oriundos da atividade agropecuária, pois, mesmo que as mulheres participem juntamente com os maridos na tomada de algumas decisões, são eles que conduzem o processo decisório quando se trata de investimentos referentes à produção ou à reposição dos meios de produção necessários para a safra seguinte, sendo significativa a participação da mulher, ou eventualmente de todos os membros da família, apenas nas despesas destinadas ao consumo doméstico ou nas despesas referentes ao atendimento de necessidades individuais de consumo. Se existem recursos excedentes – as ‘so-

---

26 BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*. Ano 4, n.7. 2002. p. 50 – 81.

27 BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Rev. Estud. Fem.*, Abr 2004, vol.12, no.1, p.205-227.

bras' – após o pagamento dos gastos de produção e atendidas as necessidades básicas de consumo, os homens é que os administram. Como regra geral, nem as mulheres nem os jovens têm uma renda própria, a não ser que os recursos sejam obtidos pela venda de seu trabalho a terceiros (trabalho assalariado) ou pela venda direta de produtos beneficiados por eles no estabelecimento familiar (BRUMER, 2004; P. 213).

A partir do que foi encontrado em meu levantamento, podemos perceber que as mulheres rurais são também aquelas que **buscam enquanto sujeitos políticos mais acessos a outros direitos civis**, vislumbrando ainda a possibilidade de poderem demandar direitos enquanto cidadãs do Estado. São cidadãs em busca de direitos, mas são ainda as principais responsáveis pelas atividades reprodutivas de seus lares. Um sujeito político ainda preso na esfera doméstica que tenta se fazer escutar.

O artigo de Van Der Schaaf Alie (2003)<sup>28</sup> busca focar os processos emancipatórios de mulheres agricultoras no sul do Brasil, pertencentes ao *Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul* (MMTR-RS), deixando claro desde o início de seu texto que a mulher rural que menciona em seu título refere-se às **mulheres trabalhadoras rurais, as mulheres rurais, agricultoras que moram e trabalham nas áreas rurais e lidam com atividades agrícolas**. Para a autora, as mulheres rurais estudadas são trabalhadoras que lutam para assegurar seus direitos, que buscam se organizar e a participação política, mas também são **as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e na lavoura**.

Para Carmen Diana Deere (2004)<sup>29</sup>, as mulheres rurais também são percebidas como **aquelas que reivindicam direitos à Previdência Social e ao reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais** – direitos esses acessados principalmente após a Constituição de 1988. Nesse artigo, a autora investiga a evolução da reivindicação do direito das mulheres a seu acesso à terra na reforma agrária brasileira a partir da

---

28 ALIE, Van Der Schaaf. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. *Sociologias*. Ano 5. n. 10. 2003. p. 412 – 442.

29 DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos soci-ais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*. V. 12. n. 1. 2004. p. 175 – 204.

perspectiva de dois movimentos sociais e uma organização rurais: o MST, os sindicatos rurais e o movimento autônomo de mulheres rurais.

Deere (2004) observa que, enquanto na maioria dos países a terra distribuída pelo Estado é obrigatória a titulação conjunta, no Brasil essa titulação conjunta foi opcional até 2007<sup>30</sup>. As mulheres rurais – e não somente as brasileiras, são percebidas pela autora como mulheres **destemidas e obstinadas na luta pelos seus direitos**, demonstrando que muitos deles só foram possíveis de alcançar a partir dessa batalha em que se envolveram.

As mulheres rurais aparecem ainda como **sujeitos políticos capazes de reivindicar direitos de classe enquanto trabalhadoras do universo rural brasileiro, com capacidade de lutar por equidade de gênero nesses espaços**. O artigo de Valdete Boni (2004)<sup>31</sup> avalia a participação das mulheres no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Chapecó, em Santa Catarina, demonstrando a ainda reduzida participação de mulheres em cargos de direção sindicalista. Boni menciona as mulheres rurais como trabalhadoras que começaram a participar de sindicatos trabalhistas rurais, influenciadas fortemente pelas alas progressistas da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e também das Pastorais Rurais.

Assim como Brumer (2004) e também Salvaro (2010), Boni (2004) afirma que a princípio as mulheres "não eram consideradas agricultoras; eram 'esposas de agricultor'" (BONI, 2004, p. 290); e que a campanha pela sindicalização dessas mulheres promovidas pela direção do STR acabou sendo de fundamental importância no incentivo de muitas mulheres irem atrás de documentação, assim como de insistirem que o nome destas constassem no bloco do produtor rural. Ao estarem se sindicalizando e documentando, essas agricultoras estariam também se reconhecendo como trabalhadoras, o que garantiria seu acesso a direitos sociais similares aos dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos/as.

---

30 Apesar da obrigatoriedade da titularidade conjunta instituída pela Constituição Brasileira de 1988, a mesma ainda ocorreu de forma precária até a publicação da Portaria nº 981/2003 e da Instrução Normativa nº 38/2007, do INCRA, que alteraram esse quadro ao efetivarem o direito das mulheres à terra e os procedimentos de sua inclusão (MDA, 2010).

31 BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Revista Estudos Feministas*. V. 12. n. 1. 2004. p. 289 – 302.

Além de procurarem o reconhecimento de sua atividade profissional, Boni (2004) demonstra que essas mulheres estavam também iniciando reivindicações por maior equidade de gênero, tanto em suas esferas domésticas, como também dentro dos movimentos de que começaram a participar.

De modo geral, as mulheres rurais aparecem nos artigos publicados por periódicos indexados na *SciELO* como **sujeitos políticos em busca de mais direitos, principalmente no que se refere a direitos trabalhistas – e reconhecimento como uma classe produtiva, ainda que por vezes invisibilizada.**

O artigo de Sales (2007)<sup>32</sup> estuda a presença das mulheres rurais cearenses na produção agrícola familiar, demonstrando a importância do seu trabalho nas atividades da agricultura, e também a sua emergência como sujeitos políticos nos movimentos sociais, reivindicando direitos enquanto trabalhadoras rurais, participando de encontros, marchas e campanhas, criando coletivos vinculados à Federação de Trabalhadores da Agricultura (FETAG) do Ceará e também ao MST. O papel das mulheres rurais enquanto trabalhadoras é vislumbrado desde o início do seu texto, mostrando que desde meninas já atuam nas atividades rurais, ainda que por vezes invisibilizadas, e crescem lutando por esse reconhecimento e acesso a seus direitos.

A luta pelos direitos civis de trabalhadoras rurais está relacionada com a própria **luta pela visibilidade do trabalho** dessas mulheres e pelo reconhecimento de que seu trabalho não se trata apenas de uma mera ajuda que concedem aos homens-membro de suas famílias. A desigualdade de gênero no que se refere ao acesso aos direitos é também salientada pela autora, que afirma que o contato com o mundo externo – como aos bancos e ao mercado – é ainda realizado, na grande maioria, por homens. Sales sabe que o reconhecimento da profissão é apenas uma etapa do processo, mas ressalta que é justamente a partir desse mesmo reconhecimento que alguns avanços podem ser iniciados.

As mulheres rurais são vistas como trabalhadoras também **responsáveis pelo desenvolvimento sustentável, mas ainda alijadas das políticas públicas voltadas para estes fins** como podemos verificar no artigo de Teresa Kleba Lisboa e Mailiz Gariboti Lusa (2010)<sup>33</sup>, em que

---

32 SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*. V. 15. n. 2. 2007. p. 437 – 443.

33 LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Gariboti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: Mulheres



as autoras demonstram que essas mulheres são **as protagonistas na produção de alimentos e no manejo de recursos naturais**. As mulheres rurais são percebidas como as mulheres camponesas, *las mujeres campesinas*, mulheres agricultoras, mulheres do campo.

Lisboa e Lusa (2010) analisam a importância do papel das mulheres nos processos de desenvolvimento sustentável no Brasil, no México e em Cuba, os tipos de necessidades básicas que fazem parte do cotidiano de trabalho das trabalhadoras rurais, e quais as políticas públicas que contemplam estas demandas, assim como as propostas que poderiam ser apontadas para a implementação das mesmas. Segundo as autoras, as políticas públicas, para serem efetivas, devem atender as carências e privações das mulheres, as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, pelos cuidados familiares e pela preservação dos recursos naturais. Elas enfatizam que as mulheres rurais ainda estão **ausentes dos processos decisórios, apesar de serem mais dotadas de saberes localizados**, como a manutenção de sementes crioulas<sup>34</sup>, dentre outras práticas tradicionais:

De acordo com publicação dos resultados do Projeto *Cuba, Mujeres y Hombres y Desarrollo Sostenible*, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), constatou-se que as mulheres demonstraram serem excelentes administradoras dos recursos naturais, porém poucas participam ativamente dos processos de decisão em torno dos assuntos ambientais em âmbito local e regional; que a presença das mulheres na educação ambiental é muito importante, pois são elas que proferem a maior parte das conferências e cursos em torno das temáticas socioambientais; que tanto as mulheres como os homens são fontes de informação sobre práticas de exploração sustentável dos recursos, porém as informações, da mesma forma que suas atividades, são diferentes. (...) Constatou-se que as mulheres reconhecem mais a utilidade das plantas medici-

---

protagonistas no meio rural. *Revista Estudos Feministas*. V.18. n.3. 2010. p. 871 – 887.

34 Sementes tradicionais sem modificação genética realizada por laboratórios.

nais e ornamentais, a diversidade de sementes e plantação de hortas caseiras, enquanto os homens possuem maior conhecimento a respeito dos recursos florestais e atividades florestais com fins comerciais, bem como em relação à plantação de alimentos em grande escala (LISBOA e LUSO, 2010; p. 876).

Pensando na perspectiva produtivista das propostas de desenvolvimento com viés de gênero voltadas para as mulheres, o artigo de Maria Ignez Paulilo (2013)<sup>35</sup> analisa o relatório produzido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO<sup>36</sup>) sobre a contribuição das mulheres rurais para os projetos agrícolas de desenvolvimento. A autora analisa dados que apontam que as mulheres são **as principais responsáveis pelo trabalho agrícola nos países em desenvolvimento**, principalmente com a redução do contingente do número de homens no campo, mas que, no entanto, permanece invisibilizada sua participação produtiva.

Elas são trabalhadoras com dificuldade de garantir seus direitos e de acesso aos financiamentos, serviços produtivos e processos decisórios. Segundo o documento da FAO, se as mulheres tivessem os mesmos recursos que os homens, poderiam aumentar o rendimento de suas unidades agrícolas e com isso reduzir o número de famintos/as em todo o mundo. Paulilo (2013) questiona as políticas propostas pelo documento, julgando que não seriam as mais adequadas pois reduzem a importância do trabalho doméstico e impõem um modelo produtivista neoliberal como padrão a ser alcançado pelas mulheres, que segundo a FAO, seriam as responsáveis por resolver o problema da fome no mundo, como salienta a autora:

Mudam-se os termos, mas não a inferiorização e a desqualificação do trabalho feminino. Se não é a religião e a biologia que são chamadas para legitimar as desigualdades, é o padrão tecnológico produtivista que exerce esse papel. Mesmo que no texto não haja uma culpabilização das agricultoras

---

35 PAULILO, Maria Ignez. FAO, Fome e Mulheres Rurais. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, no 2, 2013, pp. 285 - 310.

36 FAO é a sigla em inglês para o organismo – *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – e a mais frequentemente utilizada em todo o mundo.

dos países pobres, fica a ideia de que é do aumento de produtividade delas que depende, em grande parte, a diminuição da fome no mundo. Seria o caso de se perguntar por que, entre tantos responsáveis, uma carga tão grande está sendo posta em ombros tão frágeis, debilitados por séculos de colonização, racismo e exploração econômica (PAULILO, 2013; p. 308).

No artigo de Rosineide Cordeiro e Russel Parry Scott (2007)<sup>37</sup>, em que fazem reflexões sobre as relações de gênero no universo rural, a autora e o autor demonstram que as publicações sobre tais temáticas até então tomavam três distintas vertentes: ora vinham de pesquisadoras feministas que estudavam a questão do trabalho, ora vinham dos discursos das mulheres trabalhadoras rurais e ora sobre pesquisas etnográficas sobre campesinato, populações indígenas, extrativistas e pescadoras. O artigo se concentra na análise da produção sobre as mulheres do Norte e Nordeste do país, demonstrando que já naquele momento as mulheres rurais haviam construído uma agenda bastante ampla, incorporando questões trabalhistas, agrárias e previdenciárias, realizando “encontros, seminários e oficinas sobre violência, saúde, geração de renda, meio ambiente, direitos sexuais e reprodutivos, entre outros temas” (CORDEIRO e SCOTT, 2007; p.420) e construindo “complexas teias e redes de movimentos que incluem, além das pessoas do lugar, feministas, militantes de diferentes movimentos rurais, participantes de ONG’s, estudiosas e gestores públicos”. As mulheres rurais aparecem aqui como **as principais articuladoras e participantes de tais movimentos e atos, incluindo aí lutas por terras, por reforma agrária, por reservas extrativistas, por demarcação de terras indígenas e por desenvolvimento sustentável.**

As mulheres rurais são também percebidas como **sujeitos mais preocupados com a questão da reprodução e da sobrevivência dos vínculos familiares**, como no artigo de Ana Carolina Escosteguy, Lirian Sifuentes e Aline Bianchini (2017)<sup>38</sup> em que analisam o uso que as mu-

---

37 CORDEIRO, Rosineide; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, Ago 2007, vol.15, no.2, p.419-423.

38 ESCOSTEGUY, Ana Carolina D., SIFUENTES, Lirian; BIANCHINI, Aline Mulheres rurais e seus usos mediados das TICs: tensionamentos e

lheres rurais realizam sobre as tecnologias da informação (TICS), como o rádio, a televisão, o jornal, o telefone celular, o tablet e o computador, demonstrando que as mesmas nem sempre se interessam “na capacitação de TICs quando elas não estão articuladas com preocupações relacionadas à sobrevivência e reprodução de suas famílias” (ESCOSTEGUY, SIFUENTES e BIANCHINI, 2017; p. 207).

Além dos oito artigos sobre mulheres trabalhadoras rurais encontrados na base de dados, como se pode ver neste ítem do capítulo em pauta, foram trazidos vários artigos que adotavam outras nomenclaturas para se referirem às mulheres trabalhadoras rurais. Dentre esses, detive-me naqueles que se referiam a mulheres rurais, (incluindo agricultoras, assentadas, pescadoras e/ou extrativistas), entendendo que se referiam diretamente às trabalhadoras rurais e, assim, visibilizavam suas atividades e a importância de suas contribuições<sup>39</sup>.

Tendo definido quem são as mulheres rurais a partir das diferentes perspectivas que encontrei na *SciELO*, no capítulo a seguir trago a discussão sobre a influência das recomendações político-econômicas internacionais na construção de políticas públicas brasileiras voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras. Apresento as conferências latino-americanas e caribenhas sobre mulheres da região e também as principais conferências brasileiras para mulheres trabalhadoras rurais, refletindo a partir de perspectivas feminista e descolonial sobre suas contribuições na criação e implementação de políticas públicas voltadas para mulheres trabalhadoras rurais no país.

---

permanências nas relações de gênero. *Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.*, Abr 2017, vol.40, no.1, p.195-211.

39 São mulheres que habitam em sua maioria nos universos rurais, no entanto, não estou aqui excluindo a possibilidade da existência de mulheres rurais tam-bém urbanas, sujeitas às mesmas políticas e ações governamentais.

## CAPÍTULO II

### PENSANDO POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA MULHERES TRABALHADORAS RURAIS LATINO- AMERICANAS E CARIBENHAS ATRAVÉS DOS PENSAMENTOS FEMINISTAS E DESCOLONIAL

Grande parte do conhecimento das mulheres trabalhadoras rurais vem sendo colocado em evidência através do trabalho de pesquisa de diversas/os autoras/es<sup>40</sup> que cada vez mais resgatam os saberes dessas mulheres, demonstrando seu protagonismo, contudo como se constatou no levantamento anteriormente analisado, nem sempre sua condição como trabalhadoras é a forma de identificá-las. No entanto, percebe-se que desde há muito tempo suas vozes são abafadas e muitos de seus conhecimentos e práticas são ignorados. Até hoje é possível encontrar extensionistas rurais que ainda ignoram estas mulheres e por vezes preferem repassar o conhecimento técnico aos homens das unidades agrícolas que visitam (PAULILO, 2016d).

Os saberes de mulheres trabalhadoras rurais, assim como de diversas outras mulheres ao longo da história patriarcal do mundo, foram dominados, reduzidos em sua importância, postos em segundo plano em favorecimento ao saber dos "homens da casa", a voz masculina que acabava reafirmando seu poder e autoridade. Para Spivak (2014), os dizeres das mulheres foram reduzidos inclusive pela produção intelectual ocidental, que, ao atender aos interesses econômicos internacionais do Ocidente, mantém a dominação masculina, de modo que silencia muitas vozes, determinando que “no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2014; p.85). Ainda que seja imprescindível denunciar as situações de opressão que vivenciam as mulheres, a ciência eventualmente perpetua o silenciamento que atinge com muita força a mulher subalterna. Spivak deixa claro que para aprender a criticar o discurso colonial dominante não seria necessário simplesmente questionar a evidente mudez das mulheres, mas buscar resgatar suas falas sem tentar traduzi-las com floreios acadêmicos:

---

40

RESSEL e GUALDA, 2003; BONI, 2004; SILVA, 2006; SALES, 2007; TEDESCHI, 2007; SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011; PAULILO, 2013; UEMA, 2013; SALVARO, LAGO e WOLFF, 2013; entre outras/os

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar como um floreio (SPIVAK, 2014; p. 165).

A autora preconiza uma mudança de percepção das representações dos/as subalternos/as: visibilizá-las/os pela escuta de suas falas e saberes. Os conhecimentos das mulheres foram durante muito tempo desconsiderados, especialmente das mulheres trabalhadoras rurais, que nessa tese considero como portadoras de saberes dominados por terem sido seus conhecimentos desqualificados por muitos/as e que, a partir principalmente dos estudos feministas e de gênero, e também da agroecologia, vêm ganhando maior visibilidade. Conhecimentos esses que também respeitam as diversidades que as próprias mulheres rurais contemplam, assim como suas práticas e saberes particulares, regionais e locais. Parto do pressuposto que os feminismos, em teorias e movimentos, contribuem para o reconhecimento dos saberes tidos como dominados. No subcapítulo a seguir, trago as perspectivas feminista e descolonial para ajudar a refletir sobre as contribuições das principais conferências regionais e nacionais na construção de políticas públicas para mulheres no país.

## 2.1 A importância dos pensamentos feministas e descolonial na análise de ações governamentais

Ainda que os diferentes feminismos tratem de questões distintas, Sofia Neves e Conceição Nogueira (2005) afirmam que todos reclamam a igualdade de direitos entre os sexos, defendendo diferentes mecanismos de alcançar e consolidar tal possibilidade, preocupando-se com a equidade de gênero nas esferas públicas e privadas. Para essas autoras, a perspectiva feminista de fazer pesquisa seria capaz de produzir verdades particulares e limitadas, devendo ser dever do/a pesquisador/a ao realizar seu estudo responder questões quanto a sua responsabilidade, sua parcialidade e seu posicionamento, sendo desse modo importante que defina qual ciência está produzindo e para qual finalidade.

Em minha tese busquei realizar uma ciência feminista no sentido de procurar revelar não somente a importância dos saberes das mulheres trabalhadoras rurais tidos como dominados, mas reforçar a importância

da criação de políticas públicas específicas voltadas para as demandas dessas mulheres, considerando suas diferenças, de raça, classe, etnia, geração, localização, escolaridade e outras, como produtoras de desigualdades que permeiam seu universo social.

Aponto aqui a necessidade de me aprofundar mais sobre os estudos das mulheres trabalhadoras rurais a partir de uma perspectiva interseccional para poder ao menos tentar compreender um pouco mais sobre a realidade cotidiana dessas mulheres em seus diferentes contextos. No Brasil é possível perceber que existe uma miríade de tipos de mulheres rurais: são trabalhadoras rurais, agricultoras, camponesas, pescadoras, extrativistas, assentadas rurais. São mulheres que vivem da natureza de uma forma ou de outra, e que a partir do que semeiam com seu trabalho cotidiano conseguem sobreviver. São negras, são brancas, são indígenas, são quilombolas, urbanas, jovens, idosas, são diversas e perpassam também entre si diferenças de classe, de raça, de religiosidades e outras tantas.

Pensando sobre as limitações de uma abordagem feminista de pesquisa, Sandra Harding (1993) adverte que todos os feminismos seriam teorias totalizantes, de modo que os temas das teorias feministas, por estarem ligados a todos os aspectos da vida social, não podem ser contidos dentro de um esquema disciplinar particular. Os estudos feministas são portanto sempre estudos interdisciplinares, por interpelarem um conjunto diferente de saberes e olhares. São feminismos porque tratam de lutas distintas.

Haraway (1991) defende uma perspectiva feminista que privilegie e uma prática de objetividade voltada para a contestação, para a desconstrução e para a construção de novos conhecimentos e das maneiras de ver e perceber o mundo. A autora acredita ser de fundamental importância que o/a pesquisador/a feminista se posicione, afirmando que apenas ao nos posicionarmos é que podemos encontrar uma visão mais ampla do contexto geral. A perspectiva feminista não procura apenas revelar os *saberes dominados*, mais ainda, procura enfatizar os *saberes localizados*, saberes esses que requerem que o sujeito, objeto do conhecimento, seja visto como agente e não apenas como mero recurso para obter conhecimento acadêmico.

Apesar de Foucault não ser um autor que trabalhe com gênero ou se refira a questões feministas, julgo importante trazer a citação em que categoriza dois tipos de saberes sociais: os *saberes dominantes* (que ditam as regras) e os *saberes dominados* (os que seguem as regras), um primeiro relacionado aos conteúdos históricos dominantes que reduzi-

ram a importância de outros saberes e um segundo, relacionado a saberes tido como desqualificados, não competentes e insuficientemente elaborados:

Os saberes dominados são estes blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais. (...) Por saber dominado se deve entender (...) em certo sentido, uma coisa inteiramente diferente: uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade. Foi o reaparecimento destes saberes que estão embaixo – saberes não qualificados, e mesmo desqualificados, (...) que chamei de saber das pessoas e que não é de forma alguma um saber comum, um bom senso mas, ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam. (...) Em um caso como no outro, no saber da erudição como naquele desqualificado, nestas duas formas de saber sepultado ou dominado, se tratava na realidade do saber histórico da luta. Nos domínios especializados da erudição como nos saberes desqualificados das pessoas jazia a memória dos combates, exatamente aquela que até então tinha sido subordinada. (FOUCAULT, 1995; p.96).

Como vemos, a concepção de Foucault reforça as reflexões das feministas que analisam a desqualificação dos saberes de mulheres, na ciência e na prática<sup>41</sup>. Tendo um caráter feminista, essa tese se propôs analisar as políticas públicas voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras, escutando de perto suas vozes e suas demandas. Muitas

---

41 Spivak fez uma crítica ao posicionamento academicista de Foucault, que não contribuiria para a análise de populações subalternizadas. Considero no entanto, que a reflexão de Foucault sobre os *saberes dominados* pode contribuir para a reflexão sobre a importância da revalorização dos conhecimentos das mulheres trabalhadoras rurais.



das políticas voltadas para as mulheres no país foram instituídas a partir da influência de organismos internacionais e suas recomendações, no subtópico a seguir aprofundo essa reflexão, trazendo ainda as principais recomendações das 13 conferências regionais de mulheres latino-americanas e caribenhas da ONU/CEPAL.

## 2.2 A influência de organismos internacionais na construção de políticas para mulheres brasileiras

Qual a influência das conferências regionais sobre mulheres latino-americanas e caribenhas da ONU/CEPAL na construção de políticas públicas nacionais voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais? Neste subcapítulo procuro estabelecer uma reflexão sobre de que modo as recomendações adotadas por países latino-americanos em suas políticas públicas de gênero são fortemente estimuladas por organismos internacionais, como a ONU e a CEPAL por exemplo; demonstrando ainda como o uso da perspectiva feminista decolonial pode ser útil para elucidar esse debate.

Segundo Cláudia Lima Costa (1998), os feminismos atuais tratam de uma diversidade de discursos sobre as relações de poder, ancorados na intersecção das diferenças de raça, classe, gênero, idade, orientação sexual, entre outras. Foi justamente essa diversidade de discursos que permitiu o surgimento de uma variedade de feminismos que não podem ser traduzidos em uma única posição particular.

Classe, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual são diferenças que afetam as formas como as mulheres vivenciam diferentes discriminações. Kimberlé Creenshaw (2002) acredita que por vezes as experiências únicas das mulheres étnica e racialmente marcadas, são obscurecidas e marginalizadas. Segundo a autora, para garantir que todas as mulheres possam ser beneficiadas por direitos, é necessário atentar para todas as desigualdades que contribuem para as vulnerabilidades particulares que experimentam, sendo importante que ao criar mecanismos que busquem “articular e/ou responder às necessidades das mulheres marginalizadas antecipassem as várias formas pelas quais as vulnerabilidades de raça e de gênero podem se entrecruzar” (CREENSHAW, 2002; p. 174).

Para Rosalva Aída Hernández Castillo (2014), é fundamental a emergência de um feminismo descolonizador que rompa com as tradições etnocêntricas e universalizantes que caracterizam os feminismos hegemônicos. Castillo informa que o feminismo descolonizador surge a

partir das primeiras vozes críticas feministas na década de 1980, que denunciavam o silenciamento e a exotização de muitas mulheres, como as próprias agricultoras, pescadoras, extrativistas, artesãs indígenas ou aquelas oriundas dos países ainda marginalizados, representadas como vítimas e não como agentes do próprio desenvolvimento que almejam. Outro problema das teorias feministas hegemônicas é que elas acabam delimitando fronteiras de discussão, facilitando ou dificultando acesso a textos, autores/as e debates (COSTA, 2014).

A descolonização é sempre um processo violento segundo Frantz Fanon (1999), e somente através dela as transformações sociais são possíveis. Nem sempre inteligível, a descolonização consegue conjugar visões antagônicas de mundo, pois ao invés de aceitar a imposição ideológica vinda das relações de exploração entre o/a que coloniza e o/a colonizado/a, ela impõe sua lógica àquele/a que se permitia colonizar (ou que, em geral sem que permitisse, era colonizado/a). Para Fanon, o pensamento descolonial confronta essas relações de poder e não passa despercebido, sendo um processo transformador da consciência dos/as que foram explorados/as, marginalizados/as e colonizados/as, atribuindo possibilidades de novas construções de discurso sobre suas próprias subjetividades, descolonizando pensamentos e se reconstruindo nessas novas identificações de si, como afirma:

*La descolonización es siempre un fenómeno violento. (...) La descolonización, que se propone cambiar el orden del mundo es, como se ve, un programa de desorden absoluto. Pero no puede ser el resultado de una operación mágica, de una sacudida natural o de un entendimiento amigable. La descolonización, como se sabe, es un proceso histórico: es decir, que no puede ser comprendida, que no resulta inteligible, traslúcida en sí misma, sino en la medida exacta en que se discierne el movimiento historizante que le da forma y contenido. La descolonización es el encuentro de dos fuerzas congénitamente antagónicas que extraen precisamente su originalidad de esa especie de sustanciación que segrega y alimenta la situación colonial. (...) El colono y el colonizado se conocen desde hace tiempo. Y, en realidad, tiene razón el colono cuando dice conocerlos. Es el colono el que ha hecho y sigue haciendo al colonizado. El colono saca su verdad, es decir, sus bienes, del*

*sistema colonial. La descolonización no pasa jamás inadvertida puesto que afecta al ser, modifica fundamentalmente al ser, transforma a los espectadores aplastados por la falta de esencia en actores privilegiados, recogidos de manera casi grandiosa por la hoz de la historia. Introduce en el ser un ritmo propio, aportado por los nuevos hombres, un nuevo lenguaje, una nueva humanidad. La descolonización realmente es creación de hombres nuevos. Pero esta creación no recibe su legitimidad de ninguna potencia sobrenatural: la "cosa" colonizada se convierte en hombre en el proceso mismo por el cual se libera.. En la descolonización hay, pues, exigencia de un replanteamiento integral de la situación colonial. (FANON, 1999; p.1)*

Ochy Curiel Pichardo (2014) demonstra a importância de se propor novas maneiras de compreender as relações globais e locais, entendendo o pensamento moderno ocidental, o colonialismo e o capitalismo como partes da mesma hegemonia de poder e de saber. Segundo a autora, essa colonialidade de poder e saber desvaloriza, ignora, invisibiliza, exclui e silencia saberes e potenciais das populações marginalizadas.

Pensando em como tais prismas podem ser adotados pelas políticas públicas voltadas para mulheres, Pichardo adverte que não bastaria recuperar textos de feministas fora da rota hegemônica para que a perspectiva interseccional possa ser apropriada pelas políticas, sendo necessária que sejam recuperadas as histórias de mulheres de diferentes grupos, em suas vivências de opressões específicas, para evidenciar experiências e opressões invisibilizadas de mulheres marginalizadas, no sentido de direcionar melhor a implementação de políticas específicas:

*Parecería que es suficiente introducir la perspectiva de la interseccionalidad, citar a algunas feministas indias o algunas negras, chicanas o indígenas para sustentar una posición feminista post-colonial. Para algunas de nosotras, esto no es suficiente. Es necesaria una relectura de "la historia", de las historias, situarnos en contextos traspasados por el colonialismo, hacer una comprensión más compleja de las opresiones como parte intrínseca de la colonialidad contemporánea y, desde allí, hacer nuestras teorizaciones y direcci-*

*onar nuestras prácticas políticas* (PICHARDO, 2014; P. 48).

Recuperar histórias é recuperar saberes. Segundo Haraway (1991), ao recuperar saberes estamos instrumentalizando e valorizando discursos marginalizados, ressignificando as experiências vivenciadas e atribuindo novos sentidos subjetivos às mesmas. As histórias são mecanismos de poder, ou ainda, “*un cuento con el que los mentirosos de la cultura occidental engañan a los demás; la ciencia, un texto discutible y un campo de poder; la forma es el contenido*” (HARAWAY, 1991; p. 317). A autora reivindica uma prática de contestação aos discursos impostos, propondo a descolonização e a desconstrução do pensamento e a valorização das trocas de saberes para aprimorar as maneiras de apreender o mundo, como explana a seguir:

*Por lo tanto yo, con otras muchas feministas, quiero luchar por una doctrina y una práctica de la objetividad que favorezca la contestación, la desconstrucción, la construcción apasionada, las conexiones entrelazadas y que trate de transformar los sistemas del conocimiento y las maneras de mirar.* (HARAWAY, 1991; p. 329)

Muitos dos discursos feministas acadêmicos até a década de 1980 adotavam os metadiscursos modernistas, incorporando as experiências das mulheres ocidentais, brancas e da classe média como representantes das experiências de todas as mulheres, numa perspectiva etnocentrista e heterossexista (CASTILHO, 2014). Esses discursos eram excludentes e não integravam questões específicas das indígenas, negras, pescadoras, extrativistas e camponesas. Segundo Castilho, ao incorporar outras mulheres ao discurso, os feminismos podem estabelecer novos diálogos e aprender com as experiências destas, construindo novos projetos mais articulados com as vivências das mais marginalizadas. Precisamos escutar as vozes das mulheres agricultoras, das mulheres indígenas, das mulheres negras, das pescadoras, das extrativistas, das assentadas rurais e de outras mulheres ainda invisibilizadas.

Apesar de surgido como uma forma de intervenção pelas feministas não-brancas para desafiar as marcas hegemônicas de raça, classe e gênero nos feminismos ocidentais, Jasbir Puar (2011, citado por COSTA, 2014) critica a perspectiva interseccional adotada por analisar que a mesma acabou recentrando o feminismo branco que procurava descentrar, pois, ao buscar a diferença da outra (diferente da mulher

branca), acabou constituindo-a como “sempre a 'outra' da mulher branca” (COSTA, 2014; p. 286).

\*\*\*

E como foram incorporadas as perspectivas feministas decolonial pelas políticas públicas praticadas na América Latina e Caribe? Analisando as contribuições da economia feminista para o desenvolvimento latino-americano e caribenho, Rosângela Saldanha Pereira e Francesc Xavier Rambla (2010) demonstram os dois tipos de enfoque adotados pelas políticas públicas voltadas para as mulheres da região até então: (1) Políticas com enfoque nas *Mulheres Em Desenvolvimento* (MED); e, (2) Políticas em desenvolvimento que adotam a perspectiva de *Gênero Em Desenvolvimento* (GED).

De acordo com as autoras, as políticas MED teriam emergido na década de 1970 tendo como objetivo inicial a visibilização das mulheres como categoria nas políticas de desenvolvimento, com o propósito de eliminar sua marginalização sócio, econômica e cultural. Pereira e Rambla demonstram que a principal crítica a esse enfoque está no fato do mesmo não questionar o modelo dominante de desenvolvimento, caracterizado como um feminismo econômico liberal, adotando estratégias que apenas incluem as mulheres ao desenvolvimento em voga. Esse tipo de enfoque tampouco questiona o sistema patriarcal, exposto nas relações desiguais de gênero ou nas normas naturalizadas da divisão sexual do trabalho.

Concordando com essa crítica, Alba Carosio (2009) demonstra que o enfoque MED, baseado em políticas anti-pobreza, e o enfoque de eficiência, que reconhecia o potencial de microempresárias das mulheres ou do seu papel como trabalhadoras, não propunham modificações sociais efetivas, buscando integrar as mulheres aos mercados numa perspectiva meramente produtivista. Até que ponto as políticas voltadas para a eliminação da pobreza estariam empoderando as mulheres? Ou estariam essas políticas gerando laços de dependência e de possível exploração?

Outra crítica apontada a esse enfoque é que o mesmo propõe que as mulheres trabalhem a favor do desenvolvimento, e não ao contrário – inclusive contribuindo com trabalho voluntário, não recebendo nenhuma remuneração para isso e aumentando ainda mais sua jornada diária. Como explicam Pereira e Rambla a seguir:

O enfoque MED ao definir os problemas das mulheres em termos das necessidades básicas das famílias, e não tanto com base na subordinação que elas experimentam na esfera reprodutiva, resultam em programas de desenvolvimento que priorizam a produção das mulheres pobres no âmbito doméstico e nos ofícios tradicionalmente femininos (...). Este tipo de programa serve para reforçar o caráter secundário da mulher na esfera produtiva, assim como para estimular o trabalho gratuito das mulheres e reafirmar sua posição na esfera reprodutiva (PEREIRA e RAMBLA, 2010; p. 50).

Segundo Emma Siliprandi (2015), poucos resultados foram alcançados com a adoção da perspectiva MED, tanto pelo fato dos projetos voltados para as mulheres contarem com poucos recursos – financeiros, materiais e humanos –, como também pelo fato dos mesmos gerarem rendas pequenas e marginais ao mesmo tempo que aumentavam a carga de trabalho das mulheres e reforçaram as funções estereotipadas de gênero.

\*\*\*

Pensando sobre a hipótese levantada por Nancy Fraser (2009) de que os feminismos têm afinidade com o neoliberalismo econômico, Verónica Schild (2016) argumenta que os feminismos latino-americanos apesar de estarem envolvidos sim com esse modelo de desenvolvimento, contam com especificidades regionais distintas de feminismos praticados em outras regiões globais. Fraser recorda que a crise econômica mundial presente nas décadas de 1980 e 1990 como decorrência do neoliberalismo adotado e pela crescente globalização, afetou fortemente os países subdesenvolvidos, fazendo com que estes aumentassem suas dívidas junto às instituições financeiras internacionais, o que os compeliu a realizar programas de ajustes estruturais, reduzindo drasticamente os gastos nacionais.

De acordo com Schild (2016), é nesse momento que algumas linhas dos feminismos passaram a desempenhar um papel importante para o neoliberalismo na América Latina, promovendo práticas de empoderamento para as mulheres, no entanto sem questionar o padrão do trabalho reprodutivo, ainda fortemente marcado pela divisão sexual do trabalho.

Como resposta a tais críticas, na *Terceira Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher*, em 1985, os movimentos feministas e de mulheres começam a questionar esse modelo de desenvolvimento e as estratégias utilizadas, evidenciando assim a necessidade de se pensar um modelo alternativo onde os problemas e as demandas das mulheres fossem percebidos como parte de um sistema normativo de gênero que impunha a elas “papéis de subordinação e marginalização na sociedade” (PEREIRA e RAMBLA, 2010, p. 51). É a partir de então que começa a surgir a perspectiva GED e do empoderamento, que defendem a tomada de consciência das mulheres no que refere às condições de subordinação e marginalização por elas vivenciadas, para que as mesmas possam decidir sobre o que querem pra si e para o desenvolvimento que almejam.

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (2006) sugere que o conceito de empoderamento tenha surgido como influência do movimento feminista, mas também do movimento negro norte-americano. O conceito foi incorporado pelas feministas que se preocupavam com a discussão do desenvolvimento e que criticavam o modo como as mulheres eram enfocadas nos programas governamentais. De acordo com a autora, o uso do conceito proliferou, utilizado por diferentes atores e atrizes sociais – ONGs, movimentos sociais, agências de cooperação internacionais e instituições governamentais, por exemplo – que ora adotavam o termo como uma concepção técnica despida de conflitos ideológicos e políticos e passível de ser aprendida em cursos, ou que poderia designar algo a ser concedido a alguém; outrora entendiam o conceito como designando ações voltadas a promover a equidade de gênero através da alteração radical das relações de poder, dos processos e estruturas sociais. Cordeiro adota essa última noção, e relaciona os processos de empoderamento com o maior acesso a (e controle de) recursos materiais e econômicos, mas também à participação das mulheres nas decisões em diferentes contextos.

Para Pereira e Rambla (2010), essa perspectiva seria o enfoque ideal a ser adotado pelas políticas por promover empoderamento das mulheres e por implementar a transversalidade de gênero como pressuposto estratégico de ação governamental:

Os objetivos deste enfoque (GED) são desafiar a ideologia patriarcal; transformar as instituições que reforçam e perpetuam a discriminação social e as desigualdades de gênero, assim como permitir às mulheres o acesso aos recursos materiais e à informação (AFSHAR, 1999). As ferramentas fun-

damentais do enfoque GED são o empoderamento e *mainstreaming* de gênero (traduzido como a transversalidade de gênero), sustentados pela *Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial das Mulheres*, realizada na China em 1995, como estratégias básicas para alcançar a igualdade de gênero (PEREIRA e RAMBLA, 2010, p. 51).

Para ser efetivo, o empoderamento deve mudar a autopercepção das pessoas. Gita Sen (1998) deixa claro que o empoderamento é um processo individual e não pode ser realizado por alguém para outra pessoa. As mudanças de consciência são sempre pessoais e só assim podem trazer transformações criativas. De acordo com o autor, as organizações comunitárias podem ser o veículo que facilita esse processo de empoderamento, no entanto, elas não garantem que o mesmo seja efetivo, já que depende de cada indivíduo realizar suas próprias transformações individuais.

O enfoque do empoderamento foi adotado nas políticas públicas desenvolvimentistas ao mesmo tempo que o princípio da transversalidade de gênero. O princípio da transversalidade de gênero, que pressupõe a adoção da perspectiva de gênero no planejamento de todas as políticas públicas, passou a ser incorporado pelos governos principalmente após a *Conferência de Beijing* (1995), sendo adotado pelas comissões e grupos que planejam e discutem políticas governamentais, assim como nas ações da cooperação internacional junto aos países em desenvolvimento. De acordo com Lourdes Bandeira (2005), o fracasso em implementar a transversalidade da perspectiva de gênero em todas as análises econômicas e de planejamento explicaria o aumento da pobreza<sup>42</sup> entre as mulheres.

Bandeira acredita que, ao se adotar a transversalidade de gênero nas políticas públicas governamentais, seria possível melhorar a eficácia dessas políticas assegurando que as mesmas pudessem ser elaboradas de forma mais democrática e inclusiva para as mulheres, o que permitiria ações integradas entre as diversas instâncias governamentais em relação à superação das assimetrias de gênero. De acordo com a autora, as polí-

---

42 Problema social também conhecido como “feminização da pobreza” (CHANT, 2008). Conceito adotado por políticas públicas desenvolvimentistas de todo mundo que demonstra bastante contradição, visto que a maioria dos indicadores de pobreza não são sensíveis ao gênero (PEREYRA, 2013; CHANT, 2008; SEN, 1998; entre outros/as).



ticas brasileiras voltadas para mulheres ainda são políticas para mulheres (MED), pois ainda buscam centralizar o feminino como parte da reprodução social, enfatizando a responsabilidade das mulheres no cuidado das famílias.

Apesar de ter sido firmado o compromisso dos governos em adotar a transversalidade de gênero, muito pouco tem-se avançado nesse sentido. Ainda hoje no Brasil a transversalidade de gênero é timidamente atingida, o que se explicaria pela incipiente experiência com tais políticas públicas e por estar restrita a determinados núcleos de atuação específicos. Ou ainda, como diria Siliprandi (2015c), ainda que o discurso da transversalidade de gênero estivesse presente, é difícil mensurar o quanto essa transversalidade efetivamente está sendo realizada.

\*\*\*

Os movimentos de mulheres e feministas são fundamentais para a construção de políticas públicas que incorporem a transversalidade de gênero, tendo sua importância destacada em diversas das conferências de mulheres latino-americanas e caribenhas – e também nas conferências nacionais de mulheres trabalhadoras rurais. Para Josefa Francisco e Peggy Antrobus (2015), estes movimentos também foram relevantes para a elaboração de acordos da ONU sobre desenvolvimento e direitos humanos durante as décadas de 1980 e 1990, que a partir de então passaram a incluir debates sobre os direitos das mulheres, inclusive direitos sexuais e reprodutivos, e a vincular justiça econômica e justiça de gênero. De acordo com as autoras, apesar das feministas reconhecerem a ONU como um espaço necessário para estabelecer diálogos políticos e para conseguir que os governos as apoiassem na busca pelos direitos humanos e pelo desenvolvimento equitativo, muitas questionam a eficácia do organismo para enfrentar os novos desafios impostos pela globalização. Segundo relatam, umas das principais demandas em relação à ONU é que a mesma estabeleça um mecanismo de prestação de contas frente aos povos do mundo como forma de contestar as decisões neoliberais tomadas pelos estados-membro.

Francisco e Antrobus (2015) recordam que não existe nenhum outro espaço intragovernamental que tenha tantos países representados, e que a presença das mulheres feministas ali é fundamental, visto que outras organizações de mulheres mais conservadoras poderiam acabar ocupando esses espaços, prejudicando diversos debates como consequência. Ainda assim, existem críticas à participação da sociedade civil

e das feministas na ONU e em seus órgãos subsidiários – como a *ONU Mulheres*, criada em 2010, ou a própria CEPAL – tanto por acreditarem ser mais estratégico investir em novos espaços de discussão que possam desenvolver alternativas mais eficazes quanto pela falta de transparência que o órgão atua, como mencionam a seguir:

*Existen posiciones totalmente diferentes con respecto a la interrogante de si las organizaciones de la sociedad civil, los movimientos sociales y las feministas deben abandonar las acciones de incidencia en la ONU antes de que se cumplan estas demandas. Algunas organizaciones creen que es sabio y práctico invertir tiempo y energía en nuevos espacios de contienda donde se puedan probar y desarrollar verdaderas alternativas. Otras, como DAWN<sup>43</sup>, han mantenido su participación en la ONU, alegando la necesidad de asegurar el rol central en la gobernanza económica ante el predominio de las instituciones de Bretton Woods y la Organización Mundial de Comercio. (...) Los movimientos sociales y las organizaciones de mujeres/feministas consideran que la naturaleza no transparente de estas organizaciones es un gran desafío para la gobernanza global y demandan un liderazgo global que sea más responsable, democrático y que respete los derechos humanos (FRANCISCO e ANTROBUS, 2015; p. 340).*

As autoras explicam que a ONU, apesar de ser um organismo preocupado com as emergências e crises globais, integra países tradicionalmente poderosos e ricos e outros países influentes economicamente, com interesses totalmente opostos da realidade experimentada pela região. Ainda que em 2009 o organismo tenha criado pela primeira vez um painel composto por lideranças de frente de resistência às políticas neo-

---

43 DAWN, sigla em inglês para *Development Alternatives with Women for a New Era* (traduzido em português como *Rede Mulheres para um Desenvolvimento Alternativo para uma Nova Era*), é uma rede de mulheres acadêmicas, pesquisadoras e ativistas que lutam por justiça econômica e de gênero, por desenvolvimento sustentável e democrático e por alternativas feministas (DAWN, 2017).

liberais do comércio em uma Conferência Mundial<sup>44</sup>, há ainda diversos obstáculos a serem superados.

Para a *Rede Mulheres para um Desenvolvimento Alternativo para uma Nova Era* (FRANCISCO e ANTROBUS, 2016) alguns dos problemas e desafios referentes à atuação da ONU poderiam estar relacionados com as seguintes questões: (1) a permanência dos países desenvolvidos no Conselho de Segurança; (2) a comoção no Conselho de Direitos Humanos sobre direitos sexuais e direitos das mulheres; (3) o colapso dos Estados laicos, que acabou facilitando o aumento da influência dos neoconservadores nas negociações intergovernamentais; (4) a influência e o acesso das grandes corporações e multinacionais através do filantropocapitalismo; (5) a permanente pressão das instituições de *Bretton Woods* e dos governos para promover acordos de livre comércio; (6) a ainda marginalizada discussão sobre os direitos humanos das lésbicas, dos gays, dos bissexuais e da população transgênero.

Sonia Alvarez (2000; p. 399) atribui a incorporação das temáticas feministas e de gênero às pautas da ONU, ainda que restritas, à “eficácia de incansáveis intervenções daquele grupo crescente de feministas que ‘ocupou’, senão ‘conquistou’, espaços em uma grande quantidade de públicos dominados pelos homens em anos recentes”. Alvarez observa que a implementação efetiva das recomendações da ONU e dos governos dificilmente ocorre, e que a absorção dos discursos feministas por tais instituições é parcial e seletiva, buscando adotar estratégias que incorporem as mulheres ao desenvolvimento nacional e à modernização econômica, evitando abordar propriamente reivindicações feministas, como a escolha na reprodução, estruturas familiares alternativas, direitos das lésbicas, entre outras.

A autora entende que as feministas que adentraram não somente a ONU mas também outros organismos governamentais, não seriam ingênuas ou compradas pelo sistema, mas que compreenderam que tais instituições, assim como os bancos internacionais e as multinacionais, são espaços com grande influência na construção da agenda de desenvolvimento mundial, e que, portanto deveriam ocupá-lo. Muitas feministas as criticam e as consideram como tecnocratas que estariam abandonando

---

44 *Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas*, ocorrida em Copenhague (Dinamarca) no ano de 2009. De acordo com Francisco e Antrobus (2016), as lideranças apresentaram propostas radicais para modificar o mercado global e reduzir o poder das corporações, o que acabou gerando reações negativas por parte de algumas delegações governamentais, que não estavam acostu-mados à linguagem de protesto nos eventos da ONU.

os princípios fundamentais do feminismo, incorporando-se às normativas capitalistas neoliberais e patriarcais do desenvolvimento praticado e reduzindo seu caráter questionador.

O feminismo institucionalizado não foi uma prática ocorrida apenas na América Latina e Caribe, mas, conforme aponta Schild (2016), na região o mesmo se utilizou de políticas pragmáticas buscando respeitar os limites impostos pelas relações capitalistas locais e internacionais. Diversos programas voltados para mulheres na região foram financiados por agentes e instituições alinhadas a uma concepção econômica e política do Estado neoliberal, permitindo “que algumas mulheres se tornassem vozes dominantes do feminismo e interlocutoras legítimas das agências governamentais e transnacionais, enquanto outras se tornaram marginais ou silenciadas” (SCHILD, 2016, p. 70). De certa maneira, tais programas acabaram definindo quais feminismos seriam incorporados, e quais outros ainda permaneceriam em luta por mais direitos e por visibilidade política em toda região.

Schild destaca que os feminismos adotados pelas políticas e organizações latino-americanas, ao se institucionalizarem, tornaram-se ainda mais específicos e começaram a receber apoios financeiros de doadores internacionais (como as agências de ajuda escandinavas, fundações norte-americanas, institutos alemães, ONGs britânicas internacionais, entre outros), tornando-os de certa forma clientes dos financiamentos neoliberais. Muitas feministas avessas à essa idéia de um feminismo liberal acusam alguns desses governos “doadores” como patrocinadores de guerras e impositores de políticas neoliberais, o que reforçaria as situações de miséria e violência vivenciadas por mulheres em todo mundo. Os feminismos não incorporados ficaram dessa maneira relegados às classes subalternas e marginalizadas, que, dentre outros obstáculos, demonstraram dificuldades na elaboração de projetos, por exemplo, apartando-as ainda mais das políticas que lhes eram necessárias:

Ao invés de criar espaços coletivos nos quais mulheres pudessem articular suas próprias demandas, (...) estes projetos de desenvolvimento de gênero institucionalizados tenderam a tratar as mulheres como indivíduos isolados, com problemas que podem ser resolvidos através de formas de clientelização diferencial. Nos últimos vinte e cinco anos de política social sensível a gênero, este padrão de exclusão e clientelização se tornou arraigado. Isto não é simplesmente o caso de ideais feministas

sendo “ressignificados”, mas de praticantes feministas ativamente buscando o patrocínio dos poderes neoliberais (SCHILD, 2016; p. 72).

Conseguir recursos para apoiar as ações realizadas em busca pela efetivação dos direitos das mulheres é um dos desafios a serem encarados pelo feminismo latino-americano no momento atual. Francisco e Antrobus (2015) demonstram que a crise financeira mundial iniciada em 2008 afetou as doações públicas e privadas para as questões feministas e para o desenvolvimento na região, traduzindo-se em fundos cada mais escassos, com práticas cada vez assistencialistas e menos empoderadoras. De acordo com as autoras, a crise enfraqueceu ainda a ação no território de organismos e ONGs feministas internacionais, fazendo com que estas reduzissem de modo significativo os gastos em recursos humanos e em programas, resultando em atividades sendo realizadas de modo precário e determinando inclusive a extinção de alguns dos organismos que atuavam na região.

Algumas mulheres, em sua maioria profissionais da classe média e especialistas em gênero, puderam acessar o Estado permitindo que algumas propostas políticas fossem enfocadas, o que fez com que muitas feministas as acusassem de omitir demandas de grupos de mulheres excluídas da discussão, aumentando ainda mais a distância entre as mulheres das classes trabalhadoras (potenciais clientes dos programas subsidiados pelos governos) e aquelas com credenciais profissionais adequadas para competir por mais financiamento (MONTECINOS, 2003).

O grande problema da institucionalização do feminismo seria o fato do mesmo perder seu poder contestador e subversivo ao ser incorporado nos discursos oficiais. De acordo com Schild (2016), a agenda feminista da América Latina ainda precisa incorporar as diferenças baseadas em raça e classe entre as mulheres da região, assim como os efeitos devastadores do agronegócio e das indústrias extrativistas nas comunidades rurais para atender demandas de grupos de mulheres ainda marginalizados. É importante que as desigualdades sociais, econômicas e raciais latino-americanas sejam incorporadas pelos feminismos e nas políticas aqui praticadas, buscando um projeto emancipatório ainda maior.

É importante ressaltar que existem diversas tensões entre as pautas colocadas pelos diferentes movimentos de mulheres e feministas em todo mundo. Tensões que acabam implicando em diferentes e permanentes ações e negociações sobre novos e velhos temas ainda não resolvidos, e que ainda demonstram o longo caminho a ser percorrido para um

futuro mais equitativo e justo para todas as mulheres. Francisco e Antrobus (2015) observam que as demandas desses movimentos também se interconectam com outras lutas de distintos movimentos sociais e organizações populares que se reúnem<sup>45</sup> regularmente e debatem sobre políticas de desenvolvimento alternativas ao modelo liberal.

Para Castillo, muitas das conferências da ONU e CEPAL acabam excluindo movimentos feministas mais marginalizados, reproduzindo um feminismo hegemônico, branco, heteronormativo, etnocentrista e de classes médias. Segundo a autora, “*la historia de los Encuentros Feministas Latinoamericanos y del Caribe (...) es una historia de exclusiones y silenciamientos*” (CASTILHO, 2014, p. 210). Castilho é contundente em afirmar que o racismo e a xenofobia são colocados em segundo plano nos feminismos debatidos nessas pautas internacionais.

Como um desses exemplos cito a *IV Conferência Mundial da Mulher da ONU* ocorrida em Pequim (Beijing), China, em 1995. Segundo Alvarez (2000), apenas um subconjunto relativamente pequeno de participantes latino-americanas – a maioria altamente profissionalizadas, tematicamente especializadas e oriundas de ONGs que atuavam de modo transnacional – participaram da construção da *Plataforma de Beijing*, em contraste com as mais de 1.800 latino-americanas participantes do Fórum de ONGs da Conferência – ocorrida em Huairou, também na China, próxima a Pequim – espaço em que puderam se aproximar das questões de mulheres de diferentes países, incorporando em suas oficinas, manifestações e atividades culturais temas como racismo, as demandas das mulheres negras e das indígenas, o empobrecimento crescente das mulheres e os direitos sexuais.

Nos subtópicos a seguir, resgato algumas das principais pautas levantadas e recomendações indicadas pelas Conferências Regionais das Mulheres da América Latina e Caribe nos últimos 40 anos, promovidas pela ONU e pela CEPAL, para em seguida apresentar as Conferências

---

45 Francisco e Antrobus (2015) destacam a criação dos *Diálogos Feministas no Fórum Mundial Social* como um importante espaço de discussão que congrega não somente os movimentos de mulheres e movimentos feministas de todo o mundo, mas que também os interconecta com outros movimentos por justiça social. As autoras mencionam outros espaços onde tais encontros são realizados, como as reuniões do *Mundo de Mulheres*, organizado pela *Associação Internacional de Sociologia*, a *Reunião Anual da Associação Internacional de Economia Feminista* e o *Fórum Internacional da Associação para os Direitos da Mulher e Desenvolvimento*, dentre outros.

Nacionais que traduzem parte das demandas das mulheres trabalhadoras rurais brasileiras nos últimos anos.

### 2.3 Conferências Regionais das Mulheres Latino-Americana e Caribenhas e a construção de políticas para mulheres na região

Promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), a *Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher*, ocorrida no México em 1975, foi um importante marco na história das políticas voltadas para mulheres de todo mundo, dando início também à *Década da Mulher*. Essa primeira Conferência afirmou em seu Consenso que a situação das mulheres não poderia ser desvinculada do processo de desenvolvimento vigente, reconhecendo também que os contextos político, econômico, social e cultural daquele momento (e ousar dizer ainda hoje) seriam desafios e obstáculos a serem ultrapassados, e para tanto seria necessária a busca de meios para realizar tais alterações (ONU, 2016).

Os estados-membro da ONU decidiram que as diretrizes propostas na Conferência deveriam ser complementadas com diretrizes regionais, devido às distintas diferenciações entre as diversas regiões do mundo. De acordo com Verónica Montecinos (2003), foi também após 1975 que agências de desenvolvimento e fundações privadas começaram a focar nas demandas das mulheres a nível internacional. Demandas essas que pautavam a necessidade de maior inclusão de gênero nas políticas de modo geral.

Muitos países passaram a modificar suas legislações desde então, criando estruturas públicas para a promoção dos direitos das mulheres. Nas universidades avançou-se nos estudos sobre as mulheres e os feminismos, formalizando cursos e linhas de pesquisa, e na sociedade civil se consolidaram as ONGs, apoiando e assessorando os movimentos sociais (SILIPRANDI, 2015). De acordo com Siliprandi (2015c), o número significativo de ONGs voltadas para o desenvolvimento rural criadas a partir desse momento acabou favorecendo a organização das agricultoras, pescadoras, extrativistas, quilombolas e indígenas no Brasil, muitas delas tratando de questões de gênero. Diversas dessas organizações também foram beneficiadas por organizações feministas que passaram a trabalhar com as mulheres trabalhadoras rurais.

Dois anos posteriores a esse evento, em 1977, ocorreu em Havana, Cuba, a *1ª Conferência Regional sobre Integração da Mulher ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina*, promovida

pela CEPAL em parceria com a ONU, possibilitando a existência de um intercâmbio regional que colocasse as demandas das mulheres da região e que articulasse governos com os movimentos feministas e movimentos de mulheres. Desde então, já aconteceram 12 outras Conferências Regionais sobre as mulheres promovidas por esses organismos na América Latina e Caribe.

Segundo a ONU/CEPAL (2016), a *Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe* ocorre regularmente com um intervalo não superior a três anos, com o propósito de analisar e identificar a situação regional das mulheres no que concerne a uma maior autonomia e ao alcance de mais direitos, apresentando recomendações para a região em matéria de políticas públicas, realizando avaliações periódicas das atividades postas em ação em relação aos objetivos e metas propostas e também realizando fóruns de debates sobre a igualdade de gênero.

De acordo com a *Estratégia de Montevidéu* (ONU/CEPAL, 2016), a América Latina e o Caribe se destacam por ser a única região do mundo que desde 1975, e de maneira ininterrupta<sup>46</sup>, reúne seus Estados para debater e comprometer-se politicamente a erradicar a discriminação contra as mulheres e a desigualdade de gênero. A *Conferência Regional sobre as Mulheres Latino-Americanas e Caribenhas* constitui o principal fórum de uma agenda regional de gênero em que se pôde consolidar o compromisso dos Governos dos países da região com os direitos e a autonomia das mulheres e com a igualdade de gênero.

Segundo a ONU/CEPAL (2016), pode-se agrupar em três categorias os compromissos assumidos pelos países latino-americanos e caribenhos nessas Conferências: (1) enfoques que guiam as políticas públicas (igualdade de gênero, direitos humanos das mulheres, interseccionalidade e interculturalidade, democracia paritária, representativa e participativa, laicidade, e desenvolvimento sustentável e inclusivo), (2) dimensões críticas para a igualdade de gênero e para a autonomia das mulheres em termos de direitos (direito a uma vida livre de toda forma de violência e discriminação, direitos sexuais e reprodutivos, direitos

---

46 Até 2016 já foram realizadas 13 Conferências Regionais sobre as mulheres latino-americanas e caribenhas na região: Havana (Cuba), 1977; Macuto, (Re-pública Bolivariana da Venezuela), 1979; Cidade do México (México), 1983; Cidade de Guatemala (Guatemala), 1988; Curaçao (Antilhas Holandesas), 1991; Mar del Plata (Argentina), 1994; Santiago do Chile (Chile), 1997; Lima (Peru), 2000; Cidade do México (México), 2004; Quito (Equador), 2007; Brasília (Brasil), 2010; Santo Domingo (República Dominicana), 2013 e Montevidéu (Uruguai), 2016.



econômicos, sociais e culturais, direitos civis e políticos, direitos coletivos e meio-ambientais), e (3) eixos de implementação e de atuação.

Os documentos propostos pela ONU Mulheres e pela CEPAL afirmam ainda a necessidade que as recomendações sejam incorporadas nos planos e programas de desenvolvimento nacionais como parte da estratégia internacional de desenvolvimento, seguindo ainda preceitos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e da *Declaração sobre a eliminação da discriminação contra a mulher*<sup>47</sup>.

Montecinos (2003) demonstra que desde 1980 a maioria dos países da região vêm realizando reformas legislativas adotando os parâmetros internacionais de direitos humanos, preocupados em disseminar mais informações sobre os direitos das mulheres e começando a incluir o gênero nos processos de construção política, especialmente naqueles voltados para o acesso das mulheres ao trabalho assalariado e de assistência às mulheres pobres chefes de família. Segundo a autora, muitos governos já começaram a adotar iniciativas para alterar estereótipos de gênero na mídia, nos livros didáticos e nas escolas, ao mesmo tempo que incorporam políticas voltadas para melhorar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, como medidas punitivas ao assédio sexual no trabalho e a criação de mecanismos de saúde e de previdência social especificamente para mulheres.

Apesar de adotarem tais reformas, para Montecinos (2003), os resultados alcançados por tais governos são percebidos como contraditórios, pois, a tendência dos países da região em criarem órgãos públicos voltados especificamente para as questões das mulheres acabou por dificultar a atuação de outros órgãos feministas, assim como de outras causas ainda marginalizadas.

De acordo com Siliprandi (2015a), foi a partir da década de 1990 que diversos países começaram a adotar políticas econômicas neoliberais, acarretando no aumento dos problemas de desemprego, pobreza e degradação ambientais, que resultaram em pressões sobre a ONU para a realização de uma série de conferências voltadas para os temas sociais (meio ambiente, direitos humanos, mulheres, alimentação, assentamentos humanos).

A partir da *Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento* (conhecida como *ECO-92*), ocorrida no Rio de Janeiro em

---

47 Consenso promulgado em 1975 na *Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher* ocorrida na Cidade de México, México.

1992, as lutas ecológicas das mulheres foram colocadas em evidência nas pautas políticas mundiais. Nessa Conferência foi criado um espaço de articulação dessas propostas (denominado *Planeta Fêmea*) que permitiu o encontro de diferentes feministas – ecologistas, ambientalistas, agricultoras de base, acadêmicas, militantes, entre outras – discutindo todos os temas debatidos na Conferência Oficial.

Siliprandi (2015a) acredita que a *ECO-92* tenha sido o espaço em que as mulheres, ao reivindicarem por questões ambientais, ganharam visibilidade internacional. Em pelo menos dois documentos assinados nesta Conferência (*Agenda 21* e *Declaração do Rio*) as mulheres ocuparam um lugar de destaque inédito até então. De acordo com a autora, as avaliações posteriores sobre a Conferência demonstraram que houve muito otimismo por parte das recomendações e tratados assinados, visto que o sistema de regulação internacional que se esperava ser construído não obteve legitimidade, e diversos dos problemas ali discutidos, quase duas décadas depois ainda continuavam sem solução ou foram agravados, além do surgimento de outros.

Depois da *Conferência de Pequim* em 1995, as conferências internacionais da ONU foram perdendo importância entre os movimentos sociais. Outros espaços de articulação começaram a ser construídos no final dos anos 1990 a partir dos protestos anti-globalização paralelos às reuniões do Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do G-7<sup>48</sup>, dando origem aos *Fóruns Mundiais Sociais*. Segundo Siliprandi (2015a), os movimentos feministas estavam presentes nesses Fóruns em suas distintas redes e articulações, reivindicando autonomia econômica das mulheres, acesso a direitos sexuais e reprodutivos, acesso a espaços de poder, entre outras pautas. Para a autora, foi também a partir dos *Fóruns Sociais Mundiais* que os movimentos de mulheres agricultoras dos países periféricos ganharam maior relevância.

Grande parte das propostas criadas na região para mulheres trabalhadoras rurais foram instituídas a partir de recomendações da ONU, CEPAL e FAO – que afirmam que o acesso a recursos produtivos e a uma maior autonomia financeira possibilitariam uma melhoria da qualidade de vida destas. Os países ricos tomam conta da economia dos países periféricos, impondo políticas que atingem suas comunidades e meio-ambiente. Como diria Eduardo Galeano (2017; p. 5) nas *Veias*

---

48 Grupo dos sete países hegemônicos que se reúnem para discutir a economia mundial, composto pelos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

*Abertas da América Latina*, “o mercado compra países”. Não somente compra países, mas mais ainda, o mercado dita as suas regras.

Heleieth Saffioti (2013) nos alerta para a importância dada às ideias e aspirações dos países hegemônicos pelos países de economia dependente, criticando o fato de que muitas das “soluções” adotadas pelo governo brasileiro para resolver os problemas nacionais se constituíram em meras reproduções precariamente ajustadas (ou inteiramente desajustadas) de soluções adotadas nos países mais ricos. Imita-se o modelo colonizador quando ainda estamos colonizados.

A questão que se coloca é se essas recomendações de cunho produtivista (aumento de crédito, por exemplo) seriam as mais eficazes, pois estariam ignorando a reflexão sobre a relevância econômica do trabalho doméstico e do modelo de desenvolvimento instituído, voltadas então para o aumento do poder de consumo. De acordo com a Paulilo (2013), as sugestões apontadas por essas recomendações, voltadas para a questão do trabalho doméstico são utópicas e constam com pouquíssimos exemplos de aplicações bem sucedidas.

Introduzir as questões de gênero em uma agenda econômica que privilegia as decisões dos organismos financeiros internacionais, dos Estados hegemônicos e das grandes corporações não é tarefa fácil. Segundo Alicia Girón (2009), desde *Bretton Woods*<sup>49</sup> predomina a visão do desenvolvimento econômico medido por indicadores econômicos que desconsideram a visão do desenvolvimento humano voltada para as questões de gênero e de diversidade cultural.

Virgínia Vargas (2009) ressalta o fato da ênfase no mercado ter trazido efeitos perversos também para as questões de cidadania, traduzidas para uma versão neoliberal – como acesso aos mercados e como expressão da capacidade de consumo – e não como categoria política e portadora de direitos.

A FAO recomenda o aumento do uso de mão-de-obra subutilizada como uma das propostas para solucionar o problema da fome no mundo, sem problematizar a questão do mercado. De acordo com Paulilo (2013), o aumento da produtividade das mulheres é uma das soluções

---

49 De acordo com Pedro Henrique Barreto (2009), a *Conferência de Bretton Woods* ocorreu em julho de 1944, quando o sistema financeiro mundial estava despedaçado. O objetivo era reconstruir o capitalismo mundial, a partir de regulamentação da política econômica internacional. Nessa Conferência foram criadas instituições multilaterais encarregadas de acompanhar esse novo sistema financeiro como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

apontadas, sem se explicitar como seria realizado – se através do incremento do auto-consumo ou se através da renda obtida no mercado. A autora demonstra que as recomendações propostas pela FAO tratam os mercados como efetivamente auto-reguláveis, deixando de lado as pressões políticas existentes nos países.

A globalização entra em cena na década de 1990, aproximando mercados em escala mundial. Magdalena Valdivieso (2009) vê a globalização como simplesmente uma reconcentração do poder político mundial, composto por Estados hegemônicos, corporações mundiais e organizações financeiras internacionais. Quem está no poder determina as políticas em vigência. Segundo Valdivieso, a globalização tende a desmantelar os Estados-nações e suas democracias, reduzindo os investimentos em políticas de bem-estar social, assim como a gerência destes sobre seus recursos naturais e bens de capital, acelerando as privatizações estatais e reduzindo o alcance das ações do Estado. A autora afirma que a globalização fortaleceu as tendências coloniais-patriarcais de poder, ao ampliar a exploração capitalista e legitimar tal ordem como expressão da própria modernidade.

As políticas econômicas, financeiras e fiscais mundiais determinam as pautas políticas dos países. Girón (2009) acredita que enquanto tais políticas não se tornarem mais distributivas e não priorizarem gastos sociais nas mulheres e nas populações mais vulneráveis, dificilmente terão impactos no desenvolvimento real.

A seguir listo alguns dos principais pressupostos – focando em pautas relativas às mulheres trabalhadoras rurais da região – que foram colocados nas *Conferências Regionais para Mulheres Latino-Americanas e Caribenhas* da CEPAL (ONU/CEPAL, 2016a) nos últimos 30 anos (1977 – 2017), para ajudar a pensar quais seriam os mesmos e qual lógica as estariam orientando. Abaixo resumo algumas dessas principais recomendações:

1. Na primeira Conferência, *Havana (Cuba)*, em **1977**, destacou-se que as mulheres deveriam estar vinculadas ao desenvolvimento econômico e social, recomendando que os governos adotassem programas que contemplassem transformações estruturais para a vida das mulheres trabalhadoras rurais, como reforma agrária, políticas de emprego, criação de organizações cooperativas e de pequenas indústrias rurais, políticas que facilitassem a comercialização e o acesso ao crédito, assim como a serviços de saúde, educação e bem estar social.

2. A segunda Conferência, em *Macuto (Venezuela), 1979*, reconheceu as diferenças entre as mulheres da região, demonstrando que ainda não havia sido elaborado uma estratégia regional que contemplasse todas as questões e demandas importantes até aquele momento. A situação das mulheres rurais foi percebida de modo particularmente grave, pois sofriam isolamento, falta de escolas e de empregos, além de outras desvantagens que as faziam migrar para os centros urbanos em busca de mais oportunidades.

3. A terceira Conferência, realizada na *Cidade do México (México), 1983*, centrou-se na construção de um novo tipo de desenvolvimento, expressando a necessidade da América Latina se preparar para um cenário em que cada vez mais se reduziriam os recursos financeiros e aumentaria a crise financeira mundial. Recomendou-se, entre outras ações, estratégias voltadas para a integração das mulheres ao planejamento social, para a realização de pesquisas, análises e formulação de diagnósticos, e para o fortalecimento de ações regionais e de organizações de mulheres. A família foi também colocada em relevância como sujeito e objeto de políticas e as mulheres rurais passaram a ser consideradas fundamentais para a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Foram recomendadas reformas legais e políticas agrárias para promover o acesso dessas mulheres à titularidade da terra, aos insumos produtivos e ao emprego, assim como a construção de programas de desenvolvimento rural.

4. A crescente participação das mulheres na vida econômica, social, política e cultural da região foi evidenciada a partir da quarta Conferência na *Cidade de Guatemala (Guatemala), 1988*, demonstrando que ainda não haviam sido superados diversos desafios que se constituíam como obstáculos para a participação plena das mulheres nessas esferas. Alguns avanços sociais foram percebidos, como a criação de uma consciência pública sobre a questão e a incorporação ao debate da sociedade de temas que eram considerados privados, como a violência doméstica e a família. Os movimentos de mulheres e a participação das mulheres em novas organizações também foi destacado, assim como as formas alternativas de participação destas e o fazer político que propunham, conseguindo realizar de modo mais articulado e coerente suas demandas. A Conferência da Guatemala relevou também a importância de agências especializadas da ONU para o desenvolvimento de projetos voltados para mulheres da região.

5. A quinta Conferência, em ***Curaçao (Curaçao), 1991***, avaliou os efeitos da crise da década anterior sobre as condições de vida da região, traduzidos em maiores níveis de marginalidade e pobreza. Ressaltou o crescimento dos projetos voltados para mulheres na região, somadas a diversas políticas sociais que começavam a ser implementadas. Solicitou que os países doadores, os organismos especializados e as agências internacionais de cooperação multilaterais e bilaterais incrementassem o apoio financeiro para o desenvolvimento dos recursos humanos da região em matéria de gênero.

6. A sexta Conferência, ocorrida em ***Mar del Plata (Argentina), 1994***, destacou o maior interesse por igualdade de gênero, a eliminação da discriminação aberta contra as mulheres e a proliferação de ONGs sobre o tema, demonstrando que a importância do papel das mulheres só crescia, tornava-se mais evidente e começava a se consolidar como um campo reivindicatório. Essa foi a primeira conferência que contou com informes nacionais sobre quase todos os países da região, demonstrando a heterogeneidade das situações experimentadas e verificando as políticas públicas voltadas para mulheres até então adotadas, dando especial atenção para as mulheres rurais, as indígenas, as negras, as deficientes, as imigrantes e as exiladas.

7. A sétima Conferência, em ***Santiago do Chile (Chile), 1997***, verificou que o tema gênero começava a receber mais atenção dos órgãos governamentais e recomendou um enfoque integrado ao desenvolvimento, vinculando políticas sociais e econômicas para o alcance da equidade através da ação da transversalidade de gênero nas políticas. O enfoque de gênero foi ressaltado nessa conferência, tanto no planejamento de medidas relacionadas ao meio-ambiente como na incorporação da perspectiva nas agendas e políticas de governos locais. Destacou ainda a importância de garantir documentação para as mulheres rurais e indígenas, assim como de todas as outras mulheres, de modo que possam acessar seus direitos.

8. Os esforços dos países da região em adotar a perspectiva de gênero em suas políticas públicas foram reconhecidos na oitava Conferência, em ***Lima (Peru), 2000***, demonstrando que foram criados em diversos desses países mecanismos responsáveis por formular políticas de equidade e igualdade. Identificou também que, apesar dos avanços alcança-

dos pelas mulheres nos anos anteriores, as desvantagens de gênero ainda estavam presentes. Recomendou novamente que os governos apoiassem o fortalecimento e o trabalho de redes e organizações de mulheres como mecanismos eficazes de trazer soluções alternativas para o problema da desigualdade enfrentadas por estas.

9. A nona Conferência, realizada no *México (México), 2004*, reconheceu a contribuição dos movimentos de mulheres no desenvolvimento de políticas públicas com perspectiva de gênero na América Latina e Caribe, e verificou que a globalização, apesar de ter trazido benefícios, gerou custos e não trouxe vantagens de modo equitativo a todos e todas. No que se refere a políticas públicas, recomendou a implementação de políticas que ajudassem a superar a pobreza, de políticas de emprego e de políticas educacionais que favorecessem a educação das mulheres e seu acesso às atividades econômicas, tecnológicas e científicas. A importância das mulheres rurais para o desenvolvimento sustentável foi ressaltada, recomendando ações para sua plena participação na preservação e no manejo do meio ambiente. O reconhecimento do direito das mulheres à terra foi também enfatizado, inclusive no que refere ao direito à herança e à criação de mecanismos que permitissem às mulheres o acesso os mesmos direitos concedidos aos homens em igual situação.

10. As diferenças da população da América Latina e do Caribe foram destacadas na décima Conferência, em *Quito (Equador), 2007*, demonstrando sua diversificação, e seu multiculturalismo. Afirmou também o valor do trabalho agrícola e de subsistência não remunerado desempenhado pelas mulheres rurais e propôs que os governos criassem mecanismos para visibilizar o trabalho feminino, assim como o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento à pobreza, como também para a preservação de conhecimentos tradicionais.

11. A décima-primeira Conferência, realizada em *Brasília (Brasil), 2010*, demonstrou a necessidade de aumentar os esforços na eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, inclusive da feminização da pobreza, da discriminação no mercado de trabalho, do trabalho doméstico não remunerado, da divisão sexual do trabalho, da falta de proteção social, da dificuldade quanto ao acesso à educação e à saúde – inclusive à saúde sexual e reprodutiva –, da discriminação por raça ou etnia e de outras medidas unilaterais. Enfatizou que o direito à proprie-

dade da terra, assim como o acesso à água, florestas e biodiversidade em geral é mais restrito às mulheres, que o uso desses recursos naturais estaria condicionado pela divisão sexual do trabalho e que os Estados deveriam reconhecer a importância das mulheres na manutenção da biodiversidade, implementando políticas de ações afirmativas e garantindo seus direitos nestes âmbitos. Relembrou ainda que a região da América Latina e do Caribe continuava sendo a mais desigual do mundo e que continuavam acentuando as brechas de gênero, raça, classe e etnia, reconhecendo também a persistência do racismo e suas desvantagens para as mulheres negras e indígenas, principalmente.

12. A décima-segunda Conferência, em *São Domingo (República Dominicana)*, 2013, focou sua atenção no acesso e uso das tecnologias de informação pelas mulheres, apontadas como mecanismos capazes de permitir exercerem sua liberdade de expressão, mas também para a criação de redes, troca de informações, atividades educativas e usos específicos nas atividades econômicas. Verificou-se a necessidade de avaliar o estado de execução das agendas internacionais e dos avanços alcançados em relação à igualdade de gênero e da efetiva autonomia das mulheres da região. Foram apontadas a necessidade de mais políticas públicas que permitissem enfrentar o racismo e o etnocentrismo, e a ampliação de políticas voltadas para as mulheres rurais no que se refere ao acesso à terra, aos recursos naturais e aos recursos públicos de apoio à produção, como assistência técnica e tecnológica, crédito e educação.

13. Última Conferência realizada na região até 2018, a décima-terceira conferência, ocorrida em *Montevideú (Uruguai)*, 2016, reconheceu mais uma vez a importância das organizações e movimentos de mulheres e feministas para a elaboração das estratégias políticas da região. Sugeriu inclusive que os países estabelecessem mecanismos de fortalecimento dessas redes e organizações para que as mesmas pudessem contribuir para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas regionais. Foi ainda reafirmada a necessidade de criação de um *Fundo de Apoio a organizações de movimentos de mulheres e feministas*, recomendando que os países desenvolvidos e organismos internacionais apoiassem com recursos financeiros e de conhecimento, a implementação da agenda de gênero regional.

As recomendações das Conferências da ONU e CEPAL e o mercado mundial influenciaram (e influenciam) a construção das políticas



públicas específicas e transversais voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais, implementadas no Brasil, subordinadas à lógica desenvolvimentista dos países capitalistas centrais, atendendo aos interesses econômicos internacionais.

No subcapítulo a seguir, trago as principais reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais no país apresentadas em Conferências Nacionais protagonizadas por elas, fortalecendo ao longo dos anos suas principais demandas em matéria de política pública, e demonstrando a importância desses encontros para pautar suas questões e se fazerem escutadas pelas agências governamentais.

#### 2.4 Conferências Nacionais que influenciaram a construção das demandas das mulheres trabalhadoras rurais no país

Grande parte das reivindicações pautadas pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais foram incorporadas às políticas públicas nacionais como fruto de suas conquistas. Ao se mobilizarem e legitimarem suas demandas como lemas de suas lutas, os movimentos conseguiram formar agendas voltadas para suas questões, percebendo a ausência de instrumentos governamentais apropriados para suas realidades. A seguir, destaco os momentos mais importantes entre 1981 e 2016 – ressaltando que estes não foram os únicos – para a implementação de políticas públicas para mulheres trabalhadoras rurais brasileiras, demonstrando a construção de suas demandas, muitas das quais, ainda não foram contempladas pela ação estatal. No **Apêndice H**, podemos conferir a listagem cronológica das mesmas.

\*\*\*

A década de 1980 vivencia os primeiros encontros de mulheres trabalhadoras rurais brasileiras, demonstrando que a construção de suas demandas e de sua organização de frente de luta começam também a se fortalecer a partir desse período. De acordo com o CFEMEA (2018), em **1979**, em Fortaleza, no Ceará, aconteceu o **I Encontro Feminista** do país, dando início a uma série de encontros nacionais feministas em que as mulheres aprenderam a prática da realização de encontros locais, regionais e nacionais para debater ideias, trocar experiências, articular políticas e buscar a adesão de mais mulheres ao movimento.

O primeiro registro de uma conferência nacional de mulheres trabalhadoras rurais que encontrei na pesquisa realizada ao decorrer dessa

tese aconteceu em 1981, no Rio Grande do Sul, denominada ***1ª Reunião de Mulheres na Liderança da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul*** (FETAG-RS), que nos anos seguintes tornaria-se a ***Reunião Anual de Mulheres na Liderança da FETAG-RS*** (DEERE, 2004).

No Nordeste, o primeiro encontro do tipo ocorre em **1984**, portanto cinco anos após o primeiro Encontro realizado em Fortaleza/CE, denominado ***1ª Reunião Oficial do Movimento das Trabalhadoras Rurais do Sertão Central***, em Serra Talhada, Pernambuco. Esse evento marca a criação do *Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Sertão Central*, tendo como a principal preocupação aumentar a participação das mulheres trabalhadoras rurais dentro do movimento sindicalista. Tendo sido elaborado pelas Centrais Sindicais Rurais do Pernambuco, se propunha a fortalecer as lutas do movimento sindical. Dentre as resoluções apontadas colocaram a importância das mulheres se reunirem para reivindicarem por mais direitos e divulgarem entre si os conhecimentos aprendidos nos encontros, assim como a importância da sindicalização dessas, da paridade salarial com homens trabalhadores rurais e da elaboração de documentos com suas reivindicações (ALMEIDA, AMADOR e SANTOS; 1985).

Em **1985**, agora na região Sul, se daria novamente no Rio Grande do Sul outro dos primeiros encontros dessas mulheres na região, o ***1º Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul***, encontro esse que contou com a participação de aproximadamente 10.000 mulheres trabalhadoras rurais, e marcou a origem da *Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAG-RS*, selecionando 48 mulheres para participação do ***4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da FETAG***, realizado no mesmo ano em Brasília, Distrito Federal. Segundo Sonilda F. da Silva Pereira (2002), foi a partir desse encontro da FETAG que o movimento se solidificou e fortaleceu suas bandeiras de luta.

Nesse Congresso Nacional da FETAG foi aprovada a resolução que legitima a sindicalização de mulheres trabalhadoras rurais, um marco histórico da luta das agricultoras, pescadoras e extrativistas brasileiras. De acordo com a Central Única dos Trabalhadores do Brasil (CUT, 2017), foi a partir desse evento que a entidade começou a reconhecer a importância da sindicalização e da dupla discriminação a que as mulheres trabalhadoras rurais estavam sujeitas, aprovando uma moção pelo reconhecimento da trabalhadora rural, pelo direito à sindicalização inde-

pendente do marido, pai ou irmão, assim como uma deliberação sobre o estímulo e apoio da sindicalização da mulher.

Deere (2004) afirma que foi também a partir desse congresso que a *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* (CONTAG) reconheceu que as trabalhadoras rurais sofriam problemas específicos de discriminação, principalmente nos salários, e começou a instruir sindicatos municipais a incentivarem a participação de mulheres e treiná-las para ocuparem posições de liderança. Segundo a autora, elas também foram encorajadas a declararem que sua profissão era de **mulher trabalhadora rural**, tanto como meio para evidenciar sua condição de classe, como para facilitar sua incorporação aos sindicatos e ter acesso a benefícios de previdência social.

Em 1985 ocorreu ainda o *2º Encontro do MST*, em Curitiba, no Paraná, que, segundo Andrea Butto (2016)<sup>50</sup>, foi o primeiro encontro com o MST efetivamente constituído em que foram tratadas as questões das mulheres em função de contestações destas em relação às desigualdades que se faziam presentes e sua falta de representação no Movimento. Isto acabou definindo uma agenda de pautas<sup>51</sup> das mulheres do MST, reivindicando o direito de sindicalização e também a liderança de mulheres nos sindicatos rurais, além do acesso à documentação, direito à terra e ao reconhecimento como trabalhadoras rurais.

A primeira metade da década de 1980 presenciou então conferências nacionais de trabalhadoras rurais que discutiam principalmente a questão da sindicalização dessas mulheres, assim como o aumento da participação delas dentro do movimento sindicalista (e também do MST), da paridade salarial com homens e da importância de ocuparem posições de liderança. Nesse período começaram também a aparecer a

---

50 Palestra de BUTTO proferida na Mesa-Redonda 9: Feminismos e Mobilizações Sociais no Século XXI, durante o *Seminário Internacional Curupiras – Universidade e Territórios: Diversidade de saberes para alternativas sociais* em 25 de agosto de 2016 em Recife (PE).

51 Para Deere (2004), foi a partir de 1989, com o documento *Normas gerais do MST*, que incluía um capítulo sobre "A articulação das mulheres", que as questões de gênero passaram a ser publicizadas dentro do movimento. O texto, segundo a autora, buscava incentivar a participação das mulheres em todos os níveis; a luta contra todas as formas de discriminação e contra o machismo; a organização de grupos de mulheres para criar espaços de discussão específicos; a organização de uma comissão de mulheres em nível nacional, responsável pelas políticas propostas para o movimento.

importância do reconhecimento enquanto trabalhadoras e do direito à terra.

Outro evento de significativa importância na história das trabalhadoras brasileiras ocorreu em **1986**, com o **2º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT)**, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Nesse evento em suas Resoluções conclamou-se a participação de todas/os trabalhadoras/es na luta por mais direitos constitucionais, posicionando-se contra todas as formas de discriminação e diferenças de direitos entre homens e mulheres e a favor da garantia de licença maternidade para todas as mulheres trabalhadoras, inclusive empregadas domésticas e trabalhadoras rurais; mais creches e de uma maior participação das mulheres dentro do movimento sindicalista. O documento denunciava ainda a disparidade ocupacional e salarial entre homens e mulheres e a jornada dupla de trabalho. Foi a partir desse congresso que organizou-se a *Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora* (DEERE, 2004), e mobilizou-se uma caravana de mulheres trabalhadoras rurais de vários estados até Brasília para exigir do governo o reconhecimento da profissão de trabalhadora e a extensão de todos os direitos previdenciários (CUT, 1986).

No mesmo ano ocorreu ainda o **1º Congresso Nacional de Mulheres Rurais**, em Brasília, no Distrito Federal, em que se pautou a reivindicação de distribuição de terra pela reforma agrária para mulheres chefes de família – incluindo aí as separadas e mães solteiras – e de titulação conjunta para casais de terras da reforma agrária (DEERE, 2004), e o **1º Encontro Nacional de Mulheres Rurais Autônomas**, em Barueri, São Paulo, que limitou-se à resolução de que os movimentos de mulheres deveriam concentrar esforços na criação de redes regionais (AGUIAR, 2016). Segundo Deere (2004), esse encontro de mulheres rurais autônomas foi dinamizador para as organizações tanto do MMTR-NE como da *Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Cinco Estados do Sul* (AIMTR-Sul).

No ano seguinte, em **1987**, aconteceu o **1º Encontro do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-Sertão Central)**, na região do Pajeú em Pernambuco, que acabou impulsionando a criação do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) no mesmo ano. De acordo com Cordeiro (2006), foi a partir desse encontro que formou-se uma comissão para encaminhar a organização das mulheres rurais dentro do movimento sindical rural, e a participação de diversos grupos, organizações e experiênci-

as por todo Nordeste brasileiro, culminando com a criação do MMTR-NE.

Em 1988 ocorreu o *1º Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais*, em Brasília (DF), que, segundo afirma Deere (2004), teve a questão do acesso à terra mais persistentemente articulada, denunciando situações em que mulheres eram desprovidas de suas terras quando enviuvavam – seja como arrendatárias, trabalhadoras assalariadas ou nos assentamentos de reforma agrária. Segundo a autora, foi a articulação das participantes do seminário que iniciou o *lobby* pelo artigo constitucional (na *Constituição de 1988*) que estabeleceria explicitamente os direitos da mulher à terra na reforma agrária. Nesse mesmo ano aconteceu também em Brasília (DF) o *1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG*, que teve dentre suas principais reivindicações a questão da licença-maternidade para mulheres rurais, o reconhecimento da ocupação das mulheres trabalhadoras rurais, o direito ao benefício da aposentadoria e a participação de mais mulheres nos sindicatos assim como nas lideranças sindicais. De acordo com Deere (2004), a partir desse encontro começaram a surgir novos temas de cunho feminista dentro dos sindicatos, incluindo os problemas da dupla jornada de trabalho e a reivindicação por liberdade sexual. Beatriz Maria Alásia Heredia e Rosângela Pezza Cintrão (2006) afirmam que esse evento fortaleceu a organização nacional das mulheres dentro do movimento sindical de trabalhadores/as rurais, permitindo um aumento progressivo de sua participação e de propostas elementais para a construção de mais políticas públicas referentes às mulheres rurais brasileiras.

Após a *Constituição de 1988*, que trouxe várias modificações para as vidas das mulheres trabalhadoras rurais no país, aconteceu no ano seguinte, em 1989, em São Paulo (SP), o *1º Encontro sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da CUT*, que centrou sua pauta em mulheres urbanas e rurais. Segundo Deere (2004), a partir desse encontro organizou-se uma *Comissão de Mulheres Rurais* dentro da CUT para incentivar a maior participação destas em sindicatos e assim denunciar a falta de reconhecimento das mulheres rurais enquanto trabalhadoras.

Podemos concluir que após 1985, as conferências passaram a incorporar reivindicações por mais direitos constitucionais e previdenciários, posicionando-se contra todas as formas de discriminação e diferenças de direitos entre homens e mulheres. A luta pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora, pela organização das mulheres rurais dentro do movimento sindical rural, pela distribuição de terras da reforma agrária para mulheres chefes de família, pela titulação conjunta para casais,

de terras da reforma agrária, foram também fortalecidos na segunda metade da década de 1980. Nesta época tais eventos começavam também a incorporar novos temas de cunho feminista, incluindo as questões da dupla jornada de trabalho e da liberdade sexual.

\*\*\*

Na década de 1990, com o avanço do processo de democratização, as conferências e os movimentos ampliam suas agendas e passam a incluir questões feministas em suas pautas de reivindicação. Em 1991 acontece em Brasília (DF) o **5º Congresso da CONTAG**, o primeiro realizado após a *Nova Constituinte de 1988*, que pautou dentre suas reivindicações, a ampliação da reforma agrária e da titularidade da terra para mulheres, e titularidade conjunta com maridos ou companheiros. De acordo com Heredia e Cintrão (2006), as propostas relativas às mulheres dentro da CONTAG foram se ampliando ao longo do tempo, começando a se fazer presentes em quase todas as temáticas, além da criação de uma comissão específica de *gênero e geração* na entidade. Nesse evento as mulheres aparecem pela primeira vez nos documentos relacionadas à produção agrícola e à agricultura familiar, o que, segundo as autoras, “pode ser considerado uma espécie de reconhecimento, por parte do movimento sindical, da profissão de trabalhadora rural” (HEREDIA E CINTRÃO, 2006; p.8).

Nesse mesmo ano ocorreu também o **2º Encontro de Mulheres Trabalhadoras da CUT**, em Botucatu (SP), que, apesar de não ter colocado o direito das mulheres à terra como uma questão prioritária dentro da CUT ou da CONTAG, centrou-se na questão da implementação dos benefícios da aposentadoria para mulheres trabalhadoras rurais, no reconhecimento da profissão e na reivindicação dos nomes das mulheres nos títulos de terra da reforma agrária (DEERE, 2004). Em 1991 aconteceu ainda o **4º Congresso Nacional da CUT (CONCUT)**, em São Paulo (SP), que aprovou a ampliação das discussões sobre ações afirmativas como medidas para corrigir as desigualdades entre os sexos no movimento sindical cutista e a decisão sobre cotas de participação das mulheres nos cargos de direção (BATISTA, 2016).

Outro evento importante ocorrido em 1991 foi o **1º Encontro Interestadual de Quebradeiras de Côco Babaçu (MA, TO, PI, BA)**, em São Luís, no Maranhão. De acordo com o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB, 2018), que congrega mulheres extrativistas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, foi a partir desse

encontro que se criou a *Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu* (que seria alterado em 1995 para *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB*), tornando possível a visibilização da luta dessas mulheres a nível nacional, por acesso à terras, contra o machismo, e a favor dos direitos de agricultoras.

Em 1995, em Jundiaí (SP), aconteceu a *Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)*, encontro que reuniu mulheres de 17 estados, tomando como resoluções ações para assegurar, na prática, os direitos adquiridos na Constituição e para coordenar mobilizações em torno de um tema no dia 8 de março, *Dia Internacional da Mulher*. Segundo Deere (2004), a ANMTR teve como primeira atividade uma campanha nacional para obter os documentos oficiais para as mulheres trabalhadoras rurais sob o slogan "*Ter documentos pessoais e os dos trabalhadores é um passo na conquista por nossa cidadania*".

Nesse mesmo ano, ocorreu em Brasília (DF) o *6º Congresso da CONTAG*, evento em que a CONTAG aprovou sua filiação à CUT e criou a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), passando sua coordenadora integrar a diretoria da Confederação com direito a voz e voto (AGUIAR, 2016). Nesse congresso foi lançado o documento *Grito da Terra Brasil*, pauta nacional de reivindicações do movimento sindical rural, que denunciava o modelo brasileiro de desenvolvimento rural excludente em relação à população do campo, os alarmantes índices de violência e impunidade contra a população rural brasileira e a ausência de políticas públicas voltadas para essa população. O primeiro *Grito da Terra Brasil* lançou propostas de solução para problemas do campo, detalhadas em oito eixos: Reforma Agrária, Política Agrícola, Relações de Trabalho, Violência no campo, Política energética, Previdência social, Política para povos indígenas e Meio Ambiente (CUT / CONTAG / MST / MAB / CNS / MONAPE / CAPOIB / OMTR, 1995).

Em 1996, em São Paulo (SP), aconteceu o *1º Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST*, que, segundo Deere (2004), permitiu a fundação do *Coletivo Nacional de Mulheres do MST* em maio de 1996, o qual publicou a cartilha, *A questão da mulher no MST*, com o subtítulo "*Participando sem medo de ser mulher*". A autora afirma que nessa cartilha denunciava-se lacunas entre a teoria e a prática no MST, destacando a falta de representatividade de as mulheres nas lideranças do Movimento, assim como a ainda existente discriminação das mulheres. Esse encontro pautou novamente a questão do direito das mulheres à terra, propondo ações que garantissem a participação paritária destas com os

homens, como campanhas de inclusão dos nomes das mulheres junto aos dos maridos ou companheiros, nos registros de assentamento e nos títulos da terra, e campanhas de documentação, pré-condição para as mulheres serem reconhecidas beneficiárias da reforma agrária.

A década de 1990 vivencia então conferências nacionais que além de pautar a necessidade de uma maior ampliação da reforma agrária e da titularidade da terra para mulheres, ou conjuntamente com maridos ou companheiros, reafirmou a importância do reconhecimento, por parte do movimento sindical, da profissão de trabalhadora rural, assim como do trabalho executado pelas extrativistas no país. Entrou ainda na agenda dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais brasileiras a questão da implementação dos benefícios da aposentadoria para essas mulheres, assim como a necessidade de criação de ações afirmativas como medidas para corrigir as desigualdades entre os sexos no movimento de trabalhadores/as rurais do país. Foram também pautadas ações para assegurar os direitos adquiridos na *Constituição de 1988*, a importância de garantir documentos oficiais para as mulheres rurais, a impunidade contra crimes contra a população rural brasileira e a implementação de políticas públicas voltadas para essa população.

\*\*\*

Na década de 2000 começam a surgir as marchas de mulheres no país, levando suas vozes para as ruas, principalmente, da capital federal. Em **2000**, em Brasília (DF), ocorre a ***I Marcha das Margaridas*** - que desde então já teve outras quatro edições até 2015. A marcha, criada como um ato de mobilização das mulheres trabalhadoras rurais, buscava homenagear *Margarida Alves*, paraibana, trabalhadora rural, sindicalista, que morreu lutando por mais direitos à população do campo. A marcha envolveu várias organizações, entre as quais as organizações feministas e diversos movimentos de mulheres e centrais sindicais, mobilizando mulheres de vários segmentos sociais – agricultoras, camponesas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, assentadas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, catadoras de mangaba, entre outras (AGUIAR, 2016).

Em **2001**, ocorreu a ***I Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) – Fórum Social Mundial (FSM) – Pão e Rosas***, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. De acordo com Vilênia Venâncio Porto Aguiar (2016), foi a partir do *1º Fórum Social Mundial* que se fortaleceu no país a *Marcha Mundial das Mulheres (MMM)*, reu-



nindo mulheres dos movimentos autônomos e dos movimentos populares e sindicais, rurais e urbanos. A articulação inicial teria ocorrido através da *Secretaria de Mulheres da CUT* e da *Sempre Viva Organização Feminista*. Conforme esclarece a autora, teria sido a partir dessa articulação que a *Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG* (CNMTR) ligou-se à *Marcha Mundial das Mulheres*, organizando a primeira *Marcha das Margaridas* em 2003 com adesão a esse movimento.

A década de 2000 também presenciou a ascensão dos encontros de agroecologia no país, fortalecendo a incorporação da lógica em diversos movimentos rurais brasileiros. Em **2002**, no Rio de Janeiro (RJ), ocorreu o ***1º Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA)***, que acabou possibilitando como consequência a fundação da *Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)* nesse mesmo ano. De acordo com Leticia A. Chechi (2017), o momento era favorável para uma articulação nacional devido à incorporação da temática da agroecologia por movimentos sociais, como o MST e a CONTAG. O encontro buscou consolidar a agroecologia como alternativa ao modelo rural dominante, divulgando experiências agroecológicas já realizadas, estimulando a articulação e a cooperação e formulando propostas de políticas públicas que favorecessem a agroecologia (ENA, 2002).

Em **2003**, ocorreu a ***II Marcha das Margaridas***, novamente em Brasília (DF), sendo então a segunda mobilização de rua realizada pelas mulheres trabalhadoras rurais no país, trazendo em sua pauta um conjunto de reivindicações dos movimentos, como a questão do reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras na agricultura; reforma agrária com acesso à terra para as mulheres; ampliação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários; acesso à documentação básica; políticas de saúde e de educação. De acordo com Silliprandi e Cintrão (2015), foi a partir dessa mobilização que aparecem pela primeira vez demandas relacionadas à ampliação do acesso das mulheres a políticas produtivas (crédito, assistência técnica, formação profissional, geração de renda, comercialização); a exigência da sua participação na definição das políticas de preservação ambiental; e políticas de combate à violência contra as mulheres no meio rural.

Em **2004**, já com um governo centro-esquerda na gestão do país, aconteceu também em Brasília (DF) a ***I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM)***, que, dentre outras questões, pautou o compromisso do governo com a construção da igualdade entre homens e mulheres e da transversalidade de gênero nas políticas adotadas no país.

Seu processo de elaboração envolveu mais de 120 mil pessoas nas plenárias municipais e nas conferências estaduais, construindo propostas de diretrizes que compõem suas resoluções finais em cinco eixos temáticos: (1) Enfrentamento da pobreza (geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra); (2) Superação da violência contra a mulher (prevenção, assistência e enfrentamento); (3) Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres (saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais e recursos naturais); (4) Efetivação dos direitos humanos das mulheres (civis, políticos, sexuais e reprodutivos); (5) Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade (BRASIL, 2004).

Em 2005, em São Paulo (SP), aconteceu a ***II Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres (MMM)***, em que se elaborou a *Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade*, propondo alternativas econômicas, sociais e culturais para a construção de um mundo baseado nos princípios da igualdade, liberdade, justiça, paz e solidariedade entre os povos e seres humanos em geral, respeitando o meio ambiente e a biodiversidade (MMM, 2013). Segundo Alexandra Pingret (2009), as ações dessa marcha foram concebidas na 5ª edição do *Fórum Social Mundial – FSM*, em Porto Alegre, quando se deu o lançamento das *Ações Internacionais*, que tiveram seu início no Brasil em 8 de março de 2005, viajando por 50 países de todos os continentes, terminando em 17 de outubro do mesmo ano, em Burkina Faso, na África. A partir dessa mobilização *A Marcha Mundial das Mulheres* consolidou-se como um movimento que incorporava ações públicas com críticas à sociedade capitalista e patriarcal, posicionando-se como uma articulação feminista internacional.

Em 2007 ocorreu novamente em Brasília (DF), a ***II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM)***, que contou com a participação de aproximadamente 2.559 delegadas, dentre elas 425 delegadas do governo federal, além de jovens, indígenas, idosas, mulheres com deficiências, negras, lésbicas, mulheres trabalhadoras rurais, entre outras, com o objetivo de avaliar o *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* (PNPM) e discutir a participação das mulheres nos espaços de poder (BRASIL, 2007). Essa conferência reafirmou o compromisso governamental com a implementação da *Lei Maria da Penha* (Lei nº 11.340/2006), anunciando o investimento em ações de prevenção à violência contra a mulher, na atenção, na proteção e no combate à impunidade dos agressores. Ressaltou também a intenção do governo vigente em transformar o PNPM em uma ação permanente do Estado Brasileiro,

com a intensa participação dos diversos ministérios e da sociedade; e sugeriu a criação de uma comissão para a revisão da legislação punitiva sobre o aborto, o aumento do crédito para as trabalhadoras rurais, o estímulo à elevação da escolaridade e ao enfrentamento ao analfabetismo das mulheres, o apoio a projetos de geração de trabalho e renda, entre outras questões.

De acordo com a SPM (BRASIL, 2007), alguns dos desafios postos ao PNPM naquele momento se relacionavam com as dificuldades de implementação de recomendações do I PNPM, como o não cumprimento das normas federais de padronização de procedimentos pelas *Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher* (DEAMs) por parte dos Estados, a não redução da mortalidade materna, a descontinuidade da tramitação do projeto de lei de interrupção voluntária da gravidez, além da inexistência de um orçamento de gênero no Plano Plurianual do Governo Federal. Nessa conferência foi incorporado seis novos eixos<sup>52</sup> ao PNPM: Participação política das mulheres; Desenvolvimento Sustentável; Inclusão Social, Soberania e Segurança Alimentar; Direitos das mulheres à terra e moradia; Cultura, Comunicação e Mídia igualitária; Enfrentamento do racismo, sexismo, lesbofobia; Enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres jovens e idosas.

Em 2007, também em Brasília (DF), ocorreu a *III Marcha das Margaridas*, com uma das últimas mobilizações de rua de grande impacto da década de 2000. Essa marcha incluiu em sua pauta a questão da segurança alimentar e nutricional e a crítica do modelo do agronegócio e do hidronegócio (empresas que dominavam o acesso à água, especialmente no Nordeste do país), propondo a agroecologia como base para a construção de um novo modelo produtivo para o campo. Também questionou o posicionamento dos demais sindicalistas e dos governos com relação à questão da violência de gênero no universo rural, exigindo o cumprimento da *Lei Maria da Penha* (SILLIPRANDI e CINTRÃO, 2015).

Também em Brasília (DF), em 2009, ocorreu o *10º Congresso da CONTAG*, evento em que foi criada a Secretaria de Mulheres da

---

52 As ações do I PNPM foram traçadas a partir de quatro linhas de atuação, consideradas como as mais importantes e urgentes para garantir, de fato, o direi-to a uma vida melhor e mais digna para todas as mulheres: (1) Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; (2) Educação inclusiva e não se-xista; (3) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; (4) En-frentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2007).

CONTAG. Segundo Aguiar (2016), nesse mesmo congresso foi aprovada a desfiliação da CONTAG à CUT, e, segundo ressalta a autora, todas as mulheres que assumiram as comissões de mulheres, inclusive ligadas à Secretaria de Mulheres, participaram anteriormente das oposições sindicais nos seus respectivos Estados e eram ligadas a sindicatos e federações filiados à CUT.

As marchas e conferências ocorrida na década de 2000 possibilitaram que diversas organizações feministas, movimentos de mulheres e centrais sindicais se articulassem, pautando fortemente a incorporação da agroecologia, o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras na agricultura; a necessidade de reforma agrária e de acesso à terra para as mulheres, além da ampliação dos seus direitos trabalhistas e da implementação por mais políticas de saúde e educação. Essas mobilizações também colocaram em relevância a importante de ampliar o acesso das mulheres a políticas produtivas, políticas de preservação ambiental e de combate à violência contra as mulheres no meio rural.

\*\*\*

A década de 2010 presenciou a continuidade de marchas, mobilizações e conferências nacionais que haviam se iniciado na década anterior. Em **2010**, aconteceu a **III Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres (MMM)**, que contou com mobilizações de diferentes formatos em vários países do mundo nos períodos de 8 a 18 de março, e de 7 a 17 de outubro, marcando dois momentos importantes: primeiramente o centenário do *Dia Internacional das Mulheres* com diversas marchas, e o segundo período com ações simultâneas expressando a solidariedade internacional entre as mulheres, enfatizando seu papel como protagonistas na solução de conflitos armados e na reconstrução das relações sociais em suas comunidades, em busca da paz (MMM, 2013). Teve como o lema “*Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres*”, e baseou-se em quatro campos de atuação: Bem comum e Serviços Públicos; Paz e desmilitarização; Autonomia econômica; Violência contra as mulheres.

Novamente em Brasília (DF), em 2011 aconteceu a **IV Marcha das Margaridas**. Esta foi a primeira Marcha das Margaridas realizada durante a gestão de uma mulher como presidenta do Brasil. Com o lema “*Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade*”, contou com a participação de aproximadamente 100 mil mulheres trabalhadoras rurais, com uma plataforma de reivindicações com-

posta por sete eixos: (1) Terra, Água e Agroecologia; (2) Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; (3) Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; (4) Educação não Sexista, Sexualidade e Violência; (5) Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos; (6) Democracia, Poder e Participação Política. De acordo com Heredia e Sintrão (2015), a pauta desta Marcha foi respondida publicamente por Dilma Rousseff, anunciando uma série de medidas que atendiam às solicitações das mulheres, relacionadas a mudanças em programas de crédito, comercialização, acesso à terra, combate à violência, além da criação do Plano Nacional de Agroecologia (PLANAPO), o principal instrumento de execução da política nacional de agroecologia e produção orgânica. Segundo as autoras, os movimentos de mulheres foram pioneiros na apresentação dos temas da agroecologia como uma proposta de política pública, tanto a partir das *Marchas das Margaridas* como também a partir dos movimentos organizados pela *Via Campesina*.

No mesmo ano e também em Brasília (DF), ocorreu a **III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (III CNPM)**, contando com a participação de mais de 200 mil mulheres nas etapas municipais, estaduais e nacional. Essa conferência reconheceu que a viabilização dos compromissos para a redução das desigualdades entre mulheres e homens dependeria da articulação entre o governo e a sociedade civil na estruturação de relações políticas e sociais que contribuíssem para a eliminação de todas as formas de opressão e discriminação contra as mulheres (BRASIL, 2011). Durante essa conferência foi utilizado o termo “desigualdades” (no plural), para se referir às assimetrias nas relações sociais de classe, gênero, raça e etnia, e foram consideradas as desigualdades derivadas do racismo e também da norma da heterossexualidade obrigatória (heteronormatividade) produtora do sexismo e da lesbofobia, homofobia, transfobia. O evento preocupou-se ainda com a adoção do termo “mulheres em sua diversidade”, para destacar as especificidades das mulheres com deficiência, as diferenças geracionais e a diversidade de mulheres brasileiras.

Em 2013, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, ocorreu o **VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia (VIII CBA)**, evento em que as mulheres presentes ressaltaram a importância do feminismo fazer parte da discussão da agroecologia, portando cartazes, participando de mesas, rodas de diálogos e da plenária final trazendo o lema: “*Sem feminismo não há agroecologia*”. Suas ações geraram uma forte reação de setores machistas dentro do movimento pela agroecologia no país, que,

segundo Laeticia Medeiros Jalil (2016)<sup>53</sup>, começavam criticar as intervenções de caráter feminista que se tornavam atuantes na agroecologia do país, fomentando e solidificando a consolidação da participação das mulheres nesses espaços. A resposta das mulheres a esses setores foi determinante para a elaboração da “Carta-resposta ao Caporal”, conforme o relato de Jalil (2016):

*Em 2013 então as mulheres pautam essa discussão no Congresso Brasileiro de Agroecologia, (...) mas essa ação gera uma reação, uma reação bastante agressiva dos homens acadêmicos, sobretudo um intelectual militante que esteve durante muitos anos também no Governo construindo uma política de assistência técnica e de agroecologia, que é responsável – a gente tem que reconhecer – de uma construção de um pensamento, de uma teoria, de pensar uma ação desde a agroecologia; e ele vai dizer vulgarmente que as mulheres então querem acabar com o campesinato porque se o campesinato é o sujeito da agroecologia e se as mulheres querem dizer que sem feminismo não há agroecologia – e o feminismo é uma ação política contra o patriarcado e o campesinato, ele é naturalmente patriarcal – então, as mulheres querem acabar com a agroecologia! Então, essa foi a contra-resposta. Só que isso foi muito bom porque fez com que as mulheres se reunissem e fizessem a famosa – eu acho que é um marco pra nós – que é a Carta Resposta ao Caporal. Então, esse foi um documento escrito a muitas mãos – eu participei, a Andrea Butto participou, a Emma Siliprandi nesse momento também teve um papel fundamental de articular essas mulheres no Brasil inteiro – então, a gente construiu uma Carta Resposta ao Caporal, que foi uma carta em que nós vamos dizer porque de fato não existe agroecologia sem feminismo, né? Isso foi em janeiro de 2014.*

---

53 Palestra de Jalil proferida na Mesa-Redonda 9: Feminismos e Mobilizações Sociais no Século XXI, durante o Seminário Internacional Curupiras – Univer-sidade e Territórios: Diversidade de saberes para alternativas sociais em 25 de agosto de 2016 em Recife (PE).

O *VIII CBA* procurou reafirmar a importância de espaços estratégicos de formação, articulação e produção do conhecimento e das práticas agroecológicas realizadas pelas mulheres, integrando a abordagem de gênero e feminismo; assim como a importância do reconhecimento das mulheres como geradoras de conhecimento, responsáveis por processos e por atividades de base agroecológica. Foram reivindicados pelas mulheres ali participantes mais espaços e instrumentos que assegurassem recursos e políticas, e o investimento em pesquisas que estimulassem, viabilizassem e conferissem visibilidade à ação protagonista destas no processo de desenvolvimento sustentável (CBA AGROECOLOGIA, 2013).

Em 2013 aconteceu também o *I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)* em Brasília (DF), tendo como lema “*Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher!*”, e pautando questões relacionadas à produção de alimentos saudáveis, ao combate à violência contra as mulheres e a divulgação do feminismo. De acordo com o documento referente a esse evento (MMC BRASIL, 2013), o *I Encontro Nacional do MMC* teve como proposta reunir mulheres do campo de todo o Brasil para discutir e dialogar sobre temas que defendem, especialmente o tema da violência que atinge muitas mulheres do campo, assim como fomentar a criação de políticas públicas e o aprimoramento das já existentes, percebendo que muitas dessas políticas não se efetivavam na vida das camponesas. Nesse evento foram também realizadas discussões sobre direitos reprodutivos e saúde da mulher; luta contra os agrotóxicos, divisão social e sexual do trabalho, políticas públicas, entre outras (MMC BRASIL, 2013).

Em 2014, aconteceu o *III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA)*, em Juazeiro, Bahia, evento que, de acordo com Jalil, as mulheres militantes participantes realizaram ações de manifesto, como a ocupação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) de Petrolina (PE), e reafirmaram a importância da discussão de que “*Sem feminismo não há agroecologia*”, consolidando o tema do feminismo como uma pauta de novas ações para as mulheres trabalhadoras rurais que realizam agroecologia. Como a autora explana em sua fala na Mesa-Redonda já referida:

*As mulheres rurais vão dizer: “Somos nós o sujeito da agroecologia”, se contrapondo a essa lógica de que o sujeito da agroecologia é o campesinato. As mulheres rurais vão dizer: “Dentro do campesinato, somos nós que somos o sujeito da*

*agroecologia: somos nós que guardamos as sementes, somos nós que temos as ervas e plantas medicinais, somos nós as curandeiras” e aí dialoga muito com as mulheres negras, com as mulheres indígenas, com as mulheres coletadoras, as extrativistas, as quebradeiras de coco. Então, surtem essas identidades de forma positiva e se apropriando dessa discussão da agroecologia como uma identidade de uma ação política de visibilizar essas práticas históricas e muitas vezes milenares das mulheres. Essa discussão da agroecologia como ciência, movimento e prática, e essas intersecções do feminismo, que também é uma teoria que também é uma prática, vão construindo uma sinergia positiva pra, sobretudo, reconhecer as mulheres, o papel das mulheres na manutenção de saberes tradicionais, o papel das mulheres pra contraposição de um modelo de desenvolvimento em que o patriarcado e o capitalismo vão se materializar no meio rural brasileiro sobretudo na prática do que a gente chama do agonegocio (JALIL, 2016).*

O *III ENA* trouxe visibilidade aos processos protagonizados por mulheres e para as formas de inserção da causa feminista em temas estratégicos da agroecologia, destacando seu protagonismo das mesmas na conservação de sementes, pautando ainda a reivindicação das mulheres por mais recursos financeiros por meio do crédito, as questões das violências domésticas a que estão sujeitas, da divisão sexual do trabalho, da destruição dos territórios, da autonomia dos seus corpos e de suas sementes, e da liberdade individual de cada uma (ANA, 2014).

Em 2015 ocorreu a *IV Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres (MMM)*, que, no Brasil adotou uma estratégia diferente das anteriores, descentralizando as ações pelos estados e regiões brasileiras, visibilizando reivindicações locais das mulheres em seus territórios (MMM, 2015). Foram realizadas 10 ações regionais que buscou pôr em evidência pautas urgentes de mulheres em suas localidades: o combate à violência em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Alagoas; a luta pela desmilitarização no Rio de Janeiro; o fortalecimento da auto organização no Tocantins; a defesa da água e dos bens comuns, contra a exploração das mineradoras em Minas Gerais; a luta contra o agonegocio e o genocídio indígena no Mato Grosso do Sul; a luta pela autonomia eco-



nômica em São Paulo, pela legalização do aborto no Rio Grande do Sul e pela agroecologia e cultura feminista no Rio Grande do Norte. O encontro foi encerrado com uma *Virada Feminista Cultural e Agroecológica*.

Nesse mesmo ano ocorreu ainda a **V *Marcha das Margaridas*** em Brasília (DF), que pautou, dentre outras questões, a garantia permanente à produção de alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais; acesso à terra e valorização da agroecologia; uma educação que não discriminasse as mulheres; o fim da violência sexista; o acesso à saúde; segurança e respeito quanto às decisões sobre reprodução; autonomia econômica, trabalho e renda; democracia e participação política. As demandas das mulheres partici-pantes dessa *V Marcha das Margaridas* estão relatadas de forma mais detalhada em subcapítulo dessa tese (3.3. *Marcha das Margaridas: vo-zes de mulheres trabalhadoras rurais brasileiras*).

Ainda na capital federal nesse mesmo ano, ocorreu o **1º Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas**, que buscou reunir diferentes movimentos rurais – inclusive de mulheres trabalhadoras rurais, assentadas, extrativistas, indígenas, pescadoras e quilombolas – e tinha como proposta trazer reflexões sobre as dificuldades relativas ao SUS, à saúde do povo brasileiro e as tentativas de mercantilização da saúde no Brasil e América Latina. Nesse evento pauto-se a necessidade de construção de uma unidade das populações do campo, da floresta e das águas brasileiras no que se refere à demandas relacionadas à saúde e da importância de implementação de uma plataforma destes movimentos rurais que busque a consolidação de alianças com movimentos e organizações populares que constroem a luta em saúde e sua relação com agroecologia, economia solidária, entre outras questões; assim como o fortalecimento de um debate das políticas públicas, a partir da *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas* (KIRSH, 2015).

A **IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (IV CNPM)**, ocorrida também em Brasília (DF) em maio de 2016, foi o último ato público da Presidenta Dilma Roussef, antes de o Senado iniciar o julgamento final do processo de *impeachment*, que daria início ao golpe de Estado que afastou a primeira mulher que presidiu o país. De acordo com a ONU Brasil (2016), o encontro foi realizado apesar do contexto político conturbado contando com o tema “*Mais direitos, participação e poder para as mulheres*” e reuniu aproximadamente 3 mil mulheres de todas as regiões do país, aprovando propostas que exigiam a continuida-

de das políticas de gênero, implementadas nos últimos anos no país. Pautou, entre outras questões, a presença das mulheres em espaços de poder e decisão política, o gasto público com programas de assistência à população feminina e a necessidade de cotas específicas do orçamento para ações relacionadas às mulheres indígenas, negras, quilombolas, praticantes de religiões de matriz africana, ciganas, de comunidades e povos tradicionais, do campo, das águas, da floresta, e também às mulheres lésbicas, transexuais, travestis, às egressas do sistema prisional, às mulheres com deficiência e com mobilidade reduzida. Nessa conferência foi ainda aprovada uma proposta de aceleração dos processos de demarcação e regularização fundiária das terras indígenas, quilombolas e dos povos tradicionais. A ONU Brasil (2016) destaca ainda que durante o processo de preparação para a *IV CNPM* foram realizadas seis consultas entre diferentes grupos de mulheres, garantindo seu direito à voz e voto sobre temas como pedofilia, abuso sexual, gênero na educação, sexualidade e violência de gênero.

As marchas, conferências e mobilizações ocorridas na década de 2010 buscaram demarcar a importância das mulheres trabalhadoras rurais como protagonistas na consolidação da agroecologia do país. Muitas das pautas foram atendidas no governo de Dilma Rousseff, no que se refere à programas de crédito, comercialização, acesso à terra, combate à violência, além da criação do PLANAPO. Os eventos dessa década debateram fortemente a questão da agroecologia como uma proposta de política pública, assim como a questão das desigualdades sociais entre mulheres e homens e da importância do reconhecimento dessas como geradoras de conhecimento, responsáveis por processos e por atividades de base agroecológica. Muitas demandas foram reivindicadas pelas mulheres participantes no que se refere à criação de mais espaços, instrumentos, recursos e políticas que possibilitassem a visibilidade do protagonismo destas, de políticas de gênero, de assistência à população feminina e a necessidade específicas de mulheres indígenas, negras, quilombolas, praticantes de religiões de matriz africana, ciganas, de comunidades e povos tradicionais, do campo, das águas, da floresta, e também de mulheres lésbicas, transexuais e travestis.

\*\*\*

A apresentação das conferências nesse subcapítulo procurou ressaltar a importância da visibilização de demandas de mulheres trabalhadoras rurais ao longo das últimas décadas na América Latina e Caribe

e no Brasil. O período definido reflete questões que começam a aparecer com mais frequência a partir da instituição pela ONU da *Década da Mulher*, que teve como marco a primeira *Conferência da Mulher* em 1975. No Brasil, políticas públicas voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais vão sendo implementadas a partir da década de 1980, em consonância com os eventos realizados a partir dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, incorporando parte de suas reivindicações. A apresentação das conferências latino-americanas e brasileiras finda em 2016, ano do afastamento da presidenta do país, coincidindo com o fim da pesquisa de campo realizada para a elaboração deste estudo, inaugurando um tempo que contrasta com o anterior e marca o retrocesso das políticas públicas brasileiras.

No entanto, muitas das demandas aqui demonstradas foram incorporadas nas agendas governamentais brasileiras, escutando parte dessas reivindicações. No capítulo a seguir, traço um panorama das políticas públicas específicas e transversais voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais que, influenciadas tanto pelas recomendações das conferências da ONU como pelo próprio mercado mundial, são também uma expressão da conquista das próprias mulheres no Brasil.



### **CAPÍTULO III**

## **A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS BRASILEIRAS**

As políticas públicas brasileiras voltadas para mulheres, ao longo de sua criação e existência, tiveram a marca de seu caráter seletivo, pois beneficiavam setores particulares da população, ainda que incorporando demandas e recomendações das conferências nacionais e regionais voltadas para mulheres brasileiras e latino-americanas. As políticas públicas brasileiras (e também as estratégias governamentais do país), segundo Rizotti (2001), seguem uma estrutura desenvolvimentista subordinada aos países capitalistas centrais, o que de certo modo estaria seguindo a lógica dominante capitalista, hegemônica e patriarcal da produção acadêmica ocidental denunciada por Spivak (2014)<sup>1</sup> atendendo aos interesses econômicos internacionais.

A agricultura brasileira também está subordinada aos países economicamente hegemônicos, tendo o governo ao longo de sua história construído uma amplitude de políticas agrícolas voltadas para a exportação. O processo de colonização brasileira já estabeleceu no país uma economia colonial dependente servindo aos interesses do mercado mundial, visando meramente o lucro e essencialmente exportadora de produtos primários, agrícolas e minerais (SAFFIOTI, 2013).

A agricultura voltada para o consumo interno não foi inicialmente estimulada na construção das políticas brasileiras. Segundo Rizotti (2001), o processo de desenvolvimento econômico e do Estado social brasileiro surgiram primeiramente com fortes investimentos nas questões estruturais (como meios de transporte, indústrias de base, comunicações, geração de energia, entre outras), relegando a segundo plano investimentos na produção agrícola para o consumo coletivo.

Pecheny e De la Dehesa (2009), ao pensarem nas políticas sexuais da América Latina, percebem as políticas públicas como mecanismos estatais que determinam a exclusão de indivíduos que não atendam aos seus critérios, definindo assim quem são os sujeitos dignos da ação do Estado. Segundo os autores, as políticas públicas são medidas políticas que envolvem uma rede de sujeitos articulando-se em torno de uma governamentalidade, contribuindo para a reprodução ou transformação de uma ordem social e política, para o equilíbrio de determinadas tensões e integração de grupos sociais e a resolução de conflitos. Sendo então um

Estado caracteristicamente voltado para os interesses das classes dominantes com agendas que não priorizam as questões sociais:

*Las coordenadas de la política institucional y su traducción en políticas públicas pueden resumirse en torno a la vieja pregunta: “¿quién obtiene qué, cuándo y cómo?”. Las políticas públicas definen en este sentido la distribución (y procedimientos de distribución) de bienes y prerrogativas, lo cual implica en los hechos la inclusión o exclusión de determinadas categorías de personas dentro de la comunidad política. En otras palabras, las políticas públicas contribuyen a la definición y contenidos de la ciudadanía, de los asuntos y sujetos considerados como susceptibles o dignos de la acción del estado y la deliberación pública (PECHENY e DE LA DEHESA, 2009, p.1).*

As políticas sociais deveriam permitir melhorias nas condições de vida das/os cidadãs/ãos. Nesse sentido, Eloisa de Matos Hofling (2001) vê as políticas públicas como ações do Estado voltadas para a redistribuição dos benefícios sociais, visando a redução das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento econômico. Segundo Hofling, essas políticas estariam preocupadas com a manutenção social, assumindo, portanto, diferentes funções em diferentes contextos e construindo diferentes projetos políticos.

No subcapítulo a seguir, buscando refletir sobre a construção de políticas brasileiras que afetam as mulheres trabalhadoras rurais, traço uma visada histórica sobre o tratamento da questão em diferentes momentos político-econômicos do país.

## 2.1 Panorama das políticas públicas construídas no Brasil voltadas para mulheres trabalhadoras rurais

De acordo com Leonardo Secchi (2013), as políticas públicas são instrumentos governamentais criados para resolver questões sociais, explicitando ainda posicionamentos ideológicos da agenda pública ao estar focalizando determinados conjuntos de problemas considerados como relevantes. Existem diversos instrumentos de políticas públicas, como as regulamentações, as legalizações, as campanhas governamentais, os impostos, as taxas, os prêmios, concursos, entre diversas outras ações estratégicas que são elaboradas para atenuar e reduzir o problema inicial

para o qual foram criadas. Muitas políticas deixam de existir ao resolver problemas, ou ainda, quando não são instrumentos eficazes para resolver os mesmos (ou quando os mesmos não são considerados como relevantes para a agenda governamental).

No que se refere às políticas públicas voltadas para as mulheres brasileiras, essas também buscaram conceder benefícios sociais – de saúde, educação e previdência social, por exemplo – a determinados grupos de mulheres ao longo da construção política do país. É notória a ausência de políticas voltadas para muitas que ainda não foram contempladas, seja pelo próprio viés desenvolvimentista neoliberal em que tais políticas acabaram se constituindo, seja pelo fato das mulheres marginalizadas não atenderem a critérios específicos determinados pelas próprias políticas, seja porque essas políticas ainda incorporam alguns conflitos de interesses entre os diferentes grupos de mulheres no país.

Na sequência apresento uma síntese das políticas públicas específicas e transversais voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras, construídas na história do país entre o início do século XX até 2017.

\*\*\*

### ***O início do século XX***

De acordo com Losandro Antônio Tedeschi (2007), um dos primeiros movimentos de organização camponesa no país aconteceu em 1903, a partir do *Decreto 979*, que garantiu o direito de associação dos trabalhadores e industriais rurais – no entanto, não especificamente atendendo às mulheres trabalhadoras rurais. Em 1910 surgiu o primeiro sindicato rural, responsável por instituir o primeiro mecanismo de crédito rural no país; mas foi somente a partir da década de 1960 que o sindicalismo rural se fortaleceu e foram surgindo diversos sindicatos do tipo no Brasil.

As três décadas iniciais do século XX trouxeram ao país um contingente de trabalhadores/as imigrantes que portavam consigo idéias políticas revolucionárias, socialistas e anarquistas, o que permite pensar que foi a partir de tais ideais que surgiram, nos anos de 1920 e 1930, os primeiros movimentos pelos direitos das mulheres no país, centrados em questões de caráter político, educacional e econômico.

Em 1922 surge a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF) por iniciativa de Bertha Lutz<sup>54</sup>, que buscava promover educação para as mulheres, proteger as mães e a infância, criar garantias para o trabalho feminino, auxiliar as mulheres na escolha de uma profissão, estimular o espírito de cooperação entre as mulheres, assegurar direitos políticos a estas, e se aproximar das discussões com os demais países americanos (SAFFIOTI, 2013).

\*\*\*

### *A década de 1930*

Em 1929 a queda da bolsa de valores de Nova York desencadeia a primeira grande crise do capitalismo. Heidemann (2009) demonstra que foi justamente a partir desse momento de crise do mercado mundial que o Estado começou a atuar de modo mais direto na economia, criando empresas estatais e políticas públicas nacionais.

Como demonstra Eliane Maria Monteiro da Fonte (2006), a crise geral da economia mundial de 1930 levou o governo brasileiro a adotar a federalização das políticas de fomento e a defesa dos segmentos rurais organizados, sendo criados nesse período diversas instituições federais voltadas para produtos agrícolas nacionais.

De acordo com Maria Ignez Paulilo e Valdete Boni (2016), a preocupação com a segurança alimentar teria surgido nesse momento, quando a fome aumentava seus índices em todo mundo ao mesmo tempo que países concentravam excessos dos mais variados tipos de produção agrícola. É justamente nesse contexto que dentro da ONU cria-se a *Organização para a Alimentação e Agricultura* (FAO), que passa a refletir e criar recomendações sobre tais questões. Foi a partir de uma dessas recomendações que se iniciou em 1965 na Ásia a *Revolução Verde*, ao introduzir-se o plantio de sementes de alto rendimento, aumentando os custos de produção – e também os custos sociais implícitos.

Fonte (2006) analisa que até 1930 a inserção do Ministério da Agricultura nas políticas agrárias do país era bastante limitada porque, como explica a autora, não estavam sob seu controle a comercialização

---

54 Bertha Lutz foi importante liderança feminista brasileira, lutando pela emancipação das mulheres através da imprensa e da tribuna (SAFFIOTI, 2013).



e o cultivo de produtos importantes para a economia nacional, como o ca-cau, o café e a cana-de-açúcar.

Em 1933 o Ministério da Agricultura passa por uma reforma, que serviu apenas para aprimorar o funcionamento dos centros federais de pesquisa agrônômica e veterinária e dos órgãos de assistência técnica. Fonte (2006) destaca que durante a década de 1930 começam a surgir políticas voltadas para a diversificação da produção agrícola do mercado interno. Entre 1938 e 1945 houve grande ampliação do crédito bancário para o setor, acompanhado de um aumento também da produtividade agrícola.

Importante mencionar que foi a partir da *Constituição de 1934* que se passou a definir as responsabilidades sociais no país, produzindo não apenas uma legislação trabalhista, mas também garantias básicas da reprodução da força de trabalho (saúde e educação, por exemplo) e alguns serviços de assistência social, voltados às pessoas consideradas desvalidas, às famílias de prole numerosa, e serviços focados na proteção à maternidade, à infância e à adolescência (RIZOTTI, 2001; p.44).

Em 1934 foi também instituído o *Estatuto da Mulher*, concedendo às trabalhadoras urbanas a licença-maternidade, o direito de intervalos para amamentar e obrigando a instalação de creches nos locais de trabalho. No entanto, como esclarece Saffioti (2013), os encargos ficavam na responsabilidade apenas do poder público, resguardando o empresariado capitalista, colocando os direitos femininos subordinados aos da burguesia empresarial. Como explica a autora, o Estatuto acabou estabelecendo que o mecanismo de espoliação da força de trabalho feminina continuava-se a vigorar e se refortalecia ao tentar proteger as mulheres trabalhadoras em excesso.

\*\*\*

## **Anos 1940**

Em 1940, segundo o IBGE, o Brasil possuía 41.236.315 habitantes<sup>55</sup> sendo que a 31,24 % da população vivia na área urbana enquanto 68,76% da população brasileira ainda vivia nas áreas rurais. Após 1945

---

55 IBGE, *Anuários Estatísticos do Brasil*; L'État du Monde, 1995. IBGE, Censo demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no *Anuário Estatístico do Brasil*, 1981, vol. 42, 1979.

houve uma valorização da produção do café voltado para a exportação, não se concentrando na diversificação produtiva agrícola para o mercado interno. De acordo com Fonte (2006), é com a expansão urbana e industrial acelerada que aumenta a demanda interna por produtos rurais, fomentando o surgimento de políticas agrárias voltadas para a lucratividade, para o controle dos preços e para o crédito rural.

Esses subsídios financeiros possibilitaram a modernização da agricultura brasileira, ao custo de um maior uso de fertilizantes e de outros equipamentos mecânicos, degradando o meio ambiente e afetando a oferta de trabalho no campo. Favorecida por uma mão-de-obra marginalizada dos regimes legais de trabalho e vítimas do desemprego estrutural, “o exército industrial de reserva, regulador do preço da força de trabalho” (SAFFIOTI, 2013; p. 352), fornecendo mão-de-obra mais barata para os centros urbanos industriais.

Em 1949 surge a *Federação de Mulheres do Brasil* (FMB) no mesmo momento que diversos movimentos de mulheres começam a se tornar mais expressivos no país, como Saffioti esclarece a seguir:

Com o fim da guerra, o movimento ganhou novo impulso, sobretudo nas grandes cidades, em virtude da crise de escassez de gêneros de primeira necessidade, de sua sonegação e venda a preços extorsivos. Organizando-se em comitês de bairros, elas denunciavam os sonegadores, pressionando as autoridades no sentido de coibirem abusos vigentes na ordem econômica (SAFFIOTI, 2013; p. 386).

A Federação agrupou associações femininas do país, levantando questões sobre os direitos das mulheres e promovendo ações de campanhas contra a carestia. Foi extinta em 1957 durante o governo Kubitschek (1956 – 1960), pressionado por grupos empresariais e por mulheres pertencentes à camadas privilegiadas.

\*\*\*

### *A década de 1950*

A partir da década de 1950 a ideia do desenvolvimento alinhado com a ideia de industrialização se fortalece, definindo indicadores econômicos como os principais mecanismos de mensuração para o desen-

volvimento de um país, enfatizando a importância do acesso à economia de mercado pelos/as cidadãos/ãs (HEIDEMANN, 2009).

As lutas sociais do campo e dos movimentos sindicais camponeses e de trabalhadores rurais reivindicando terra e direitos trabalhistas começam a se fazer mais presentes também a partir dessa mesma década. Segundo Fonte (2006), a criação da *União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil* (ULTAB) em 1954 e a organização da *Primeira Liga Camponesa* em Pernambuco em 1955 foram marcos iniciais desses movimentos, que terminaria com a criação da CONTAG em 1963. A criação de políticas de colonização voltadas para as populações das regiões mais empobrecidas foi a resposta do Estado à emergência dessas lutas sociais naquele momento. O movimento pela reforma agrária teve grande repercussão no período do governo João Goulart (1961 – 1964), porém nada ainda havia sido concretizado.

De acordo com Tales dos Santos Pinto (2018), as *Ligas Camponesas de Francisco Julião* – advogado e principal figura incentivadora do movimento de agricultores no Nordeste – estiveram presentes desde a década de 1950 na luta pela reforma agrária contra a estrutura latifundiária que imperava no país. O momento era de intensificação da industrialização agrária, o que gerava maior desemprego e redução de salários das populações mais empobrecidas do universo rural. As Ligas sofreram forte repressão da polícia e dos grandes proprietários de terra, principalmente após as medidas apoiadas por João Goulart, numa gestão de governo mais alinhada à esquerda e que teve breve espaço na política do país naquele momento, fortalecendo o movimento pela reforma agrária por um lado, porém sofrendo com o crescimento da repressão contra estes pelas forças conservadoras presentes no período, que durante o ano de 1964 instituíram um golpe no país, resultando em repressão maior desse movimento nos anos posteriores.

Saffioti (2013) aponta que o surto de industrialização ocorrido no governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) elevou substancialmente a oferta de emprego nas zonas urbanas, trazendo consequências para a força de trabalho feminina. Segundo a autora, o desenvolvimento industrial do período desviou grande parte da mão-de-obra masculina da agricultura para as atividades urbanas, modificando a participação das mulheres em todos os setores da economia. No início do governo Kubitschek as autoridades brasileiras acabam suspendendo o funcionamento de grande parte das associações femininas, inclusive da FMB, tendo então estes movimentos suas atividades proibidas.

## *Anos 1960*

Os primeiros anos da década de 1960 foram fortemente marcados por reivindicações: de um lado mobilizações por reformas populares, e de outro mobilizações de forte apelo moral oposto a essas reformas pelos setores mais conservadores da população. Segundo Rizotti (2001), o resultado desse conflito teria influenciado a derrubada do governo constitucional do país naquele momento, instaurando-se uma ditadura, governada e regida pelas forças militares.

Durante esse período de autoritarismo, desenvolveu-se um modelo contraditório de financiamento de políticas sociais: de um lado serviços que tornaram possível criar fontes de financiamento que contavam com a contribuição de empregados/as e empregadores/as (política previdenciária, serviços de assistência médica, habitação), e de outro, políticas dependentes exclusivamente do orçamento fiscal (saúde pública, educação, suplementação alimentar, por exemplo). Rizotti (2011) afirma que esse modelo acabou por enfraquecer os direitos sociais<sup>56</sup> da população, configurando as políticas públicas como privilégios de determinados setores.

No meio rural, as manifestações por reforma agrária e a luta pela posse de terra se tornavam cada vez mais expressivas também nesse período. O sindicalismo rural começa a se fazer mais presente também na década de 1960, mas ainda não incorporava as especificidades do trabalho feminino como uma pauta. De acordo com Maria do Socorro de Abreu e Lima (2006), o sindicalismo rural que se estruturou no Brasil nesse período falava em direitos de classe, não tratando das discriminações vivenciadas pelas mulheres. A autora relembra que, ainda que nesse momento já se começasse a ampliar a participação feminina nos sindicatos urbanos, iniciando o surgimento de departamentos femininos nesses espaços, elas dificilmente participavam do sindicalismo rural, e isso se explica por diferentes motivos:

---

56 De acordo com Clèmerson Merlin Clève (2006; p.31), os direitos sociais se-riam aqueles essenciais à dignidade e à autonomia humana, como educação, saúde, emprego, lazer e moradia, por exemplo, existindo ainda teorias que sus-tentam que “os direitos sociais não são verdadeiros direitos, constituindo, na verdade, meros programas de ação governamental”.

Havia o entendimento de que, na medida em que o marido ou o pai era sindicalizado, ela, sendo sua dependente, não precisaria fazê-lo. Aquelas que fossem sindicalizadas, as solteiras, separadas ou viúvas, teriam algumas dificuldades a mais. Além do sindicato não ser visto como local adequado à participação de mulheres, por ser um espaço público ocupado por homens, usando uma linguagem a qual elas não estavam afeitas, para exercer cargos era necessário ser alfabetizado, e, nessa época, o índice de alfabetização de mulheres, especialmente no meio rural, era muito baixo. De qualquer modo, houve mulheres que participaram do movimento sindical desde o início na qualidade de esposas. (LIMA, 2006; p. 104).

Ao lado dos movimentos de bairro, que na década de 1960 começaram a surgir em todo país com bastante intensidade, surge também um movimento pela anistia aos perseguidos políticos. Essa década experimenta ainda a atuação das *Ligas Femininas*, desenvolvendo palestras sobre temas variados e realizando estudos e atos públicos sobre o custo de vida populacional, como Saffioti expõe a seguir:

Com a colaboração de economistas e técnicos do Ministério da Agricultura, a Liga realizou estudos visando descobrir as causas dos preços extorsivos cobrados por artigos como leite, carne, cereais, produtos hortifrutigranjeiros, denunciando publicamente, e com ampla cobertura da imprensa, suas descobertas. Com os resultados de seu estudo em mãos, liderou a organização do movimento contra a elevação do custo de vida (...) organizando uma caravana integrada por mais de 200 mulheres que, em Brasília, entregaram ao presidente João Goulart um memorial com quase 100 mil assinaturas, propondo medidas para o combate à alta do custo de vida (SAFFIOTI, 2013; p. 388).

Siliprandi (2015c), relata que foi também a partir desse período que as mulheres trabalhadoras rurais começaram a se organizar em associações e grupos de produção, desenvolvendo experiências produtivas alternativas, criando centros de formação e assessoria técnica, e também em grupos coletivos de comercialização.

Importante notar que, como consequência das formas adotadas pela mecanização agrícola, a partir da década de 1960 o êxodo rural se intensifica no país, motivado pelos processos de expropriação que a modernização acabou instituindo. A primeira transformação ocorrida com a mecanização foi a criação de um *Estatuto do Trabalhador Rural* (Lei nº4.214), regulamentando as relações de trabalho no setor agrícola. De acordo com Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2011), foi com a mecanização da agricultura que surgiu a necessidade de um novo tipo de trabalhador/a rural, e por isso tornou-se necessário regulamentar as novas regras do jogo.

A promulgação do *Estatuto do Trabalhador*, em 1963, reconheceu direitos trabalhistas aos assalariados agrícolas, fixando condições do exercício do trabalho e instituindo proteção especiais aos trabalhadores, mas nada específico para as mulheres trabalhadoras rurais. A lei instituiu ainda a Carteira Profissional, autorizou a organização dos sindicatos e criou um *Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural*. Para Wanderley (2011), um dos problemas desse *Estatuto* teria sido o fato do mesmo ter definido os trabalhadores rurais como aqueles que realizam serviços a um empregador rural mediante salário, excluindo assim os trabalhadores, e também as trabalhadoras, que não se enquadravam nesses critérios.

Apesar da modernização e da criação de um *Estatuto do Trabalhador Rural* no país, naquele momento ainda era possível – e ainda o é – encontrar pessoas rurais realizando trabalho escravo<sup>57</sup> nas áreas mais

---

57 Ainda que em 2003 tenha entrado em vigor legislação que conceituava o trabalho escravo como todas as situações que caracterizassem trabalho degradante; em 2017, atendendo à Bancada Ruralista do legislativo brasileiro, o presidente Michel Temer alterou os conceitos da definição de trabalho escravo no Brasil, definindo apenas a privação da liberdade como trabalho escravo, desregulamentando a divulgação da lista de empregadores/as denunciados/as, e condicionando o processo de inclusão de nomes na lista à uma decisão do próprio ministro do trabalho. O descaso e o desrespeito à população rural ficou evidenciado, mas o conflito não parou aí e houve recuo do governo pela pressão nacional e internacional. De acordo com Julia Dolce (2018), a lista divulgada pela *Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo* (DETRAE) do *Ministério do Trabalho (MT)* demonstram que no período entre 2003 e 2014, o agro-negócio foi campeão absoluto na utilização do trabalho escravo no país, com praticamente 80% dos/as trabalhadores/as encontrados/as nessa situação em lavras, plantações de cana, pecuária e realizando desmatamento de áreas ambientais.

remotas do universo rural brasileiro, onde o controle e a fiscalização do Estado e da sociedade civil é quase inexistente.

Em 1964 é instituído o *Estatuto da Terra* (Lei nº4.504), trazendo em suas normas gerais orientação para a política agrícola nacional, normatizando o uso da terra e estabelecendo diretrizes referentes ao desenvolvimento rural em relação à assistência técnica, inseminação artificial, cooperativismo, produção e distribuição de mudas e sementes, mecanização agrícola, industrialização e beneficiamento de produtos, obras de infra-estrutura rural, seguro agrícola, garantia de preços mínimos, entre outros. Wanderley (2011) recorda que esse *Estatuto* é a primeira lei brasileira voltada para o tema após a *Lei de Terras* de 1850, demonstrando que justamente no período da modernização da agricultura brasileira é que se vai transformar o setor agrícola nacional. Por um lado, tal modernização permitiu consolidar o mercado de consumo dos produtos, por outro, esse processo acabou reduzido apenas “a certo tipo de unidades produtivas que realizam determinadas culturas ou criações, em algumas áreas específicas do país, e transformando desigualmente as diversas fases do processo produtivo” (WANDERLEY, 2011; p. 31).

A pauta da soberania alimentar entrou na agenda das políticas brasileiras também a partir desse período. Foi a partir da *Conferência Mundial sobre Alimentação da ONU* em 1966, que o conceito passou a ser mais fortemente adotado, concebido então como a soberania dos povos em definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares. Um desafio gigantesco, visto que a maioria das políticas agrárias dos países mais pobres são decididas em cúpulas fechadas e em bolsas de valores mundiais, pelos países hegemônicos. Para Paulilo e Boni (2016), a incorporação da agroecologia como método de cultivo sem a utilização de agrotóxicos e resgatando o uso de sementes crioulas, seria uma forma de garantir a soberania alimentar, e tal lógica passa a ser mais fortemente adotada no país em décadas posteriores.

\*\*\*

### *A década de 1970*

Segundo Lima (2006), é na década de 1970 que o sindicalismo rural propicia maior abertura para a participação feminina. O envolvimento das camadas populares com as *Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)* incentivou a maior participação das mulheres, tanto nas igrejas e nas comunidades, como também dentro das entidades e dos sindicatos.

Apesar de pouco a pouco incorporadas aos movimentos sindicais rurais, até os anos 1980 estes espaços não questionavam as relações de gênero, colocando a “questão da mulher” – salários desiguais, assédio, violência doméstica, pensão alimentícia – como uma luta incômoda ao movimento, pois poderia dividi-lo em sua força de atuação.

Com o desenvolvimento da então mecanizada *Revolução Verde*, nos anos 1970 se aprofundam os processos de modernização pautados na busca por um maior desenvolvimento econômico, não trazendo benefícios reais para a já marginalizada população rural. Sobre esse fato, Ângela Kageyama realiza as seguintes críticas:

Ainda que desfrutando do maior índice de produtividade, (...) não evitou a expulsão de contingentes significativos da sua força de trabalho rural; não eliminou a subocupação nem o prolongamento excessivo das jornadas de trabalho; (...) não desenvolveu mecanismos de maior participação dos trabalhadores nos ganhos de produtividade, arcan-do com (...) maiores índices de desigualdade de renda (...) e exibindo um forte processo de crescimento dos lucros (incluindo renda da terra) à frente dos salários rurais. (KAGEYAMA, 1987, citada por WANDERLEY, 2011; p. 35)

Nos anos 1970, ao mesmo tempo que se cresceu a desigualdade social e econômica no país, a pobreza no campo diminuiu. José Graciano Silva (2001) explica esse fato pelo aumento do êxodo rural que expulsou contingentes de trabalhadores/as agrícolas para as cidades onde esses agricultores e agricultoras passaram a serem marginalizados/as, favelados/as, ou a atuar como bóias-frias para sobreviverem. Como disse Galeano (2017; p.6), “os expulsos da terra vegetam nos subúrbios das grandes cidades, tentando consumir o que antes produziam”. Nas décadas seguintes a desigualdade, a fome e a miséria aumentam nas áreas rurais brasileiras.

Em 1971 é instituído o primeiro *Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)*, concentrando sua atenção no desenvolvimento da agricultura empresarial na região Centro-Sul e no aprimoramento da viabilidade da agricultura nordestina, modernizando estruturas de comercialização e de distribuição de produtos agrícola (BRASIL, 1972; citado por FONTE, 2006). Na década de 1970 surgem ainda importantes instituições governamentais voltadas para as questões agrícolas, como a



*EMBRAPA* em 1972, destinada a pesquisas para geração de tecnologia rural, e a *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)* em 1975, que reproduzem o padrão imposto pelos interesses das indústrias produtoras de insumos para a agricultura. A *EMATER* passou por várias reformulações durante os anos seguintes, praticando ações que se diferenciam de Estado para Estado, embora mantenham alguns objetivos comuns.

No início da década de 1970 o Governo identificou um grande estrangulamento no sistema de comercialização de hortigranjeiros no país, dando surgimento às *Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA)* em 1972, destinadas a promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos da hortifruticultura a nível de atacado e em uma região. Foram utilizados o apoio de organismos internacionais, como a FAO, baseados na experiência de outros países em técnicas de planejamento, construção e operação de mercados atacadistas e as *CEASAs* foram construídas nas principais capitais do país, com a parceria dos governos estaduais e municipais (WIKIPEDIA, 2017).

Fonte (2006) recorda que a década de 1970 experimentou crises financeiras mundiais (crise do petróleo, esgotamento do “milagre econômico brasileiro<sup>58</sup>”, entre outras), passando o estado a investir mais no setor agropecuário, colocado então como estratégico para o desenvolvimento econômico do país. Mas as políticas voltadas especificamente para as mulheres trabalhadoras rurais ainda não apareciam.

Em 1975 a ONU declara aquele como o *Ano Internacional da Mulher*, dando mais enfoque e visibilidade aos problemas das mulheres em todo o mundo, o que para Cynthia Andersen Sarti (2004) pode ter favorecido a criação de grupos políticos de mulheres no país que passaram a existir abertamente. Sarti demonstra ainda as especificidades do feminismo brasileiro até então: um feminismo produzido pelas mulheres brancas das camadas médias que nos anos 1970 começa a se articular com as mulheres negras, com as camadas mais populares e com as organizações de bairro.

Na década de 1970, as organizações feministas de bairro e rurais ganham força também com o trabalho das pastorais inspirados pela *Teologia da Libertação*. Em função disso, questões como aborto, sexualidade e planejamento familiar permaneceriam durante muito tempo ainda relegados ao âmbito da vida privada, sendo abordadas apenas nos pe-

---

58      Época de crescimento econômico elevado durante o Regime Militar no Bra-sil.

quenos "grupos de reflexão". O feminismo nascente entre as trabalhadoras rurais se isentaria dessas discussões, tornando-se estes temas tabus e ficando ainda, até recentemente, no movimento de mulheres trabalhadoras rurais ausente a discussão sobre a violência doméstica.

Mesmo presentes em diversos outros movimentos (movimentos juvenis, pacifistas, de luta pela terra como o MST, pelos direitos dos/as negros/as e de outras minorias), as mulheres eram muitas vezes secundarizadas pelos seus companheiros homens, sendo destinadas na maior parte das vezes à funções relacionadas à datilografia, reprodução de material de divulgação, distribuição de panfletos, fazer café, limpar os ambientes, realizando atividades de pouca importância política, deixando as decisões para os homens. Por essa razão as mulheres passam a se reunir em separado, criando alas femininas e grupos de consciência dentro des-ses movimentos.

Larissa Viegas de Mello Freitas (2011) recorda que o final da década de 1970 foi marcado no país pela abertura política e pelo surgimento de diversos movimentos sociais que foram aparecendo naquele momento tanto nos meios urbanos como nos meios rurais. Surgem nesse momento diversos movimentos sociais rurais, como o MST, o *Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA)* – que depois se transformaria no *Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)* –, o *Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE)* e diversas movimentações sociais em diferentes áreas do Brasil.

Foram tempos também marcados pelo fortalecimento do ativismo sindical a partir da experiência das greves lideradas pelos metalúrgicos do ABC paulista, uma das principais áreas industriais brasileiras naquele período. Esse sindicalismo urbano interferiu na construção do sindicalismo rural brasileiro. Para Odilon Polli (1999, citado por FREITAS, 2011), o sindicalismo rural oficial que vigorava até aquele momento era vinculado ao Estado desde 1964, limitando-se a práticas assistencialistas e de manutenção de determinados mecanismos de controle que evitassem a organização de massas.

O Brasil, país que vivera revoluções rurais em sua história, o movimento da *Cabanagem*<sup>59</sup> (1835-1836), a *Revolução Praieira*<sup>60</sup> (1847-

---

59 Primeiro movimento popular de base índio-camponesa brasileiro, chegaram a instituir um governo local próprio no Pará.

60 Propunham o fim do latifúndio e a reforma agrária, agregando forte partici-pação popular e de elites de Pernambuco.

1849), as *Guerras de Canudos*<sup>61</sup> (1896 - 1897) no Nordeste, do *Contestado*<sup>62</sup> (1912 - 1916) na região Sul; a formação e atuação das *Ligas Camponesas de Francisco Julião*<sup>63</sup> (1940 - 1955), que começaram também no Nordeste, conteve seus movimentos de massa no meio rural suprimidos até o surgimento dos movimentos nacionais do campo na década de 1980.

Até a década de 1970, as políticas voltadas para as mulheres reforçavam estereótipos de gênero. Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2012) ressaltam que as primeiras ações governamentais brasileiras voltadas para as mulheres buscavam priorizar (e muitas delas ainda priorizam) a proteção e a defesa da instituição familiar, da importância da maternidade e do trabalho da mulher dentro do lar, considerando o trabalho das mulheres fora do domicílio como algo provisório e privilegiando os homens no mercado de trabalho. De acordo com as autoras, esse quadro teria se alterado principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, assim que a economia demonstrou a necessidade da mão-de-obra das mulheres, tendo o Estado a partir de então facilitado sua incorporação ao mercado, dando início ao surgimento de políticas que, de maneiras transversais, começariam a incorporar estas cidadãs.

Aline Drews (2006) observa que a partir dos anos 1970 até meados dos anos 1980 se iniciou a ênfase na situação das mulheres nos projetos desenvolvimentistas, principalmente para a agricultura nos países em desenvolvimento.

A abordagem desenvolvimentista adotada pelos projetos voltados para mulheres naquele momento é criticada por Paulilo (2013), a qual afirma que, apesar de grande parte desses projetos terem sido fortemente financiados por órgãos nacionais e internacionais com foco desenvolvimentista, era sempre considerada como foco de atuação das mesmas a família, e não as mulheres trabalhadoras rurais. De algum modo isso estaria relacionado também à própria concepção desenvolvida pelos movimentos sociais rurais a respeito da centralidade da família no trabalho

---

61 Luta e resistência de populações marginalizadas do sertão da Bahia que não aceitavam a situação de injustiça social que viviam na região.

62 Agricultores/as de origem cabocla localizados entre a região do Paraná e Santa Catarina que contestavam a doação de terras que o governo brasileiro fez aos madeireiros e à Southern Brazil Lumber & Colonization Company, uma das maiores serrarias da América Latina.

63 Organizações comunistas cujo objetivo era lutar pela distribuição de terras e pelos direitos dos/as camponeses/as, inicialmente em Pernambuco, e posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro e em Goiás.

agrícola. Em um levantamento realizado em 1999 pela autora sobre os diferentes movimentos de mulheres em toda América Latina, esta constatada que na maioria deles, e com poucas exceções, o papel tradicional das mulheres como esposas e mães era ainda estimulado.

\*\*\*

### **Anos 1980**

O padrão de políticas adotadas pelo autoritarismo (1964 – 1985) centralizava as ações e responsabilidades na União (esvaziando os poderes locais e regionais de tais compromissos), aumentando o controle dos serviços e benefícios através da burocracia, assim como o desenvolvimento de práticas clientelistas (RIZOTTI, 2001).

A problemática das relações políticas clientelísticas que acabaram sendo instituídas é também alertada por Paulilo (2016c), demonstrando que a população ao invés de reivindicar dos poderes públicos “direitos”, demandavam “favores”, criando “obrigações” destes/as em relação aos políticos responsáveis pela obtenção de tais políticas.

A década de 1980 é caracterizada por um período de grave recessão nacional, diminuindo a atividade industrial do país, aumentando o desemprego e a crise fiscal, o que dificultaria ainda mais a manutenção das políticas sociais. Nesse período, o governo reduz os investimentos em políticas públicas e em infra-estrutura, adotando maior controle do orçamento público, acentuando o caráter seletivo destas políticas pelo novo conjunto de normas que passam a regular o seu acesso (Rizotti, 2001).

Parte das demandas por políticas públicas das mulheres trabalhadoras rurais teve seu início nos movimentos organizados por estas mulheres no interior do país nos anos 1980, como vimos no subcapítulo 2.3 *Conferências Nacionais que influenciaram a construção das demandas das mulheres trabalhadoras rurais no país*. Movimentos que, de acordo com Tedeschi (2007), teriam surgido a partir dos debates promovidos em pequenos grupos de mulheres pelas pastorais vinculadas às igrejas e nas *CEBs*, nas quais aos domingos após as missas se reuniam para refletir sobre sua condição de mulher no meio rural. Para o autor, as pastorais se constituíram como elementos fundamentais na conscientização das mulheres no campo a partir daquele período.

Segundo Heredia e Cintrão (2006), o surgimento das primeiras organizações de mulheres trabalhadoras rurais brasileiras teria ocorrido com mais força no Sul (principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina), e no Nordeste (principalmente em Pernambuco e Paraíba), tendo como questões principais a luta pelo reconhecimento da profissão de agricultora (e não como “mulheres do lar”), por direitos sociais (aposentadoria e salário maternidade), por direito à sindicalização, pelo acesso à saúde da mulher e pelo acesso à terra.

O surgimento e a dinâmica dos movimentos de mulheres rurais nas regiões Norte e Nordeste do país diferem do que ocorreu no Sul. De acordo com Paulilo e Boni (2016), no Norte e Nordeste os movimentos foram mais fortemente influenciados e tutelados pelos movimentos sindicais, do que no Sul. As autoras demonstram que a dominação exercida pelos grandes proprietários de terra no Norte e Nordeste gerou várias situações de violência nessa região, onde trabalhadores/as começavam a lutar pelos direitos trabalhistas desde a década de 1970. Muitas mortes foram encomendadas desde então. Quem ousava defender os/as mais pobres era geralmente o alvo dos assassinatos, como aconteceu com a líder sindicalista *Margarida Alves*<sup>64</sup> na Paraíba em 1983, com o líder dos seringueiros *Chico Mendes* na Amazônia em 1988 e da religiosa *Dorothy Stang* em 2005 no Pará, e tantos e tantas outras que morreram e continuam morrendo de maneira mais anônima.

As mulheres trabalhadoras rurais começaram a inserir suas questões nos sindicatos a partir da década de 1980, estimulando a participação de mais mulheres, fazendo emergir assim as primeiras lideranças de mulheres no meio rural. Os sindicatos passaram a denunciar a precariedade do campo no que se refere às questões relacionadas a saúde e educação, motivando a emergência dos abaixo-assinados, de manifestações públicas e reuniões. Começaram a aparecer nas reivindicações das mulheres urbanas e rurais temas como a divisão sexual do trabalho e as relações de poder na família (TEDESCHI, 2007).

O esgotamento do modelo econômico adotado, somado ao contexto político daquele momento recolocou a questão social na pauta da

---

64 *Margarida Alves* acabou se tornando um símbolo do envolvimento das mulheres trabalhadoras rurais brasileiras e latino-americanas após sua morte, sendo inclusive homenageada na *Marcha das Margaridas*, mobilização nacional que reúne as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras, e no *Prêmio Margarida Alves*, premiação que têm como objetivo estimular a produção de pesquisas no âmbito da condição social das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil.

agenda governamental, fazendo com que a partir da reabertura política essa fosse claramente reconhecida pelo Estado. A ação dos movimentos sociais influenciou na formação dessa nova agenda, convergindo todos para o objetivo de superar o caráter seletivo dos serviços públicos destinados à população. De acordo com Rizotti (2001; p. 54), enquanto “a legislação ganhava o sentido preciso de instrumento pelo qual a sociedade poderia influir nas ações do Estado”, o Governo estabelecia duas metas para lidar com seus problemas estruturais: elevar as taxas de crescimento econômico com o intuito de reverter o quadro de crise social e atender as situações emergenciais das condições de vida pauperizadas da população. Apesar de demonstrar uma preocupação com tais questões, as metas não foram claramente delineadas, impossibilitando a efetividade das reformas estruturais necessárias. A crise social se agravou, aumentando assim o número de usuários dos serviços assistenciais, assim como o assistencialismo<sup>65</sup>, o clientelismo e a seletividade das políticas públicas de caráter social.

A década de 1980 experimentou ainda a explosão de diversos movimentos sociais questionadores dos modelos de desenvolvimento que privilegiavam a concentração econômica e a reduzida participação popular. Wanderley (2011) recorda que até 1985 o país vivia sob o controle dos governos militares, e que, mesmo assim, grupos de trabalhadores e trabalhadoras rurais já expressavam suas resistências aos processos de subordinação e expulsão dos quais eram vítimas. Através da CONTAG, muitas das lutas dos/as trabalhadores/as assalariados/as rurais começavam a aparecer na Justiça do Trabalho e greves e embates violentos começavam a se tornar cada vez mais frequentes no campo.

Sarti (2004) considera o movimento de mulheres no Brasil nos anos 1980 como uma força política consolidada em que se explicitavam as relações (desiguais) de gênero, ao mesmo tempo em que grupos feministas se disseminavam pelo país, ocorrendo assim uma forte penetração dos movimentos feministas em diversas associações profissionais, partidos e sindicatos, legitimando as mulheres como sujeitos sociais. Agravavam-se nesse mesmo período as condições de vida da população e o *milagre econômico brasileiro* já começava a dar sinais de esgotamento.

---

65 Assistencialismo e assistência social se referem a conceitos distintos, como explica Solange Silva dos Santos Fidelis (2005; p.2). Enquanto a assistência so-cial está relacionada com a prática de intervenção de caráter emergencial, o as-sistencialismo seria caracterizado por “ações que não emancipam os usuários, pelo contrário, reforçam sua condição de subalternização perante os serviços prestados”.

Segundo a autora, nesse mesmo momento ganhou força no cenário nacional uma atuação mais especializada do movimento feminista, com uma perspectiva mais técnica e profissional, institucionalizando assim parte do movimento, criando conselhos da condição feminina nas esferas estaduais, municipais e federais, e desenvolvendo também a pesquisa acadêmica sobre as questões de gênero no país.

Na década de 1980 foram criados o primeiro *Conselho Estadual da Mulher (CEM)*, o *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)*, as *Delegacias de Defesa da Mulher* e as primeiras creches, ao mesmo tempo em que se ampliava o debate sobre questões de reprodução humana, planejamento familiar e crimes contra as mulheres. De 1982 a 1986 os movimentos de mulheres e feministas atuaram junto ao poder executivo, encaminhando projetos e fazendo pressão para implantação de políticas públicas. Joana Pedro (2012) explica que foi principalmente através do feminismo organizado que ocorreram mudanças importantes no Brasil, sejam aquelas garantidas pela *Constituição de 1988*, sejam emendas constitucionais posteriores, como a implementação do *Bolsa-Família* em 2001, do *PRONAF Mulher* em 2003, da *Lei Maria da Penha* em 2006, ou da regularização dos serviços das trabalhadoras domésticas em 2014.

Em 1985 o então recém-empossado presidente José Sarney decretou um plano de estabilização econômica – *Plano Cruzado* – como estratégia para combater a inflação que assolava o país, congelando preços e realizando importações, de alimentos principalmente, para atender à demanda interna, reduzindo ainda alíquotas e instituindo subsídios destinados a manter renda de alguns complexos agroindustriais, como do trigo, açúcar e álcool. Fonte (2006) acredita que o processo de estabilização econômica nos primeiros meses do *Plano Cruzado*, assim como a grande disponibilidade de crédito rural naquele momento, induziu muitos/as agricultores/as a novos investimentos, tornando-os/as endividados/as com a retomada do processo inflacionário no final de 1986. O *milagre econômico* durara pouco. Muitos/as produtores/as acabaram perdendo suas terras e seus bens, obrigando o governo a um perdão generalizado de suas dívidas.

De acordo com Deere (2004), depois de 1987 os movimentos de mulheres passaram a delegar aos governos a execução de novas políticas públicas referentes às pautas do feminismo, como igualdade de gênero, aborto legal, liberação sexual, controle de natalidade, entre outras, sustentando a resistência de setores conservadores da esfera política.

Costa (1998) afirma que os Estados e as agências governamentais adotaram plenamente o conceito de gênero em suas políticas públicas e programas de desenvolvimento a partir da década de 1980, ao mesmo tempo que setores mais conservadores temiam a incorporação da perspectiva de gênero, por acreditarem que sua adoção poderia acarretar uma maior naturalização da homossexualidade, a destruição das famílias (heterossexuais e patriarcais) e a disseminação do feminismo.

De acordo com Brumer (2002), foi a partir da *Constituição de 1988* que a Previdência Social passou a atender à população rural, desde que comprovadas a situação de produtor/a e/ou trabalhador/a rural, estendendo-se o benefício às esposas que exercessem atividades em regime de economia familiar. Essas passaram a ter direito à aposentadoria por idade a partir dos 55 anos, independentemente de o cônjuge já ser beneficiário; a ter o direito de receber pensão por falecimento do mesmo; e o direito ao recebimento do salário-maternidade, que concede às mulheres trabalhadoras rurais parturientes um benefício equivalente a um salário-mínimo mensal durante quatro meses (120 dias).

Denominada de *Constituição Cidadã*, o novo código de 1988 foi elaborado com ampla participação das mais variadas esferas da sociedade, inclusive dos movimentos de mulheres e feministas<sup>66</sup>, garantindo igualdade de direitos de todos cidadãos e cidadãs na vida civil, no trabalho e na família, e concedendo às mulheres o direito ao título e à concessão de uso da terra, nas áreas urbanas ou rurais (CORTÊS, 2012).

Foi somente a partir dessa Nova Constituinte que se construiu no Brasil uma agenda relacionada à questão de gênero, incluindo diretrizes para as políticas públicas nacionais, que de modo geral podem ser resumidas nas seguintes questões: a) violência; b) saúde; c) meninas e adolescentes; d) geração de emprego e renda; e) educação; f) trabalho; g) infra-estrutura urbana e habitação; h) questão agrária; i) incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (transversalidade de gênero); j) acesso ao poder político e empoderamento.

Essa Constituinte possibilitou também que, (1) se igualasse a categoria das/os trabalhadoras/es rurais às/aos das/os trabalhadoras/es urbanas/os (e portanto submetendo-os/as às leis promulgadas pela *Consolidação das Leis Trabalhistas* – CLT) e, (2) se concedesse à mulheres trabalhadoras rurais os mesmos direitos que aos trabalhadores rurais homens, (3) ampliando o piso de todas/os trabalhadoras/es no país para um salário mínimo e (4) reduzindo o limite de idade de aposentadoria para



60 anos no caso do homem e 55 no caso da mulher. A Constituição estendeu ainda o direito ao recebimento dos benefícios a todas as mulheres trabalhadoras, independentemente de serem ou não chefes de família, permitindo o acesso destas à Previdência Social.

Para Tedeschi (2007) o reconhecimento da profissão e o acesso a benefícios sociais foi uma das conquistas mais importantes na história da mulher trabalhadora rural brasileira, tendo a *Constituição de 1988* consagrado o termo jurídico **Trabalhadoras Rurais**, a partir de então uma categoria profissional. O direito à aposentadoria para essas mulheres entrou em vigor a partir de 1991, sendo concedido o primeiro benefício no valor de um salário mínimo à mulher trabalhadora rural apenas em 1992. Essas conquistas fizeram com que os movimentos de mulheres rurais lançassem intensa campanha pela documentação das mulheres – visto que somente as portadoras de documentos poderiam acessar os benefícios.

As garantias constitucionais conquistadas pelas mulheres trabalhadoras rurais brasileiras se constituem como fato único na América Latina (DEERE e LEÓN, 1999; citados por PAULILO, 2004). De acordo com Paulilo (2004), o estatuto de produtoras rurais concedido pela *Constituição de 1988* às mulheres rurais permitiu que estas acessassem diversos direitos trabalhistas, aumentando assim a sindicalização das mesmas desde então, pois seria através dos sindicatos que estas poderiam obter maiores esclarecimentos e ajuda burocrática. No entanto essa maior sindicalização não pode ser assimilada como maior politização das mesmas e, após a conquista dos direitos trabalhistas, os movimentos autônomos de mulheres rurais se retraíram um pouco.

Paulilo e Boni (2016) recordam que a *Constituição de 1988* possibilitou não somente a articulação dos movimentos sociais rurais na reivindicação por mais políticas públicas, mas também a perigosa articulação entre os grandes proprietários de terra na formação da *União Democrática Ruralista (UDR)*, movimento conservador e armamentista, que “através da defesa do neoliberalismo econômico, buscou aliança com as classes empresariais, procurando impedir a aprovação de leis favoráveis à reforma agrária” (PAULILO e BONI, 2016; p. 356).

Se parte de suas demandas foram atendidas com a *Constituição de 1988* – como o fato da mesma ter ampliado o título de domínio e de concessão das terras concedidas pelo Estado, Deere (2004) demonstra que após 1988 pouco se evoluiu no que se refere à implementação dos direitos das mulheres à terra e que somente quando essa ausência das mulheres no tocante ao acesso à terra “começou a ter conseqüências prá-

ticas reais para a consolidação dos assentamentos da reforma agrária que os direitos das mulheres à terra tornaram-se uma questão dentro do principal movimento social liderando a reforma agrária, o MST, e para o Estado (DEERE, 2004; p. 176)".

Foi também a partir da década de 1980 que o MST começou a se organizar enquanto movimento nacional, recuperando o aprendizado e a experiência das *Ligas Camponesas de Francisco Julião* contra os latifúndios, realizando ações de ocupação massiva de terras desocupadas e conseguindo que fossem aprovadas na *Constituição de 1988* os artigos 184<sup>67</sup> e 186<sup>68</sup>, que garantiam a desapropriação de terras que não cumprissem sua função social. Segundo Roseli Salette Caldart (2001), os sem-terra acabaram constituindo uma identidade de afirmação de uma condição social e não mais como uma circunstância de vida que deva ser superada.

Nessa década começam a surgir também os movimentos das mulheres trabalhadoras rurais, como o *MMTR* no Nordeste (CORDEIRO, 2006) e o *MMA* em Santa Catarina e no Sul do Brasil (SALVARO, LAGO e WOLFF, 2013), e foi a partir desse período que começaram a se realizar os encontros e conferências de trabalhadoras rurais em todas as regiões do país.

\*\*\*

### *A década de 1990 e a globalização*

A partir da promulgação da nova Constituição começaram gradativamente a aparecer mais políticas voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais, como também para a população do campo. Apesar da licença-maternidade para essas mulheres ter sido aprovada também na *Constituição de 1988*, o benefício foi vetado pelo então Presidente Fernando

---

67 O artigo 184 da Constituição prevê a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

68 De acordo com o artigo 186 da Constituição, a função social da propriedade rural é cumprida quando esta atende, simultaneamente, critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, como o aproveitamento racional e adequado da terra; a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; a observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e que realizem exploração que favoreça o bem-estar dos/as proprietários/as e dos/as trabalhadores/as (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Collor de Mello (1990 – 1992), sendo aprovado somente em 1993 e regulamentado a partir de 1994 – já no governo Itamar Franco (TEDESCHI, 2007).

No Governo Collor se inicia a reformulação da intervenção estatal na economia brasileira, reduzindo sua atuação, e também a abertura dos mercados para se integrar ao processo de globalização nascente. Fonte (2006) demonstra que nesse período surgiram grandes reformas na agricultura do país, sendo adotada em 1991 a *Lei Agrícola Nacional* (Lei nº 8.171) visando o aumento do setor privado na comercialização de produtos agrícolas e na redução do Estado na importação de insumos e no controle público de estoques.

Após o *impeachment* de Collor começou um diálogo com aqueles que lutavam pela terra. Segundo Fonte (2006), foi no governo de Itamar Franco em 1992, que o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA) iniciou as desapropriações das terras que não cumpriam sua função social para a realização de assentamentos de trabalhadores/as rurais sem terra.

Naquele momento as organizações de mulheres trabalhadores rurais já haviam começado a adotar práticas mais diretas de luta pela terra. Como Wanderley (2011) demonstra, ainda que nesse mesmo ano tenha sido promulgado o *I Plano Nacional da Reforma Agrária*, a maior parte dos assentamentos só foram implantados durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sob as pressões dos movimentos de luta pela terra.

Os assentamentos são arranjos habitacionais novos que acabaram possibilitando a emergência de novas reflexões. Para Paulilo (2016e), ao assentarem muitas famílias próximas uma das outras, o próprio isolamento do cotidiano rural já deixaria de ser uma realidade, passando essas a conviverem geograficamente mais próximas, possibilitando que discussões e ações fossem mais facilmente implementadas.

Fonte (2006) alerta para as demandas que foram sendo criadas dentro dos assentamentos, como a necessidade de escolas, de espaços de saúde, de espaços comunitários, de acesso a bens de consumo e lazer. Essas demandas são indicativas de como o rural é tratado de forma precária, demonstrando a necessidade de recriá-lo como espaço de novas formas de sociabilidade e não somente de produção.

Na década de 1990 começam a surgir com maior intensidade políticas voltadas para a erradicação da fome e da miséria social, políticas que apesar de não trazerem mudanças significativas, permaneceram como constantes em políticas e programas desenvolvimentistas, consoli-

dando dois conceitos distintos e bastante presentes nessas novas políticas: os conceitos de “segurança alimentar” e de “soberania alimentar”. A segurança alimentar está relacionada com a oferta e a própria qualidade dos alimentos que são consumidos, assim como com o uso de agrotóxicos, corantes e conservantes na produção alimentar, enquanto soberania alimentar está relacionado com a soberania dos povos em definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares (PAULILO e BONI, 2016).

Pensando sobre as políticas sociais brasileiras da década de 1990, Frederico Lisbôa Romão (2003) nos recorda que do ponto de vista internacional, nessa década a estratégia adotada era a globalização neoliberal. É a partir do *Plano Collor* (1990) que o Estado brasileiro se inseriu com mais ênfase no mundo neoliberal, abrindo sua economia comercial e financeiramente, passando a importar bens intensivos em tecnologia e capital e exportar bens intensivos em mão-de-obra e recursos, deixando as políticas públicas relegadas a segundo plano.

Em 1994 foi lançado o *Plano Real*, fundamentado no aprofundamento da política de abertura comercial e da desregulamentação da economia e da finança nacional, possibilitando o aumento do consumo de bens duráveis através da expansão do crédito e da elevação da massa salarial, mas também acarretando uma balança comercial deficitária, em decorrência da abertura comercial, do dinamismo interno, e no deterioramento das contas públicas. Romão (2003) demonstra que a partir desse cenário, o governo negociou com o *Fundo Monetário Internacional (FMI)* e desvalorizou a moeda no cenário internacional, aumentando assim o desemprego, a dívida pública e a recessão, rebatendo diretamente nas políticas públicas do período. Aumentando o desemprego e a informalidade, reduziu-se também as fontes de financiamento<sup>69</sup> das políticas baseadas no trabalho formal, limitando ainda mais o acesso a estas.

De acordo com Pedro Henrique Carinhato e Silva (2008), apesar das políticas neoliberais terem sido introduzidas no país a partir do Governo Collor, foi somente com Fernando Henrique Cardoso e o *Plano Real* que suas diretrizes foram impostas. De acordo com o autor, para receber empréstimos do *FMI* e do Banco Mundial, o governo acatou as prescrições impostas por estes organismos internacionais. Todos os pla-

---

69 De acordo com Romão (2003; p. 5), no Brasil existem duas fontes principais de financiamento das políticas públicas: (1) a esfera tributária, que não gera diretamente um direito individual a um serviço ou bem específico (como o *IR, IPI, ICMS, IOF*); (2) a esfera das contribuições sociais, que geram um retorno direto de um bem/serviço proporcional ao pagamento salarial (*COFINS, PIS, PASEP, FGTS*, por exemplo).

nos de estabilização adotados pela América Latina naquele momento foram elaborados e induzidos por estas duas agências, que afirmavam que tais estratégias seriam eficazes instrumentos de erradicação da pobreza.

Segundo Silva (2008), adotando o combate à inflação como princípio norteador, o governo enfatizava a necessidade de um maior ajuste fiscal e do corte dos gastos públicos, através de uma maior racionalização dos recursos, descentralização participativa (a União passou a transferir as responsabilidades sociais para os municípios e para o terceiro setor) e numa terceirização dos serviços públicos para a iniciativa privada.

A transversalidade de gênero (*gender mainstreaming*) nas políticas públicas brasileiras começou ser adotada em 1995, a partir da *IV Conferência Mundial das Mulheres de Beijing*<sup>70</sup>, com incorporação da melhoria do status das mulheres em todas as dimensões da sociedade – econômica, política, cultural e social, afetando aspectos como a remuneração, a segurança social, a educação e a divisão de responsabilidades profissionais e familiares. Segundo Bandeira (2005), uma das maiores contribuições da *Plataforma de Beijing* foi chamar a atenção para um tema até então pouco visível: a relação entre gênero e pobreza e a necessidade de medidas específicas para atender à condição social das mulheres na pobreza.

Na segunda metade da década de 1990 houve grande transformação dos ministérios voltados para agricultura do país. Em 1997 o *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)* passou a tratar exclusivamente da produção empresarial principalmente voltada para exportações, que continuou a ser prioridade do governo; e em 1999 foi criado o *Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)*, encarregado

---

70 Outros eventos mundiais que impactaram as políticas de gênero brasileiras foram a *Conferência Mundial dos Direitos Humanos* (Viena/1993) que reafirmou os direitos humanos da mulher como inalienáveis, universais e indivisíveis, a *IV Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento* (Cairo/1994), inserindo a discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos, a *Cúpula de Desenvolvimento Social* (Copenhague/1995) que buscou evidenciar que "as mulheres são as mais atingidas pelos efeitos da pobreza, do desemprego, da degradação ambiental, da violência, da guerra e que o desenvolvimento social e econômico não pode ser alcançado sem a inclusão das mulheres (BANDEIRA, 2005; p. 14)", e a *Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância* (Durban/ 2001), que pôs em pauta a questão das mulheres e jovens afrodescendentes e indígenas, afetadas/os duplamente pelo preconceito sexual e pelo preconceito racial.

pela promoção da reforma agrária, do desenvolvimento da agricultura familiar e responsável pela execução do *PRONAF* (FONTE, 2006).

De acordo com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB, 2010), o *PRONAF*, criado em 1995 no Governo Fernando Henrique Cardoso, teve sua origem no *Programa de Valorização da Pequena Produção Rural* (PROVAP), criada um ano antes no Governo Itamar Franco. O *PRONAF* está dividido em três modalidades, a saber: (1) Financiamento de Infra-estrutura e Serviços Municipais, financiando obras e serviços necessários ao fortalecimento da agricultura familiar; (2) Capacitação e Profissionalização de Técnicos/as extensionistas e agricultores/as sobre processos de produção e gestão; (3) Crédito Rural, concedendo apoio financeiro em linhas de crédito específicas de custeio e investimento.

Sergio Schneider, Ademir Cazella e Lauro Mattei (2004, citados por BNB, 2010) demonstram que o *PRONAF* tem como principais objetivos: (a) ajustar políticas públicas de acordo com a realidade dos/as agricultores/as; (b) viabilizar infra-estrutura necessária para a melhoria do desempenho produtivo; (c) elevar o nível de profissionalização dos/as agricultores/as; e, (d) estimular o acesso desses/as agricultores/as aos mercados de insumos e produtos.

Além de conceder sete<sup>71</sup> tipos de linhas de crédito, o *PRONAF* atua também no financiamento das seguintes linhas especiais de crédito: (1) Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (*PRONAF AGRINF*); (2) Crédito para Cotas-Parte de Agricultores Familiares Cooperativados (*PRONAF Cotas-Parte*); (3) Crédito de Investimento para

---

71 De acordo com o BNB (2010, p.19), são estas as sete linhas de crédito que o *PRONAF* disponibiliza para a pequena produção no país: (1) *PRONAF A*, concedendo créditos de até R\$ 21.500,00 com taxas de juros de 0,5% a.a. e 10 anos de prazo para pagamento; (2) *PRONAF A/C*, concedendo até três créditos de no máximo R\$ 5.000,00 cada com juros de 1,5% a.a.; (3) *Micro-crédito Produtivo Rural* ou *PRONAF B*, linha de crédito estabelecido para combater a pobreza rural, concedendo créditos de no máximo R\$ 1.500,00 a 0,5% a.a. agricultores/as com renda familiar de no máximo R\$ 5.000,00 ao ano; (4) *PRONAF Agricultores Familiares*, concedendo créditos de no máximo até 8 anos para agricultores/as com renda familiar entre R\$ 5.000,00 a R\$ 110.000,00, com taxas de investimento que variam entre 1,5% a 5,5% a.a., dependendo do montante financiado; (5) *PRONAF C*, voltadas para agricultores/as com renda familiar superior a R\$ 4.000,00 ao ano e inferior a R\$ 18.000,00; (6) *PRONAF D*, beneficia agricultores/as com renda anual superior a R\$ 18.000,00 e inferior a R\$ 50.000; e, (7) *PRONAF E*, Abrange agricultores/as com renda superior a R\$ 50.000,00 e inferior a R\$ 100.000,00.

Agregação de Renda à Atividade Rural (*PRONAF Agroindústria*); (4) Crédito de Investimento Sistemas Agroflorestais (*PRONAF Floresta*); (5) Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (*PRONAF Semiárido*); (6) Crédito de Investimento para Mulheres (*PRONAF Mulher*); (7) Crédito de Investimento para Jovens (*PRONAF Jovem*); (8) Crédito de Investimento para a Agroecologia (*PRONAF Agroecologia*); (9) Crédito de Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (*PRONAF ECO*); (10) Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (*PRONAF Mais Alimentos*).

O *PRONAF* é seletivo e excludente. Segundo Jean-Philippe Tonneau, Joacir Rufino de Aquino e Olívio Alberto Teixeira (2005; p. 73), ao estabelecer os parâmetros para a distribuição dos seus recursos, o *PRONAF* estaria também “definindo quem seria o/a 'verdadeiro/a agricultor/a': um/a profissional, com forte visão empresarial e dependente, pelo menos em 80% de sua renda familiar, do desenvolvimento da atividade agrícola”, com cunho altamente produtivista.

Algumas iniciativas transversais federais surgiram a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), com a implementação do *Programa Reforma Agrária Solidária* em 1996, do *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)* em 1998, e do *Programa de Ações Afirmativas para Promoção da Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres* em 2001, este último promovido pelo então recém-criado MDA. Butto (2011) demonstra que até o início dos anos 2000, as políticas de desenvolvimento rural brasileiras não reconheciam o trabalho das mulheres e o caracterizavam como mera ajuda aos homens trabalhadores.

\*\*\*

### *A década de 2000*

No início dos anos 2000 o governo brasileiro começou a dar mais ênfase às questões sociais, o que, segundo Isabel Georges, Cibele Rizek e Marco Ceballo (2014), poderia explicar pela ascensão de governos “de esquerda” ao poder no âmbito latino-americano<sup>72</sup>. Nesse momento também o *FMI*, juntamente com o Banco Mundial e o *Banco Interamerica-*

---

72 Governo Lula no Brasil (2002 – 2010), Lagos no Chile (2000 – 2006), Kirchner na Argentina (2003 – 2007) e Vasquez no Uruguai (2005 – 2010).

*no de Desenvolvimento (BID)* começaram a adotar o social como objetivo, colocando em pauta o engajamento dos países no combate à pobreza. Esse período foi marcado pela instituição de políticas sociais redistributivas e pelo aumento significativo do salário mínimo.

Ricardo Lara e Rodrigo Fernandes Ribeiro (2012) explicam que, ainda que as crises de capital de fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 tenha refletido na conjuntura brasileira – aumentando o desemprego, o arrocho salarial, a desigualdade social e as tensões populares – o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) não alterou as estruturas espoliativas e garantidoras do controle social sobre os/as mais desfavorecidos/as e marginalizados/as da população, não rompendo acordos anteriores de políticas financeiras que privilegiavam a especulação financeira, garantindo a permanência das privatizações e do pagamento das dívidas externas.

Se o primeiro governo Lula (2002 – 2006) foi marcado pelo esforço em demonstrar subordinação às políticas imperialistas das agências internacionais, o segundo governo (2006 – 2010) foi marcado pelo afastamento dos movimentos de massa que lhe deram sustentação nas eleições de 2002, possibilitando que classes trabalhadoras não organizadas e precarizadas tivessem políticas direcionadas para estas (LARA e RIBEIRO, 2012). Houve profundas transformações nesse período em relação às políticas públicas e uma ampliação de políticas compensatórias.

De acordo com Iriny Lopes (2011), a transversalidade da política para as mulheres deve envolver um pacto de responsabilidades compartilhadas entre todos os órgãos do governo, de modo a garantir a participação social, pois somente através de uma ação conjunta entre todos os setores poderá haver alguma transformação social. As primeiras políticas com transversalidade de gênero foram implementadas no Brasil a partir de 2003, com a elaboração do *Plano Plurianual 2004 - 2007*<sup>73</sup>, e também com a criação das *Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres (SPM)* e de *Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)*.

A primeira experiência do MDA com a transversalidade de gênero se deu também a partir de 2003, com a criação da *Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE)*, centrada no desenvolvimento de po-

---

73 O *Plano Plurianual 2004 – 2007* trata-se do plano para o quadriênio do primeiro Governo de Luiz Inácio Lula da Silva em que determinou-se a orientação estratégica governamental, os programas de governo e os programas sociais a serem implementados e executados durante aquela vigência.



líticas públicas para a promoção dos direitos econômicos e sociais das mulheres trabalhadoras rurais e das comunidades quilombolas. Nesse mesmo ano foram instauradas Portarias Governamentais, elaborados e implementados Programas de Ação incorporando questões de gênero que beneficiaram as diferentes mulheres rurais brasileiras, como o *Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE)*, o *II Programa Nacional de Reforma Agrária (II PNRA)*, a nova política nacional da *Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)* e o *Grupo de Trabalho em Gênero e Crédito*.

Liza Uema (2013) demonstra que foi a partir de 2003 que o *MDA* e a *SPM* começaram a dialogar no sentido de atender às demandas de mulheres dos movimentos sociais, criando assim uma política de promoção da igualdade, passando o Governo Federal a instituir políticas e ações especificamente às mulheres, impulsionando programas já existentes e fomentando a criação de novas políticas públicas.

As pressões políticas econômicas influenciam a construção de políticas agrárias nacionais. Como exemplo disso, Paulilo (2013) nos recorda o momento que o Presidente Luis Inácio da Silva – Lula – assumiu o poder em 2003 em que, ainda que a soja transgênica fosse um cultivo proibido no Brasil naquele momento, a falta de fiscalização até então permitiu sua proliferação em mais de um milhão de hectares plantados em todo território nacional, principalmente no Rio Grande do Sul, através do contrabando de sementes entre fronteiras. Marina Silva, então Ministra do Meio Ambiente, sugeriu a exportação da gigantesca safra que se impunha para evitar o desperdício no momento que a fome era focada em programas governamentais como o *Fome Zero*, já que o consumo da soja não era um hábito cotidiano das famílias brasileiras. Segundo a autora, esse fato facilitou o caminho da regularização da soja transgênica naquele mesmo ano (2003), assim como ampliou ainda mais as pressões exercidas pelo agronegócio sobre o governo.

Paulilo e Boni (2016) demonstram que a política agrícola brasileira favorece a concentração de terras, e ainda que os investimentos para a agricultura familiar no país tenham aumentado na década de 2000, o modelo agrícola brasileiro hegemônico permanece sendo o do agronegócio voltado para exportação.

Muitas das terras voltadas para o agronegócio praticam a produção de biocombustível, o que, para Miguel Altieri (2009, citado por PAULILO e BONI, 2016), seria um atentado contra a soberania alimentar, pois a terra estaria sendo utilizada para alimentar automóveis, redu-

zindo a área de produção alimentar para o consumo interno e aumentando o preço dos alimentos no país.

A falta de fiscalização, controle e regulação do mercado de terras no Brasil em relação à função social favorece as grilagens ilegais e as titulações fictícias. A grilagem, a apropriação de grandes propriedades de forma ilegal, é um dos mais poderosos instrumentos de concentração fundiária no meio rural brasileiro, através de fraudes e de falsificação de títulos de propriedade das terras. Maria do Socorro Ferraz (2006) denuncia que a distribuição de terras no Brasil sempre ocorreu de forma arbitrária, sendo ausente uma política de terras no momento da colonização.

As mulheres estão ainda excluídas do acesso à terra. Segundo Paulilo (2004), esse é um quadro que se repete no mundo todo. De acordo com a autora, mesmo quando prevista constitucionalmente, isso não significa que durante a partilha da propriedade, elas recebam terra equitativamente aos homens. São principalmente os homens que herdam, enquanto as mulheres acessam à terra geralmente através do casamento.

De certa forma as mulheres do universo rural acabam destinadas ao casamento, pois só assim podem acessar a terra e se tornarem legalmente produtoras rurais. Segundo Paulilo (2016e), as solteiras não têm direito nem à terra, nem ao próprio corpo e, portanto, não podem ter uma vida sexual. Quando os pais falecem, acabam morando com irmãos e cunhadas ajudando nos cuidados da casa, da roça e da família. Isso acabaria explicando a migração das jovens, que acabam percebendo outras perspectivas de vida fora do campo, e por vezes, fora de um casamento. De acordo com a autora, “somente quando as mulheres começarem a questionar o casamento tradicional é que questionarão o fato de ele ser a única via para a profissão de agricultora” (PAULILO, 2016e; p. 273). A socióloga esclarece que existem sim exceções, como quando não há herdeiros homens, quando a filha casada acaba cuidando dos pais na velhice, quando há muita terra para ser compartilhada ou quando esta não tem valor produtivo para a família. O mais próximo que as mulheres chegam ao acesso à terra é através da titulação conjunta da propriedade e do nome destas inseridos no *Bloco do Produtor*, não havendo insistência por parte de organismos públicos para que tenham a própria conta no banco, e sim, no máximo, para que tenham contas conjuntas com seus maridos.

Em 2003 foi instituído, através do recém-criado *Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)*, o *Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas)*, voltado para famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca

ou pela falta regular de água. De acordo com o *MDS* (2017), o programa tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo, tendo como público prioritário os povos e as comunidades tradicionais, principalmente da região do semiárido brasileiro. A mão-de-obra é escolhida preferencialmente na própria comunidade, gerando oportunidades de trabalho e movimentando a economia local, sendo que as famílias beneficiadas e os pedreiros envolvidos são capacitados pelo próprio programa.

A água é um dos problemas mais urgentes e alarmantes da atualidade. Desde 2001, a cúpula da *OMC* concordou em mercantilizar todo o planeta: produtos, serviços, objetos, natureza e seres vivos – a água inclusive. Segundo Blanca Pedroza (2009), por ser essencial à vida, nenhum argumento pode ser considerado ético para que os governos privatizem a distribuição de água. A água não deveria ser mercadoria a ser vendida, adquirida ou comercializada visando lucro. A autora demonstra que, ao contrário do que acontece na América Latina e nos demais países pobres, os países hegemônicos não comprometem facilmente seus setores estratégicos, como a distribuição de água por exemplo, e evitam deixá-los nas mãos de um distribuidor privado. A privatização também compromete a qualidade e a sustentabilidade ecológica, “*debido a que la lógica del mercado fomenta el consumo y no contempla invertir recursos para evitar el desperdicio, con riesgo de provocar graves desequilibrios*” (PEDROZA, 2009; p. 220).

De acordo com Pedroza (2009), a escassez de água e de saneamento básico que afetam grande parte da América Latina é agudamente experimentada pelas mulheres. São as mulheres – às vezes enquanto ainda meninas – as responsáveis por buscarem água em lugares por vezes distantes e inóspitos, colocando em risco sua segurança e desprezando seu compromisso com a educação.

Apesar do acesso à água para consumo da família e para os pequenos cultivos (e pequenos animais) ser geralmente uma atribuição das mulheres, segundo Lígia Albuquerque de Melo (2006), essas por vezes não são incorporadas nos planejamentos dos programas relacionados à água. A crescente escassez de água potável é um dos principais problemas apontados pela ONU, deveras emblemático durante os períodos de seca. De acordo com a autora, as mulheres são mais diretamente afetadas pelos efeitos de uma seca, pois a carga de trabalho das mesmas aumenta e as expõe a inúmeras adversidades para obter esse suprimento:

A mulher além de administrar a água que abastece a casa, também a transporta do açude, do rio, do barreiro, da cacimba, ou da cisterna até a casa, geralmente a pé com a lata ou balde na cabeça. Muitas vezes, o local de abastecimento fica distante do domicílio e a mulher, sob o sol causticante e carregando o peso do vasilhame com água na cabeça, realiza várias viagens durante o dia para suprir a necessidade daqueles que residem com ela. Quando a família dispõe de transporte – carroça puxada a jumento ou boi – para carregar a água armazenada em tonéis, a mulher fica isenta de exercer tal função. O encarregado de realizar a tarefa passa a ser o “homem da casa”, isto é, o marido, e, na sua ausência, um filho, um familiar ou agregado do sexo masculino. A mulher somente se responsabiliza por essa tarefa na falta desses integrantes. (MELO, 2006; p. 182)

Para Melo (2006), um dos principais benefícios conseguido pelo *Programa Cisternas* foi a redução do tempo utilizado pelas mulheres para transportar água para a casa, visto que as cisternas são construídas na própria propriedade.

Outras mudanças na vida das mulheres rurais brasileiras se dão a partir de 2004, quando ganham acesso à documentação, podendo provar que existem para acessar os benefícios sociais. O *Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural* ajuda na emissão de documentos para mulheres rurais – como CPF, Carteira de Trabalho, inscrição para benefícios previdenciários, no *Cadastro Único para Programas Sociais* (CadÚnico<sup>74</sup>), no DAP e *Carteira de Pescadora* – além de promover ações educativas relacionadas às políticas públicas e aos direitos das mulheres (MDA, 2014). É justamente a partir dessa permeabilidade ao acesso às políticas públicas que as mulheres ganham apoio dos homens trabalhadores rurais, que não iriam se opor a um aumento da renda familiar.

Portadoras de documentos poderiam comprovar que eram trabalhadoras rurais com o nome na nota do produtor. Com o nome também na titulação da terra poderiam acessar o crédito do *PRONAF* – com um

---

74 O CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País (BRASIL, 2010a).

programa voltado especificamente para elas, o *PRONAF Mulher*. De acordo com Butto (2011), o *PRONAF Mulher* foi pensado inicialmente como um sobreteto, tendo posteriormente se transformado numa linha específica de investimento, permitindo que mais mulheres pudessem requerer o crédito. Uma das principais dificuldades para se acessar ao *PRONAF Mulher* está relacionada ao acesso das mulheres à *Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)*, documento obrigatório para acessar esse programa do Governo, que garante que aquela unidade pela qual a mulher é responsável está apta a atender ao financiamento de crédito governamental.

Paulilo (2004) esclarece que ainda que legalmente o direito brasileiro tenha concedido esse direito às esposas, efetivamente, ao concederem créditos, os bancos exigem apenas as assinaturas dos maridos, não aceitando que apenas as esposas assinem os documentos, o que permite afirmar que

a tradicional exclusão feminina do acesso à terra faz com que elas também sejam ignoradas pelas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, por mais que as leis brasileiras condenem a discriminação por sexo (PAULILO, 2016e; p.193).

Segundo Carmen Silva e Ana Paula Portella (2006), uma das principais dificuldades da população rural em acessar o crédito estaria no fato de grande parte não atender aos requisitos exigidos pelos programas de financiamento, seja por não serem detentoras dos títulos da terra, por não terem contas bancárias, não terem produzido nas últimas safras, não saberem ler ou por não terem a documentação necessária. Muitas não acessam por não saberem informar a renda, particularmente as mulheres apartadas pela dinâmica das relações familiares ainda patriarcais, que não as integram nas informações financeiras da família. Como expõem as autoras, as relações de poder entre os membros familiares são hierárquicas,

o que torna evidente que a gestão da produção não é igualitária ou compartilhada. Muito pelo contrário, as decisões sobre produção, comercialização, e, muitas vezes, consumo são marcadamente masculinas e centradas no homem adulto (SILVA e PORTELLA, 2006; p. 135).

Segundo Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão (2011), a ausência de normas explícitas a respeito da inclusão de mais de um titular na mesma *DAP* acaba conduzindo a que os contratos incluam apenas uma pessoa por família, o que segundo as autoras, leva à consideração do marido como “chefe da família” e seu representante.

As configurações de família no mundo rural são tão diversas quanto no mundo urbano e a criação de mecanismos governamentais que considerem a família como beneficiária dificultam o acesso de muitas mulheres a diversas políticas. Parry Scott e Rosineide Cordeiro (2006) nos alertam para a questão ideológica que o conceito de agricultura familiar propõe como força organizadora da vida social no campo. Segundo Cordeiro (2006) existe uma variedade de modos de organizações familiares na área rural e de diferentes arranjos familiares: há mulheres morando sozinhas, mulheres solteiras morando com irmãos/ãs, viúvas com filhas/os; casais morando sozinhos, mulheres morando com seus pais e seus/suas filhos/as; mulheres casadas com outras mulheres; mulheres casadas que não vivem em conjugalidade, entre outros diferentes arranjos.

Paulilo (2004) recorda que ainda que a categoria agricultura familiar tenha se firmado no Brasil como um tipo de empreendimento econômico, não foi instituída a categoria *trabalhador/a familiar*, o que acaba invisibilizando o trabalho de todos os membros da família. Outra crítica apontada pela autora em relação a essa categoria, é que apesar da mesma ter sido amplamente aceita no meio acadêmico, entre os/as técnicos/as e agricultores/as, contribui por determinar uma visão de relações intrafamiliares sempre harmônicas, baseada na ideia de que os conflitos surgidos ali poderiam ser resolvidos sem extrapolar a esfera doméstica. Segundo a autora, existe ainda em todo mundo a imagem romântica do universo rural, concebido como um lugar privilegiado para a manutenção de determinados valores ligados ao respeito à família, a uma vida sexual conservadora e ao contato inocente com a natureza.

Em 2005 foi lançado o *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM)*, uma construção coletiva de 120 mil mulheres brasileiras, discorrendo sobre distintas áreas estratégicas sobre as quais o Governo deveria centrar sua atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e, enfrentamento à violência contra as mulheres (SPM, 2004).

Como parte da proposta elaborada pela *I PNPM*, em 2006 foi assinada a Lei nº. 11.340, *Lei Maria da Penha*, que conceituou a violência doméstica e familiar contra as mulheres, apresentando suas diversas formas possíveis (física, psicológica, patrimonial, moral) e estabelecendo medidas de assistência e de proteção às mulheres vítimas de violência. Assim como nas áreas urbanas, a violência no campo é ainda uma realidade. De acordo com pesquisa sobre agressões contra mulheres nas áreas rurais e de florestas realizada pela CONTAG em 2008, aproximadamente 55,2% das entrevistadas já haviam sofrido violência, 63,6% das violências domésticas foram praticadas pelos maridos ou companheiros; 20,4% declararam ter sofrido violência patrimonial; 27,3%, violência sexual; 51,9%, violência moral; 51,9%, violência física; 73,4%, violência psicológica; 27,6%, ameaça de morte; 11,9%, estupro marital; e 4,3%, foram vítimas de cárcere privado (SPM, 2010).

Analisando os resultados de uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo com 2.365 mulheres e 1.181 homens de todo país sobre diferentes indicadores de gênero, Scott e Cordeiro (2013) declararam que as mulheres rurais são as que menos denunciam as violências experimentadas. Uma das razões seria a falta de serviços de atendimento como clínicas e delegacias especializadas de atendimento às mulheres nessas áreas, além da negligência com que são tratadas em delegacias não especializadas, por exemplo:

Há uma situação completamente desfavorável às mulheres rurais quando decidem denunciar a violência. Além das dificuldades de deslocamento (...), há a percepção de que as delegacias não especializadas são negligentes com as denúncias e tendem, muitas vezes, a desencorajar as mulheres. (...) Nas pequenas cidades não existe uma rede de atendimento estruturada de atendimento às mulheres. As ações são isoladas e não há uma atuação coordenada entre segurança pública, saúde, justiça e assistência social. (...) São recorrentes os relatos de impunidade, especialmente quando os agressores gozam de proteção das redes de apadrinhamento político (políticos, proprietários de terra, advogados e policiais). Esse conjunto de obstáculos vai fazer que as rurais contem mais com a família, parentes e vizinhança e menos com o poder público para enfrentar a violência. (SCOTT e CORDEIRO, 2013; p. 136)

Em 2008 foi criado o *Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR)*, com o intuito de fortalecer as organizações de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso dessas mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização. De acordo com Rodica Weitzman (2011), esse *Programa* se propunha a promover autonomia econômica das mulheres rurais e incentivar a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, incorporando a promoção da igualdade de gênero e a economia feminista e solidária.

Em 2009 o *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)* foi instituído através da Lei 11.947, determinando que 30% da merenda escolar fosse comprada diretamente da agricultura familiar sem licitação, ampliando o mercado para todos os estabelecimentos públicos de ensino que oferecessem merenda escolar (OLIVEIRA et al., 2014). Essa revalorização da pequena produção acabaria favorecendo a articulação de muitos grupos produtivos, trazendo benefícios reais à muitas mulheres que aderiram aos programas voltados para a compra de produtos agrícolas destinados à merenda escolar.

\*\*\*

### ***A década de 2010***

Em 2010 Dilma Vania Rousseff (PT) foi eleita a primeira mulher Presidenta no país, assumindo esta função num contexto de crise econômica internacional, marcado pela forte redução do crescimento dos países emergentes, pela crise do dólar e do euro e pela frágil recuperação da economia norte-americana. Em 2015 foi reeleita e em maio de 2016 foi afastada do cargo pelo Senado em seu segundo mandato, perdendo a função de Presidenta em processo de *impeachment* em 31 de agosto do mesmo ano.

De acordo com Liana Maria da Frota Carleial (2015), a estratégia do governo Dilma buscava aumentar o estímulo do investimento privado ampliando a geração de emprego (ou evitando o desemprego) num contexto de queda de demandas externa e interna e de ausência de investimentos privados, resultando num déficit das contas públicas magnificado pela mídia. O segundo governo Dilma decide implementar um corte nos gastos sociais de 70 bilhões de reais, como estratégia para a retomada do crescimento, associando juros altos e cortes nos gastos governa-



mentais, alterando assim regras de algumas políticas sociais, dificultando o acesso às mesmas.

No entanto, durante o governo Dilma foram criados alguns mecanismos, ações, programas e políticas públicas voltadas para a população rural que trouxeram benefícios para as mulheres agricultoras, extrativistas, pescadoras, quilombolas, indígenas e assentadas rurais – entre outras – que conseguiram ter acesso às mesmas.

Um dos programas criados no período foi o *Programa Brasil Sem Miséria (BSM)*, lançado em 2011, voltado para famílias que viviam com renda inferior a R\$ 70,00 mensais por pessoa, com o objetivo de aumentar as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades. Em 2013, atendendo uma demanda do movimento de mulheres trabalhadoras rurais na *IV Marcha das Margaridas*, foi promulgado o *Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia (PLANAPO)*, que determina ações de financiamento, extensão rural, pesquisa, comercialização e infraestrutura voltadas para a transição agroecológica, possibilitando que mais unidades e grupos produtivos adotassem a agroecologia como método de cultivo, recuperando saberes de comunidades, de mulheres, de pessoas da terceira idade e de povos tradicionais no desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável e garantindo a segurança familiar de grande parte da população rural.

Temos hoje no Brasil diversos aparatos legais, muitos sendo utilizados como modelos para outros países, como o *Programa Bolsa-Família (PBF)*, a *Lei Maria da Penha*, o *ATER para Mulheres* e o *PAA*, por exemplo. Faltam ainda, garantias de cumprimento e de realização das ações governamentais, assim como políticas que facilitem a participação das mulheres na vida pública, equipamentos sociais e uma maior conscientização social sobre os preconceitos e as violências das quais as mulheres são as principais vítimas, assim como políticas que assegurem maior acesso das mulheres a autonomia econômica, social e cultural.

Em 2012, a *SPM* em parceria com o *MDA* publicou o edital do *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável*, ação governamental que procurou valorizar grupos produtivos compostos por mulheres trabalhadoras rurais do campo, das águas e das florestas que contribuíram para o desenvolvimento rural do país (SPM, 2012). O *Prêmio* faz parte de uma política voltada para a construção de mulheres como protagonistas do seu próprio desenvolvimento, valorizando suas habilidades como trabalhadoras rurais e também como gestoras e responsáveis por seus empreendimentos rurais e pelo meio ambiente, colocan-

do-as como sujeitos de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de suas unidades produtivas.

Alguns programas e ações governamentais começaram a sofrer cortes orçamentários a partir de 2015, enquanto alguns que conseguiram escapar desses cortes não sofreram expansão no que se refere ao seu atendimento. Em 2015 foram anunciadas também a extinção da *SPM*, da *SEPPIR* e da *Secretaria de Direitos Humanos* (SDH), fundidas juntamente com a *Secretaria Geral da Presidência* em um *Ministério da Cidadania*.

Carleial (2015) acredita que o resultado negativo de R\$ 32,5 bilhões das contas públicas, engrandecido pela mídia misógina como “descontrole da Presidenta” nas “pedaladas” fiscais, acabou fortalecendo o descontentamento, os confrontos e o “ódio” contra o PT no país. Luiz Ruffato (2016) demonstra que, apesar de acusada de crime contábil, e tendo sofrido um *impeachment* fundamentado nisso, não houve qualquer indício de enriquecimento ilícito ou aproveitamento do cargo por parte de Dilma.

De acordo com Ruffato (2016), as oposições ligadas aos setores mais conservadores da sociedade, lideradas pelo então vice-presidente Michel Temer, passaram a articular demonstrações de força ao mesmo tempo que incentivaram “manifestações populares espontâneas”, logrando forças populares pró-*impeachment*, alterando assim o quadro das políticas públicas dos últimos 20 anos praticados no país. Sobre esse processo, Ruffato conclui o seguinte:

Com uma coragem e altivez poucas vezes vistas na política brasileira, a Presidente Dilma Rousseff enfrentou 14 horas de interrogatório nas dependências do Senado. Inutilmente, ela sabia, porque o resultado daquela farsa já havia sido decidido muito antes, nos bastidores, envolvendo as mais inconfessáveis negociações. Sentada em frente ao Presidente do STF, Ricardo Lewandowski, Dilma não enfrentava somente o rancor da elite contrariada, mas também todos os preconceitos existentes contra as mulheres, principalmente aquelas que não aceitam submeter-se ao poder patriarcal. Blindada por uma força extraordinária, Dilma ousava afirmar que, como ser humano passível de equívocos, errou algumas vezes durante o exercício de seu mandato. Assentada em utopias, Dilma ousava afirmar que continua acreditando na luta por um

Brasil mais justo. Somos medíocres, não atrevo-nos sonhar; somos hipócritas, não admitimos assumir nossas falhas. Cassar arbitrariamente o mandato da Presidente Dilma Rousseff significou um ato de cinismo covarde contra o desejo manifestado nas urnas por 54.501.118 brasileiros. A isso se chama golpe de estado (RUFFATO, 2016).

Assim que tomou posse em 2016 (primeiramente como governo provisório e logo em seguida como governo em regência), Michel Temer começou dar sinais de uma retomada da política neoliberal com mais força, reduzindo ainda mais os investimentos sociais. O MDA e o MDS foram fundidos no *Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)*, assim como transferidos para a *Casa Civil* cinco secretarias anteriormente vinculadas a este ministério: *Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário*, *Secretaria de Reordenamento Agrário*, *Secretaria da Agricultura Familiar*, *Secretaria de Desenvolvimento Territorial* e *Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal*.

A *Casa Civil* também passou a ser responsável pelo *INCRA*, com as atribuições de promover as políticas de Reforma Agrária, de promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos/as agricultores/as familiares e de delimitação das terras das remanescentes comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações. Outros retrocessos também já foram sentidos no universo rural, como o fim da *Política de Assistência e Extensão Rural*, o corte orçamentário e a ausência de repasses para programas como o *PAA*<sup>75</sup>, estratégico para a agricultura familiar e para a segurança de instalação dos assentados da reforma agrária, privilegiando verbas para seu gabinete e para a publicidade oficial (CAVALCANTI, 2016).

De acordo com Siliprandi e Cintrão (2011), grande parte das conquistas das políticas públicas brasileiras voltadas para as mulheres são resultantes de lutas dos movimentos de mulheres no país, contribuindo não apenas para a superação das desigualdades sociais, mas também das desigualdades de gênero. A conquista de uma autonomia econômica para as mulheres trabalhadoras rurais é uma das questões importantes que também vem sendo colocada pelos movimentos de mulheres que integram atualmente as trabalhadoras rurais no país.

---

75 De acordo com Cida Oliveira (2017), as ações do Governo Temer em relação ao *PAA*, sugerem que o mesmo logo deixará de existir.

Destaco que as políticas públicas e os programas sociais voltados especificamente para as mulheres que exercem a atividade agrícola no Brasil emergiram a partir da década de 1980 como conquista dessas mulheres no processo de democratização e que tais políticas precisam ser analisadas e aprimoradas para integrarem mais plenamente as mulheres que ainda permanecem privadas desses direitos.

Hofling (2001) considera ser papel fundamental das políticas públicas estabelecer programas de ação universalizantes, que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos mais desfavorecidos, visando a reversão do desequilíbrio social.

O principal problema no que se refere ao acesso das mulheres trabalhadoras rurais às políticas públicas no país está relacionado com a titularidade da *DAP*, com a falta de documentação pessoal e profissional dessas trabalhadoras, e com a própria dificuldade de obtenção de documentação da terra – que até 2003 constava apenas no nome do marido – e que segundo Siliprandi e Cintrão (2011), somente após muitas lutas, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais conseguiram instituir a titularidade feminina da terra, apesar de culturalmente os documentos e contratos ainda tenderem a permanecer nos nomes dos maridos apenas. As autoras apontam dois outros desafios a serem superados para o pleno desenvolvimento da atuação das mulheres trabalhadoras rurais: (a) a inclusão do nome dessas trabalhadoras nas notas fiscais dos produtores rurais, facilitando a comprovação de sua profissão; (b) o acesso a uma conta bancária por parte dessas mulheres, obstáculo ainda presente para muitas.

Muitas políticas ainda precisam ser analisadas, aprimoradas e desenvolvidas para as mulheres deixarem de ser invisibilizadas pelos organismos governamentais – principalmente as mais marginalizadas, como as mulheres trabalhadoras rurais, as quilombolas e as indígenas por exemplo. É necessário a criação de políticas voltadas para as mais variadas esferas, integrando as mulheres na construção das mesmas e assegurando o acesso destas aos distintos recursos produtivos (terra, crédito, formação técnica) para desenvolver suas habilidades.

No **Apêndice I** relaciono o surgimento dos principais movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no país, assim como as principais políticas públicas, legislações e programas de ação governamentais implementados no Brasil entre 1879 (quando foi instituída a primeira *Lei de Terras* no país) e 2017, ano que finalizei a coleta de dados de meu estudo. Políticas que de alguma maneira foram incorporados à vida das mulheres trabalhadoras rurais brasileiras, de forma transversal ou direta.

No subcapítulo a seguir destaco e apresento as principais políticas públicas e programas sociais construídos que trouxeram transformações para as mulheres rurais brasileiras, como a *Aposentadoria Rural*, o *PAA*, o *PNAE*, o *PRONAF Mulher*, o *ATER para Mulheres* e o *Programa Bolsa-Família*, por exemplo.

### 3.2 Políticas transversais e específicas que trouxeram benefícios para as mulheres trabalhadoras rurais no Brasil

Alguns dos programas sociais e políticas públicas implementados no Brasil trouxeram benefícios efetivos para muitas mulheres trabalhadoras rurais, transformando seus cotidianos e trazendo-lhes melhorias. Neste subcapítulo procurei evidenciar algumas dessas políticas – como a *Aposentadoria Rural*, o *PAA*, o *PNAE*, o *ATER para Mulheres*, o *PRONAF Mulher* e o *Programa Bolsa-Família* – para demonstrar peculiaridades que permitiram que muitas trabalhadoras rurais fossem contempladas, assim como alguns dos principais desafios que essas políticas ainda precisam superar.

Uma primeira política que trouxe melhorias para a vida das mulheres trabalhadoras rurais brasileiras foi a *Aposentadoria rural*. André Portela Souza (2011) explica que ainda que o termo utilizado para designar a aposentadoria rural, transferência de renda voltada para trabalhadoras/es rurais idosas/os que comprovem a atividade rural por pelo menos 15 anos instituída na *Constituição de 1988*, ele é muito mais um benefício assistencial, pois não se exige da/o beneficiária/o qualquer contribuição ao sistema de seguridade para poder acessá-lo.

A aposentadoria rural trouxe mudanças bastante significativas para a vida das trabalhadoras rurais idosas, permitindo um maior reconhecimento destas como cidadãs e trabalhadoras. Ressalto o fato de que ainda grande parte das trabalhadoras rurais continua excluída da *Previdência Social Rural* (sem registro em Carteira de Trabalho como assalariadas, ou sem registro de venda da produção em seu próprio nome).

Na década de 2000 surgiram diversas iniciativas importantes voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais, como o *PRONAF Mulher* (2003) e o *Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural* em 2004.

De acordo com Sirlei Aparecida Fernandes (2008), ainda que em 2001 tenha sido instituída uma portaria determinando que 30% de cotas de crédito deveria ser direcionado às mulheres rurais dentro do

*PRONAF*, passado algum tempo percebeu-se que as mulheres continuavam não solicitando o crédito ou o faziam de modo bastante inexpressivo. Segundo a autora, grande parte da não-demanda e do não-acesso das mulheres a essas cotas estava relacionada ao desconhecimento por parte das mulheres sobre essa política. A partir desse diagnóstico, o governo lançou em 2003 o *PRONAF Mulher*, integrando políticas de ações afirmativas do MDA por meio do PPIGRE.

O *PRONAF Mulher* foi criado com a proposta de dar visibilidade às atividades das mulheres trabalhadoras rurais, promovendo sua emancipação e autonomia econômica, financiando suas atividades agropecuárias, de turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse das mulheres que agregassem renda às famílias. O programa confere créditos às mulheres independentemente do seu estado civil e concede condições de financiamento iguais às que são disponibilizados para os homens. Para Fernandes (2008), um dos problemas do *PRONAF Mulher* seria o fato do mesmo poder ser acessado apenas uma vez, independentemente de a agricultora individual mudar ou permanecer no grupo enquadrado, ou de já ter quitado a dívida contraída, cláusula essa que, segundo a autora, não se aplica ao *PRONAF* como um todo.

Segundo Fernandes (2008), os principais desafios e reclamações das agricultoras no que se refere ao acesso ao crédito do *PRONAF Mulher*, estão na questão da burocracia, a quantidade de dias de trabalho perdido para conseguir o crédito, os juros elevados, a falta de preços mínimos para os produtos, o enquadramento no grupo errado do *PRONAF*, não poder permanecer no grupo enquadrado pelo tempo que escolher, a falta de retorno do banco, a demora na aprovação do projeto e na liberação do dinheiro. A autora sugere que para ser efetivo, o programa precisa ser aprimorado para que mais mulheres possam acessá-lo, tornando-o menos excludente e mais inclusivo, como explica a seguir:

Incluir de fato as mulheres no crédito implica dar oportunidades às menos capitalizadas, não em uma modalidade de assistencialismo, mas por meio da desburocratização do seu acesso e talvez criando novos espaços institucionais para gerir os empréstimos. Também implica ampliar o conceito de crédito, unificando o solidário e o produtivo. Assim, evitar-se-ia que apenas uma parcela de mulheres, as mais capitalizadas, sejam beneficiadas pelo *PRONAF*, apenas para atingir o mínimo estipulado pela política de cotas que foi resultado

de discussões e pressões de eventos nacionais e internacionais (FERNANDES, 2008; p.112).

Se o *PRONAF Mulher* foi importante para o acesso ao crédito pelas mulheres trabalhadoras rurais, a *documentação rural* foi fundamental para a conquista de seus direitos trabalhistas e para o reconhecimento da profissão. Giovana Ilka Salvaro (2010) demonstra que a luta pela documentação das mulheres no âmbito rural era – e ainda o é – uma tônica dos movimentos das trabalhadoras rurais, tendo como desafio incorporar as mulheres marginalizadas do campo. A partir de 2004 inicia-se no país uma campanha pela documentação das mulheres rurais, sendo criadas cartilhas de instrumentalização para as mesmas, disponibilizadas em sua maioria pelos movimentos autônomos, como o MMC, por exemplo.

Em 2004 foi instituída no país também a *ATER para Mulheres*, que, segundo Liliam Telles, Anajá de Oliveira Arantes e Alair Ferreira de Freitas (2017), teve papel fundamental para a garantia do acesso das mulheres trabalhadoras rurais aos serviços ofertados pela *ATER*, além de possibilitar informações a estas sobre políticas que poderiam acessar, pois

possibilitaram dar visibilidade à contribuição econômica das mulheres rurais e, além disso, mobilizar as *expertises* acumuladas pelas organizações feministas e autônomas de mulheres na execução da assessoria técnica com enfoque agroecológico, influenciando outras organizações mistas na execução dos serviços de *ATER*. (TELLES, ARANTES e FREITAS, 2017; p. 8).

De acordo com o MDA (2015), a *ATER para Mulheres* tem como objetivo superar as desigualdades de gênero e promover a autonomia das mulheres no meio rural através da implementação de ações para garantir acesso à documentação civil, trabalhista e jurídica e o direito de acesso a terra e aos recursos naturais, além de buscar promover a inclusão e o desenvolvimento da produção das mulheres trabalhadoras rurais, valorizando seu trabalho produtivo e estimulando a socialização dos trabalhos doméstico e do cuidado. A *ATER para Mulheres* busca ainda o fortalecimento da agroecologia e da produção de base ecológica, ampliando o acesso às políticas públicas produtivas e de comercialização para mulheres trabalhadoras rurais e seus grupos produtivos.

Há também um conjunto de outros programas que, mesmo sem se voltarem especificamente para a questão de gênero, certamente têm tido impactos sobre as trabalhadoras rurais, como o **Programa Fome Zero (PFZ)** que deu às mulheres a preferência na titularidade do *Cartão Alimentação* e no *Programa Bolsa-Família*. Instituído a partir de 2003, o *PFZ* representava uma das principais políticas do novo governo (Lula) ao colocar a questão do combate à pobreza e à fome no Brasil no centro da agenda governamental. O *PFZ* incorporava em sua agenda mais de 30 programas, dentre eles o *Programa Bolsa-Família (PBF)*. Carla Guerra Tomazini e Cristiane Kerches da Silva Leite (2016) acreditam que a instituição do *PFZ* representou a ascensão de um paradigma da ação pública favorável às políticas de segurança alimentar ao processo decisório governamental.

O objetivo principal do *PFZ* era garantir o direito humano à alimentação por meio da promoção da segurança alimentar e teve como principal instrumento o *Cartão Alimentação*, com obrigação de uso do recurso na compra de alimentos. Segundo Tomazini e Leite (2016), alguns dos problemas do programa seria tanto seu amplo espectro de objetivos e também a falta de clareza sobre suas formas de operacionalização.

Wanderley (2011) demonstra que o programa definiu como público a população vulnerável à fome utilizando como base o valor de um dólar por dia por pessoa, caracterização da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial. O *PFZ* deveria ser destinado às pessoas que não possuíam renda suficiente para garantir sua segurança alimentar, estando, portanto, em situação vulnerável.

Em 2003, o *PFZ* passou a ser substituído totalmente pelo *PBF* como “a grande vitrine na área social do governo Lula” (TOMAZINI e LEITE, 2016; p.27). De acordo com Frei Betto (citado por TOMAZINI e LEITE, p. 26),

ao descartar o *Fome Zero* e optar pelo *Bolsa Família*, o Governo Federal escolheu o pacto federativo em detrimento da mobilização da sociedade. Portanto, descartou os Comitês gestores e favoreceu os prefeitos, que nem sempre primam pelo bom uso dos recursos públicos.

O **Programa Bolsa-Família (PBF)** foi instituído em 2003 pelo Governo Federal como resultado da fusão de programas assistenciais já existentes (*Auxílio-Gás*, *Bolsa-Escola*, *Bolsa-Alimentação* e *Cartão Ali-*



mentação), integrando atualmente o *Plano Brasil Sem Miséria*, com a proposta de oferecer oportunidades de inclusão produtiva rural e urbana, como cursos de qualificação profissional do *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)*, acesso à água através da construção de cisternas (*Mais Cisternas*), acesso à energia elétrica (*Luz para Todos*), programa de assistência técnica e extensão rural (*ATER*), programas de compra direta de alimentos produzidos por agricultores/as familiares, além do acesso a serviços nas áreas de educação (creches e escolas em tempo integral, por exemplo), saúde (*Rede Cegonha*, *Brasil Sorridente*, *Saúde da Família*, etc), assistência social e segurança alimentar.

Souza (2011) demonstra que, sendo o *PBF* um Programa de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) que têm como objetivo combater a pobreza no curto prazo via transferências de renda ao beneficiar famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70,00 a R\$ 140,00) e de extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00), algumas evidências parecem sugerir que o mesmo acaba por reduzir a oferta de trabalho das mulheres ao estar condicionando-as ao cuidado das crianças no que se refere à questões de saúde e educação destas, podendo ocasionar ainda algumas complicações no funcionamento do mercado de trabalho e no bem-estar de longo prazo das famílias contempladas pelo benefício.

Outras importantes políticas públicas surgiram no Brasil e trouxeram transformações reais para a vida das mulheres trabalhadoras rurais, como o *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*, que apesar de não contar com viés específico de gênero, é notório que beneficia as mulheres. O *PAA* foi instituído pelo MDS em 2003, com o objetivo de comprar alimentos produzidos pelos/as beneficiários/as do *PRONAF* sem a necessidade de licitação, e destiná-los às pessoas em situação de insegurança alimentar atendidas pela rede socioassistencial e pela rede pública de ensino (MDA, 2017).

O programa utiliza mecanismos de comercialização direta de produtos de agricultores/as familiares ou de suas organizações, em que parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente de agricultores/as, familiares, assentados/as da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e para a distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Os produtos são oferecidos para a rede socioassistencial, restaurantes populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo

Federal. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, formando seus próprios estoques, podendo assim comercializá-los no momento mais propício, em mercados públicos ou privados, permitindo maior agregação de valor aos produtos.

Siliprandi e Cintrão (2011) percebem que embora as mulheres estejam participando do PAA diretamente na produção, a comercialização dos produtos de suas unidades ainda é feita na maioria dos casos com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos homens. As autoras criticam a maneira como o programa vem sendo implementado, assim como outras políticas voltadas para a agricultura familiar, pelo fato destas terem como tendência o reforço da ideia da unidade familiar como um bloco homogêneo, desconsiderando as diferenças internas existentes e permitindo que as desigualdades permaneçam no interior das famílias agricultoras, por simplesmente não serem consideradas.

As políticas precisam ser alteradas para permitir que as mulheres possam ter mais autonomia, repensando ainda a noção de família adotada pelas mesmas, que acaba invisibilizando o trabalho das mulheres, quando não inviabiliza o acesso ao crédito destas também por adotar tal noção. Ao adotarem a noção de família, as políticas acabam determinando que as mulheres permaneçam controladas, necessitando da “autorização” (ou no mínimo da concordância) de seus companheiros para viabilizarem propostas para suas atividades produtivas.

O *Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* reconhece o PAA e o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** como alguns dos maiores programas de compras institucionais do mundo, por priorizarem aquisições junto às/aos agricultoras/es familiares mais vulneráveis, funcionando ainda como redes de proteção social, aprimorando a segurança alimentar e a garantia de acesso a alimentos para crianças em idade escolar, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais (ONUBR, 2013).

De acordo com o *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação* (FNDE, 2016; p.5), “a inclusão dos alimentos produzidos em âmbito local nos cardápios das escolas pode ser um potente indutor da abordagem da temática do significado simbólico da alimentação associada à tradição e à cultura local”. A diversidade e a quantidade dos gêneros alimentícios ofertados pela agricultura familiar que poderão ser utilizados no cardápio da alimentação escolar, é realizada através do diálogo e do trabalho conjunto entre as *Secretarias de Educação e de*

*Agricultura* (ou equivalente) e destas com as representações da agricultura familiar e de segmentos que possam trabalhar com a interlocução entre ambas, co-mo as entidades locais da ATER. Segundo o FNDE (2016), é somente a partir dessa articulação que se torna possível realizar o mapeamento dos produtos da agricultura familiar local.

O PNAE foi instituído em 2009, a partir da Lei 11.947, que determina que 30% das compras voltadas para a merenda escolar deva vir diretamente da pequena produção familiar, buscando assim estimular o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. Para participarem, os/as produtores/as precisam estar aptos/as através da *DAP* física, destinada a identificar o/a produtor/a individual e sua família, ou da *DAP* jurídica, que identifica as formas associativas dos/as agricultores/as familiares, organizados/as em pessoas jurídicas devidamente formalizadas. O programa alimenta aproximadamente 45 milhões de alunos/as das escolas públicas brasileiras, tendo potencial de aumentar expressivamente a renda das/os agricultoras/es familiares e ampliar suas oportunidades de mercado.

Para Ludmila Luciano de Carvalho (2015), as mulheres se destacam na produção de alimentos comercializados pelo *PAA* e pelo *PNAE*, apontados por muitas das trabalhadoras rurais como políticas de estímulo à iniciação ou ao incremento de suas atividades produtivas. Carvalho acredita que essas políticas públicas devam ser ampliadas para buscar deduzir a desigualdade de gênero na área rural presente na real dificuldade das mulheres trabalhadoras rurais em se tornarem economicamente ativas.

Segundo Siliprandi e Cintrão (2011), as produtoras rurais têm, em geral, dificuldades de participar da comercialização em função de suas atribuições de gênero. No entanto, aquelas que acessam os *Programas* tem melhoria na própria renda e na renda familiar, aumentam sua socialidade ao deixarem de estar presas apenas aos espaços domésticos, com ganhos em auto-estima, aprendizados e experiências. Outras mudanças de gênero vivenciadas no cotidiano doméstico das beneficiárias desse programa também puderam ser observadas:

No âmbito da família, ocorrem também mudanças, não apenas das rotinas de trabalho, mas também com relação ao seu papel social. Essas mudanças não são necessariamente bem assimiladas no núcleo familiar, em função da perda do monopólio dos homens no gerenciamento da renda obti-

da, de alterações na divisão sexual do trabalho e de uma maior presença das mulheres na vida pública (SILIPRANDI & CINTRÃO, 2011, p.14).

De acordo com Paulilo (2013), a própria noção de desenvolvimento neoliberal instituído nas políticas nacionais é por vezes embutida de um cunho progressista voltado para a evolução para algo melhor e de que, portanto, as populações marginalizadas seriam as verdadeiras responsáveis pela própria precariedade porque simplesmente ainda não se desenvolveram. A autora indaga sobre quem seriam os/as verdadeiros/as beneficiários/as desse desenvolvimento voltado para uma maior produtividade. O desenvolvimento voltado para o lucro e para a produtividade, ou, como diria Galeano (2017, p.19), “o desenvolvimento (que) desenvolve a desigualdade”.

Entender o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras nos permite vislumbrar quais aspectos estão sendo contemplados pelas políticas governamentais no atendimento das demandas dessas cidadãs. Será que as políticas públicas voltadas para as trabalhadoras rurais no Brasil atendem suas demandas? No subcapítulo a seguir, a partir da análise das reivindicações de mulheres trabalhadoras rurais na *V Marcha das Margaridas* em 2015, resgato algumas das principais demandas dessas mulheres, respeitando suas variedades étnicas, regionais, geracionais e produtivas, tentando elucidar os principais desafios presentes na vida das trabalhadoras rurais brasileiras.

### 3.3 *Marcha das Margaridas*: as vozes de mulheres trabalhadoras rurais brasileiras

De acordo com o *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* (SPM, 2012) da SPM, as mulheres trabalhadoras rurais que atendem aos critérios do edital podiam ser definidas como mulheres pertencentes a grupos produtivos de mulheres do campo, das águas e das florestas, agricultoras familiares, pescadoras, extrativistas, maricultoras, camponesas e trabalhadoras rurais que atuam na produção para o auto-consumo – no cultivo de hortas, na criação de pequenos animais – mas também na produção da agroindústria caseira; entre outras. Seu trabalho é ainda percebido como invisibilizado, apesar de atuarem nas atividades econômicas e serem as principais responsáveis pelas atividades domésti-

cas e reprodutivas. Elas são responsáveis pelos *saberes localizados* (HARAWAY, 1991), saberes estes que,

Têm garantido a sobrevivência de práticas e conhecimentos tradicionais, como o manejo e preservação das sementes crioulas, entre outras atividades que muito contribui para a segurança e soberania alimentar no país, favorecendo a defesa e conservação da agrobiodiversidade (SPM, 2012).

Seguindo então tal perspectiva, as mulheres rurais são as trabalhadoras rurais e agricultoras familiares, mas também podem ser as assentadas, extrativistas, mulheres quilombolas, pescadoras e indígenas, locadas dentro de territórios rurais no país. Analisando como as identidades de mulheres agricultoras foram transmutadas ao longo do tempo para se transformarem em mulheres camponesas enquanto uma identidade política adotada por essas mulheres, Salvaro (2010) recorda que a própria origem e organização do *Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina* (MMA/SC) em 1981 no município de Chapecó, se deu a partir da vontade destas acessarem a direção do *Sindicato dos Trabalhadores Rurais* (STR), fortemente apoiadas pela *Comissão Pastoral da Terra* (CPT) e pelas *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs) da Igreja Católica.

O MMA/SC se consolidou efetivamente a partir de 1986, tendo como principais bandeiras de luta os direitos trabalhistas e previdenciários, assim como o direito de sindicalização das mulheres e a disputa da direção do STR, entre outros. Segundo Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Mara Coelho de Souza Lago e Cristina Scheibe Wolff (2013; p. 81), "ao lutar por direitos sociais, por meio de determinada identidade, as mulheres produzem um novo sujeito político: as mulheres agricultoras". É na consolidação pela luta por seus direitos que essas mulheres passam a se identificar como mulheres trabalhadoras rurais e que seu trabalho passa a ser reconhecido na esfera produtiva.

Na *V Marcha das Margaridas* de 2015<sup>76</sup>, mobilização que busca reunir as mulheres trabalhadoras rurais de todo país em Brasília para reivindicar os mais variados direitos, as mesmas são identificadas pela

---

76      Essa foi a quinta edição da Marcha, que já ocorreu anteriormente em 2000, 2003, 2007 e 2011.

CONTAG<sup>77</sup> como mulheres dos campos, dos rios, das marés, das águas e das florestas. A *Marcha das Margaridas* é um ato político das mulheres trabalhadoras rurais, assim intitulada para lembrar a paraibana **Margarida Alves**, mulher sindicalista e trabalhadora rural que lutou pelos direitos trabalhistas da população rural e foi brutalmente assassinada em 1983, aos 40 anos de idade, na porta de sua casa, por ter denunciado injustiças contra as trabalhadoras e os trabalhadores do campo. Aguiar (2016; p.280) considera a marcha como

Um movimento de mulheres que se expressa numa manifestação pública, um ritual político que assume a forma de uma marcha, caminhada, expressão ativa desse movimento, que busca dar visibilidade às demandas dessas mulheres e estabelecer processos de diálogo e negociação com o Estado.

De acordo com a autora, a marcha reúne diversas organizações, entre as quais as organizações feministas, vários movimentos de mulheres e centrais sindicais, mobilizando mulheres de vários segmentos sociais e se instituindo como um processo de mobilização próprio, integrando a agenda dos movimentos sociais do campo.

Nos panfletos e documentos da marcha elas aparecem também como trabalhadoras que ainda têm demandas não atendidas e reivindicações a serem realizadas, como o acesso aos recursos naturais, à terra, a melhores condições de vida, à saúde, à uma vida livre de violência e como as responsáveis pelo desenvolvimento sustentável que demandam maior visibilidade política, conforme podemos observar no hino<sup>78</sup> cantado durante as Marchas.

---

77 Uma das instituições promotoras da organização do evento, juntamente com alguns sindicatos de trabalhadores rurais do país.

78 Olha, Brasília está florida! Estão chegando as decididas! Olha, Brasília está florida! É o querer, é o querer das Margaridas! (...). Nós que vem sempre suan-do... Este país alimentando... Tamos aqui para lembrar: este país tem que mudar! Olha, Brasília está florida! Água limpa sem privar! Sede de todos acal-mar! Casa justa pra crescer! Casa justa pra crescer! Saúde antes de adoecer, Ter-ra sadia pra lucrar. Canja na mesa no jantar, um mínimo para se ter, um mínimo para se ter... Direito à paz e ao prazer; E dentro e fora punição pra quem abusa do bastão do ser patrão, do ser machão! Não pode não, não pode não! Não pode não, não pode não! Olha, Brasília está florida! É o querer, é o

Alessandra Luna, diretora da *Secretaria de Mulheres da CONTAG* também as apresenta como abrangendo uma multiplicidade de mulheres que desempenham inúmeras atividades, demonstrando a importância de considerar também as diferentes estratégias adotadas por uma multiplicidade de mulheres presentes em distintos contextos rurais do país. Durante a fala de encerramento da *V Marcha das Margaridas* em 2015, Luna (2015)<sup>79</sup> identificou a essas mulheres como mulheres do campo em geral, abrangendo ainda nessa categoria as indígenas, as quilombolas, as pescadoras "das águas e das marés", as mulheres extrativistas da floresta, e da importância das políticas públicas incorporarem essa diversidade ao serem concebidas, planejadas e executadas:

Nesse momento aqui, os anseios nessa diversidade representada mostram principalmente que as mulheres rurais nessa beleza que está na pauta do que são as solicitações das mulheres indígenas, das mulheres quilombolas, das mulheres pescadoras, das mulheres das florestas, das mulheres das populações extrativistas, enfim, dessa diversidade que nós temos no campo. Todas somos mulheres, mas as políticas públicas só vão conseguir dar um passo efetivamente e chegar na vida das mulheres se elas conseguirem efetivamente enxergar essa diversidade pra conseguir responder a demanda de cada uma delas – e esse é talvez o maior desafio de todas as políticas acontecer na vida das mulheres.

Resultado de um processo de articulação e debates de mulheres trabalhadoras rurais, a CONTAG publicou durante a *V Marcha das Margaridas* uma cartilha intitulada *A voz das Margaridas por Políticas Públicas para Mulheres Trabalhadoras Rurais do Campo, da Floresta e das Águas* (CONTAG/FETAGs/STTRs, 2015), documento este que não somente buscava apresentar quem seriam as mulheres trabalhadoras rurais do país, mas categorizava também suas demandas contextuais por mais políticas públicas que as atendessem.

---

querer das Margaridas! É o querer, é o querer das Margaridas! (LOUCAS DE PEDRA LILÁS, 2007; p.2).

79 Fala de encerramento de Alessandra Luna na *V Marcha das Margaridas* em agosto de 2015.

Segundo a CONTAG/FETAGs/STTRs (2015), as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras poderiam ser diferenciadas por regiões (Amazônia, Cerrado e Pantanal, Nordeste, Sudeste, Sul), por geração (jovens e da terceira idade), por biomas (das florestas, das marés e das águas) e por contextos sócio-culturais (quilombolas, indígenas e mulheres rurais que habitam em proximidade aos perímetros urbanos). A seguir descrevo um pouco como essas mulheres aparecem identificadas nessa cartilha, assim como algumas de suas principais pautas e demandas por políticas públicas a elas relacionadas.

\*\*\*

### *As mulheres trabalhadoras rurais da Amazônia*

A Amazônia é caracterizada como uma região de rica biodiversidade, que atrai investimentos de todo mundo para explorar suas riquezas naturais. O modelo de desenvolvimento nacional buscou implementar estradas (*Belém-Brasília* e *Transamazônica*) como soluções para os problemas da região, afastada dos centros urbanos mais dinâmicos do país. Na época da construção dessas estradas<sup>80</sup>, os governos também incentivaram a migração de trabalhadores/as de todo Brasil para a Amazônia, através do discurso de que ali havia muita terra e pouca gente habitando nelas, buscando a colonização para o desenvolvimento.

Em 2017 a região sofria ainda com a exploração de seus recursos naturais, tendo sido construída ali também muitas hidrelétricas (como *Belo Monte* e *Madeira*) para atender a demanda de energia do restante do país, enquanto muitos dos assentamentos da localidade ainda vivem sem luz. As instalações das hidrelétricas acabaram aumentando o índice de violência local, tendo estimulado a exploração sexual e prostituição de mulheres, muitas dessas ainda crianças e adolescentes. O monocultivo do agronegócio (produzindo principalmente gado, dendê, soja e arroz) têm contribuído para gerar grande desmatamento, poluindo os ambientes com agrotóxicos sem a geração de empregos, pela alta mecanização dos cultivos. Há também na região a presença de muitas mineradoras e produtoras de celulose, que não somente expulsam as famílias de agricultoras/es familiares, como também contaminam a água e o solo amazônico.

---

80 A Rodovia *Belém-Brasília* (BR-153) foi construída a partir de 1959 e a Rodovia *Transamazônica* (BR-230) teve seu início em 1970.



De acordo com a CONTAG/FETAG (2015), as mulheres *trabalhadoras* rurais da Amazônia são produtoras, assentadas, extrativistas e pescadoras, que produzem a partir da perspectiva da agroecologia na roça, no reflorestamento, na recuperação das margens dos igarapés e na pesca artesanal. Muitas são artesãs e também as principais responsáveis pelas coletas e pelos bancos de sementes. Algumas das solicitações das mulheres trabalhadoras rurais amazônicas que foram incorporadas ao documento da CONTAG/FETAGs/STTR são expostas a seguir:

É verdade que avançamos muito na cidadania e nos direitos sociais. No entanto, muito ainda precisa ser feito para que possamos viver bem em nossa Amazônia. Precisamos de apoio diferenciado para a região, que reconheça as nossas dificuldades de acessos, frente às distâncias. Queremos que a ATER chegue até todas(os); que apoiem nossos processos organizativos; que possamos ser ouvidas no debate sobre a repartição de benefícios; que as pesquisas sejam pensadas para a melhoria de vida da população local; que os assentamentos sejam vistos em toda a sua possibilidade de produção sustentável; (...) que sejam pensados projetos para garantia de água potável. Sabemos que é um desafio viver na Amazônia, por isso nós, as mulheres do campo, das florestas e das águas da Amazônia, queremos ser ouvidas! (CONTAG / FETAGs / STTRs, 2015; p.7).

Como algumas de suas demandas, solicitam programas de enfrentamento à violência contra as mulheres, contra a exploração sexual infantil e contra o tráfico de mulheres nas fronteiras da região; a ampliação do acesso à água potável; a revisão de instalações de grandes obras (como as hidrelétricas, por exemplo), avaliando os impactos nas comunidades locais; o fomento à prática agroecológica; o incentivo aos potenciais produtivos da cultura amazônica (açaí, castanha, cupuaçu, caju, acerola, graviola, bacaba, pupunha, babaçu, buriti, murici, pesca artesanal, artesanato, entre outros) e a garantia de segurança de lideranças que fazem a luta pela terra e de suas famílias.

\*\*\*

*As mulheres trabalhadoras rurais do Cerrado e do Pantanal*

A região Centro-Oeste, que centraliza os biomas Cerrado e Pantanal brasileiros, vem sendo utilizada como um território para a expansão do agronegócio principalmente a partir de políticas dos governos militares nas décadas de 1960/1980, adotando assim um modelo de produção voltado para monoculturas de exportação (algodão, soja, milho, pecuária bovina) e para o plantio de eucalipto, expulsando agricultoras/es familiares e povos tradicionais.

A grilagem das terras para a expansão do agronegócio e a fragilidade do processo de regularização das terras de reforma agrária aumentam os conflitos agrários locais, ao mesmo tempo em que indígenas e quilombolas são praticamente ignorados por políticas públicas regionais. O agronegócio contamina o ambiente com agrotóxicos, sendo as mulheres muito penalizadas, pois também são geralmente as responsáveis pela lavagem das roupas contaminadas e pelo cuidado dos/as doentes da família.

Dentre as demandas que requerem, solicitam o fortalecimento de políticas de enfrentamento à violência, contra o tráfico de mulheres e a prostituição de menores; o combate da informalidade no trabalho nas grandes propriedades agrícolas; demarcação de terras indígenas e políticas públicas voltadas para os povos originários; proibição do uso de pulverização de agrotóxicos; expansão da *Política Nacional de Agroecologia* na região; políticas de reforma agrária que assegurem o direito à terra às mulheres acampadas e suas famílias e a regularização dos assentamentos já existentes.

\*\*\*

### *As mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste*

O Nordeste é uma região historicamente impactada por monocultivos extensivos e que ainda convive com a concentração de terras e com a disputa por seus territórios: de um lado, empresas mineradoras, do car-voejamento, dos monocultivos, grandes projetos de irrigação, barragens, usinas eólicas e obras hídricas; e de outro, famílias agricultoras e povos tradicionais sendo expulsos de suas localidades.

De acordo com Paulilo (2016a), o Nordeste pode ser dividido em três sub-regiões: a *Zona da Mata*, quente e úmida com duas estações bem definidas, uma chuvosa e outra seca; o *Agreste*, uma zona de transição entre a Mata e o Sertão; e o *Sertão*, que é quente e seco e sujeito a

secas periódicas que matam a vegetação e os animais e conduzem à migração populacional das pessoas que ali habitam.

Os fortes investimentos em infra-estrutura (viária, logística e energética) da região visam o benefício das grandes empresas, adotando tecnologias de alta produtividade que acabam por contribuir para o desaparecimento da diversidade de sementes (com a distribuição de uma única variedade) e para a concentração de renda, terra e água. As políticas adotadas ainda são insuficientes, como coloca o documento da CONTAG/FETAGs/STTRs (2015, p.11):

Esta é uma região cheia de riquezas e potencialidades e que precisa ter políticas que fortaleçam o trabalho, a vida e a produção dessa região. Mostramos que é possível conviver com o semiárido quando possibilitamos que as pessoas possam ter água para beber em suas cisternas de placas, quando elas têm tecnologias de captação de água para a produção, quando têm acesso a uma ATER de qualidade e conseguem guardar sua biodiversidade nas casas ou bancos de sementes. Quando mostram que podem produzir, agroecologicamente, alimentos saudáveis para seu consumo e para comercializarem nas feiras e nos mercados institucionais, sem agrotóxicos (...), respeitando e valorizando as mulheres, crianças, jovens e a terceira idade.

Dentre as políticas que solicitam, demandam o fortalecimento e a ampliação de quintais produtivos protagonizados pelas mulheres, com ênfase na reutilização da água, na horticultura, fruticultura, plantas medicinais e na criação de pequenos animais; apoio a programas e projetos de formas alternativas de tecnologias sociais de geração de energia; aumentar a implementação de programas de aproveitamento da água da chuva<sup>81</sup> e a ampliação do *Programa de Sementes*, priorizando o protagonismo do grupo de mulheres guardiãs das sementes.

\*\*\*

---

81 Como é o caso do *Programa Uma terra, Duas Águas (PI+2)*, que apoia capacitações em gerenciamento da água para produção de alimentos (ASA, 2017).

*As mulheres trabalhadoras rurais do Sudeste*

A região Sudeste concentra o maior contingente populacional do país nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Os sérios problemas urbanos aliados com a alta especulação imobiliária dessa região, afetam diretamente as/os agricultoras/es dos entornos desses grandes centros e inviabilizam a agricultura urbana.

As mulheres trabalhadoras rurais do Sudeste são expropriadas de suas terras pelas mineradoras, pelos complexos petrolíferos, pela construção civil e pelas fábricas de celulose, entre outras indústrias fortemente concentradas ali. Essas empresas acabam atraindo uma enorme população masculina itinerante para o meio rural, gerando também exploração sexual de mulheres e crianças, prostituição, gravidez precoce, violência contra as mulheres e aumentando a pobreza destas populações tradicionais.

Os monocultivos ali adotados, além de concentrarem terras, usam agrotóxicos de forma excessiva, monopolizam e poluem as águas, precarizam o trabalho assalariado e invisibilizam ainda mais o trabalho realizado pelas mulheres. As demandas públicas das mulheres trabalhadoras rurais dessa região por políticas estão relacionadas ao melhor uso da água (restrição do uso da água para a mineração, implementação de programas de captação e armazenamento de água da chuva, campanhas sobre o uso consciente da água), assim como a participação da comunidade nas consultas públicas para avaliar os impactos quando da construção de obras e também a ampliação do processo de auto-organização das mulheres, além da efetivação dos assentamentos rurais.

\*\*\*

*As mulheres trabalhadoras rurais do Sul*

Apesar de ser a menor região brasileira, a região Sul é a terceira mais populosa do país. Com grande influência européia, principalmente de origem italiana e alemã, é hoje um polo turístico, econômico e cultural. A imigração européia, com a ocupação da terra em glebas menores destinadas à produção familiar, acabou influenciando no desenvolvimento dos cultivos locais, baseados principalmente na pequena e média propriedade rural de policultura.

A agricultura é uma das principais atividades econômicas da região, sendo a que mais emprega trabalhadores/as. De um lado a mono-

cultura comercial (cultivando principalmente soja, trigo, café e arroz) e do outro a policultura da agricultura familiar, produzindo milho, feijão, mandioca, batata, frutas, verduras, entre outros. A região sofreu grandes transformações na agricultura a partir da década de 1970, quando pacotes tecnológicos (de mecanização agrícola, sementes transgênicas e uso intensivo de agrotóxicos) ligados ao financiamento bancário, acabaram por endividar muitas/os agricultoras/es ao forçá-las/os a adquirir insumos e equipamentos por vezes desnecessários.

A região também sofre disputas de terras entre “brancos/as e indígenas”, persistindo a ausência do reconhecimento de terras quilombolas por parte do Estado e a existência de muitas/os agricultoras/es ainda sem terra. A intensa mecanização das atividades agrícolas vivenciada proporcionou maior desemprego na região, aumentando o êxodo para os centros urbanos, fazendo-os crescer de modo desordenado e aumentando também as desigualdades sociais dos mesmos.

As mulheres trabalhadoras rurais do Sul demandam políticas públicas de fomento às atividades das mulheres no desenvolvimento de projetos de conservação e preservação do meio ambiente através de práticas agroecológicas; de criação de bancos de sementes crioulas e de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos; e por uma atualização das normas do PRONAF para uma melhor adequação às suas realidades.

\*\*\*

### *As mulheres trabalhadoras rurais jovens*

As mulheres trabalhadoras rurais jovens têm temas geracionais próprios que, ainda que compartilhem de situações de opressão e discriminação comuns à todas as mulheres, sofrem impactos a partir de sua condição juvenil, marcadas por um preceito social de que por serem jovens, e, portanto, ainda não suficientemente responsáveis e amadurecidas, ainda não seriam capazes de tomarem decisões e ações no espaço público, as excluindo ainda mais.

Sofrem pela invisibilidade do seu trabalho na família (e nas unidades familiares), assim como são excluídas dos processos de herança da propriedade, limitando suas oportunidades e seus projetos de vida. A impossibilidade de se tornarem herdeiras, faz com que várias migrem para centros urbanos em busca de novas oportunidades, assim como a ausência de uma política de educação no e do campo.

Dentre as demandas dessas mulheres está a solicitação de execução de políticas públicas que promovam autonomia e emancipação juvenil, considerando as desigualdades de gênero que as mesmas experimentam e vivenciam em seus cotidianos; assim como equipes técnicas da ATER com formação em gênero e capazes de promover ações voltadas para as relações de gênero familiares.

Solicitam ainda a revisão das condições de acesso das mulheres jovens às políticas de crédito; a garantia de inserção dos temas educação não sexista, sexo e sexualidade no campo, relações étnico-raciais, diversidade sexual; pesquisas sobre a juventude e a sucessão rural que permitam analisar os dilemas sucessórios e seus impactos no país; ampliação do acesso à educação, à cultura, ao lazer e às tecnologias de informação e comunicação para as jovens; a estruturação de salas de acolhimento para a/o(s) filha/o(s) das jovens beneficiárias de programas e políticas de juventude, como *PRONATEC*, *PROJOVEM*, *ATER para juventude*, entre outros; e a revisão de regras de funcionamento dos *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia* (IFETs) para que possam receber em regime interno as alunas mulheres (atualmente só é permitido aos jovens homens).

As jovens mulheres trabalhadoras rurais demandam também programas voltadas às jovens em situação de exploração sexual que articule acompanhamento psicológico, assistência à saúde, escolarização e capacitação profissional, assim como ações de enfrentamento à violência e abuso sexual.

\*\*\*

### *As mulheres trabalhadoras rurais de Terceira Idade*

De acordo com a cartilha da CONTAG/FETAGs/STTRs (2015), as políticas públicas brasileiras não conseguem acompanhar a aceleração do envelhecimento, já que a população da terceira idade é a que mais cresce no país. No Brasil, muitas pessoas dessa geração continuam vi-vendo na área rural, tendo aumentado o número de pessoas da terceira idade vivendo sozinhas e a contribuição da renda dessas pessoas para compor a renda familiar através da *Aposentadoria Rural*. Há ainda um elevado percentual de pessoas analfabetas entre as mulheres trabalhado-ras rurais da terceira idade no país.

Dentre as demandas que propõem, buscam políticas para as mulheres da terceira idade que reflitam a gerofobia<sup>82</sup> e o sexismo ainda presentes, assim como campanhas permanentes nos meios de comunicação que desconstruam a concepção de descrédito das mulheres idosas; espaços de convivência escolar onde a figura das mulheres mais velhas (como as avós, as tias-avós, entre outras) possam estar presentes, desenvolvendo respeito nas crianças para com essa população; cursos específicos voltados para mulheres trabalhadoras rurais idosas; profissionais geriátricos/as para as mulheres da terceira idade; campanhas de orientação e programas voltadas para a sexualidade na terceira idade, abordando o climatério, a importância da vida sexual e estimulando a denúncia em casos de violência sexual.

As mulheres trabalhadoras rurais da terceira idade demandam ainda leis mais rígidas capazes de proteger as mulheres idosas de crimes e atos de violência física, psicológica, sexual, abandono, negligência e abusos financeiros e políticas que garantam a segurança pública e o patrulhamento policial nas zonas rurais.

\*\*\*

### *As mulheres trabalhadoras rurais das Florestas*

As reivindicações das mulheres extrativistas já estão presentes na pauta política pelo menos desde 1989, quando do surgimento da *Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco* na região norte do país, em resistência contra o cercamento dos babaçuais, que até então eram de uso coletivo das mulheres. Segundo Siliprandi (2015c), o movimento acabou se ampliando pelo Nordeste, quando começaram a reivindicar acesso à terra e a modificação do modelo produtivo ali adotado, demandando a convivência com a mata.

Em 1995 a articulação mudou o nome para *Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco-Babaçu* (MIQCB), conseguindo consolidar a identidade política de quebradeira de coco entre as agricultoras, passando a ser sinônimo de orgulho, de luta social e ambiental. Em 2015, o movimento continuava lutando pela criação de uma legislação específica que garanta o uso coletivo dos recursos nas áreas dos babaçuais.

As mulheres trabalhadoras rurais das florestas são extrativistas responsáveis pela conservação e preservação da diversidade das matas e florestas, lugares não apenas de produção econômica para estas, mas de moradia de suas famílias. Parte de suas pautas demandam a criação de mais reservas extrativistas, assim como a regularização fundiária das já existentes e de ATER específico; demandam ainda por tecnologias sociais que possibilitem o maior acesso à energia elétrica e políticas de uso das plantas medicinais, valorizando o saber popular, a consulta pública prévia às populações tradicionais a serem afetadas pelas construções de grandes obras (hidrelétricas, barragens, mineradoras, portos, entre outros), o reconhecimento e o fortalecimento do papel das parteiras tradicionais, o combate à violência doméstica e tráfico de mulheres, a garantia de segurança para lideranças extrativistas e suas famílias na luta pela defesa dos territórios.

Dentre as políticas públicas que demandam, as mulheres trabalhadoras rurais da floresta solicitam a proibição da derrubada das palmeiras e garantir seu livre acesso e de seus familiares às áreas de ocorrência de babaçu; apoio às reservas extrativistas existentes, assim como a criação de outras; a consulta prévia e informada e respeito aos povos e às comunidades tradicionais quando da construção de obras; apoio às iniciativas de *Educação do Campo* e às *Escolas Familiares Agrícolas*; asseguramento de transporte (rodoviário e aquático) escolar; políticas de suporte à implantação ou ampliação de agroquintais nas comunidades; a criação de um *Fundo do Extrativismo do Babaçu*, cujos recursos devem ser destinados à preservação e recuperação das florestas de babaçu; e políticas, com programas e projetos específicos para as mulheres quebradeiras de coco que contribuam para garantir autonomia, além do fortalecimento de grupos produtivos de mulheres.

\*\*\*

### *As mulheres trabalhadoras rurais das Marés e das Águas*

A aqüicultura é um dos setores produtivos mundiais que mais aumentou sua produtividade nas últimas décadas, investindo em tecnologias e pesquisas para intensificar o cultivo nas águas, possibilitando o surgimento da aqüicultura comercial em larga escala ao utilizar insumos químicos, provocando diversos danos ambientais ainda a serem sentidos no futuro. Paulilo (2016b) recorda que a incorporação da aqüicultura como cultivo dos mares chegou a ser comparada com a *Revolução Verde*



da agricultura (chamada então de *Revolução Azul*), que possibilitou o incremento da produtividade também ao usar mais tecnologias e insumos químicos.

De acordo com Paulilo (2016c), as maricultoras começaram a cultivar o mar há pouco, ocupando um lugar – os mares – há muito tradicionalmente interdito às mulheres. Analisando a participação das mulheres na maricultura catarinense, a autora percebeu que o mar é visto pelos pescadores como algo ainda inapropriável, indivisível e masculino, sendo permitidas às mulheres apenas as areias e águas rasas (de onde coletam mariscos, ostras, berbigões e pescam pequenos peixes). Geralmente responsáveis por áreas produtivas próximas da praia, assemelham-se de certa maneira ao trabalho que executam em suas hortas e pomares, com a diferença de que agora utilizam barcos, símbolo tradicionalmente masculino, embarcações em que ainda são associadas como presenças que trazem azar às pescarias.

As pequenas hortas e lavouras em terra ficam então na responsabilidade das mulheres, principalmente porque os maridos passam vários meses em alto mar. O cuidado com as crianças e as pessoas mais velhas e idosas também são atribuídos às mulheres. O beneficiamento do fruto da pesca realizado pelos homens também é geralmente responsabilidade delas, como limpar e tirar escamas, esvicerar, desconchar, preparar siris e caranguejos antes que comecem a apodrecer, o que acontece rapidamente (PAULILO, 2016c).

A luta das mulheres trabalhadoras rurais das águas para serem reconhecidas como pescadoras é muito similar à luta pelo reconhecimento das produtoras rurais pelo trabalho que realizam.

De acordo com a CONTAG/FETAGs/STTRs, as mulheres trabalhadoras rurais das águas são mulheres de diferentes raças e etnias que ocupam biomas próximos à água (rios, lagos, mares, mangues, entre outros) e que se organizam etno/cultural/socialmente a partir do seu modo de produzir, buscando políticas que valorizem os saberes tradicionais. Elas estão assim identificadas na cartilha:

Nos identificamos como Mulheres das Águas, que fazem a defesa árdua de políticas públicas que reconheçam as pessoas tradicionais (...). Somos mulheres das comunidades tradicionais pesqueiras milenares, inclusive das áreas ao longo dos oito mil quilômetros do litoral brasileiro e dos manguezais. Locais que propiciam trabalho, renda e segurança alimentar para estas populações e justi-

ficam o zelo valoroso e imensurável que as *Mulheres das Marés e das Águas* mantêm a biodiversidade (...). Somos mulheres extrativistas costeiras marinhas, marisqueiras, caranguejeiras, camaroeiras, pescadoras artesanais, caiçaras, pantaneiras, retireiras, parteiras, benzedadeiras, ribeirinhas e agricultoras familiares, muitas, sem-terra e migrantes para esses ambientes úmidos. Nós estamos nas áreas de entre marés, insulares, várzeas, pântanos, alagados, margens de rios, lagos e igarapés e conservamos nesses locais um jeito próprio de viver e manter nossos princípios ancestrais, criando, recriando e repassando de geração a geração nossa cultura material e imaterial de identidade pessoal, de gênero, raça e profissão (CONTAG/FETAGs/STTRs, 2015; p.24).

Essas mulheres buscam políticas públicas que enxerguem suas realidades aquáticas dentro da agricultura familiar: elas são responsáveis pelo manejo de recursos naturais, pela maricultura de espécies nativas, pela coleta de frutas, sementes raízes, cipós e plantas alimentares e medicinais, pelo cultivo de culturas de tradição nas ribanceiras da costa marítima e pela pesca de peixes e mariscos. Algumas de suas principais demandas evocam a implementação da *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais*; mas também outras reivindicações, como a busca pelo reconhecimento do *Registro Geral de Pesca (RGP)* para as marisqueiras e as pescadoras artesanais; a garantia que conste nas *DAPs* as especificidades das mesmas; políticas que facilitem o acesso à comunicação, informação, formação e participação em cursos e eventos; a implementação de farmácias vivas reconhecendo os saberes e fazeres das comunidades de pescadoras/es; políticas que fomentem projetos voltados para as mulheres extrativistas; políticas que visem a inclusão de produtos das reservas costeiras e marítimas em programas governamentais de soberania alimentar e erradicação da fome, assim como de comercialização dos produtos das mulheres trabalhadoras rurais extrativistas das águas.

\*\*\*

*As mulheres trabalhadoras rurais Quilombolas*

De acordo com Siliprandi (2015c), as populações quilombolas também começaram a se organizar a partir da década de 1980. Com a instituição do *artigo 68*<sup>83</sup> da *Constituição de 1988*, os remanescentes de quilombos passaram a ter direito à propriedade da terra em que viviam, desencadeando no país uma intensa mobilização dos movimentos negros urbanos e rurais na formulação de regulamentações específicas para realizar os laudos antropológicos, demarcar terras e apoiar as/os quilombolas em suas atividades produtivas.

As mulheres trabalhadoras rurais quilombolas são oriundas de comunidades de grupos étnico-raciais remanescentes dos antigos quilombos, com trajetória histórica própria e dotados de relações territoriais específicas relacionadas com a opressão experimentada. De acordo com dados da Palmares Fundação Cultural (2016), existem atualmente mais de 2.600 comunidades quilombolas certificadas espalhadas por todo país, com maior destaque para Bahia (597), Maranhão (474), Minas Gerais (275), Pará (245), Pernambuco (129) e Rio Grande do Sul (120). As comunidades quilombolas sofrem impacto quando são realizadas obras de grandes empreendimentos em suas localidades, experimentando violências também contra mulheres e crianças, assim como passam, com toda a família, por situações de violência racial e religiosa.

Dentre as solicitações que demandam está a luta pela demarcação dos territórios quilombolas; a garantia que as escolas quilombolas não sejam fechadas para a contenção de despesas nos estados e municípios; pela promoção de editais para que as associações quilombolas possam investir em agroecologia; por políticas que promovam o acesso a programas de atendimento à saúde; ações de apoio às atividades culturais e a cursos profissionalizantes para jovens quilombolas a fim de que possam se manter nas comunidades; e a redefinição de critérios de acesso à *DAP* para as mulheres trabalhadoras rurais quilombolas.

\*\*\*

### *As mulheres trabalhadoras rurais Indígenas*

As mulheres indígenas passaram a se organizar a partir da década de 1980, unindo-se ao movimento indígena nacional (SILIPRANDI,

---

83 O artigo 68 da Constituição prevê o reconhecimento de propriedade definitivamente aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

2015c). Oriundas de diferentes biomas brasileiros (Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga e Floresta Amazônica), são também guardiãs da biodiversidade e de saberes tradicionais. No documento da CONTAG/FETAGs/STTRs (2015), aparecem mulheres dos povos *Apurinã*, *Ava-Guarani*, *Bakari*, *Bororo*, *Cumaruara*, *Fulni-ô*, *Guajarara*, *Guarani-Ñandeva*, *Guarani-Mbya*, *Guarani-Kaiowa*, *Jenipapo-Kanindé*, *Kaingang*, *Karipuna*, *Kariri-Xocó*, *Kaxarari*, *Kaxuyana*, *Kraho*, *Krikatii*, *Kamayurá*, *Macuxi*, *Pankará*, *Pankararu*, *Paresi*, *Pataxó*, *Pitaguary*, *Potiguara*, *Rikbatsa*, *Tapeba*, *Tapuia*, *Terena*, *Timbira*, *Tukano*, *Tupinambá*, *Tupiniquim*, *Umutina*, *Xavante*, *Xerente*, *Xukuru-Kariri*, *Yawalapiti* e *Yawanawá*, falantes de dezesseis línguas diferentes, que assim definem suas pautas prioritárias:

Avaliamos como fundamental que o poder público tenha ações que valorizem nossos saberes tradicionais, sobre, por exemplo, as práticas alimentares, reconhecendo nossas estratégias atuais para lidar com as mudanças na alimentação, além de combater o que tem ameaçado nossos direitos originários, nossa cultura e nosso território. (...) A mulher indígena possui papel fundamental dentro do território, seja como educadora, como multiplicadora do saber milenar ou mediadora dos conflitos de um povo, sobretudo as mulheres mais velhas. Somos nós que preservamos a medicina e a agricultura tradicionais. E também as que mais guardam, testam, multiplicam as sementes tradicionais. Diante disso, é fundamental desenvolver políticas que preservem e estimulem os saberes milenares, voltados para o etnodesenvolvimento, e que fortaleçam a liderança das mulheres (CONTAG / FETAGs / STTRs, 2015; p.29).

O contato com a população não indígena criou novos hábitos alimentares à essa população: agora se ingere sal e açúcar (anteriormente se utilizavam outros temperos naturais mais saudáveis), além de alimentos industrializados e bebidas alcoólicas, fazendo incidir doenças antes desconhecidas por esses povos, e, portanto, não tratada pela sua medicina tradicional, como a obesidade, diabetes, hipertensão, câncer, alcoolismo e dependência química. Há ainda o problema da migração: muitas/os migram para as cidades em busca de trabalho, chegando a enfrentar e vivenciar situações de preconceito, a ponto de as/os fazerem negar suas i-

dentidades étnicas. As missões religiosas também contribuíram para o enfraquecimento da identidade cultural de alguns povos indígenas.

De acordo com o *1º Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas* (FUNASA, 2009), as comunidades indígenas brasileiras produzem principalmente mandioca (97,3%), milho (89,1%) e feijão (63,6%) e sobrevivem principalmente de rendas de benefícios sociais (63,9%) e de trabalhos remunerados (62%), mas também da venda de produtos da agricultura e pecuária (36,8%), do artesanato ou produção cultural (28,1%) e de produtos do extrativismo (18,2%). Esse mesmo inquérito pôde constatar as condições de saúde e nutrição dos povos indígenas, indicando que as condições destes são piores do que o restante da população brasileira. Houve avanço na medida que as políticas públicas passaram a incluir as famílias indígenas em projetos de segurança alimentar, mas ainda sofrem com o repasse de recursos públicos para que programas e ações possam ser desenvolvidos plenamente nas comunidades.

Dentre as reclamações, é possível perceber a ausência do reconhecimento do protagonismo das mulheres no manejo e no cuidado com as sementes tradicionais pelos programas da ATER, assim como ações baseadas em ofertas de alimentos industrializados e na redução de territórios indígenas, desestimulando assim as práticas tradicionais de agricultura indígena, tornando essas comunidades cada vez mais dependentes da compra de alimentos.

As demandas por políticas públicas das mulheres trabalhadoras rurais indígenas brasileiras perpassam sete eixos distintos que se complementam: (a) Terra/Território; (b) *Fundação Nacional do Índio* (FUNAI); (c) Políticas Públicas; (d) Cultura alimentar; (e) Saúde; (f) Consulta prévia; (g) Participação social. Elas solicitam a demarcação e homologação das terras indígenas em processo de regularização, assim como a garantia da proteção e gestão ambiental nesses territórios; o fortalecimento da FUNAI através de mais recursos e mais técnicos capacitados nas várias profissões para atender todos os povos indígenas em seus territórios; cotas para profissionais indígenas e para mulheres indígenas da própria região para integrar a FUNAI.

Demandam também a garantia de acesso aos programas de crédito de acordo com suas particularidades; a efetivação da *DAP Indígena* (*DAP-I*); a garantia de manutenção e acesso às sementes tradicionais; a consulta prévia informada aos povos indígenas de todas ações públicas que afetem seus direitos; a criação de políticas públicas que fortaleçam as organizações indígenas e dêem visibilidade ao trabalho das mulheres,

assim como a garantia de recursos para ações e programas específicos para mulheres trabalhadoras rurais indígenas.

O registro e divulgação das práticas alimentares e a cultura indígena é também parte da pauta dessas mulheres, requerendo ainda que a alimentação escolar dessas localidades respeite as suas especificidades culturais e que ocorra ações de valorização da autoestima das/os jovens indígenas, buscando a reafirmação de sua cultura.

\*\*\*

### *As mulheres trabalhadoras rurais urbanas*

A maior parte das experiências de agricultura urbana no Brasil é protagonizada por mulheres (CONTAG/FETAGs/STTRs, 2015), muitas dessas de origem rural que tiveram suas famílias expulsas de suas localidades pelo avanço do agronegócio, outras são de origem urbana e se aproximaram da agricultura em busca de um modo de vida mais saudável para si e suas famílias. A agricultura urbana é o espaço que promove a sustentabilidade ambiental dentro dos centros urbanos, mas, graças a lógica especulativa imobiliária que ditam as cidades, estão sendo afastadas para periferias e locais mais distantes das cidades.

Dentre as políticas que as mulheres trabalhadoras rurais urbanas solicitam está a demanda por políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana que contribuam para a soberania alimentar das famílias que vivem nas cidades, reconhecendo a importância do cultivo de alimentos nos centros urbanos; legislações adequadas às suas especificidades, visto que não conseguem acessar políticas voltadas para a agricultura familiar devido à dificuldade de enquadramento; apoio às áreas de cultivo e agroquintais urbanos.

\*\*\*

Este capítulo buscou centralizar nas recomendações, práticas e demandas das políticas públicas voltadas para as diferentes mulheres trabalhadoras rurais brasileiras. Tendo analisado a influência de organismos internacionais e de conferências nacionais na construção das políticas nacionais, procurei trazer as principais políticas – específicas e transversais – para as trabalhadoras rurais do país, destacando ainda aquelas que mais trouxeram benefícios e transformações para muitas delas, para, por fim, demonstrar quais demandas ainda se fazem presentes.

A seguir, reflito sobre o protagonismo das mulheres na agroecologia, entendida aqui como uma prática ambiental que as valoriza em seus conhecimentos tácitos e permitem maior autonomia às mulheres, demonstrando a importância da continuidade de políticas que resgatem tais conhecimentos destinadas às mulheres trabalhadoras rurais.

### 3.4. As mulheres trabalhadoras rurais, o trabalho que realizam, a agroecologia e o ecofeminismo

De acordo com a *Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário*, o reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais na produção orgânica e agroecológica brasileira foi consolidado no *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)*, instrumento que serve para elaborar políticas públicas que incentivem tais metodologias de cultivo:

O *PLANAPO* tem como uma de suas estratégias enfatizar o importante papel exercido pelas mulheres na produção de alimentos e na preservação dos recursos naturais. De acordo com o mesmo, as mulheres são percebidas como as principais protagonistas na segurança alimentar e são responsáveis pela produção agroecológica nos quintais e roças próximos da casa, além de também serem as que preservam e transmitem, de geração a geração, sua experiência no manejo da água, na produção de alimentos, dos recursos florestais, dos solos, das sementes, dos recursos energéticos e de técnicas de conservação correspondentes (BRASIL, 2017c; p.22).

Segundo o *PLANAPO* (BRASIL, 2017c), ainda que as mulheres sejam maioria nas atividades de criação de aves e pequenos animais, na horticultura, na floricultura, na silvicultura e na lavoura e formarem quase a metade da população rural (47,9%), o reconhecimento de seu trabalho na agricultura ainda segue como desafio. O *Plano* delinea incentivos de crédito, feiras de economia feministas solidárias, ações estratégicas que ampliem o acesso à políticas de comercialização da produção, à documentação civil e jurídica, acesso à terra e aos recursos naturais e direitos econômicos, assim como de valorização de grupos produtivos compostos por mulheres.

As mulheres trabalhadoras rurais são protagonistas na produção orgânica e agroecológica porque estas práticas são realizadas nos quintais perto de suas casas e são voltadas para o aprimoramento da qualidade da alimentação e da saúde das famílias, sendo de certa maneira relacionadas como “trabalho leve”, permitindo a permanência destas mais

próximas às atividades domésticas. Segundo Paulilo (2016a) o trabalho agrícola de subsistência no roçado perto de casa, que possibilita intercalar com os cuidados do lar, não é o mesmo que trabalho assalariado fora do lar. Esse trabalho que as mulheres realizam “fora de casa” encontra ainda dificuldades de ser aceito no universo rural.

Paulilo (2016) afirma que o conceito de “trabalho leve” varia de região para região, levando-se em consideração a maior ou menor intensidade que a força de trabalho das mulheres é demandada. Analisando essa questão, a autora demonstra que “trabalho 'leve' e 'pesado' são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas” (PAULILO, 2016b; p.110), sendo a mão-de-obra feminina mais mal remunerada de modo geral.

Para Paulilo, não é o fato de serem denominadas como atividades “leves” que as mesmas são atividades mais fáceis de serem realizadas, tampouco por serem mais agradáveis ou exigirem menos tempo ou esforço. São “leves” as atividades que as mulheres e as crianças realizam, ou como ela mesma conclui: “é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 2016b; p.115).

As próprias atividades extensionistas da *ATER para Mulheres* voltadas para as trabalhadoras rurais geralmente são mais voltadas para atividades domésticas e do roçado próximo à casa onde residem. Ao analisar a participação das mulheres trabalhadoras rurais catarinenses produtoras de leite em cursos extensionistas, Paulilo (2016d) demonstra que a pouca participação das mulheres nesses aprendizados pode ser explicada pela habitual presença dos homens cursando os mesmos, inibindo-as no compartilhamento de tais espaços. De acordo com a autora, geralmente é também atribuição dos homens o acompanhamento dos técnicos que visitam a propriedade.

Os homens não participam da grande maioria das atividades domésticas no mundo rural, sendo essa ausência pouco considerada como instrumento sério de reflexão a ser alterado. Para eles executarem essas tarefas, é necessário que as mulheres argumentem com os mesmos, “o que implica desgaste emocional, afetivo e até mesmo físico” (PAULILO, 2016e, p. 211). Ainda que algumas consigam a participação de homens na execução de atividades domésticas, essa participação ainda é bastante incipiente. Segundo Paulilo (2016e), a incorporação de políticas públicas que promovam propostas coletivas de socialização do trabalho doméstico – voltadas para refeição, cuidado de crianças, doen-



tes e idosas/os, lavagem de roupa – são sempre adiadas por serem difíceis de serem implementadas.

Silva e Portella (2006) apontam algumas das atividades produtivas geralmente atribuídas às mulheres trabalhadoras rurais na roça, como a seleção de sementes, o plantio, a colheita e o armazenamento; o cuidado com a horta, a criação de aves, a colocação de água nas plantas e para os pequenos animais, a coleta de água para consumo familiar, a extração vegetal (exceto no caso do sisal, que geralmente é atribuído aos homens) e o artesanato.

A responsabilidade pelo cuidado e pela saúde das famílias rurais é ainda atribuída tradicionalmente às mulheres, fazendo com que Paulilo (2013) demonstre que são elas as que mais se preocupam com a qualidade da alimentação da família e com o uso de agrotóxicos. De acordo com a autora, seria essa uma das razões pelas quais a produção de alimentos saudáveis é uma das preocupações incorporadas pelo MMC, movimento que abrange aproximadamente 19 estados brasileiros, adotando assim um posicionamento contra o uso de agrotóxicos e transgênicos, inclusive no que se refere à obtenção de sementes modificadas, ao reflorestamento, à falta de incentivo à produção orgânica e o combate ao poder político das grandes empresas produtoras de celulose, sementes híbridas e transgênicas, pesticidas, entre outras. Mulheres trabalhadoras rurais que incorporam a agroecologia como princípio norteador de suas atividades agrícolas.

Numa pesquisa sobre o uso de agrotóxicos, Flavia Londres (2011, citada por PAULILO e BONI, 2016) afirma que o Brasil é um dos países mais consumidores de agrotóxicos no mundo, sendo ainda autorizado aqui o uso de agrotóxicos já proibidos na União Européia, EUA, China, entre outros; o que demonstra o perigo a que nossa alimentação nos expõe diariamente.

A agroecologia é uma lógica de cultivo que se propõe realizar cultivos sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos através da recuperação de *saberes dominados* (FOUCAULT, 1995) e da valorização de *saberes localizados* (HARAWAY, 1991), tanto na recuperação de sementes, mas também através do resgate de conhecimentos e valores tradicionais no cultivo e do uso de plantas medicinais e plantas alimentícias não-convencionais (PANCs).

De acordo com Siliprandi (2015), a agroecologia é um movimento relativamente novo no Brasil, sendo geralmente as mulheres que iniciam a conversão dos seus cultivos por estarem mais envolvidas com as propostas que tratam da saúde e alimentação das famílias. Mas, segundo

a autora, é usual que, quando tais cultivos começam a dar resultados produtivos e comerciais positivos, o comando das atividades passe para as mãos dos homens, fazendo com que o reconhecimento das mulheres na construção da agroecologia seja por vezes invisibilizado, marginalizando as questões específicas das mulheres nas pautas da agroecologia.

O termo agroecologia surgiu a partir da década de 1970, como uma metodologia produtiva de cultivo contra o que propunha a *Revolução Verde*, focada no uso de tecnologias, agrotóxicos e fertilizantes químicos. A partir da década de 1980 o termo se popularizou através da publicação de diversos trabalhos acadêmicos – principalmente a partir da Universidade da Califórnia – passando a ser utilizado por outras/os estudiosas/os e pesquisadoras/es da América Latina e Europa (SILIPRANDI, 2015b).

Para Siliprandi (2015b), a agroecologia pode ser definida como um conjunto de técnicas utilizadas para permitir uma agricultura mais sustentável, conciliando atividades agrícolas e a manutenção do meio ambiente, proporcionando assim meios de vida dignos para os/as envolvidos/as. Segundo a autora, a agroecologia questiona não apenas os cultivos, mas, principalmente, os objetivos finais da produção moderna ao se propor recuperar um conjunto de conhecimentos que acabaram desaparecendo ao longo do tempo, afirmando assim o protagonismo de agricultores/as, quilombolas, camponesas/es, pescadoras, extrativistas e indígenas na construção de um novo desenvolvimento rural. De acordo com a autora, esse protagonismo será fundamental na construção do pensamento agroecológico, tanto na construção de propostas técnicas mais harmônicas com os processos ecológicos, como no reconhecimento e valorização do modo de produção camponês e da necessidade de se promover o empoderamento desse grupo social historicamente marginalizado.

Para Siliprandi (2015b, p. 105), a agroecologia permite a melhoria da situação das mulheres trabalhadoras rurais porque (a) valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas por estar dentro do sistema de produção familiar (hortas, pomares, pequenos animais, produção caseira de produtos), envolvendo-as em todas etapas do processo produtivo; (b) valoriza as atividades de cuidado geralmente atribuídas a estas; (c) promove a participação de todos membros familiares reduzindo o monopólio gerencial dos homens; (d) promove a participação das mulheres nos mais variados espaços de discussão onde as propostas de transição são discutidas; (e) incrementa a participação das mulheres em espaços públicos, principalmente em espaços de comercialização, promo-

vendo maior visibilidade e reconhecimento do trabalho destas, e (f) permite que mais mulheres possam acessar rendas, aumentando sua autonomia e seu poder de barganha dentro das famílias.

As conexões entre os movimentos de mulheres e movimentos ecológicos são também ainda razoavelmente recentes, tendo surgido a partir da década de 1960 com a eclosão dos movimentos contra-culturais que questionavam os modelos econômicos e culturais impostos pelo modelo capitalista de produção dominante. De acordo com Siliprandi (2015a), os métodos dessas mobilizações incluíam grandes ações de massa, ocupações, boicotes, criação de comunidades alternativas, entre outras manifestações de sensibilização da opinião pública e de pressão sobre os governos. Nesse momento, alguns setores do feminismo começavam a se preocupar também com os problemas ecológicos, dando surgimento aos ecofeminismos.

Importante ressaltar que uma importante e pioneira estudiosa da agroecologia e da produção orgânica brasileira foi Ana Maria Primavesi. Engenheira agrônoma, foi uma das primeiras no país em adotar técnicas agroecológicas de manejo do solo integrado ao meio ambiente para recuperar áreas degradadas, e também uma das fundadoras da *Associação da Agricultura Orgânica* (AAO), uma das primeiras associações de produtores/as orgânicos do Brasil. De acordo com a AAO (2018), Primavesi<sup>84</sup>, austríaca, publicou diversos artigos científicos, livros e colaborou em diversas outras publicações da área no país e internacionalmente, e enfatizava que o solo saudável é o pré-requisito fundamental para o cultivo de plantas saudáveis, sendo referência importante no movimento de agroecologia em todo o mundo. Em entrevista concedida a *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, Primavesi (SBARDELOTTO, 2010; p. 15) reconhece que “as mulheres e a natureza têm sido tradicionalmente rebaixadas e ignoradas numa concepção hierárquica do mundo”, ressaltando a importância da consciência ecofeminista na contracorrente desse pensamento dominante.

Em seu *Manifesto pelo Ecofeminismo*, Primavesi explica que o termo foi primeiramente adotado pela francesa Françoise d'Eaubonne em seu livro *Le féminisme ou la mort* de 1974, para “designar um tipo específico de movimento ecológico em que a consciência da opressão das mulheres é a principal força motriz” (PRIMAVESI, 2010; p. 16), e

---

84 Ana Primavesi participou também da construção do primeiro curso de pós-graduação voltada para Agricultura Orgânica no Brasil, na Universidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul.

que a partir do mesmo seria possível a criação de um novo modelo de produção que valorize não somente a terra, mas também as mulheres, as crianças e os povos originários: “Nós agora temos de lidar com os efeitos do patriarcado e da desvalorização religiosa dos 'corpos', não só sobre as mulheres, crianças e povos indígenas, mas também sobre o corpo da Terra” (PRIMAVESI, 2010; p. 17).

Pensando também a partir desse viés, Vandana Shiva relaciona a violência contra as mulheres, aos povos originários e à natureza fundamentadas em bases materiais, demonstrando que a dominação que sofrem são oriundas do processos de desenvolvimento vigentes, que destruíam não somente o meio ambiente, como também as condições de vida e a sobrevivência das próprias mulheres pela extinção da diversidade, da água potável e das formas de alimentação saudáveis (SILIPRANDI, 2000). Shiva questiona a ideia do modelo dominante produtivo, enfatizando a importância de valorizar a biodiversidade e dos conhecimentos das mulheres e dos povos tradicionais.

Destaco ainda a importância dos estudos, do ativismo e da militância de Giselda Castro, Hilda Zirmmermann, Magda Renner e Jose Lutzemberger na integração dos movimentos ecológico e feminista em um mesmo movimento no país, refortalecendo a ideia do ecofeminismo como um “movimento social, ampliando e radicalizando o horizonte político tanto do movimento feminista como do movimento ecológico” (AGAPAN, 2010).

Siliprandi (2015a) argumenta que o ecofeminismo ganhou o cenário internacional ao começar a propor um posicionamento afetivo e emocional com os temas ambientais apelando para a identificação das mulheres, enquanto mães, com a *Mãe Terra*, mas também se preocupando com a perspectiva da ecojustiça ao determinarem a necessidade de reconhecimento da diversidade étnica e racial, mas também de refletir sobre as questões de classe no uso dos recursos – quem usava e quem poluía os recursos, quem sofria e quem se beneficiava com as devastações ambientais.

Assim como no feminismo e nos movimentos ambientalistas, o conjunto de posições propostas pelo ecofeminismo não é homogêneo e é criticado por ambos movimentos. De acordo com Siliprandi (2015a), uma das críticas estaria relacionado ao caráter essencialista do mesmo porque estaria defendendo que todas as mulheres são portadoras de determinadas características que as aproximam da natureza e as tornariam mais cuidadosas com a manutenção de todas as formas de vida. Esse essencialismo reforçaria o estereótipo dos valores femininos tradicionais,

fazendo com que “as mulheres aceitassem ‘livremente’ o lugar subalterno que lhes foi designado pelo patriarcado e passassem, em vez de denunciar seu caráter injusto, a se orgulhar dele” (SILIPRANDI, 2015a; p. 69). A autora demonstra que seria importante mencionar que, apesar disso, os ecofeminismos permitiram ainda recriar uma mística de sororidade feminina e de valorização de comunidades de mulheres, resgatando a auto-estima coletiva destas.

Verónica García (1999, citada por SILIPRANDI, 2015a) afirma que as mulheres começam a aparecer nas discussões políticas ambientais de três formas, como (1) destruidoras do meio ambiente, culpadas pela explosão demográfica e pelo uso que faziam dos recursos; (2) vítimas dos processos de degradação, suportando as contaminações, desmatamento e os impactos da destruição; e, (3) administradoras privilegiadas dos recursos, dotadas de “habilidades e conhecimentos especiais” que as permitiriam gerir de forma mais adequada projetos de conservação e desenvolvimento.

Segundo Siliprandi (2015a), enquanto para as recomendações de organismos internacionais como a ONU o importante seria enfatizar o papel das mulheres na gestão dos recursos naturais, para as ecofeministas a questão principal seria discutir o modelo de desenvolvimento neoliberal em voga, propondo alternativas que considerassem as reivindicações dos movimentos das mulheres trabalhadoras rurais.

Valdivieso (2009) recorda ainda que as crises ecológicas decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais afetaram principalmente as mulheres pobres dos países marginalizados, fomentando outras razões políticas para os feminismos ecologistas. Segundo a autora, esses feminismos desenvolvem novos projetos éticos e políticos frente à globalização, e sugere ideologias e práticas para enfrentar essa lógica. Sendo o movimento feminista um pensamento e uma proposta política de questionamento ao modo patriarcal de estruturar as relações sociais, reproduzida pela globalização, por isso “*una parte significativa del movimiento de mujeres se há comprometido decididamente em la lucha contra el neoliberalismo y la globalización, generando nuevos espacios y contenidos para los debates y reflexiones feministas*” (VALDIVIESO, 2009, p. 39).

Esse feminismo é também um feminismo decolonial, na medida que propõe uma nova maneira de compreender as relações globais e locais, entendendo o pensamento moderno ocidental, o colonialismo e o capitalismo como partes da mesma hegemonia de poder e de saber (PICHARDO, 2014).

Podemos afirmar que a lógica de uma agroecologia ecofeminista começou a se fortalecer também dentro das próprias conferências, marchas e encontros nacionais de mulheres trabalhadoras rurais, mas também dentro dos próprios encontros de agroecologia no país, como vimos no capítulo 2.3 *Conferências Nacionais que influenciaram a construção das demandas das mulheres trabalhadoras rurais no país*. Ainda que determinados setores da agroecologia mais conservadores e machistas percebam de maneira inadequada os movimentos feministas que participam desses espaços, aos poucos a área feminista vai se fortalecendo e se tornando emblemática também nesses encontros.

Ressalto também que existem poucos estudos sobre pequenos grupos produtivos de mulheres trabalhadoras rurais, agricultoras, pescadoras, extrativistas, entre outras que adotam a agroecologia, sendo necessária uma maior investigação dos mesmos nesse sentido, visibilizando o trabalho realizado por essas mulheres e destacando seu protagonismo na agroecologia brasileira.

\*\*\*

Nesse capítulo busquei destacar a importância do protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais na produção agroecológica nacional, como fomento para a continuidade de políticas que resgatem tais conhecimentos destinadas às mulheres trabalhadoras rurais, trazendo a discussão dos ecofeminismos como feminismos mais alinhados à essas práticas que realizam.

No capítulo a seguir trago resultados que encontrei em campo, ao analisar políticas através de diálogos que estabeleci com mulheres trabalhadoras rurais de grupos produtivos contemplados pelo *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* de 2013. Apresento o *Prêmio* e os grupos produtivos premiados e selecionados, assim como relato meus primeiros contatos com estes coletivos. A seguir, analiso os dois grupos investigados – *Raízes da Terra* em Sobradinho/DF e *Rede de Mulheres do Pajeú* em Afogados da Ingazeira/PE –, trazendo observações que realizei quando os visitei e as falas das trabalhadoras rurais entrevistadas.

## CAPÍTULO IV

### A PESQUISA DE CAMPO: ENTRE GRUPOS PREMIADOS, CONVIVENDO COM AS TRABALHADORAS RURAIS

O *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável* é uma ação governamental que se propôs dar visibilidade ao trabalho das diferentes mulheres trabalhadoras rurais brasileiras, buscando assim promover o empoderamento e autonomia das mesmas. Instituída pela SPM em parceria com o MDA, essa proposta procurou premiar grupos produtivos de mulheres que contribuíram para o desenvolvimento rural sustentável do país, conforme já foi destacado. Para a seleção das candidatas ao *Prêmio* em 2013, foram analisados conjuntos de relatos dos grupos que se candidataram, onde narravam parte de suas experiências, suas memórias e informações de que estariam contribuindo para o desenvolvimento sustentável da localidade onde estavam inseridas.

O *Prêmio* identifica as mulheres rurais como

As trabalhadoras do campo e da floresta, na sua diversidade humana e cultural, (...) mulheres brancas, negras e indígenas, cujo protagonismo se destaca, também, na produção para o autoconsumo: o cultivo das hortas, a criação de pequenos animais, a produção da agroindústria caseira; entre outras. Historicamente, essas mulheres têm garantido a sobrevivência de práticas e conhecimentos tradicionais, como o manejo e preservação das sementes crioulas, entre outras atividades que muito contribui para a segurança e soberania alimentar no país, favorecendo a defesa e conservação da agrobiodiversidade (SPM, 2012, p.2).

Poderiam ser inscritas trajetórias e experiências que se destacaram pela viabilidade econômica, social, cultural e ambiental de grupos de mulheres trabalhadoras rurais que integrassem organizações produtivas ou associações e cooperativas cuja composição apresentasse um mínimo de 70% de mulheres e com a presença das mulheres na sua direção geral. Dentre os inscritos, os 10 grupos que receberam as maiores pontuações auferiram um prêmio de R\$ 20.000,00 cada um. Foram considerados os seguintes critérios: (a) Capacidade de produzir de forma sustentável; (b) Capacidade de gerar renda para as mulheres produtoras; (c)

Contribuição do grupo à economia local e o grau de articulação com o mercado local; (d) Forma de organização interna do grupo e participação nas decisões; e, (e) Formas de relacionar o trabalho que gera renda com o trabalho doméstico não remunerado. No *Quadro 1* abaixo, estão relacionados os 30 grupos selecionados como finalistas do *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável* em 2013.

**Quadro 1: Finalistas do Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável de 2013**

<b>Finalistas do Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável de 2013</b>	
<b>1</b>	<i>Mulheres Filhas da Terra - Pedra Lavrada / PB</i>
<b>2</b>	<i>Associação de Mulheres Resgatando sua História do Povoado Lagoa da Volta – Grupo de Mulheres – Porto da Folha / SE</i>
<b>3</b>	<i>Grupo dos Criadores de Caprinos de Leite da Cacimba Nova – NUTRICAPRI – Poço Verde / SE</i>
<b>4</b>	<i>Associação de Mulheres Trabalhadoras de Coco Babaçu do Baixo Parnaíba Piauiense – AMTCOB – Esperantina / PI</i>
<b>5</b>	<i>Grupo Produtivo de Mulheres de Pedra Miúda – Mata Grande / AL</i>
<b>6</b>	<i>Associação de Mulheres Produtoras de Broas e Outros Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar de Taboquinha e Lagoa do Mato – ASPROBROAS – Feira Grande / AL</i>
<b>7</b>	<i>Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Riacho de Santana – AMMCRS – Riacho de Santana / BA</i>
<b>8</b>	<i>Grupo Mulheres de Fibra – MF – Santa Luz / BA</i>
<b>9</b>	<i>Clube das Mães Palmares de Santa Bárbara – Povoado Quilombo de Catucá – Bacabal / MA</i>
<b>10</b>	<i>Associação da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú – Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú – Flores / PE</i>
<b>11</b>	<i>Mulheres Quilombolas em Ação por Sustentabilidade Social – Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – AQCC – Salgueiro / PE</i>
<b>12</b>	<i>Associação de Comercialização Solidária Xique Xique – Rede Xiquexique – Mossoró / RN</i>
<b>13</b>	<i>Mulheres Organizadas Produzindo Aves e Renda – MOPAR – Novas Russas / CE</i>
<b>14</b>	<i>Grupo de Mulheres Artesãs e Quilombolas do IDANF – Art Quilombolas</i>



	– Campos dos Goytacazes / RJ
15	<i>Grupo de Mulheres Produtoras de Polvilho e Beijú – Mulheres do Beijú – Pedro Canário / ES</i>
16	<i>Cooperativa de Produção de Plantas Medicinais – Coopplantas – Itaberá / SP</i>
17	<i>Associação Comunitária de Moradores da Floresta – ACMFLOR – Grupo de Mulheres Quitadeiras e Doceiras da Floresta – Malacacheta / MG</i>
18	<i>Sabor do Cerrado – Padre Bernardo / GO</i>
19	<i>Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal – ARPEP – Caceres / MT</i>
20	<i>Associação Familiar Pedrosa – ASFAP – Ivinhema / MS</i>
21	<i>Grupo de Mulheres Raízes da Terra – Sobradinho / DF</i>
22	<i>Coletivo MãeTerra – Joia / RS</i>
23	<i>Agroindústria As Camponesas – Padaria das Mulheres do Gramado – Sagrada Família / RS</i>
24	<i>Grupo de Agricultoras (es) Ecologistas Água Viva – GAEAV – Inacio Martins / PR</i>
25	<i>Pitanga Rosa – Chapecó / SC</i>
26	<i>Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio – ASMUBIP – São Miguel do Tocantins / TO</i>
27	<i>Associação de Mulheres Produtoras de Biscoito da Vila Assis Brasil – Docuras do Juruá – Cruzeiro do Sul / AC</i>
28	<i>Associação das Mulheres Indígenas de Porto Cordeirinho – Mematu – AMIPC – Benjamin Constant / AM</i>
29	<i>Grupo de Mulheres em Ação da Ilha das Cinzas – Gurupá / PA</i>
30	<i>Mulheres Indígenas de Comunidade Vista Nova – Projeto KISE – Boa Vista / RR</i>

Fonte: Adaptado de SPM (2014).

A comprovação da renda das produtoras deveria ser realizada por meio de notas e comprovantes de venda, declaração de venda ou outros registros. Os critérios de desempate seriam primeiramente o número de mulheres na composição do grupo e o valor da produção gerado por cada grupo. A cerimônia de premiação ocorreu no dia 08 de março de 2013, em Brasília, onde foram convidados a comparecer à cerimônia os

30 grupos finalistas, momento em que também foram anunciados os 10 grupos vencedores do prêmio principal, que relaciono no *Quadro 2* a seguir.

**Quadro 2: Ganadoras do Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável de 2013**

<b>Ganadoras do Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável de 2013</b>	
<b>1</b>	<i>Grupo Mulheres de Fibra – MF – Santa Luz / BA</i>
<b>2</b>	<i>Clube das Mães Palmares de Santa Bárbara – Povoado Quilombo de Caturucá – Bacabal / MA</i>
<b>3</b>	<i>Associação da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú – Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú – Flores / PE</i>
<b>4</b>	<i>Associação de Comercialização Solidária Xique Xique – Rede Xiquexique – Mossoró / RN</i>
<b>5</b>	<i>Associação Comunitária de Moradores da Floresta – ACMFLOR – Grupo de Mulheres Quitadeiras e Doceiras da Floresta – Malacacheta / MG</i>
<b>6</b>	<i>Sabor do Cerrado – Padre Bernardo / GO</i>
<b>7</b>	<i>Grupo de Mulheres Raízes da Terra – Sobradinho / DF</i>
<b>8</b>	<i>Agroindústria As Camponesas – Padaria das Mulheres do Gramado – Sagrada Família / RS</i>
<b>9</b>	<i>Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio – ASMUBIP – São Miguel do Tocantins / TO</i>
<b>10</b>	<i>Associação das Mulheres Indígenas de Porto Cordeirinho – Mematu - AMIPC – Benjamin Constant / AM</i>

Fonte: Adaptado de SPM (2014).

Como parte do trabalho de campo, busquei focalizar o centro de minha análise em dois grupos de regiões distintas para analisar os efeitos dessa ação governamental de incentivo a organizações de mulheres trabalhadoras rurais em diferentes contextos regionais no Brasil. O primeiro grupo que realizei investigação está localizado na região com menor concentração de unidades de agricultura familiar no país, o Centro-Oeste, no município de Sobradinho no Distrito Federal, *Grupo de Mulheres Raízes da Terra* (localizado no Assentamento Chapadinha). Em seguida, investiguei um grupo na região com maior concentração de unidades de agricultura familiar proporcional, o Nordeste do país, no muni-

cípio de Afogados da Ingazeira, em Pernambuco, a *Associação da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú – Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú*.

Entendo o *Prêmio* em questão como uma ação governamental que possibilitou maior visibilidade à inserção de mulheres ao crédito e aos processos decisórios de suas unidades, como também permitindo o reconhecimento destes grupos que estão sendo beneficiados.

No *Quadro 3* a seguir, categorizo o levantamento da estrutura dos 10 grupos contemplados pelo *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável 2013*, apontando o nome dos grupos, o município onde estão sediados, o tipo de grupo (se são só de mulheres ou integrantes de organizações mistas), a área de atuação (rural ou urbana), a composição (se agricultoras familiares, indígenas, quilombolas, pescadoras, extrativistas e/ou assentadas da reforma agrária), a quantidade de mulheres participantes do grupo, o ano de sua fundação e sua atividade produtiva principal.

Estas informações foram declaradas pelas participantes no momento da inscrição no edital – do qual, segundo dados disponibilizados pela SPM, participaram 570 grupos em todo país; essas informações constam também da publicação da SPM (2014) que procura contribuir para a visibilidade da participação das mulheres rurais na agricultura familiar nacional.

**Quadro 3: Estrutura dos grupos premiados pelo Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável 2013**

<b>Grupos contemplados na edição 2013 do Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável</b>							
<b>Grupo</b>	<b>Localidade</b>	<b>Tipo de grupo</b>	<b>Área de atuação</b>	<b>Composição</b>	<b>Nº mulheres</b>	<b>Ano</b>	<b>Atividade principal</b>
Agroindústria As Camponesas – Padaria das Mulheres do Gramado	Sagrada Família / RS	Só mulheres	Rural e urbano	Agricultoras	6	2003	Padaria e panificação
Associação Comunitária de Moradores da Floresta (ACMFLO)	Malacacheta / MG	Mista	Rural	Agricultoras	41	1999	Polpas, doces de frutas, panificação, hortifrutis, ovos, leite.
Associação de Mulheres Indígenas de Porto Cordeirinho (AMIPC)	Benjamin Constant / AM	Só mulheres	Rural	Indígenas	87	2004	Artesanato e esculturas
Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP)	São Miguel do Tocantins / TO	Só mulheres	Rural	Agricultoras e extrativistas	162	1992	Extração e beneficiamento dos produtos do coco babaçu
Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú	Afogados da Ingazeira / PE	Só mulheres	Rural	Agricultoras e assentadas	300	2005	Artesanato, hortifrutis, ovos, frutas, caprinos e ovinos; polpas, do-

							ces, geléias.
Rede Xique-xique	Mos-soró /RN	Mista	Rural	Agricul-toras, assen-tadas e pesca-doras	260	2004	Artesana-to, hortifru-ti, ovos.
Clube das Mães Palmares de Santa Bárbara	Baca-bal / MA	Só mulhe-res	Rural	Quilom-bolas	24	1995	Hortali-ças
Grupo Mulheres de Fibra (MF)	Santa Luz / BA	Só mulhe-res	Rural	Agricul-toras	30	2004	Artesana-to, panifi-cação, leite e deriva-dos, frut-as, pol-pas.
Grupo de Mulheres Raízes da Terra	Sobra-dinho / DF	Só mulhe-res	Rural	Assen-tadas	23	2008	Hortifru-ti, ovos, mudas de frut-as e de árvo-res nati-vas.
Sabor do Cerrado	Padre Ber-nardo / GO	Mista	Rural e urba-no	Assen-tadas	12	2003	Panifica-ção e con-feitaria

Fonte: Adaptado de SPM (2014).

Buscando me aproximar de como as políticas públicas são percebidas pelas mulheres que tiveram suas experiências destacadas através do *Prêmio*, no subcapítulo a seguir descrevo meus primeiros contatos com mulheres trabalhadoras rurais de alguns desses grupos, através de uma oficina promovida pela SPM, ocorrida em dezembro de 2014 em Brasília/DF voltada para estas.

#### 4.1. Oficinas da SPM e mulheres trabalhadoras rurais que produzem o Brasil sustentável

Meu primeiro contato com as trabalhadoras rurais com quem realizei minha investigação começou efetivamente na Oficina<sup>85</sup> promovidas pela SPM em parceria com o MDA em Brasília, nos dias 02 e 03 de dezembro de 2014, como parte das atividades de análise dos grupos de mulheres selecionados pelo *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável* de 2013.

Passei dois dias com essas mulheres, por vezes cantando roda, pensando juntas e conversando. Passei esses dois dias também me mantendo como observadora, filmando e tirando fotos, recebendo conselhos de vida, dicas de cultivo e receitas. Mulheres em sua maioria com mais de 30 anos de idade e muitas pra lá dos seus 50 anos. Aquelas que percebi mais falantes e participativas procurei abordar no primeiro dia, apresentando-me, explicando o que pretendia com minha pesquisa e perguntando se após a finalização das oficinas poderiam conversar comigo sobre ser mulher trabalhadora rural.

Acabei priorizando no primeiro dia participar com elas nas dinâmicas propostas, registrando fotos e filmando quando possível, conversando com algumas e fazendo amizades com outras. Assim que cheguei participei de uma dinâmica de roda onde todas iam se apresentando dizendo o nome, o lugar de onde vinham e porquê estavam ali. Fui logo interpelada a fazer isso e me apresentei dizendo meu nome e que estava ali fazendo um estudo sobre as mulheres trabalhadoras rurais, e também sobre o efeito das políticas públicas e daquele *Prêmio* para elas. O moderador logo respondeu: "*Viu, gente, como vocês são importantes? Tem gente que tá vindo aqui só pra aprender com vocês!*". Verdade. Estava ali para aprender com cada uma delas.

Durante toda a oficina o moderador sempre procurava demonstrar a importância dos diferentes papéis dessas aproximadamente 60 mulheres, assim como a importância de estarem reunidas ali. Eram todas exclusivamente mulheres, exceto o moderador e outro palestrante. No primeiro momento, a oficina preocupou-se em fazê-las refletir sobre as lições e aprendizados que as mesmas teriam adquirido e que deveriam adquirir enquanto produtoras agrícolas. Elas foram divididas em grupos escolhidos aleatoriamente e preferencialmente entre mulheres proveni-

---

85 A programação da oficina pode ser vista no **Anexo B: Oficina Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável**.

entes de diferentes regiões do país para refletirem sobre isso e irem anotando em pedaços de papel uma palavra sobre essa questão, para em seguida demonstrarem o porquê da escolha daquela palavra. Ao longo das falas, fui percebendo que, entre os grupos ali presentes – totalmente ou em 70% do seu corpo constituídos por mulheres – apenas um existia há menos de cinco anos e apenas dois tinham mais de 15 anos, demonstrando serem grupos de existência já considerável enquanto organizações produtivas.

Em outro momento da oficina as mulheres foram orientadas a pensar novamente sobre questões específicas relacionadas à organização dos grupos, à produção, à comercialização, às políticas públicas, à agroecologia, às relações de gênero e também sobre as articulações e construções de parcerias. Todas que estavam ali eram representantes de grupos de mulheres, mas era possível perceber que havia algumas mais articuladas que outras. Durante essa dinâmica fiquei transitando entre as mulheres dos 30 grupos, participando das reflexões em alguns, registrando fotos ou gravando em outros. Todas estavam bem concentradas e conversaram bastante sobre as temáticas propostas. Começamos e finalizamos a oficina cantando uma das muitas músicas de marcha das mulheres trabalhadoras rurais em coro, repetindo e batendo palmas: "*Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher*". As mulheres trabalhadoras rurais transformaram muita coisa para elas ao longo da história política no país, as que participavam da oficina sabem disso e somente através de uma maior articulação entre as mesmas poderão alinhar suas mais variadas demandas.

Transcrevo a seguir alguns dos principais apontamentos que elas colocaram a partir da diversidade de olhares que traziam. Irei nomear as trabalhadoras rurais com quem conversei com nomes de flores e plantas nativas seguindo os biomas de suas origens, homenageando assim *Margarida Alves* e seu projeto político enquanto viva. Ao recuperar também a vegetação nativa em minha poética enquanto pesquisadora, tento também resgatar a valorização de conhecimentos e saberes locais, traduzidos de certa maneira pela própria valorização da vegetação nativa, que é também o que propõe a agroecologia.

Ao decidir entrevistar as trabalhadoras ali presentes, montei um roteiro, segundo o qual iria buscando identificá-las e me aproximando delas. A idéia era que fazendo esse contato prévio, além da participação na oficina em si, no momento em que decidisse entrar em contato para poder visitá-las em suas unidades, elas também soubessem quem eu era – ou ao menos, lembrassem um pouco de mim. No meu roteiro, procura-

va identificar nas entrevistas as seguintes questões: (1) Nome das mulheres entrevistadas; (2) Origem (Município/Estado); (3) Grupo – tempo do grupo, o quê produziam, onde estavam localizados; (4) O que era para elas ser mulher em sua localidade; (5) Como se sentiam enquanto premiadas e com a divulgação de suas histórias em um livro lançado pelo Governo Federal; (6) Quais políticas públicas foram mais incorporadas no grupo – quais políticas elas percebiam serem mais amparadoras.

Ser agricultora é motivo de orgulho para muitas dessas mulheres. *Jurubeba*<sup>86</sup>, agricultora de Chapecó (SC) do grupo *Pitanga Rosa* e participante do MMC, explica a condição de ser mulher agricultora através de um viés do próprio feminismo essencialista que propõe o ecofeminismo, vinculando a relação que estabelece com seus cultivos à conexão com a natureza e com o meio ambiente. Como a agricultora explica a seguir:

*Ser mulher agricultora é viver a vida, é viver bem. É o melhor trabalho pra você não se sentir triste, é o melhor trabalho pra você dar valor é você cuidar da Mãe Terra, é você produzir uma alimentação saudável, é você poder ver o que você consegue fazer. (...) A gente enxerga mais longe. Assim, a gente cria dentro da gente uma sensibilidade de sentir a dor dos outros, sabe? Então eu não vejo em nenhum outro trabalho que a gente fique assim, de poder entender tanto a Mãe Terra, a planta, o pomar. Tipo quando eu vejo um pé de fruta produzindo mais prum lado e menos pro outro, eu sei que ele tá em desespero. Eu já vou lá falar com ele o quê que ele precisa porque ninguém quer morrer, querida, todo mundo quer viver, toda planta quer viver. Então quando ela tá desesperada ela pede ajuda. Então mulher agricultora é aquela que observa e que vê quando os outros precisam de ajuda. Isso é bom.*

---

86 Jurubeba é o nome popular da *Solanum paniculatum*, planta medicinal que aparece do Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul (FALKENBERG, 2011).



Para *Eugenia*<sup>87</sup>, agricultora de Santa Maria (RS), do *Coletivo Mãe Terra*, ser mulher no interior é mais difícil por estar distante das possibilidades que uma cidade coloca. De fato, o acesso para as mulheres trabalhadoras rurais às mais variadas políticas é deveras complicado pela distância que estão dos centros urbanos, onde geralmente circulam maiores informações e oportunidades. A distância dificulta tudo, ainda mais num país com sistemas de transporte urbano rural precário, como percebemos a seguir:

*Ah, mulher no interior ela tem bem mais dificuldade, né, de acesso, desde a questão que... que nem nós que moremos numa região longe da cidade – então tudo se torna mais difícil pra nós.*

Sobre a questão dos saberes e conhecimentos que essas mulheres detêm, a oficina procurou fazê-las refletir como são possuidoras de saberes específicos, o que pude relacionar com os chamados *saberes localizados* que propõe Haraway (1995) e os *saberes dominados* de Foucault (1995). Logo no início da oficina, o moderador narrou um conto de cordel<sup>88</sup> nesse sentido, onde um professor recém-chegado ao interior do Nordeste conversava com uma mulher trabalhadora rural que estava descansando no quintal de sua casa. Todas ouviam atentas. É interessante observar que no início do conto essa mulher se apresentou como sendo uma pessoa sem muita importância que não tinha nenhuma atividade pela qual seria responsável, fato que se mostra equivocado no decorrer da própria narrativa. O professor do conto questionava sobre a direção do Rio São Francisco, dizendo que apesar de ser um homem dos livros, não conhecia sobre os saberes locais. Logo a mulher se prontifica a levá-lo até o Rio, local um pouco distante de onde estavam, e durante a caminhada ela pôde ensinar-lhe muitas coisas:

*Na caminhada do Rio muita coisa ao professor tive de lhe ensinar – coisa que ele nunca viu e nem ouviu falar! Pra saber daquilo tudo tinha que naquela terra pisar. "Mas que coisa engraçada..." -*

---

87 *Eugenia uniflora* é o nome científico da Pitangueira, árvore de frutos doces e perfumados, encontrada de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul (LORENZI, 1992; p. 261).

88 Tipo de literatura do Nordeste, em que se preza trovas rítmicas das rimas e busca privilegiar o modo coloquial da fala. Nota da autora.

*fiquei comigo a pensar, "como que um professor e eu, uma mulher pobre que mal sei falar, ensinei mais pra ele do que ele podia imaginar".*

*Allamanda*<sup>89</sup>, uma agricultora que não mencionou o lugar de onde vinha, ponderou que o saber que as pessoas do campo possuem são ricos e específicos, como percebemos no seguinte trecho de sua fala:

*Pra mim, o que... a vida ensina pra mim e a gente ensina pra vida, né? (...) A gente pode imaginar às vezes que nós, os pequenos, os pequenos agricultores moramos lá no interior, sabemos menos do que alguém aí com ensino superior. E aí a gente percebeu, né, que não! Ele sabe o saber dele e nós sabemos o nosso.*

A oficina seguiu na proposta de ir adiante no intuito de focar os saberes dessas mulheres, alinhando-se à perspectiva feminista de valorização dos *saberes localizados* (HARAWAY, 1991), recuperando outras histórias, buscando assim revelar *saberes entendidos como dominados* (FOUCAULT, 1995) e valorizar os saberes que tornam os sujeitos protagonistas do conhecimento. Aquelas mulheres estavam ali me ensinando várias lições. Comecei a entender que o processo de aprendizagem com elas se iniciava. Uma outra trabalhadora rural, *Imbirema*<sup>90</sup>, refletiu sobre como o saber empodera as pessoas e como o reconhecimento de tal saber é importante. Fica claro que a revalorização da profissão de trabalhadoras rurais teve um sentido positivo na subjetificação que acabam construindo de si:

*Essa mulher na história. Quando ele perguntou "quem é você?", ela não se identificou, ela não se apresentou. Pra ela, ela não existia – era uma simples, uma coitada mulher. Mas não! Ela come-*

---

89 *Allamanda cathartica*, originária do Brasil, é também conhecida como De-dal-de-dama, produz flores grandes amarelas e necessita de sol pleno. Encontra-da no litoral do Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil (LORENZI e MELLO FILHO, 2001; p. 58).

90 *Imbirema* é o nome popular de *Couratari asterotricha*, típica do sul da Bahia e do norte do Espírito Santo e Minas Gerais. Espécie de planta lenhosa ameaçada de extinção por perda de habitat, encontrada apenas no Brasil (LORENZI, 1992; p. 136).

*çou a existir – eu sou eu, eu faço isso, eu pertença a tal grupo, eu faço tal atividade, começou a se identificar como pessoa e como si. Naquele momento que ele perguntou ela achava que não era nada. E bem no fim ela se revelou e se tornou vencedora.*

São mulheres dotadas de muito conhecimento que iniciam essa auto-afirmação e valorização de si mesmas. Outra observação partiu de uma das mulheres do *Grupo de Agricultoras/es Ecologistas Água Viva do Paraná, Acácia*<sup>91</sup>, que citou Paulo Freire ao mencionar que o saber pode estar em diferentes locais e que a todas as pessoas é possível acessar algum saber específico:

*Eu acho que isso nos faz refletir aquilo que Paulo Freire coloca, né, que não há saber mais nem saber menos, há saberes diferentes. Então ninguém sabe nada e ninguém sabe tudo. Juntos – cada um sabendo um pouco então, sabe muito.*

*Acácia* traduz o entendimento de Foucault (1995) sobre os *saberes dominados* – saberes não qualificados, e mesmo desqualificados – entendidos como os saberes das pessoas, saberes particulares, regionais, locais e que não podem ser confundidos como saberes comuns; assim como *Marimari*<sup>92</sup> – outra trabalhadora rural que não mencionou seu local de origem – que apontou que todas as pessoas são dotadas de diferentes saberes, e que as trabalhadoras rurais são dotadas de saberes do campo, saberes esses que devem ser escutados por aqueles/as que procuram entender as especificidades desse universo:

*Eu observei na história que além de tudo, observei que ali houve também uma troca de experiência, que é o que acontece com nós aqui, né? Cada uma tem sua realidade, mas todo mundo tem seu conhecimento, sua realidade, e é isso que fortalece*

---

91 *Acacia polyphylla* é o nome científico do Marica (ou Monjoleiro), nativa do Amazonas até o Paraná e particularmente frequente no Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. Ornamental quando florida, sendo empregada na arborização rural (LORENZI, 1992; p. 169).

92 *Cassia-Rosa* ou *Marimari* (*Cassia grandis*) é uma árvore oriunda da Amazônia bastante utilizada na arborização urbana (LORENZI, 1992; p. 150).

*ce. O conhecimento que aquela mulher passou pra ele. Porque ele podia saber na escrita, mas não sabia na prática. Eu fico observando assim, e quem sabe na prática somos quem? Somos nós. Quem vive na realidade, quem tá no campo somos nós. Nós que conhecemos a realidade, para que você conheça é preciso que você vá atrás do conhecimento do que você tá querendo saber.*

Para *Ocatea*<sup>93</sup>, colona do grupo *Pitanga Rosa* de Santa Catarina, os saberes que as mulheres trabalhadoras rurais detêm as fortalecem e empoderam a luta por mais direitos, demonstrando que nem sempre as equipes técnicas de extensionistas que atendem no universo rural incorporam tais conhecimentos e quão importante seria se assim o fizessem:

*Diante dessa história a gente conseguiu se recordar de toda nossa luta. Na história dela – o conhecimento que ela tinha da mata, com a natureza, com o rio, e é um pouco isso que a gente vivencia, né? Esse vínculo com a agroecologia, esse vínculo com a vida, esse vínculo com a alimentação saudável, essa responsabilidade que tá em nós, mulheres, e isso me recordou quanta bagagem a gente tem no dia-a-dia e que tem que trazer presente isso que às vezes não está nos nossos técnicos lá, mas que muitas vezes nós mesmos conseguimos visualizar várias alternativas que eles não conseguem ver e que não tá no banco escolar! No nosso dia-a-dia lá. Que tá na mata, na sabedoria, tá na agroecologia. Então isso me recordou bastante quanta coisa legal pra gente socializar nessas experiências de troca que a gente tem vivenciado no nosso ambiente.*

---

93 *Ocatea catharinensis*. é o nome científico da Canela-preta, ameaçada de extinção e encontrada de São Paulo até o Rio Grande do Sul. Foi severamente explorada pela construção civil em Santa Catarina na primeira metade do século XX (LORENZI, 1992; p. 125).

Falando da própria história, *Joannesia*<sup>94</sup>, agricultora do *Grupo de Mulheres Artesãs Quilombolas do Rio de Janeiro*, refletiu sobre a importância de se incorporar os *saberes dominados* na construção de políticas para as mulheres trabalhadoras rurais, destacando a transmissão oral de determinados conhecimentos pela comunidade como tema ainda não valorizado pelas/os técnicas/os especialistas que realizam assessoria no campo. As diferenças também devem ser respeitadas ao incorporar as distintas demandas das variadas mulheres rurais que compõem o Brasil:

*O que a história vem dizendo é que nós somos precursoras dessa história, nós temos uma ligação muito séria... eu sou quilombola e nós temos uma ligação muito séria com a terra e com as mãos. E a questão da terra e as mãos que a gente tem é uma ligação muito séria e é muita história que não está nos livros, porque só a gente que pode contar – sem saber ler, sem saber escrever, mas só a gente que sabe contar essa história. Então quando vêm – a gente já passou por isso lá na nossa comunidade – que vem a assessoria técnica, que vem com outra linguagem pra poder explicar, ele vem baseado na nossa história que não tá escrita. E isso vai gerar o conflito! Não o conflito que a gente vai poder discutir com ele, mas um conflito de troca que às vezes não tem uma prosa – não quer dizer que a gente não queira uma assessoria técnica, mas uma assessoria técnica que nos entenda em nossa história, que sabe da nossa história, sabe como a gente vive, a história sem saber ler, sem saber escrever, mas uma história que tá vivenciada e que ele precisa também dessa história pra ele poder fazer toda política pública existir.*

No decorrer da oficina foram questionados quais saberes foram sendo adquiridos por elas desde que iniciaram a formação de grupos agrícolas de mulheres. Ainda em grupos misturados entre si, fizeram reflexões e depois compartilharam para o conjunto. Dentre os primeiros aprendizados apontados mencionou-se a questão do atravessador atropa-

---

94 *Joannesia princeps*, ou Anda Açu, é uma árvore de médio porte que habita terrenos arenosos, não longe do mar, nos arredores do Rio de Janeiro. (LORENZI, 1992; p.105)

lhando a distribuição do que é produzido. Com um discurso de gestoras e produtoras agrícolas, a primeira reclamação já vinha de encontro justamente com um problema gerencial genuíno: como maximizar os rendimentos através de uma melhoria na logística de distribuição. Falaram ainda do problema que todos os grupos teriam quanto à dificuldade de acesso à comercialização e distribuição de produtos, demonstrando a importância e a necessidade de criação de mais políticas públicas que atendessem a esse escoamento da produção em si, garantindo uma demanda contínua às mesmas.

Escuto isso e já vou percebendo elementos que indicam uma comunidade de mulheres trabalhadoras rurais mais politizadas e familiarizadas com decisões agrícolas estratégicas. Eu ainda não sabia quem eram essas mulheres – nem quem eram os grupos que estão ali. Seriam elas o exemplo típico das mulheres trabalhadoras rurais brasileiras atuais: mais dinamizadas, participativas, gerenciais e politizadas? Praticamente todos os grupos dessa dinâmica levantaram a questão do escoamento da produção como um relevante aspecto de aprendizado a ser incorporado em seus grupos locais, mencionando também a importância de políticas públicas para facilitar o acesso à comercialização, revelando a importância de políticas como o PNAE e do PAA, pois praticamente todos os grupos participavam desses programas governamentais.

Refletindo ainda sobre o alcance dos seus saberes, a oficina procurou fazê-las refletirem sobre como o aprendizado e o conhecimento que as agricultoras detinham se relacionaria com a própria organização e a luta dos grupos ali presentes. Para *Albizia*<sup>95</sup>, agricultora que não mencionou seu local de origem, a falta de reconhecimento inibe a participação de muitas mulheres trabalhadoras rurais e só através de sua reconhecida se torna possível seu empoderamento:

*Quantas vezes a gente não luta com nossas companheiras mesmo que não sabe ler, não sabe escrever alguma coisa – elas fica resistindo de não participar com medo de não saber falar, de não saber informar as coisas. (...) Nós, trabalhadoras rurais somos formadas na história da nossa vida. E essa história de nossa vida é que leva todas nós pra algum lugar. E por isso não precisamos ter*

---

95 *Albizia polycephala* é o nome científico do Angico-branco, árvore nativa de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, muito utilizada na arborização urbana (LORENZI, 1992; p. 170).

*medo, nem precisamos dizer que não sabemos de nada, porque nós sabemos de muita coisa.*

*Talisia*<sup>96</sup>, agricultora e pescadora da Associação de Comercialização Solidária Xique-Xique – Rede Xique-Xique do Rio Grande do Norte, acredita que o reconhecimento dos saberes das mulheres trabalhadoras rurais possibilita que sigam lutando:

*Eu acho que essa história fala pra gente não desistir. Eu acho que é isso que a gente tem que fazer com as nossas companheiras – não desistir! Fazer o que o professor fez: incentivar, incentivar até elas perder o medo, até elas vir e lutarem com a gente.*

*Mauritia*<sup>97</sup>, agricultora e extrativista quebradora-de-côco do grupo *Mulheres Filhas da Terra* da Paraíba, demonstra que o saber que já detinham e o conhecimento que foram adquirindo ao longo do tempo lhes permitiu sair da invisibilidade e lutar pelas próprias demandas e por mais direitos, ocupando diferentes lugares em que ainda não circulavam:

*Acho que pra realidade dos nossos grupos eu acho que tem a ver que até um tempo atrás nós éramos mulheres escondidas, mulheres escondidas diante de uma realidade que não era nossa. E essa história tem a ver que nós passamos a lutar por nossos ideais, nós passamos a ocupar os nossos espaços e nós estamos mostrando que têm, que a gente têm muito mais saber do que a gente tinha imaginado. Tinha todo um potencial que até então, a gente não era vista com mulheres guerreiras e batalhadoras que poderia mudar a reali-*

---

96 *Talisia esculenta* é o nome científico do Olho-de-boi (ou Pitambeira), encontrada no Amazonas, Pará e do Maranhão até o Rio de Janeiro. Seu fruto é rico em vitamina C e pode ser consumido in natura ou na fabricação de lico-res ou polpa (LORENZI, 1992; p. 322).

97 *Mauritia flexuosa* é o nome científico do Buriti, árvores na qual as flores fornecem um líquido adocicado e a polpa do fruto fornece óleo comestível. Encontrada no Pará, Maranhão, de Piauí até São Paulo, e no Mato Grosso do Sul, em brejos de várias formações vegetais (LORENZI, 1992; p. 281).

*dade de onde a gente mora, mudar a realidade...  
não éramos vistas como pessoas!*

A oficina tinha como uma de suas propostas avaliar os avanços, as conquistas, as dificuldades e desafios que as mulheres trabalhadoras rurais identificaram enquanto produtoras rurais. Para cada uma das questões, as idéias foram agrupadas seguindo a idéia geral. Descrevo a seguir as anotações realizadas pelas trabalhadoras rurais no que se refere aos avanços, às dificuldades e aos desafios percebidos; sendo que ao irem expondo as palavras anotadas faziam uma breve explicação sobre o que haviam anotado. No *Quadro 4* a seguir, destaco alguns dos avanços relatados pelas mulheres trabalhadoras rurais participantes da *Oficina Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* da edição de 2013 da SPM.



**Quadro 4: Avanços relatados pelas mulheres trabalhadoras rurais participantes da *Oficina Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* da SPM**

Avanços	
Avanços relatados	Questões específicas
Agroecologia	Agroecologia; qualidade de vida com alimentação saudável; fortalecimento no desenvolvimento sustentável; respeito ao meio ambiente.
Autonomia das mulheres	Autonomia; conquistas sociais das mulheres: acesso à crédito, acesso à terra.
Fortalecimento da organização dos grupos	Fortalecimento da auto-organização das mulheres; organização e melhoria dos grupos, ampliação dos grupos; fortalecimento dos grupos com formação e capacitação; união, dedicação e persistência; poder de convencimento/ crédito tributário; capacidade de persistir diante das dificuldades; sentimento de igualdade entre os grupos.
Geração de renda	Melhoria da renda; geração de renda e melhor qualidade de vida.
Melhoria da infraestrutura e maior adequação das leis	Adequação das leis; melhoria da infraestrutura.
Melhoria da produção e comercialização	Aumento da comercialização dos produtos; agregação de valor, produção agroecológica.
Questões de gênero	As mulheres conquistando respeito, espaço, diante da família, comunidade e sociedade em geral; reconhecimento da importância econômica e social; mulheres mostrando que não são o sexo frágil e sim o mais forte, pois “ <i>além de dar conta dentro também dá conta de fora de casa</i> ”; a participação e o envolvimento das mulheres, maior acesso à informações pelas mulheres; companheirismo dos homens; divisões das tarefas domésticas; apoio nas decisões.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

As trabalhadoras destacaram alguns avanços, como o reconhecimento do trabalho que executam enquanto grupo de mulheres trabalhadoras rurais sendo levado a sério pelos homens de suas comunidades, no

entanto, ainda se fazem ausentes diversas políticas públicas como alguns dos desafios a serem superados conforme *Murici*<sup>98</sup>, agricultora da *Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio de Tocantins*, colocou:

*A gente tá vendo que depois do grupo de mulheres a gente tá trabalhando, a gente tá dando exemplo pros homens. Na nossa comunidade mesmo o que tá acontecendo – as mulheres lá com suas bandejinhas conseguindo algumas coisinhas levando pra feira, era críticas e críticas dos homens que queria vender de tonelada, queria vender só no atacado, que aquilo era uma besteira, que aquilo não serve pra nada. Hoje os homens tá procurando as mulheres e ingressando nos grupos começando a comercialização. (...) Hoje, na realidade, já tá voltada, vendo que a gente já tá conseguindo, independente de Governo ou não a gente tem que ter nosso espaço. É muito bom os programas de Governo, a gente aplaude, mas a gente não pode depender... igual tá faltando uma DAP tal, tá fechado, sai Governo e entra Governo e a gente fica: e agora, como que a gente fica? Nós criamos a nossa independência e os homens tão criando com a gente.*

São avanços percebidos e reconhecidos pelas comunidades das quais participam. Outro avanço colocado foi a incorporação da agroecologia, tema que as mulheres pareciam se reconhecer nesse discurso, sabendo demonstrar a importância do seu significativo papel social para o Desenvolvimento Territorial Sustentável, mencionando inclusive alguns editais favoráveis a essa prática, como o do *PLANAPO*, do *PRONAF Agroecologia* e *ATER* acessível.

No *Quadro 5* a seguir, alguns dos desafios ainda a serem superados apontados pelas trabalhadoras rurais na oficina.

---

98 *Murici* é o nome popular de *Byrsonina basiloba*, planta nativa do Norte e Nordeste brasileiro, encontrada principalmente no Cerrado do Brasil Central; é freqüente nas regiões de terrenos úmidos, próximos a rios e lagoas. Têm um fruto carnoso de sabor forte, agridoce e oleoso. (LORENZI, 1992; p.232)

**Quadro 5: Desafios apontados pelas mulheres trabalhadoras rurais participantes da *Oficina Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* da SPM**

<b>Desafios</b>	
<b>Desafios percebidos</b>	<b>Questões relacionadas</b>
Acesso a mercados	Acesso a mercados favorecido pelo selo de inspeção; selo de inspeção; certificação da produção orgânica para produtos agroecológicos; ampliação da comercialização e venda dos produtos.
Agroecologia	Editais favoráveis a grupos produtivos sustentáveis, possibilitando o acesso aos recursos (Chamadas Públicas direcionadas, com assessoria técnica); fazer valer o PLANAPO; assessoria e formação técnica voltada para a agroecologia.
Assistência técnica	ATER para mulheres que fortaleça a auto-organização; assessoria técnica permanente de acordo com cada região. assessoria e formação técnica voltada para a agroecologia.
Autonomia financeira	Ter autonomia financeira para organização; buscar recursos para as organizações.
Capacitação e formação de novas lideranças	Capacitação e formação de novas lideranças; formação e capacitação.
Gestão	Gestão administrativa dos empreendimentos.
Logística	Legislação, estrutura e transporte; transporte; transporte adequado para cada tipo de produção.
Organização dos grupos	Existem várias formas de organização de grupos e variedades de atividades: problemas iguais, necessidades idênticas.
Parcerias	Formação de parcerias; parcerias e apoios de grupos e incentivos para aumentar e melhorar a produção.
Participação das mulheres	Fortalecer a participação das mulheres nos espaços representativos; sucessão familiar; superar a desigualdade de gênero.
Políticas Públicas	Políticas públicas para a superação das dificuldades e desafios dos grupos produtivos; pouco acesso ao PAA e

	PNAE.
Produção	Reestruturação do sistema produtivo; reestruturação dos sistemas produtivos em função dos três últimos anos de seca brava no Nordeste; produção diversificada garante a sustentabilidade familiar; produção para o auto-consumo e renda familiar agregando valor; melhorar a qualidade; ter mercado garantido; desenvolver uma cadeia de valor retirando o atravessador; a DAP não devia ser por família e sim por pessoa; o valor do recurso por DAP.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Dentre os desafios apontados, me chamou a atenção a questão discutida por elas no que se refere ao fortalecimento da participação das mulheres nos espaços representativos e a sugestão de ampliação de políticas elaboradas pela SPM. Sobre tais questões, *Theobroma*<sup>99</sup>, agricultora da *Rede de Mulheres do Pajeú* de Pernambuco, acredita que ainda que tenham conseguido alcançar diferentes políticas públicas a partir da própria organização e lutas das mulheres trabalhadoras rurais, as especificidades da diversidade que compõem as mulheres rurais brasileiras ainda não são reconhecidas e valorizadas. A agricultora mencionou ainda o desafio da continuidade das políticas específicas, como podemos perceber no seu relato a seguir:

*Participar a gente participa – a gente participa das conferências, a gente frequenta outros espaços de participação. Só que participar não quer dizer que a gente consegue incidir (nas políticas). Quero dizer, a gente participou, a gente apontou, colocou como desafio, lutou as lutas, as políticas públicas concederam – a assistência técnica para as mulheres e outras políticas, mas ainda não é fácil. O desafio é este: incidir para que as políticas existentes se ajustem a essa pluralidade e a essas especificidades das mulheres. (...) Eu acho que é possível a gente trabalhar dessa perspectiva porque é assim: eu acho que a SPM, eu acho que isso tudo traz um desafio – pensando pela SPM. A gente vem ao longo dos últimos 12 anos*

---

99 *Theobroma cacao* é o nome científico do Cacaueiro, nativa no Norte e Nordeste do Brasil; conhecida como “a árvore do chocolate”, têm frutos comestíveis tanto in natura como industrializados (LORENZI, 1992; p. 331).

*tendo muito espaço, a gente vem sendo escutadas, vem sendo ouvidas, muitas coisas se concretizam. (...) Mas não é só com a resistência e a luta – acho que isso a gente conseguiu essas conquistas todas por causa disso. Mas chega um momento que é necessário outra ação, outro tipo de apoio pra que isso aqui seja superado. A gente não tem dinheiro pra contratar, né, um serviço, uma consultoria, que vá pra essa questão da legalização e da certificação... Nós não vamos conseguir superar isso se a gente não tiver esse tipo de investimento, né, a questão da infra-estrutura, de capacitação de lideranças é feita a partir dos locais, dos movimentos locais.*

Um dos desafios apontados se refere ao acesso ao crédito para os grupos de mulheres trabalhadoras rurais, seja porque a maneira como são elaborados os instrumentos não as percebem como sujeitos individuais (e sim como membros de uma família) ou porque as instituições bancárias ainda valorizam os homens como responsáveis pelas finanças e decisões dos grupos familiares que constituem.

*Joannesia*, quilombola, menciona a dificuldade de acesso às políticas públicas como um dos desafios que precisa ser superado. As políticas brasileiras devem olhar para as especificidades que permeiam a vida das mulheres agricultoras, incorporando seus saberes e revalorizando suas histórias na elaboração das mesmas:

*Um dos principais desafios é superar as dificuldades que têm dentro da política pública. (...) Hoje o que eu vejo é uma política pública totalmente ingrata – eu sou totalmente crítica, eu acho ela ingrata porque tem grupos produtivos... nós somos um grupo que tem uma vida – isso aqui é uma história, é uma vida que ninguém vai tirar da gente; mas é uma vida hoje que nós estamos perdendo que essas dificuldades que estamos apontando não existam mais, que essas conquistas fiquem aqui, fiquem em todos os espaços de discussão. E essa política pública ela tem que montar estratégias pra tirar essas dificuldades e não ser montada novas idéias, novas propostas dizendo que aqui somos semelhantes em algumas coisas mas temos histórias diferentes, mas nós somos seme-*

*lhantes numa luta, numa luta que tá retratada numa história – numa história de vida, numa história de terra, numa história de morte. Então, isso daí nada tira da gente. A gente tava falando sobre isso... Falar sobre os desafios e todas dificuldades de cada grupo, mas é a nossa história que está sendo discutida aqui. Temos que transformar todas dificuldades e todos desafios em conquistas para que de 30 grupos que tá aqui (na oficina), futuramente venham 100, 200, e fortaleça todos os grupos.*

Para serem mais efetivas e eficazes, as políticas públicas devem escutar as demandas das mulheres trabalhadoras rurais brasileiras nos diferentes contextos, considerando as diversidades de territórios, étnicas, culturais, geracionais, entre outras. Concordando com Creenshaw (2002) e Castilho (2014), deve-se atentar para as diferentes vulnerabilidades a que estão expostas as mulheres mais marginalizadas. Somente quando as diferenças e as particularidades específicas dessas mulheres forem consideradas na construção de estratégias governamentais, as trabalhadoras rurais poderão se tornar agentes do próprio desenvolvimento. No *Quadro 6* a seguir demonstro as principais dificuldades apontadas pelas mulheres participantes da oficina no que se refere às políticas públicas destinadas à elas.

**Quadro 6: Dificuldades apontadas pelas mulheres trabalhadoras rurais participantes da *Oficina Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* da SPM**

<b>Dificuldades</b>	
<b>Dificuldades relatadas</b>	<b>Questões relacionadas</b>
Adequação à legislação sanitária	Conseguir o selo de certificação; legislação para a agricultura familiar; dificuldades de ampliar acessos de mercado; acesso às políticas públicas (CONAB, PAA, PNAE).
Assistência técnica inadequada	Assistência técnica inadequada e diferenciada das especificidades.
Burocracia	Muita burocracia para acesso ao crédito.
Dificuldade de acesso ao crédito e ao capital de giro	Capital de giro; acesso ao crédito; crédito.
Fragilidade logística para a comercialização	Falta de acesso; comercialização; transporte: dificuldade, má condição das estradas.
Impactos ambientais	Agrotóxicos, desmatamentos e queimadas; questão ambiental, falta de água, desmatamento, monocultura.
Infra-estrutura ineficiente	Infra-estrutura física ineficiente (produtiva e administrativa); estrutura física para produção.
Políticas Públicas Insuficientes	Políticas públicas que chegam para as mulheres (muita dificuldade); dificuldade de acesso às políticas; a DAP não devia ser por família e sim por pessoa; o valor do recurso por DAP é insuficiente para uma família; as políticas públicas não chegam na ponta, ela pode ser boa, mas não chega a quem necessita por falta de informação, de políticos (vereadores, prefeitos, etc), e às vezes até por questão partidária e interesses próprios; a pouca informação a respeito da política pública; políticas públicas insuficientes para ajudar os grupos de mulheres.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Uma das dificuldades e desafios apontados estariam relacionados com a questão dos atravessadores. Reclamando sobre esses, mencionaram a *Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)* como impositora de um preço aquém do que consideram justo pela sua produção, de-

clarando que "*há certa exploração dos órgãos para desvalorizar (os produtos)*". Falaram ainda da importância em haver uma maior união entre os grupos ali presentes, assim como da união das mulheres trabalhadoras rurais em geral, por estas demandarem necessidades similares entre si.

As políticas públicas são citadas veementemente como possíveis saídas para resolver a questão do problema de escoamento da produção, assim como do acesso ao *PRONAF*. A exigência de suas demandas circunda as questões relacionadas à obtenção da *DAP*, que garante que essas unidades estariam aptas a realizar operações de crédito rural. Questionamentos tais "*como segurar um filho em casa com cinco mil e quinhentos reais anuais?*", ou reclamações considerando essa política muito bem criada, mas que na prática não ocorreria de tal maneira, considerando a "*DAP jurídica...só no papel, pura burocracia, não conhece entidade que tenha*", sendo por vezes mencionada como acessada apenas pelos homens – o que de certa forma dificulta a gestão só de mulheres nessas unidades, como afirma uma das agricultoras ao dizer que "*esse negócio de só o marido receber o DAP é uma vergonha, é uma miséria!*".

O acesso às políticas públicas foi também colocado por essas mulheres, acesso dificultado tanto pelos editais como pela falta de controle com que o recurso das mesmas é gerido pelas esferas municipais. As mulheres reconhecem que tais políticas, ao serem acessadas e contempladas pelas mesmas, podem facilitar a autonomia econômica, como também podem permitir maior empoderamento das mulheres envolvidas. O próprio *PAA* é colocado em questão nesse sentido. Pensando sobre tais dificuldades, *Mauritia*, extrativista da Paraíba, questionou o seguinte:

*A gente tá fazendo uma reflexão mais ou menos nessa questão do acesso das mulheres às políticas públicas, principalmente levando em consideração a questão dos editais, né? Então eu gostaria de fazer uma pergunta assim: como é que vocês pensam em fortalecer a autonomia econômica das mulheres através das políticas públicas? Porque realmente é uma luta incessante do movimento de mulheres – a autonomia econômica – porque com certeza esse é um elemento que dá as condições para as mulheres inclusive ter maior participação social, terem possibilidade de estudar, né. Então*



*eu queria saber como é que vocês pensam através das políticas públicas que esse acesso seja garantido para que as mulheres fortaleçam sua autonomia?*

A dificuldade em se acessar o PAA é também destacada pela indígena da etnia *Ticuna*, *Maximiliana*<sup>100</sup>, da *Associação das Mulheres Indígenas de Porto Cordeirinho da Amazônia*, que questionou ainda se tal programa também seria direcionado para as populações indígenas brasileiras, visto que ser contemplado pelo mesmo ainda se revelava como uma dificuldade a ser superada. As interseccionalidades nem sempre são consideradas pelas políticas, como destaca a seguir:

*Se discute a questão do PAA na aldeia indígena porque lá já funciona, né? Eu também sou professora, sou formada em geografia e conhecedora da realidade das nossas comunidades tradicionais indígenas, da população indígena Tikuna que vive a dificuldade dessas questões no caso de acessar o crédito, né, e também da importância da nossa população – porque a maior população indígena do Brasil é o povo Tikuna. Esses programas que são expostos, que são criados pelo Governo não atinge nossas populações indígenas. Eu queria saber até que ponto os indígenas têm esse direito, se têm esse direito.*

As trabalhadoras rurais reconhecem a importância do PAA, mas demonstram que falta muito ainda para essa política ser efetiva em suas localidades. Os preços de venda impostos pelo programa desestimulam quando comparados ao preço que conseguem comercializar por fora, como *Aloysia*<sup>101</sup>, agricultora do *Grupo de Mulheres Produtoras de Polvilho e Beiju – Mulheres do Beiju* do Espírito Santo, esclarece:

---

100 *Maximiliana maripa* é o nome científico do Inajá, encontrada no Maranhão, Pará, Mato Grosso, Amazônia, Rondônia e Acre, na floresta equatorial; têm frutos comestíveis e suas castanhas contêm óleo (LORENZI, 1992; p. 282).

101 *Aloysia virgata* é o nome científico da Lixa, planta de flores melíferas cujas folhas são utilizadas para lixar madeira. Encontrada principalmente na Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná (LORENZI, 1992; p.342).

*A questão do PAA que foi colocada, que este programa é um dos programas de mais importância criada nos últimos tempos, né, pelo Governo. Eu particularmente também acho que é um programa muito bom realmente, mas que ele precisa ser, é... melhorado, precisa ser cristalizado, precisa dar maior importância. Por quê? Porque os preços são muito injustos. (...) Um exemplo – nós somos produtoras de beiju. A gente vende o beiju na feira de Pedro Canário (ES), e olha que Pedro Canário não é uma cidade turística, não é uma cidade de prefeitura.. é uma cidade que as pessoas são mais ou menos assim, né, vivem do campo e do trabalho assim da cidade. Então, a gente vende na feira de Pedro Canário R\$ 4,00 o pacote de beiju que não chega a 300 gramas. Não chega a 300 gramas! No PAA da proposta, R\$ 2,60 o Kilo! Isso existe? Isso não existe!*

Aloysia alerta ainda para a posição clientelista (RIZOTTI, 2001; PAULILO, 2016c) que por vezes os/as gestores/as dos programas costumam adotar, como se ao invés de estar possibilitando o acesso à direitos, estivessem concedendo favores à estas:

*Aí eu falei pra coordenadora do PAA no município assim: “Ou, vocês tem que conversar!” Ela falou bem assim, ó: “Eles não querem nem ouvir isso! Não tem conversa a respeito disso. Sabe o que eles falam? Que vocês, agricultores, tem que agradecer ao Governador de vocês porque isso é o excedente do que vocês produzem, é o que estraga, que vai estragar na propriedade de vocês que o Governo compra!” Mas não é bem assim! Nós trabalhamos é muito, podemos produzir muito mais que isso – porque nossas companheiras aqui já colocaram que não dá, é pouco o teto, né, diante das famílias, e ainda nós podemos produzir muito mais!*

Aqui o que parece ficar claro é que o posicionamento de clientelismo estaria na atuação de algumas/ns gestores/as governamentais que

tentam transformar direitos sociais em favores políticos outorgados por eles/as em suas gestões.

De acordo com o relato de algumas trabalhadoras rurais, é possível perceber que, ainda que acessem alguns programas, os recursos a elas destinados são por vezes reduzidos em seus montantes pelos gestores municipais. A política de educação infantil universal em serviços como creches, por exemplo, é também ainda bastante atrasada no Brasil rural, como destacou *Ocatea*, agricultora de Santa Catarina:

*Nós que moramos no interior nunca tivemos acesso à creche. Eu acredito sim que os recursos chegam, mas que não chegam até nós lá no interior, lá na ponta. Então, reforçando isso também da questão dos recursos na educação infantil, e não só na educação infantil, mas principalmente na educação infantil que no campo não tem tratado nenhuma.*

Outra dificuldade estaria relacionada com as políticas de investimento no trabalho das mulheres, percebidas ainda como insuficientes, principalmente nos assentamentos rurais aparecendo em alguns relatos como no de *Helietta*<sup>102</sup>, colona da *Agroindústria As Camponesas – Padaria das Mulheres do Gramado* do Rio Grande do Sul a seguir:

*Eu acho que o recurso público que teria que ter mais acesso à... por exemplo, investimentos, na questão do trabalho das mulheres. O que tá mais necessitando no interior, por exemplo, nos assentamentos principalmente.*

Como momento de encerramento, a oficina propôs que as aproximadamente 60 mulheres ali presentes refletissem e escrevessem em pedaços de papel sobre o que teriam aprendido com a oficina e qual teria sido a importância do *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* para elas. Momento delas refletirem também sobre si, dialogarem, escutarem umas às outras, enriquecendo ainda mais a experiência que vivenciaram. Momento também de poder escutar sobre a ação

---

102 *Helietta apiculata* é o nome científico da Canela-de-veado, nativa em São Paulo, e do Mato Grosso do Sul até o Rio Grande do Sul, nas florestas do Rio Paraná e do Rio Uruguai (LORENZI, 1992; p. 308).

política aplicada junto à uma pequena amostra de mulheres do gigantesco universo rural brasileiro.

O que essas oficinas representaram para a vida dessas mulheres? Muitas escreveram que a partir desta puderam vislumbrar maior credibilidade, reconhecimento e respeito em relação ao trabalho do que realizam enquanto outras afirmaram que o compartilhamento de experiências entre as participantes as fortaleceram enquanto mulheres e enquanto trabalhadoras rurais dando-lhes mais esperanças e coragem de continuarem a seguir por esse caminho tão cheio de desafios a serem ainda superados.

No final da oficina, ocorreu a cerimônia do lançamento do livro que relatava as experiências dos grupos de mulheres selecionados pelo *Prêmio*. A formalidade aconteceu no Hall do Centro Cultural do Banco do Brasil, em Brasília (DF). As 19:00 horas pontualmente o livro foi lançado, sendo explicada sua importância na fala de Raimunda Mascena, a Assessora especial para *Assuntos das Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas* na SPM, que o relacionou com o *Prêmio Mulheres Rurais*, entregando-o simbolicamente para *Theobroma*, trabalhadora rural pernambucana eleita no decorrer da oficina para representá-las.

*Theobroma* falou da felicidade de serem reconhecidas como trabalhadoras rurais que desenvolviam projetos sustentáveis, mas falou também das dificuldades ainda presentes. A Ministra Eleonora Menicucci ali presente, destacou durante o ato solene a importância do *Prêmio* e da publicação do livro que reunia estes relatos, apresentando o trabalho de 30 grupos de mulheres trabalhadoras rurais de todo território nacional:

*Esse livro, essa publicação maravilhosa, (...) a importância está no próprio livro, na própria publicação; mas eu quero destacar duas: mostrar quem são essas mulheres, como elas sobrevivem e quais são os empreendimentos que elas fazem. São grupos autônomos de mulheres dispersos pelo Brasil afora. E, segundo, como essas mulheres são fortes, resistentes e como elas necessitam do acesso às políticas públicas de todas as áreas, em todas as frentes.*

Rosângela Piovesani, Coordenadora nacional do *MMC*, também presente na cerimônia, vê a importância do *Prêmio* no fato do mesmo

valorizar o trabalho por vezes ainda invisibilizado dessas mulheres na sociedade patriarcal:

*Esse Prêmio, ele vem de encontro a todo um trabalho que as organizações de mulheres, que as mulheres camponesas do país têm feito. Então, é um trabalho invisível – o trabalho na roça pelas mulheres, não é muito reconhecido por conta de uma sociedade machista, patriarcal. Porém, essa iniciativa do Governo Federal em reconhecer, em premiar grupos de mulheres rurais – isto só traz reconhecimento, isso só traz valorização do trabalho das mulheres, da cidadania das mulheres.*

Durante o lançamento da publicação consegui entrevistar Raimunda Mascena, a Assessora especial para *Assuntos das Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas* na SPM, sobre a importância do Prêmio para as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras. Mascena explicou-me primeiro porque resolveram criar tal política em 2012, demonstrando uma preocupação da SPM em evidenciá-las e buscar localizá-las:

*Então, o Prêmio é uma iniciativa que a SPM fez no final de 2012, começo de 2013, né? O quê que nos inspirou a fazer esse Prêmio? Primeiro, mostrar, escrever, localizar, buscar, ou seja, botar uma luz assim aonde estão esses grupos. Onde estão os grupos de mulheres? Onde estão as iniciativas das mulheres rurais? Não é que seja segredo, mas a gente sempre ouvia falar de grupos de mulheres, "as mulheres produzem, as mulheres produzem", mas a gente não sabia onde estão essas mulheres. Quem são elas? O que elas estão fazendo? O que as inspirou a se organizarem enquanto grupo? E aí tivemos a idéia de fazer um edital chamando um edital de um Prêmio, para premiar experiências de mulheres rurais, organizações ou grupos formais ou não formais de mulheres rurais que produzem de uma forma sustentável, não é? Assim, a experiência do Prêmio nasce desse querer nosso, da SPM, de localizar essas experiências. Fizemos um edital, o edital ficou aberto quase dois meses e se inscreveram para*

*esse Prêmio quase 600 experiências de grupos de mulheres. Grupos específicos e grupos mistos.*

A escolha dos 30 grupos finalistas foi baseada tanto no volume de produção destes, assim como os projetos de sustentabilidade que realizavam; reconhecendo que grande parte da produção agroecológica brasileira estão sendo produzidas por tais mulheres (SILIPRANDI, 2015), como Mascena relata:

*Todos os grupos apresentaram um critério que era o volume de produção, e a forma sustentável com que esses grupos produziam. E todos esses grupos trouxeram no relato de suas experiências o processo de sustentabilidade que o grupo vêm trabalhando, né? Então o quê que a gente queria é exatamente tirar da invisibilidade esses grupos e tornar visível que essas mulheres existem e que parte da alimentação agroecológica orgânica que é produzida no Brasil passa pelas mãos dessas mulheres.*

A assessora explicou que o Prêmio foi dividido em três momentos significativos: (1) Premiação de dez grupos; (2) Publicação dos relatos de 30 grupos selecionados; (3) Oficina com todos grupos seletos. A oficina foi pensada como uma metodologia para avaliar os avanços alcançados por todos os grupos um ano após a premiação. De acordo com Mascena, na oficina pôde-se perceber que a proposta de visibilizar o trabalho dessas mulheres foi internalizada pelas mesmas, pois se sentiram reconhecidas pelo seu trabalho a partir da valorização que o Prêmio trouxe. Foi possível reconhecer também que ainda há muito a ser aprimorado no que se refere ao acesso destas mulheres às políticas públicas, como o acesso à crédito e o acesso à maiores canais de comercialização, como ela destaca a seguir:

*O Prêmio (num) primeiro momento era a premiação, segundo momento era exatamente a organização dessas experiências, desses relatos, e fazer uma publicação que foi exatamente essa publicação que lançamos agora nessa oficina pra fazer uma devolutiva a esses grupos que foram premiados – esses 30 grupos, nós resolvemos fazer essa oficina pra dar uma mergulhada na vida do grupo*

*e a partir daí saber como que elas estão, quais são as fontes de inspiração de um ano que se passou (desde a entrega do Prêmio) para estas mulheres? E foi bem bacana o que a gente pôde acompanhar, pôde ver, aqui nesse momento na oficina, e eu acho que elas saem retroalimentadas. Primeiro, reconhecidas pelo que elas fazem, pelo poder e pelo Governo Federal; e segundo, o que nos revela é que quais são as experiências que precisam ser mais aprimoradas ainda do ponto de vista de acesso às políticas públicas, como o acesso a crédito e o acesso à comercialização.*

A grande conquista do *Prêmio* foi ter dado visibilidade à grupos produtivos de mulheres trabalhadoras rurais, dando lugar para recontarem suas histórias, demonstrando seus desafios pessoais e suas lutas coletivas. Para *Talisia*, pescadora, mulher rural das águas e das marés potiguares, o *Prêmio* ilustra a conquista dessas mulheres e o reconhecimento do trabalho que realizam enquanto grupo produtivo, fortalecendo o próprio trabalho dos grupos:

*Sou pescadora, moro no Rio Grande do Norte. Esse Prêmio Mulheres que fazem o Brasil Sustentável, assim, pra gente que fazemos parte da Rede Xique-xique, foi uma conquista muito grande. Dentro da rede, não só a gente como mulher, como empreendimento de mulheres, mas sim como a rede ao todo, né.*

Assim como *Talisia*, *Maximiliana*, agricultora e artesã indígena da Amazônia, acredita que o *Prêmio* trouxe reconhecimento do trabalho que as mulheres trabalhadoras rurais realizam, possibilitando novos financiamentos, como relata a seguir:

*Sou da etnia Ticuna do Amazonas. (...). Nós índios de lá, é a maior população indígena do Brasil que existe no nosso país, e está estimado a mais ou menos 50.000 indígenas Ticuna aproximadamente segundo o IBGE. E dali a gente vive lá trabalha com a agricultura, nossa principal atividade é a agricultura, a segunda é pesca, a caça, e artesanato, né, que nós mulheres trabalhamos. Em relação ao Prêmio, o Prêmio trouxe uma*

*grande marca muito significativa pras mulheres. Foi uma surpresa! (...) E conhecemos a Presidenta, né. Olha, assim, foi uma mudança muito rápida não só para a associação, mas até pra mim porque isso repercute em nível no Estado do Amazonas, em nível nacional – saiu no Jornal Nacional, saiu no Jornal do Amazonas, saiu nos jornais locais.*

De fato, o reconhecimento pelo trabalho que realizam é que agricultoras mais apontam como um dos benefícios conseguidos através do *Prêmio*. Outro dos benefícios seria a publicação narrando seus relatos coletivos que posteriormente ficou marcado como um documento que comprova o reconhecimento governamental, como *Jurubeba*, colona de Santa Catarina vinculada ao MMC, explica:

*Foi uma honra nós ter participado. Nós do MMC e da Associação Pitanga Rosa, nós ficamos muito honradas em poder ter participado do Prêmio das mulheres que produzem o Brasil sustentável porque nós conseguimos ficar entre umas das 30 que foram selecionadas. Não recebemos em Prêmio de recurso porque era só pra 10 (grupos), né. Mas a gente mesmo assim recebemos o Prêmio, fomos contempladas. A gente ficou honrada e pras nossas mulheres deu uma demonstração de valorização do trabalho que nós viemos fazendo, viemos resgatando nesse coletivo que trabalhamos com as plantas medicinais, com as plantas alimentícias, aromáticas, né. Então pra elas assim se sentiram assim que elas são capazes, que nós podemos continuar e querer muito mais ainda, né. Então, por isso assim, abriu um caminho pra nós também ter mais diálogo, participar mais, até a nível nacional nós ficamos reconhecidas com esse trabalho! A gente foi convidada depois desse Prêmio, nós fomos convidadas a participar dos seminários de saúde no Ministério da Saúde através do Ministério da SPM. Nós conseguimos mostrar o trabalho que a gente tava fazendo. (...) O livro foi também parte, né, porque tem ajudado muito pra nós porque assim a gente tem como uma prova pra mostrar pra muita gente que visita, que vem conhecer o nosso trabalho, principal-*



*mente as universidades, os estudantes, a gente mostra até onde nós chegamos, as conquistas que nós tivemos, né?*

O *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* permitiu-me aproximar de experiências de diferentes mulheres trabalhadoras rurais brasileiras, podendo observar políticas que as beneficiaram nos últimos anos, assim como verificar as distintas diferenças de classe, raça, etnia, entre outras, que compõem as mulheres rurais, e suas principais demandas. A participação na oficina permitiu também um primeiro contato com mulheres dos dois grupos premiados em quais realizei visitas e entrevistas em meu campo de pesquisa.

No subcapítulo a seguir apresento resultados decorrentes das observações que realizei em campo, dos diálogos que estabeleci com mulheres do *Grupo Raízes da Terra* em Sobradinho/DF e da *Rede de Mulheres do Pajeú* em Afogados da Ingazeira/PE, buscando trazer suas falas para esse estudo.

#### 4.2 Os grupos pesquisados: minhas andanças por duas regiões do país

Buscando me aproximar das demandas apontadas pelas trabalhadoras rurais, selecionei para análise dois grupos diferentes em sua constituição e localização regional para análise: um composto por 23 mulheres do Centro-Oeste do país, no Assentamento Chapadinha no município de Sobradinho no Distrito Federal (DF); outro composto por 300 mulheres, na região Nordeste, em Afogados da Ingazeira, Pernambuco (PE).

A região Nordeste foi escolhida tanto pelo fato da maior quantidade dos grupos premiados (4) estarem localizados ali, mas também por concentrar a maior quantidade de unidades de agricultura familiar em todo o território nacional. A escolha de um grupo do Nordeste aconteceu durante a oficina promovida pela SPM em Brasília (DF), no início de dezembro de 2014, onde eu pretendia definir mais claramente com qual grupo dessa região iria trabalhar a partir da aproximação que pretendia realizar com as agricultoras presentes e das observações que já começava a fazer dos grupos.

Escolhi o grupo de Pernambuco pelo fato de *Theobroma*, sua representante, ter sido efetivamente uma das participantes de maior destaque e voz durante a oficina, demonstrando certo conhecimento político e um dom para as atividades de liderança. Tendo-a observado durante a oficina, no último dia a entrevistei e já fui estabelecendo uma primeira

aproximação com ela. Nesse dia também conversei com *Sebastiania*<sup>103</sup>, uma das representantes do grupo de Sobradinho, que, no último instante me fez repensar sobre o que planejava inicialmente, no sentido de incluí-las também na minha análise.

Quando estava indo embora da oficina fui interpelada por *Sebastiania* que me convidou para ir visitá-las, já que a unidade delas estava próxima (aproximadamente 40 km) de onde estava se realizando o evento. Como mencionei anteriormente, a princípio não estava nos meus planos analisar um grupo nessa região do país, mas acabei aproveitando o convite e a proximidade do local, já que estava em Brasília, e decidi visitá-las em sua unidade agrícola.

A região Centro-Oeste entra nessa análise como aquela com menor participação da agricultura familiar no país, com apenas 217.531 unidades dedicadas a esse tipo de produção agrícola (IBGE, 2006). Já a escolha do Nordeste do Brasil está relacionada com o fato desta ser a região que se destaca pelo número de estabelecimentos de agricultura familiar, com 2.187.295 unidades, conforme *Quadro 7* abaixo (IBGE, 2006).

**Quadro 7: Estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil segundo as Regiões**

Estabelecimentos de área da agricultura familiar no Brasil segundo as Grandes Regiões				
Região	Agricultura Familiar		Não-Familiar	
	Estabelecimentos	área (ha)	Estabelecimentos	área (ha)
Brasil	4.367.902	80.250.453	807.587	249.690.940
Norte	413.101	16.647.328	62.674	38.139.968
Nordeste	2.187.295	28.332.599	266.711	47.261.842
Centro-Oeste	217.531	9.414.915	99.947	94.382.413
Sudeste	699.978	12.789.019	222.071	41.447.150

Fonte: IBGE (2006).

---

103 *Sebastiania brasiliensis* é o nome científico do Leiteiro ou Mata-Berne, planta nativa do Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil no Cerrado e na Mata Atlântica (JBRJ, 2017).

Sabemos da importância de se revelar as histórias desses grupos de mulheres trabalhadoras rurais através da publicação do livro e da realização da oficina, no entanto tal lançamento poderia ser apenas mais uma maneira de utilizar o recurso financeiro destinado a tal política, por vezes ignorando os sujeitos e as verdadeiras demandas dos grupos beneficiários. De fato, a ausência de políticas para essa população é determinada pela falta de projetos e recursos destinados especificamente para elas.

Relato a seguir algumas observações feitas com mulheres de dois grupos de diferentes contextos regionais brasileiros, valendo-me dos documentos da SPM, assim como de relatos das conversas com as mesmas e das visitas que realizei *in loco*, no que se refere ao acesso e entendimento das políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais.

#### 4.2.1 *Grupo de Mulheres Raízes da Terra* (Assentamento Chapadinha) - Sobradinho / DF: “*Nós somos da terra mesmo*”.

Analisar um grupo de mulheres do Centro-Oeste do país ocorreu em decorrência de um convite feito por *Sebastiania*, uma de suas líderes, e da proximidade do local, já que, como mencionei anteriormente, em dezembro de 2014 estava em Brasília para a oficina do *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável*, e decidi tentar visitá-las em sua unidade agrícola. Fui de carro até o assentamento – localizado no município de Sobradinho<sup>104</sup>, Distrito Federal (DF). A princípio estar perdida no meio daquela terra vermelha foi me dando um pouco de aflição, pois todas as pessoas que via surgindo eram homens um pouco mal-encarados – e eu aflita pelos comentários feitos pela gente urbana de Brasília que, ao saberem que eu estava me deslocando para Sobradinho me alertaram para os perigos de assalto daquela região de altos índices de criminalidade do Planalto Central.

---

104 Sobradinho era uma antiga fazenda que, com o desenvolvimento de Brasília, foi comprada pelo estado e recebeu infraestrutura, saneamento básico e abastecimento de água. Desenvolvida devido a necessidade de moradia dos candangos – migrantes, principalmente do Nordeste que foram para Brasília trabalhar em sua construção, mas após o acabamento desta, o governo queria que os trabalhadores retornassem à sua terra de origem – porque estes não tinham poder aquisitivo para morar no plano piloto em 1960, foi oficializada somente em 1967 (BOAVENTURA, 2011).

O *Grupo de Mulheres Raízes da Terra* está localizado no Assentamento Chapadinha<sup>105</sup> no município de Sobradinho, DF. Criado em 2008 por 24 mulheres assentadas da reforma agrária, inicialmente produzindo apenas hortifrutigranjeiros e mudas nativas. O grupo teve em 2013 uma produção mensal de 650 kg de hortaliças, 250 kg de feijão, 170 kg de milho, 35 kg de frutas e 180 mudas de árvores nativas, tendo sido comercializadas nesse mesmo período 550 kg de hortaliças, 200 kg de feijão, 85 kg de milho, 20 kg de frutas e 160 mudas de árvores nativas (SPM, 2014a).

O *Raízes da Terra* surgiu dentro de um assentamento do MST, de modo que algumas dessas mulheres já sentiram as consequências da miséria de muito perto, muitas inclusive perderam suas casas em um incêndio ocorrido no local no ano de 2010, que também queimou parte da vegetação nativa da área da nascente de água que abastecia parte das famílias. No mesmo ano várias foram abruptamente removidas da área que habitavam pela polícia, com cachorros e tratores atropelando as vidas que tinham até ali. Segundo uma das representantes do grupo, a idéia de organizar as mulheres daquele assentamento teria partido de uma Deputada Estadual e de outras pessoas vinculados ao Governo para auxiliarem as mesmas a conseguir sua *DAP*.

Tendo conseguido a *DAP*, no ano seguinte sete unidades da região pertencentes ao grupo foram beneficiadas pelo *Produção Agroecológica Integrada e Sustentável* (PAIS)<sup>106</sup>, programa do *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas* (SEBRAE), recebendo o kit do programa com equipamento para irrigação, telas, arames, mudas de hortaliças, dez galinhas e um galo, além das orientações técnicas e de cinco mil mudas de árvores nativas para plantio de área de reflorestamento. Enquanto em 2010 sete das famílias contempladas eram dirigidas por mulheres integrantes do *Grupo de Mulheres Raízes da Terra*, em 2013 havia no grupo 24 famílias dirigidas por mulheres beneficiárias do PAIS (SPM, 2014a).

Segundo a SPM (2014a), as 24 mulheres do *Raízes da Terra* possuíam em 2013 a *DAP* como 1ª ou 2ª titular. Desse grupo, 12 mulheres vendiam hortaliças para o PAA, cinco comercializavam em feiras locais,

---

105 O Assentamento Chapadinha fica localizado no Lago Oeste, na divisa com o *Parque Ecológico das Águas Claras* do DF.

106 De acordo com o SEBRAE (2012), o PAIS é uma tecnologia social com distintas variações de formato e de produtos cultivados, dependendo do local onde é implantado, seguindo as especificidades e singularidades de cada região.

uma produzia mudas frutíferas e de árvores nativas do cerrado e comercializava na própria comunidade. Outro fato importante para o grupo se deu em 2012, quando seis mulheres membros conquistaram o direito de serem inscritas como produtoras familiares orgânicas no Distrito Federal e foram autorizadas a comercializar produtos orgânicos não certificados diretamente ao consumidor – aumentando o acesso a novos mercados emergentes. O trabalho dessas mulheres passou com isso a ser reconhecido como importante naquela localidade, deixando-as mais visíveis enquanto produtoras rurais, passando a gerar renda para essas mulheres e suas famílias, aumentando sua auto-estima e sua valorização enquanto protagonistas daquela comunidade.

Com os recursos do *Prêmio* compraram um micro trator usado, um computador e uma impressora para as atividades administrativas procurando incrementar com isso suas atividades comerciais. O recurso recebido pelo *Prêmio* permitiu ainda que ampliassem a capacidade produtiva para fornecer seus produtos para um programa do Distrito Federal, ainda que, antes disso já acessassem o PAA. De acordo com a SPM (2014), com o recurso pretendiam ainda construir uma sede para realizar atividades de capacitação, artesanato e de processamento de alimentos.

Realizei três visitas ao assentamento entre 2014 e 2016. Minha primeira visita aconteceu logo após a oficina de Brasília, no final de 2014, quando pude conversar com um casal que integrava o grupo e com *Sebastiania*, uma das responsáveis pelo mesmo.

A primeira conversa que tive foi com um casal que ali viviam, *Marajoara*<sup>107</sup>, goiana, e *Ilex*<sup>108</sup> do Rio Grande do Sul. Apresentei-me como uma estudante que estava analisando os resultados do *Prêmio* e perguntei se ela poderia conversar um pouco comigo a respeito do grupo e das políticas públicas acessadas por mulheres rurais no centro-oeste do país. *Ilex* permaneceu na varanda prestando atenção em tudo que *Marajoara* me dizia. Fiquei com a impressão que ela queria mostrar que sabia falar dessas coisas, mas tinha medo de falar algo errado frente ao marido. Por vezes *Marajoara* parecia que falava para demonstrar a ele que sabia falar sobre políticas públicas. *Ilex* interferia e ela parecia consentir que ele falasse a respeito, como se ele tivesse mais certezas em sua fala.

---

107 Marajoara é outro nome popular do Cajueiro-do-Mato (*Curatella americana*), planta nativa do Cerrado que produz anualmente grande quantidade de se-mentes muito procuradas pelos pássaros (LORENZI, 1992; p. 95).

108 *Ilex paraguariensis* é o nome científico para Erva-Mate, o mais popular dos chás consumidos no país (LORENZI, 1992; p.31).

Em um determinado momento *Ilex* interrompeu nossa conversa me questionando sobre o objetivo da minha pesquisa, demonstrando total falta de consideração pelo que sua esposa me explicava (ou tentava) e pelo trabalho realizado pelas mulheres daquele grupo, como exponho no trecho a seguir:

*Ilex: Eu não sei o que essa mulherada fez para merecer não... isso que eu queria saber...*

*Marajoara: O que nós fizemos? Foi um trabalho mesmo!*

*Ilex: Qual?*

*Marajoara: Ó, a gente provou com nota fiscal das nossas vendas.*

*Ilex: Ah, vocês apresentaram o que vocês estavam fazendo?*

*Marajoara: Foi.*

Logo foram finalizando nossa conversa já me explicando o caminho de como chegar até a propriedade de *Sebastiania*. Entrei no carro e fui seguindo a rota que o casal havia me explicado. Se antes eu estava com medo de dirigir pelo assentamento, a acolhida (um pouco ortodoxa pois senti que conversavam comigo um pouco desconfiados, ainda que me tratassem de modo cordial) daquele casal me deixou mais tranquila e confiante para transitar sozinha por ali.

As unidades individuais do assentamento eram relativamente grandes. A primeira casa em que conversei com o casal ao chegar no assentamento era simples, mas não tão humilde como a de *Sebastiania*, uma das representantes do Grupo. A casa de *Sebastiania* impressionava pela carência de recursos com que foi erguida: tábuas de madeira intercaladas com pedaços de chapa de alumínio (algumas enferrujadas) e de papelão, sem um piso em seu interior, sendo o chão vermelho da terra o próprio piso da casa. Essa foi a casa mais humilde em que entrei na minha vida. Antes mesmo de descer do carro, me veio um nó na garganta, um desconforto que até então não sentira ao pesquisar universos rurais. Apesar da pauperidade de sua casa, o quintal ao redor era rico de diferentes frutos, folhagens, verduras e leguminosas.

Como era dia de colheita, logo ao chegar já pude ver (e sentir os aromas) das cenouras, das beterrabas, dos aipos, das pimentas, dos pimentões, dos morangos e das rúculas, sendo colhidas por seus filhos, da minha idade. Novamente aquele sentimento de paralaxe de tentar uma realidade tão distinta e a impotência de ver as precárias condições habi-

tacionais e de vida daquela família. Impressionou-me também a cortesia com que eu estava sendo recebida.

Já entrevistara *Sebastiania* na oficina em Brasília, e ela ao me ver se recordou de mim. Apesar da simplicidade, era proprietária de uma unidade agroecológica de produção agrícola muito rica produtivamente. Naquele dia estavam ali dois dos seus três filhos limpando couves enquanto ela colocava ramos de cenouras de molho no tanque no quintal de casa. Pimentões, cebolinhas, chuchus e pimentas colhidos estavam dispostos numa mesa de madeira e rabanetes e aipos em pedaço de madeira no chão de terra.

Falei que não queria atrapalhar e que a visitei porque ela havia me convidado na oficina. Ela ficou bem feliz de eu ter aceitado seu convite, pediu desculpas pela simplicidade de sua moradia e me perguntou se eu gostaria de conhecer a horta agroecológica de sua propriedade. Não entrei propriamente em sua casa, ficamos na varanda voltada para o quintal – e para a horta – durante todo o momento que não estávamos propriamente na horta.

Na horta – em formato de mandala agroecológica<sup>109</sup> seguindo o princípio adotado pela EMATER em parceria com o SEBRAE – tinha de tudo um pouco: frutos, vegetais, verduras, folhagens e leguminosas, tendo em seu meio um galinheiro (com o teto um pouco despedaçado) e em cima deste uma caixa d'água. Do lado direito da horta, havia uma pequena estufa onde *Sebastiania* iniciava as mudas que seriam plantadas nos diferentes ciclos ao longo do ano. Ela então me convidou para sentar ali na varanda onde estavam trabalhando, e perguntei se poderia gravar o áudio de nossa conversa para que não esquecesse o que fosse dito, no que ela concordou sem problemas.

Quando desliguei a câmera, me perguntou se eu queria ver algumas fotos do dia que foram premiadas e falei que sim. Ela trouxe o "álbum": uma pasta arquivo com as fotos impressas em folhas A4 coloridas – ali tinha fotos das agricultoras de todos grupos selecionados pelo prêmio. Todas estavam vestidas formalmente para cerimônia – vendo a realidade de *Sebastiania* ali fiquei imaginando todo o processo de se conseguir tal vestimenta. Agricultoras que, de acordo com ela, viraram

---

109 De acordo com o SEBRAE, as hortas agroecológicas são os modelos adota-dos pelas unidades que acessam o PAIS, e consistem na divisão do terreno em canteiros circulares próximo a um lençol de água; tendo um galinheiro no cen-tro, hortas ao redor; e ao lado um quintal e uma caixa d'água. A hortas alimen-tam as galinhas, que por sua vez produzem ovos e insumos, além de revolverem o solo ao se movimentarem pelo terreno (SEBRAE, 2008).

amigas, às vezes falava o nome de uma, a região de outra, uma história de alguma delas.

Tinha fotos delas com a Presidenta Dilma também, no que comentei ter sido muito importante o fato de terem conhecido a Presidenta, e ela prontamente me falou para aguardar um pouco e me trouxe de dentro da sua casa um porta-retrato de madeira com uma foto dela com a Presidenta Dilma impressa num tamanho A4 em papel de foto realmente – talvez a foto que a SPM fez com cada uma e entregou às mulheres como uma memória do evento. Ela e a Presidenta Dilma. Ao trazer o retrato, deu um beijo no rosto da Presidenta agradecendo. Registrei-a segurando a imagem. *Sebastiania* posou sorrindo bastante contente pelo registro. Traços do governo clientelista e vestígios do modo duvidoso sobre a forma como supus que ela me percebia – uma espécie de porta-voz do governo ou algo semelhante.

Ao me despedir chegou uma outra agricultora, a quem *Sebastiania* me apresentou dizendo que eu havia vindo ali para entrevistar a ela porque estava se tornando importante. Fui embora sentindo um nó na garganta ao ver novamente sua casa ao sair, desconforto esse que só aumentou à medida que eu ia saindo do assentamento.

Voltei no Assentamento Chapadinha em agosto de 2015. Já sabia me localizar no local e me sentia confiante em transitar por ali sozinha. Dessa vez agendei para falar com *Calliandra*<sup>110</sup>, outra agricultora responsável pelo grupo que também conhecera durante as oficinas da SPM em dezembro de 2014. Assim que cheguei em sua propriedade, *Calliandra* estava com a família na sala e conversava com um senhor chamado *Jerivá*<sup>111</sup>, que segundo ela era uma pessoa que tinha uma chácara na região e que ajudava na divulgação do grupo.

A propriedade dela ficava no final de uma das ruas do assentamento e apesar de ser uma construção de tijolos aparentes bem simples, não se parecia com a casa de *Sebastiania*: tinha paredes de concreto, teto, piso, sofás e vários aparatos tecnológicos. Espantou-me o tamanho

---

110 *Caliandra* (*Calliandra dysantha benth*), é a flor símbolo do Cerrado, inicia sua floração no auge da estação seca, destacando-se em meio à paisagem seca e poeirenta. A espécie é nativa em áreas de Cerrado de alguns estados das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste, podendo ser encontrada até o norte do Paraná (CAMILLO, 2017).

111 *Jerivá* é o nome popular de *Syagrus romanzoffiana*, nativa no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul até o Rio Grande do Sul, em quase todas as formações vegetais (LORENZI, 1992; p. 289).



do som e da tv na sala, onde estavam seus filhos (um filho e uma filha) com *ipads* nas mãos. Logo ela me perguntou se eu queria conhecer a propriedade e fomos caminhando por entre as hortas, o pasto, o chiqueiro e o galinheiro enquanto conversávamos um pouco. O marido, *Olandi*<sup>112</sup>, estava na sala com as crianças quando cheguei, e todos ouviam curiosos sobre o que eu perguntava.

Do lado da casa que habitava com a família havia uma outra, bem pequena (deveria ter no máximo uns 20 m<sup>2</sup>), parecida com a que conheci de *Sebastiania*: algumas paredes de tapume, outros de pedaço de chapa de alumínio, telhas de amianto e alguns buracos do telhado tapados com uma lona. Tinha janelas de metal e piso de tapume no chão, e ali alguns sacos de ração e vários barris de plástico. Havia também um quarto com uma cama de casal, lençóis bagunçados, roupas esparramadas pelo chão, uma penteadeira, uma estante e uma tv pequena. Ela me explicou que usavam esse espaço como depósito e como o quarto do seu filho adolescente.

Sentamos para realizar a entrevista na varanda de sua casa. Assim que saí da propriedade de *Calliandra*, passei na volta na casa de *Sebastiania* para cumprimentá-la – já que fazia uns 8 meses que não nos falávamos. A casa estava reformada com telhas novas e havia uma movimentação na horta, pois estavam reformando também o telhado do galinheiro, que ficava no centro da mandala agroecológica. *Sebastiania* estava ali, sempre muito hospitaleira e sorridente, e logo me saudou e veio me dar um abraço. Seus filhos estavam fazendo a construção escutando música de rock pesado misturado com o insuportável barulho de serra-ria. Achei engraçado, pois tinha uma idéia do homem sertanejo, idéia preconceituosa minha já que a população rural não tem hábitos e gostos apenas rurais e sertanejos. Ela quis me mostrar o que estavam fazendo e me convidou para ver de perto. Fomos conversando.

A seguir transcrevo e analiso alguns trechos que pude registrar dos diálogos que realizei com *Sebastiania*, *Calliandra*, *Marajoara* e *Ilex* em minhas visitas ao *Grupo de Mulheres Raízes da Terra* em Sobradinho, no Distrito Federal.

---

112 Olandi, Landi e Guanandi são nomes populares para *Calophyllum brasiliense*, árvore perene de 20 a 30 metros de altura que ocorre em todas bacias bra-sileiras em locais úmidos, periodicamente inundáveis e brejosos (SCHULTZ, 2011; p. 440).

\*\*\*

*Da constituição do assentamento ao reconhecimento do grupo de mulheres trabalhadoras rurais*

Como dito anteriormente, o grupo *Raízes da Terra* está localizado dentro de um assentamento do MST em Sobradinho (DF). As sete fundadoras do grupo estão no assentamento desde sua constituição, vivenciando as dificuldades da construção do mesmo, demonstrando uma vida incorporada ao trabalho e ao seu significado, como podemos ver na declaração de *Sebastiania*, uma das fundadoras, a seguir:

*São 10 anos que nós tamo aqui dentro e... eu conto a minha história porque a minha história é quase a história do assentamento, né? Porque quando eu vim para o assentamento, na verdade foi uma dificuldade muito grande que a gente enfrentou.*

De acordo com *Calliandra*, outra das fundadoras do grupo, as famílias vinculadas ao *Raízes da Terra* fizeram parte da constituição inicial do assentamento, em 2005. Quando fizeram a ocupação daquele pedaço de terra, que até então se denominava *Fazenda Chapadinha*, a área era utilizada de modo irregular para o plantio de monocultivos de soja em terras da União, na região administrativa de Sobradinho. O suposto proprietário entrou com uma ordem judicial de despejo obrigando – através do uso violento da força policial – as famílias, até então acampadas, a se retirarem. O acampamento faz parte do MST, e, após o despejo – que as obrigou a ficarem à deriva na estrada – acamparam durante três semanas frente ao INCRA, em Brasília, para manifestar sua demanda por terra e sua indignação frente ao acontecido, voltando a ocuparem a mesma após tal manifesto.

Outra ordem de despejo foi realizada a pedido do suposto proprietário e só então o INCRA entrou com a solicitação de reintegração para assentar as famílias, descobrindo que tal proprietário não tinha direitos legais sobre a localidade, se tratando de uma grilagem. Ainda não tendo sido regularizada a concessão da terra pela União, as famílias acampadas retornaram à localidade e dividiram entre si a terra com o uso de

uma corda para medir as parcelas de cada terreno, como podemos observar no relato de *Calliandra* a seguir:

*A gente veio pra cá em 2005, já éramos acampados em outro local. Aí então houve despejo – o proprietário, o que dizia que era proprietário da terra, pediu a ordem judicial, despejou a gente, a gente foi pra beira da pista. Da beira da pista a gente foi pro INCRA, nós ficamos lá no INCRA quase três semanas. Aí a gente voltou, quando nós voltamos pra cá ficamos acampados novamente, teve o despejo novamente. Aí quando o INCRA pediu a reintegração pra reintegrar, aí ele pediu tanto pro movimento (dos sem-terra) quanto pro proprietário, né, o suposto proprietário. Foi constatado que ele não era proprietário da área – ele vivia aqui, mas não era proprietário. Aí a gente foi fazer o barraco fora novamente na beira da pista e aí a gente veio e alojamos bem em volta da estrada ali e aí a gente ficou lá. Aí depois a gente ficou aguardando um tempo... não conseguimos nada dos Governos de assentar e aí a gente resolveu a gente mesmo se uniu e aí dividimos na corda mesmo. Fizemos as parcelas, as estradas, tudo foi feito medindo na corda e a gente mesmo que... nós mesmos que fizemos.*

De acordo com *Sebastiania*, a violência policial experimentada no momento do despejo desrespeitou todos os direitos humanos dessa população, invadindo o acampamento no meio da noite, com cachorros e tratores derrubando as precárias construções que estavam ali. Insultos proferidos enquanto cada família buscava resgatar o pouco que tinham dentro de suas moradias, antes de terem as vidas e seus cultivos atropelados de modo violento pelos tratores:

*Cachorro, polícia, aquela coisa toda... Nós passava a noite toda acordada. E quando era de noite que a gente deitava, que a gente chegava duas, três horas da manhã, que é a hora que você tá mais descansando, já relaxando, aí juntava aquele tanto de máquina pra passar por cima da gente. Então a gente levantava com o colchão na mão. E ali a gente ficava esperando, só, qualquer hora,*

*qualquer instante eles passava por riba da gente, né. Como a gente não respondia, a gente é muitas vezes resolvemos isso tudo calado, ficava calado, insulto "Sem-terra, vão caçar terra debaixo dos sete palmos!", insultava as mulheres... os homens insultavam as mulheres muitas vezes... A retirada foi tão humilhante que eu acho que não existe humilhação pior pro ser humano que aquela, porque o único recurso que nós tinha era o barraco. Então era pra você correr, você corria, correu e ajuntou o que pôde – o colchão, alguma coisa assim e arrastou pra fora. E o trator empurrou assim, derrubando assim, quebrando tu-do... ah... nosso pouco recurso que nós tinha, né. E aonde nós tinha prantado feijão, a mandioca, a abróbora, muita abróbora, tudo cheio de abróbora, de feijão, de milho, né. E aí era a retirada. Aí ajuntamos o que tinha. A gente ficou sem nada. Foi aquela coisa mais, mais terrível.*

Logo no início da constituição do assentamento, Pequi<sup>113</sup>, o Presidente da *Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Distrito Federal (ASTRAF/DF)*<sup>114</sup>, procurou informações sobre recursos que apoiassem a comunidade do *Assentamento Chapadinha* junto à *Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI/DF)* e à *Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF)*.

O contato com a SEAGRI/DF e a FETRAF, permitiu que o assentamento acessasse o PAIS, possibilitando que o grupo aí inserido se aproximasse de conhecimentos e métodos agroecológicos de cultivo. Com o incentivo também da Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF) e o apoio da EMATER/DF em parceria com o SEBRAE, foram constituindo o grupo de mulheres.

---

113 O Pequi (*Caryocar brasiliense*) é um dos frutos típicos do Cerrado mais consumido e comercializado, e também o melhor estudado nos aspectos nutricional, ecológico e econômico (CARRAZZA e ÁVILA, 2010).

114 A ASTRAF/DF foi criada no ano de 2008 com o objetivo de captar recursos para apoiar a comunidade do *Assentamento Chapadinha* e região (GOVERNO DE BRASÍLIA, 2016).

As primeiras sete mulheres (*Sebastiania*, *Calliandra*, *Annona*<sup>115</sup>, *Simira*<sup>116</sup>, *Vigna*<sup>117</sup>, *Ygori*<sup>118</sup> e *Genipa*<sup>119</sup>) foram as responsáveis por levarem as estruturas de suas unidades a partir de técnicas aprendidas com a EMATER, sem a ajuda de seus companheiros ou homens do assentamento no princípio, pois os mesmos ainda não acreditavam na potencialidade do grupo.

Efetivamente, o PAIS contribuiu com toda a metodologia de cultivo adotada, incorporando a lógica da agroecologia enquanto aprendiam a ser um grupo de mulheres trabalhadoras rurais produtivas. Após iniciativas da EMATER, aprenderam a construir as mandalas agroecológicas de cultivo, as estruturas dos galinheiros, as fossas e cisternas ecológicas, e, as áreas de compostagem orgânica para uso de adubos em seus cultivos. Ao adotarem a agroecologia como princípio, conseguiram se organizar enquanto grupo produtivo e começaram a comercializar a pequena produção orgânica que se iniciava. Como mencionei anteriormente, as sete pioneiras levantaram cada uma das estruturas em mutirão sem ajuda dos homens do assentamento, o que aumentou as queixas de suas famílias sobre os longos períodos em que se ausentavam das tarefas reprodutivas de seus lares, como exponho no relato de Calliandra a seguir:

*A EMATER nos ajudou... foi quando a gente começou a implantar o PAIS, aí a gente começou a trabalhar, a montar os grupos, convidar as mulheres – sabendo que era importante ter força, né? E, felizmente, os homens aqui... a gente fala pra eles mesmo: as mulheres fazem a diferença. E*

---

115 *Annona crassiflora* é o nome científico do Araticum (ou Pinha do Cerrado), seus frutos são comestíveis in natura ou processados (PETEAN, BORGO e HOFFMANN, 2011).

116 *Simira sampaioana* é o nome científico de Maiate, planta nativa de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro (LORENZI, p.303).

117 *Vigna adenantha* é uma planta lenhosa que cresce principalmente em solos profundos, em barrancos de rios, arroios ou lagos. É nativa do Cerrado brasileiro (CORADIN, SIMINSKI e REIS, 2011; p. 396).

118 Ygori ou Cedro são nomes populares da *Cedrela fissilis*, árvore nativa do Cerrado, que ocorre ao longo dos cursos d'água, são utilizadas em plantios agroflorestais para recuperar áreas degradadas (GRINGS e BRACK, 2011; p. 444),

119 *Genipa americana* é o nome científico do Jenipapo, planta nativa do Brasil que ocorre em formações florestais de várzeas úmidas ou encharcadas (LORENZI, p.302).

*a maioria dos homens foi vendo que foi tão importante, não só para as mulheres – as mulheres estão trazendo os homens, as outras pessoas pra somar. Aí foi vendo – não acreditavam, achavam que era coisa pequena, que isso não dava certo, que era pouco demais, que não sei o quê... mas quando foi vendo que a gente foi conseguindo, foi fazendo a diferença, aí a gente foi se reunindo com as outras mulheres e hoje já todo mundo aí engajado, vendendo nas feiras. Teve um momento assim que era cansativo porque a gente além de lidar com a situação de tá montando, de tá trabalhando mesmo, pegando no pesado, ainda tinha a questão da casa: “Ah, agora não tem mais tempo pra casa! Não cuida mais das coisas! Não faz a comida!”. Tem essas coisas – as cobranças e a gente tem que saber lidar.*

Tendo constituído o grupo de mulheres, faltava um nome para formalizá-lo. Houve uma votação entre as sete integrantes, mas foi Calliandra quem sugeriu “*Raízes da Terra*” por remeter à conexão dessas mulheres com a terra que cultivam e onde vivem seus cotidianos, como o relato de *Sebastiania* demonstra a seguir:

*Teve uma votação, né. E depois a técnica da EMATER perguntou: “E aí? Como é que vai ser o nome do grupo de mulheres?”, aí uma falou uma coisa, outra falou outra e a Calliandra disse: “Gente, por quê não Raízes da Terra, né? Nós somos da terra mesmo, nós tamo mal encardida” e ficou assim.*

O grupo adota os princípios agroecológicos de produção, princípios esses que incorporam conhecimentos locais, métodos sustentáveis e vegetação nativa na produção de alimentos. No tópico a seguir, esclareço como foi a adoção de tais métodos pelo grupo e como o mesmo permitiu a revalorização dos saberes das mulheres trabalhadoras rurais participantes.

\*\*\*

*Agroecologia como metodologia de produção*

O *Grupo de Mulheres Raízes da Terra*, como mencionado anteriormente, está localizado no *Assentamento Chapadinha*, desde sua criação em 2005. Apesar de estarem realizando a ocupação desde esse período, foi apenas em 2008 que o grupo de mulheres foi criado. De acordo com a SPM (2014a), nesse mesmo ano conseguiram acessar o PAIS com apoio da EMATER e do SEBRAE, incorporando metodologias agroeco-lógicas de cultivo e recebendo, no ano de 2009, doações de 5.000 mudas de árvores nativas da *Fundação Casa Cerrado*<sup>120</sup> e da *Granja do Ipê*<sup>121</sup> para a recuperação de áreas degradadas.

A produção orgânica começou a fazer parte do cotidiano do assentamento, no entanto, para poder comercializar a mesma com tal denominação era necessário que fossem certificados como tal, o que o grupo conseguiu em 2012, sendo inscritas como produtoras familiares orgânicas na *Superintendência Federal de Agricultura do Distrito Federal*. Ainda que o grupo tenha tal certificado e esteja no assentamento em que todos são agroecológicos, permitindo recuperarem parte da fauna e flora nativa da região, nem todas as outras famílias assentadas haviam até o momento que as visitei obtido tal certificação, como *Calliandra* explica a seguir:

*Aqui não são todos os assentados que são orgânicos, mas todos somos agroecológicos. Declarados mesmo orgânicos são 28, tem mais três em fase de declaração e de certificação. Os demais, os que produzem é tudo na questão da agroecologia, tudo nesse sentido. A gente procura ter as fossas sempre ecológicas, tudo. Assim, num deixa de degradar, mas quando a gente veio pra cá, você não via um pássaro aqui. Não tinha uma árvore pra nada. Então não tinha nem onde o pássaro sentar.*

---

120 A *Fundação Casa Cerrado* cultiva plantas típicas da região e realiza doações das mesmas através da Secretaria de Agricultura para famílias agricultoras de todo país, evitando a extinção destas e ajudando no reflorestamento. (SPM, 2014a)

121 A *Granja do Ipê* possui uma área ecológica gerenciada pelo *Instituto Brasília Ambiental* (IBRAM) onde busca conservar na região a fauna e flora do Cerrado, preservando as espécies, recuperando as áreas degradadas e promovendo programas de educação ambiental, vivência ecológica e pesquisa científica (IBRAM, 1988).

Segundo *Calliandra*, o grupo *Raízes da Terra* e o *Assentamento Chapadinha* foram responsáveis pela recuperação ambiental da área degradada. O uso da agroecologia permitiu que reflorestassem o espaço com vegetação nativa, atraindo também a fauna da região. O cuidado com a terra aparece como parte da trajetória que narram sobre si, demonstrando uma preocupação consciente na preservação do espaço, e vinculando tal lógica na comercialização de sua produção agrícola, ressaltando assim a importância do protagonismo das mulheres na produção agroecológica local:

*Aqui era plantio de soja. Era muito veneno. Aqui embaixo tem uma mina (de água potável), tem umas outras minas que já secaram – teve uma que a gente já recuperou – a gente tá recuperando, a gente sempre planta próximo à mina, a gente tá sempre procurando reflorestar e proteger essa mina e quando a gente veio pra cá, não tinha. Aqui era tudo assim: eles jogavam veneno mesmo era de avião, né? É, jogava. Era muito veneno, muito... você não via um animal aqui!, agora hoje você já vê tanto pássaro preto, periquito, são vários, então, tem vários animais aqui e a gente é certificado, é declarado, tem a declaração da OCS, né, que é a declaração de controle social – Organização de Controle Social. Mas, aí a gente já tá procurando certificar pra pegar o selo porque a gente já tá vendo a necessidade de produzir pra vender em maior escala e já tem muita procura. (...) Nosso intuito é de todos certificar órgãos, então, a gente é bem consciente nessa questão ambiental. Não faz melhor porque infelizmente a gente não tem recurso.*

A compreensão dos novos métodos foi aos poucos sendo apropriada pelo grupo, e, ao mesmo tempo que aprendiam sobre agroecologia, recuperavam parte da *Reserva Ecológica da Chapada dos Veadeiros* assim como de diversas minas de água potável (possibilitando o acesso à água de qualidade pelas famílias) onde está localizado o assentamento e que teve seu uso anteriormente devastado pela plantação de soja irregular que ocupava tal espaço. Hoje são as responsáveis pela preservação



daquele território, como podemos perceber no relato de *Sebastiania* que destaco a seguir:

*Eu sou cearense e eu nunca ouvi dizer assim: "Pra se prantar um pé é obrigado a se colocar adubo, dar cobertura", nunca vi isso, né? Mas depois que a gente veio pra cá a gente tem essa de meio ambiente. Primeiro nós tamo perto do Parque (da Chapada dos Veadeiros), segundo nós tamo em cima das mina (de água potável)... Nós tamo aqui em cima acho que de um bloco de mina. E por isso que nós aderimos essa fossa sintética. Nós usamos essas fossas, né, que é pra mode de não contaminar muito o solo. E sobre a preservação, cê vê que nós tamo aqui plantando uma muda – todo ano nós planta uma mudinha e pejeja, pejeja pra mode dela subir, porque isso aqui tava muito, tava muito exprorado, né. Isso aqui tava muito exprorado, era uma plantação de soja – muito veneno foi jogado aqui, né. Então, nós tamo preservando.*

Sendo uma metodologia que busca incorporar as plantas nativas e de técnicas mais sustentáveis de produção, a agroecologia busca também recuperar e revalorizar o uso de saberes locais para tanto, o que aproximei ainda mais as mulheres desse grupo de sua relação com a terra. As mulheres do grupo comercializam produtos orgânicos, mas também ovos das galinhas criadas entre esses cultivos. Os fertilizantes e adubos utilizados usam como matéria-prima urina e excrementos das galinhas e das vacas que estão em seus lotes. Praticamente todas as agricultoras do grupo produzem seu próprio adubo a partir de compostagem, assim como produzem grande parte dos insumos que utilizam em seus cotidianos domésticos, como sabão e outros produtos de limpeza.

A seguir procuro delinear como as mulheres do grupo são percebidas enquanto mulheres nessa região.

\*\*\*

*As mulheres trabalhadoras rurais de Sobradinho/DF*

Tanto *Sebastiania* quanto *Calliandra*, as agricultoras responsáveis pelo grupo com quem conversei, percebem a vida no campo como satisfatória, demonstrando que gostam de plantar e cuidar de animais. Importante frisar que essas mulheres são também as responsáveis pelas atividades domésticas dos seus lares, apesar de não gostarem muito de realizar tais atividades, como organizar a casa, lavar e passar roupa.

Quando questionei a *Sebastiania* sobre as possíveis dificuldades em serem mulheres trabalhadoras da área rural de Sobradinho (DF), ela prontamente me respondeu que não havia porque uma mulher rural sabe fazer muitas coisas, justamente porque na roça tem que saber mexer com tudo. Realizam suas atividades domésticas à noite para poderem trabalhar na roça durante o dia, como mostra seu relato:

*Não tem muita dificuldade... Aqui a gente sabe fazer quase tudo. A gente sabe fazer o sabão - vamos começar do sabão porque mulher não fica sem sabão, né? Nós sabe fazer sabão, nós sabe fazer amaciante se quiser, nós sabe fazer desinfetante. Essas mulheres daqui borda, de noite quando elas tem um tempo elas vai bordar um paninho de prato, uma coisinha, né? Na roça tem que mexer de tudo! Então não tem dificuldade pra nós, né - ser mulher na Chapadinha não. Ó, pra você vê, o ano passado eu tava aqui sozinha, capinava até 6 horas da tarde! Tinha vez que eu ficava lavando casa, lavando roupa, isso tudo, de noite. Pra poder no outro dia trabalhar na roça... porque trabalhar na roça é bom demais - você nem imagina como é bom!*

A importância do trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar brasileira está presente no discurso dessas agricultoras, como na fala de *Calliandra* a seguir:

*A gente sabe que 70% do alimento que o brasileiro consome é de agricultura familiar e acho que desse 70%, 50%, se não 70%, têm a mulher envolvida. Você pode ver! Na agricultura familiar hoje a mulher tá na frente, né, quando ela não tá na frente dos trabalhos, ela tá junto com o marido, ela tá junto com os filhos.*

*Calliandra* nasceu no universo rural, e, apesar de ter vivido alguns anos na cidade realizando cursos e estudando, não se adaptou à vida urbana. Quando conversamos relatou que se sentia agoniada quando precisava realizar qualquer atividade nos centros urbanos, percebendo tais localidades como lugares caóticos de vida. O trabalho realizado fora da atividade agrícola não a satisfazia, seja porque a vida no mundo rural perto da natureza e dos afazeres agrícolas lhe trazia um sentimento de qualidade de vida ou porque enquanto mulher urbana não conseguia acessar políticas, ações e programas do Governo – sendo estas algumas de suas principais motivações para retornar ao campo e à vida de agricultora, como ela coloca a seguir:

*Eu sai da terra...eu morei, nasci e saí com 11 anos, mas aí vim para a cidade e fiz vários cursos, mas não me acostumei em viver... Hoje eu vou na rua comprar uma coisa, a gente precisa resolver algo, as coisas lá, eu chego lá é agoniada querendo vir embora. Eu não consigo viver, morar naquela muvuca mais nem! Fui morar na cidade e aí fiquei morando até 2005, quando foi que eu vim definitivo pra cá. Aí eu vi que a gente sofre muito de ficar tentando trabalhar fora (da agricultura), que não tinha recurso nenhum do Governo – a gente não tinha tido nada assim de apoio. Aí não tinha como a gente viver... Eu fui pra cidade e não esquecia da roça – aquela paz, o sossego, as coisas da roça mesmo. Aí eu vim. Como se diz: eu saí da roça, mas a roça não saiu de mim, né? Eu não quero essa vida agitada da cidade.*

E como é ser mulher trabalhadora na área rural de Sobradinho, no Distrito Federal? Para *Calliandra* as mulheres são valorizadas na localidade, ressaltando que isso foi construído por elas mesmas a partir da própria consolidação do grupo e do empoderamento que foram individualmente adquirindo ao longo do tempo, como fala a seguir:

*Aqui graças a Deus a gente vê o valor das mulheres, as mulheres se valorizam – porque o problema naquela época (é que) as mulheres não se valorizavam, as pessoas, os maridos não valorizavam as mulheres, eu acho que até os filhos mes-*

*mo.... Então, a mulher era só mãe e a mulher mesmo. Hoje a gente tem espaço sim, né?*

*Sebastiania* também se sente valorizada como mulher pelo trabalho que executa, demonstrando que as atividades pelas quais é responsável são significativas na constituição de sua subjetividade, da forma como se sente e atua enquanto mulher nessa região. A satisfação em ser uma das responsáveis pela comercialização do grupo permeia a ressignificação que parece construir de si, como demonstro a seguir:

*É uma honra ser mulher na Chapadinha. É uma honra ser mulher, levantar de manhã cedo e dizer assim: "Eu vou pra feira! Eu vou vender! Já tenho meus clientes".*

De acordo com *Calliandra*, essa auto-valorização das mulheres é um sentimento recente, algo que em sua infância na vida rural lhe parecia ausente ao lembrar do modo submisso que sua mãe vivia e pela precariedade das condições a que estavam sujeitas naquele período. É possível perceber que o reconhecimento do trabalho que realizam permitiu que estas se ressignificassem, empoderando cada uma através de suas atividades e responsabilidades, como menciona a seguir:

*Nossa, naquela época eu lembro muito da minha mãe que era muito submissa, não tinha nada... Hoje eu fico pensando: Meu Deus, como é que minha mãe conseguia? A mulher não era valorizada porque não era mesmo, era só mulher que tomava conta de tudo... não tinha água encanada, não tinha energia, tudo era mais difícil... mas, hoje eu vejo assim: o valor da mulher é totalmente diferente... pelo menos aqui na Chapadinha, graças a Deus, a gente vê o valor das mulheres, as mulheres se valorizam.*

E como os homens que integram o grupo percebem estas mulheres? No subtópico a seguir tento evidenciar a participação dos homens a partir do olhar das minhas duas entrevistadas, *Calliandra* e *Sebastiania*, demonstrando como são vivenciadas as relações produtivas e reprodutivas no interior do grupo, e como estas relatam sobre as relações de gênero ali existentes.

\*\*\*

*A participação dos homens no grupo de mulheres trabalhadoras rurais*

O *Grupo de Mulheres Raízes da Terra* foi um dos grupos mistos vencedores do *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* de 2013. Sendo um grupo misto, era então composto por homens e mulheres que produziam de forma sustentável, tendo 70% ou mais de integrantes mulheres em sua coordenação e/ou em sua composição. Tanto *Calliandra* como *Sebastiania* foram apontadas como as lideranças do grupo pela SPM, órgão responsável pelo edital, mas é importante mencionar também a presença de um homem, *Pequi*, Presidente da ASTRAF/DF que integra as famílias do assentamento em que o grupo está localizado, participando das decisões e das reuniões, como mostra o diálogo a seguir:

*Marie: A senhora e a Sebastiania que estão a frente de todas as reuniões?*

*Calliandra: A maioria delas. A maioria delas e em algumas o Pequi, Presidente da Associação (ASTRAF/DF).*

Foi justamente através do *Pequi* que o grupo ficou sabendo do edital do *Prêmio*, e através do apoio da EMATER, incentivou as mulheres se articularem e relatarem a experiência agroecológica destas para serem compartilhadas, como *Sebastiania* declara:

*O Pequi descobriu esse projeto (Prêmio) que tava tendo da Ministra Eleonora (Menicucci, da SPM), né? Que ia juntar grupo de todo Brasil, os grupos de mulheres, e levar sua história lá. Aí o Pequi vai e fala pra técnica do EMATER pra nós levar nossa história. Aí a técnica vai e liga pra Calliandra: “Calliandra, ajunta as mulheres aí pra contar a história, a história de vocês, pra levar lá na Secretaria de Mulher”.*

Como um grupo misto, os homens também estão presentes em diversas das atividades. Mas no início eram apenas sete mulheres, dentre elas *Sebastiania* e *Calliandra*, que iniciaram a constituição do mesmo. *Calliandra* relata que foram as mulheres que construíram em mutirão,

com apoio da EMATER, as estruturas agroecológicas das mandalas de cultivo, galinheiros e as fossas no princípio, deixando os serviços domésticos dos seus lares mais secundarizados naquele momento.

Muitas recebiam queixas de suas famílias – as casadas de seus maridos especialmente – no que se referia ao tempo destinado ao grupo em detrimento de suas obrigações domésticas. No momento em que as entrevistei relataram que tais queixas haviam sido reduzidas, tanto porque já não gastavam tanto tempo fora de suas unidades produtivas familiares – pois toda a infraestrutura necessária a princípio já havia sido levantada, e gastou-se muito tempo realizando isso – como porque os homens já estavam mais integrados às atividades produtivas e comerciais do grupo. A idéia de incorporar os homens foi rejeitada por algumas inicialmente, o que ao longo do tempo foi se alterando. No entanto ainda eram as mulheres que coordenavam o mesmo, como destaca o relato de *Calliandra*:

*A gente começou a trabalhar no grupo de mulheres, tinha algumas mulheres que assim não queria, que não aceitava a opinião de homens, aí eu falei: “A gente tá sendo machista, a gente não pode ser assim”. Nós somos um grupo de mulheres que têm que ser cabeça, mas não excluir os homens porque se a gente exclui os homens, os homens têm dificuldade de caminhar só. Naquela época não – o homem é que fazia a frente. Hoje não, a gente vê que é as mulheres que fazem a frente. Não podemos deixar os homens fora. Então, nas feiras, nas coisas, a gente vai e tá sempre junto com os homens, mas sempre as mulheres estão na frente. Pode ver que não tem uma feira que tem um homem sozinho.*

As mulheres coordenam as atividades do grupo, realizando atividades produtivas que até pouco tempo atrás eram vinculadas exclusivamente ao universo masculino. De acordo com *Sebastiania* não há muito conflito com os homens que integram o grupo porque a maioria das mulheres participantes não são casadas, e sim viúvas, divorciadas, solteiras ou estão em algum tipo de relação em que não coabitam com seus parceiros. Os homens participantes são alguns dos poucos maridos que existem ali, mas na maioria são filhos destas que passaram a integrar o grupo ao longo do tempo. *Sebastiania*, mãe solteira, vive sozinha na propriedade, mas conta com a ajuda dos três filhos que sempre a visitam

e também participam de algumas atividades do grupo. *Sebastiania* se sente livre por não ter marido, demonstrando que a condicionante de não ter um companheiro lhe conferiu maior autonomia para cuidar das responsabilidades do *Raízes da Terra*, como podemos observar no trecho seguinte:

*As mulheres querem comandar sozinhas, trabalho, coisa assim – até que os homens se aquietaram no cantinho deles, né? “As mulheres pode... deixa elas ir, nós vamos atrás, nós não fica sem elas mesmo”. Mas aqui nós somos quase tudo sem marido, né. Ali na frente não tem marido – aquela que falou com você, aquela outra é separada...umas são divorciada. É... eu também não tenho marido, o marido da Annona - não sei se tem, né? A Calliandra sim, a Calliandra tem um compa-nheiro. Annona também, é... a gente vê, ela tem marido – marido dela não quis vir pra roça – por isso que eu falo que eu nem sei se são casado, se são solteiras – porque ele não quer vir pra roça, ele não quer nem saber da roça! E ela não! Ela dirige isso aí (o caminhão do grupo) sozinha, né? Isso aí nós entra nesse caminhão velho, nós vamos pra feira quando é pra comprar as coisa assim pra nós assim – de adubo, de coisa de madeira, essas coisa assim mais barato, né? Fazendo eco-nomia. Tudo é eu mais ela. Eu sou livre, ela é li-vre também. Nós incomoda mesmo.*

Como dito anteriormente, as mulheres do grupo se sentem valorizadas por terem o trabalho que realizam reconhecido pela comunidade, trabalho esse que durante muito tempo era associado exclusivamente ao universo masculino rural, como as atividades de cultivo, de feiras, de comercialização, de compras de insumos e de articulação com as esferas burocráticas. Questionei então se essa alteração também foi acompanhada com transformações na esfera reprodutiva de seus lares e se os homens realizavam as tarefas domésticas, no que *Calliandra* me informou que certa transformação já era percebida, mas que as responsabilidades pelas mesmas são ainda atribuídas preferencialmente às mulheres, como po-demos observar em seu relato:

*Marie: Hoje em dia os homens da família ajudam nas tarefas domésticas?*

*Calliandra: Ajudam, pouco mas ajudam, com preguiça, mas ajuda, quando precisa mesmo ajuda. Quando a coisa aperta demais, eles ajudam. Eles vão vendo, eu falo que a maioria dos homens daqui da Chapadinha foram aprendendo.*

*Marie: Seu filho sabe cozinhar?*

*Calliandra: Sabe.*

*Marie: Mas no dia-a-dia quem é que pilota o fogão?*

*Calliandra: Ah, é eu e minha menina. Infelizmente, no dia-a-dia é. É, mas às vezes se precisar fazer... às vezes, tá apertado, precisa, vem aí, se virá, faz a comida.*

Constituído como um grupo de mulheres trabalhadoras rurais agroecológicas, o grupo conseguiu recuperar a vegetação nativa do espaço que integram e, a partir da comercialização de seus produtos orgânicos certificados, conseguiu também alçar melhorias em sua qualidade de vida, dando mais autonomia às mulheres em suas ressignificações subjetivas de si.

No tópico a seguir, procuro detalhar os avanços que o grupo conseguiu a partir do *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável*, buscando esclarecer de que forma o mesmo pode ter contribuído para a percepção que constroem de si.

\*\*\*

### *Avanços alcançados através do Prêmio*

Nesse tópico, procuro destacar os avanços alcançados pelo grupo *Raízes da Terra* através do *Prêmio*, como o próprio reconhecimento do grupo e do trabalho realizado por essas trabalhadoras rurais, a consequente valorização simbólica que estas obtiveram, os investimentos que foram possíveis de realizar e o acesso à políticas públicas capazes de fomentar suas atividades. Nos subtópicos a seguir, detalho um pouco das observações que pude realizar junto a elas.

#### *1. O reconhecimento do grupo: a importância do Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável*

O grupo *Raízes da Terra* foi um dos dez grupos premiados em 2013 pela SPM, reconhecendo o trabalho sustentável que essas traba-



lhadoras rurais realizam na região através das técnicas agroecológicas sustentáveis na produção de alimentos. Com o valor recebido pelo *Prêmio* conseguiram incorporar recursos que aprimorassem seus cultivos, mas também reconheceram o valor simbólico da iniciativa que realizavam. A partir do mesmo, a organização do grupo foi sendo consolidada, permitindo que acessassem outros pontos de comercialização, como *Sebastiania* recorda a seguir:

*Eu saber que eu ia receber um cheque de R\$ 20.000,00 e isso ia dar uma levantada boa em nossa vida! E nós foi lá e recebeu, compremos um micro-tractor que é pra fazer nossos trabalhos de roça; e veio a Dilma, a Presidenta da República, nos convidar, as Presidentas de grupo pra tirar uma foto junto! (...) E daí pra frente nós conseguimos um lugar na CEASA<sup>122</sup> pra mode trabalhar porque nós não tinha essa oportunidade. Agora temos outro lugar, já tem a Feira da Dilma (Feira da Presidência) e temos a Feira do SEBRAE, né? Isso aí é novo e tem um prometimento de uma feira no MEC. Tá vendo? E temos no Sobradinho e no Lago Oeste. Então, não melhorou? E quem não era nem enxergada, né!*

Para *Calliandra*, o *Prêmio* permitiu que o trabalho do grupo de mulheres além de reconhecido pela própria comunidade, também o fosse por outras instituições, como ela expõe abaixo:

*Ah, foi um reconhecimento que a gente não tinha na própria comunidade ver que nosso trabalho foi valorizado, foi reconhecido. (...) Não foi aquele Prêmio, aquele Prêmio foi o mínimo, porque através daquele Prêmio onde a gente vai – se a gente vai na Secretaria de Agricultura a gente é reconhecida lá e tal, “as mulheres que conseguiram aquele Prêmio”... então, assim, melhorou.*

---

122 No CEASA do Distrito Federal há uma área em que pequenos/as comerci-antes montam bancas e comercializam seus produtos (WIKIPEDIA, 2017).

Além do valor monetário concedido pelo *Prêmio*, a história do grupo de mulheres foi relatada em publicação<sup>123</sup> da SPM que reuniu as diferentes trajetórias dos 30 grupos selecionados de mulheres trabalhadoras rurais de todas regiões do Brasil que produzem de forma sustentável. Suas experiências foram possíveis porque acessavam políticas de comercialização de seus produtos agrícolas, como o *PAA* e o *PNAE*, que as permitiu escoar continuamente sua produção. O livro registra a trajetória experimentada por essas mulheres em relação ao um maior acesso e serve como documentação comprobatória do reconhecimento governamental ao trabalho que realizaram. Para *Sebastiania*, a publicação da SPM permitiu que se sentissem valorizadas simbolicamente além de permitir visibilizar aspectos do trabalho realizado pelo quais querem ser reconhecidas, como destacou na entrevista que realizei:

*Pra quem era bem pequenininha como nós era, nós era discriminada assim na repartição de governo, não era enxergada – a gente plantava e dava, porque o Governo não nos enxergava pra comprar. E hoje você plantar, você vender direto pro Governo isso é uma coisa muito maravilhosa. Mais agradecida a gente fica pela Secretaria de Mulher ter nos honrado com essa lembrança que é o livro, né? Foi uma vitória muito grande pro Grupo de Mulheres Raízes da Terra e talvez seja assim também pras outras (dos outros grupos), né? Porque pra nós, nós nos sentimos muito honradas, graças a Deus, através desse livro. Esse livro também foi levado pra outras questões, né, que nós tava enfrentando. Esse livro foi levado pro modo de ver que o Governo tá nos apoiando, né? Nós não tamos aqui à toa! Nós estamos aqui pra pra plantar, pra vender, pra colher – pro Governo e pra nossa alimentação, dos nossos filhos, dos nossos netos.*

Além de se sentirem visibilizadas e reconhecidas pelo trabalho que realizavam, outras transformações aconteceram no grupo a partir do *Prêmio*, como a consolidação de metodologias agroecológicas de produção que valorizam os próprios saberes e a maior autonomia das mulhe-

---

123 SPM. *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável*. Brasília: SPM, 2014.

res participantes. O reconhecimento da comunidade acabou alterando também parte das relações domésticas de seus lares, além de permitir que procurassem acessar diferentes políticas públicas, dentre outros avanços por elas relatados. No subtópico a seguir analiso as ressignificações que foram possíveis através do reconhecimento do trabalho realizado por mulheres do grupo pelo *Prêmio*.

## 2. A importância e o reconhecimento das mulheres

As mulheres trabalhadoras rurais do *Raízes da Terra* se percebem como as principais responsáveis pelas decisões realizadas no interior de suas unidades agrícolas, demonstrando que iam individualmente se empoderando, adquirindo aos poucos mais autonomia e reconhecendo seu protagonismo e a importância de suas vozes nos afazeres produtivos do grupo, como exponho no diálogo com *Sebastiania* seguir:

*Marie: Aqui quem manda é a senhora? Aqui, na unidade da senhora.*

*Sebastiania: Eu mesma. Eu sou quem "mando". Decido o que vai plantar, o que vai fazer. É assim: "Menino, quê (v)ocês vão fazer?" e às vezes que eu não dou opinião, eles perguntam: "Mãe, como é que é pra fazer isso aqui?", então sou eu.*

Parte desse empoderamento que aos poucos cada uma ia conquistando estava relacionado com o reconhecimento do trabalho que realizavam frente à comunidade, ainda que esse trabalho fosse realizado já há muito pelas mulheres dali. O trabalho produtivo das mulheres já se fazia presente desde a constituição do assentamento – pelo menos a partir dos relatos que *Sebastiania*, *Calliandra* e a própria SPM realizam sobre ele, como destaca a fala de *Calliandra*:

*As mulheres estão levando os homens... os homens ainda falam assim: "Não, pros homens aqui acabou a vez!", não, não acabou não – já não tinha! Então, assim... pra auto-estima da mulher foi muito bom. Muito bom pra gente ver que aquele trabalho de formiguinha no sol quente, aquele trabalho que a gente fazia assim teve reconhecimento amplo, bem mais amplo do que só o reconhecimento da comunidade. A gente precisou de repente de ganhar um Prêmio daquele pra própria comunidade reconhecer mais a mulher e ver*

*a mulher com outros olhos – dentro da comunidade, dentro da família e daí vai: família, comunidade, e aí afora. Às vezes, não saiu da casa pra cá – veio de lá até chegar em casa, eu vejo assim. A gente foi reconhecida lá e aí a gente veio sendo reconhecida em vários órgãos locais, reconhecida na comunidade, reconhecida em casa.*

O reconhecimento do grupo permitiu que as trabalhadoras rurais que o integram fossem percebidas como protagonistas locais, modificando alguns valores e costumes locais, sendo as mulheres mais respeitadas em suas opiniões e na divisão das tarefas domésticas – o que, segundo *Calliandra* relata, contribuiria para a permanência futura das mulheres de gerações mais jovens na atividade agrícola que realizam:

*As meninas são mais respeitadas. Mudou. A mulher era submissa, não podia às vezes nem dar opinião. Elas já são bem respeitadas, é bem distribuída as tarefas também... eu acredito que aqui não são muitas não, porque são poucas moças aqui, mas eu acredito que nenhuma delas tem esse plano de sair (da agricultura) pra trabalhar (na cidade) não.*

E quais investimentos foram possíveis realizar a partir do *Prêmio*? A seguir tento esclarecer de que modo os recursos monetários atribuídos pelo *Prêmio* serviram para estimular o trabalho produtivo e comercial dessas mulheres.

### *3. Investimentos realizados para o futuro do grupo*

Alguns investimentos foram possíveis de serem realizados com o valor recebido pelo *Prêmio*, que como mencionado anteriormente, foi de R\$20.000,00, tendo o grupo adquirido um trator para aprimorar seus cultivos, um computador e uma impressora para tanto melhorar seus rótulos, mas também para gerenciar melhor a produção, guardar registros e divulgar o trabalho do grupo.

*Sebastiania* se preocupava bastante também com a questão da memória do grupo, reconhecendo a importância do valor simbólico que tais registros conferem à preservação de sua história. A importância de se recuperar histórias para construir novas subjetivações e novos valores locais (HARAWAY, 1991; PICHARDO, 2014). A partir do seu relato

podemos perceber tais preocupações, assim como a responsabilidade de *Calliandra* pela gestão do uso dos recursos investidos dentro do grupo:

*O trator fica ali na Calliandra porque eu falei que não queria aqui em casa. O computador tam-bém fica com a Calliandra porque anota as coisa lá da cesta, faz foto da gente, eu falo com ela que é pra botar no computador, que é uma coisa que vai pra memória porque mais cedo ou mais tarde a gente vai precisar. Um dia quando tiver mais velhinha – porque já não tamo mais nova mesmo – sentar e mostrar pros nossos neto, que um dia a gente, a gente era tão pequenininha e chegou até lá.*

De acordo com *Calliandra*, tais aquisições aprimoraram a produção, tanto porque com o computador conseguiram produzir mais rótulos, permitindo alçar outros mercados mais competitivos e lucrativos, como porque com o trator conseguiram melhorar os canteiros das mulheres com maior rapidez e agilidade. No entanto, há ainda a dificuldade de conseguir uma pessoa para operacionalizar o trator, pois nenhuma mulher do grupo foi instrumentalizada para tanto, sendo usual então solicitarem à algum homem (geralmente *Olandi*, o esposo de *Calliandra*, ou algum dos filhos das participantes do grupo), para realizar tal função, conforme relata:

*A gente não tinha o computador, era tudo feito à mão, tendo dificuldades. (...) E aí a gente comprou a tobata, que faz vários serviços... ajuda a fazer os canteiros, melhorou muito a produção. Muitos serviços que eram só feito na enxada, manual mesmo, já tem como fazer. A gente ainda tá com a dificuldade agora no operador porque às vezes a gente precisa e ainda tá...assim, de operar mesmo a tobata, porque as mulheres não conseguem operar. Tem que ter a disponibilidade de um homem pra tá operando essa tobata, mas já ajudou demais – nossa! Como ajudou!*

Tal dificuldade em operar o trator parece sinalizar uma questão que precisa ser aprimorada nas políticas públicas de extensão rural – como as da *ATER para Mulheres*; por exemplo – que acabam concentran-

do formações no que se refere ao uso de maquinário e de tecnologia rural mais para os homens.

Elas seguem com planos de investimentos, são gestoras e se apropriam aos poucos da função gerencial agrícola. São *Margaridas* decididas. Planejam seu futuro à medida que vão adquirindo maior confiança nas próprias decisões, como o relato de *Sebastiania* demonstra a seguir:

*Eu tô investindo, investindo. Uma coisa ajuda a outra porque eu vendendo na feira claro que melhorou muito – você nem imagina! A gente investe. Eu, agora mesmo que eu fiz a minha economia, aí eu imaginei assim: não mexe na economia fazer um depositozinho, não é muito, mas nem isso se tinha, né? E aí eu comprei, comprei mesmo a prestação, e ali deu quase R\$1.200,00. Aí agora eu vou comprar um fio pra arrumar minha energia lá do poste pra que eu tenha um fio grosso pra arrumar minha cisterna e quero fazer mais horta.... vou explorar aqui pra baixo: plantar banana, mandioca, esses tipos de coisas assim. Não é eu que vou trabalhá, mas eu já falei que eu não sou pra trabalhar, eu quero é só dar as ordens. Eu quero é dar as ordens! Eu quero ser a dona do dinheiro e só! Eu falei que eu sou meio empreendedora – gostou?*

O grupo acessa diferentes políticas públicas, e, justamente por isso, as mulheres conseguiram serem reconhecidas pelo trabalho que realizam, sendo beneficiadas com o valor simbólico e monetário do *Prêmio*, que as estimulou a crescer e seguir investindo no potencial produtivo futuro. No subtópico a seguir, esclareço como o acesso às políticas públicas foram fundamentais para a consolidação do trabalho dessas mulheres.

#### *4. Acesso às políticas públicas e a consolidação do trabalho das mulheres*

Para participar do *Prêmio*, o *Grupo de Mulheres Raízes da Terra* precisou ser reconhecido por uma *Organização de Controle Social* (OCS) como orgânicos, tendo conseguido também a *DAP* para poder acessar programas governamentais, como o *PAA* e o *PNAE*, por exemplo. Sendo o *Prêmio* uma iniciativa da *SPM* em parceria com o *MDA*, questionei à *Calliandra* como percebia a importância da *SPM* na promo-

ção de políticas voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais, no que ela me respondeu que as políticas promovidas pelo órgão chegam através da EMATER/DF, e que seria esse órgão quem promovia e esclarecia sobre as iniciativas governamentais apropriadas por estarem em contato mais frequente com as mulheres do grupo.

Como mencionei anteriormente, foi a partir da *DAP* que o grupo conseguiu acessar programas do governo para comercializar sua produção. A partir de assistência da EMATER/DF (obtida por contato do próprio assentamento), conseguiram comercializar seus produtos através de políticas e programas governamentais, sendo o *PAA* e o *Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal (PAPA)*<sup>124</sup> os primeiros programas acessados por estas. *Sebastiania* acredita que as transformações que tais políticas, programas e ações promovem, ao estarem incorporando assentadas e assentados da reforma agrária, só poderia vir através de uma Presidente mulher, pois a mesma compreenderia parte dos percalços sentidos por estas, como podemos ver na sua declaração a seguir:

*Teve alguém que nos ajudou nós a tirar a DAP, porque também tudo isso precisa ter uma DAP porque é um começo de documento e essa pessoa nos incentivou, nós tiremos a DAP, e aí formou, fomos trabalhar. No primeiro ano que eu entreguei no PAA, foi uma felicidade muito grande! Nossa! Eu ficava assim agradecendo a Deus e dizia: “Meu Deus do céu! Só mulher presta pra ser Presidenta porque compreende, entende as necessidade das mulheres”. Aí eu entreguei o primeiro ano, o segundo ano, né, graças a Deus. Aí já veio outros projetos que já foi crescendo, que foi o PAPA, né, e isso foi já, foi assim nos incentivando de um jeito...*

Questionei ainda se as mulheres do grupo teriam incorporado outras políticas públicas que as tivessem beneficiado de alguma forma e, de acordo com *Sebastiania*, algumas (ela inclusive) tinham acessado o *Programa Bolsa-Família (PBF)* e o *Programa Brasil Sem Miséria*, pro-

---

124 Criado em 2012 pelo Governo do Distrito Federal (GDV), o programa viabiliza a compra direta pelo GDF de alimentos e produtos artesanais de pequeno/as produtores/as rurais e de organizações sociais do setor agrícola (GOVERNO DE BRASÍLIA, 2012).

gramas de renda condicionada que as teria ajudado na manutenção de suas famílias e de suas vidas domésticas.

*Sebastiania* acessou o *PBF* já com seus filhos adolescentes e o *Programa Brasil Sem Miséria* concedeu recursos para aprimorar sua produção aos poucos. Apesar de já ser uma senhora de idade, ela ainda não era aposentada quando a entrevistei, trabalhando nas atividades produtivas de seu lote cotidianamente, utilizando os recursos do governo acessados via políticas públicas para aprimorar sua produção, como vemos no seu relato:

*Olha, no ano passado foi que eu consegui a Bolsa-Família. Esse tempo todinho eu batalhando por mode de Bolsa-Família, na época com dois filhos estudando nunca tinha tido acesso ao Bolsa-Família. Foi bom, que aí depois veio aquele Brasil Sem Miséria, aí eu acessei também, fui participante – tenho até uma parcela dele pra receber que (vai servir) pra plantar batata-doce – isso me ajudou muito! Sabe? Porque eu não sou aposentada ainda, né? Se eu não sou aposentada ainda então tenho que tirar tudo de dentro dos braços que já estão cansados. E com esse recurso que veio, né, eu comprei mais adubo, né, aí tô compondo que é pro mode d’eu fazer alguma plantação.*

Ainda que tenham alcançados diversos avanços no que se refere ao reconhecimento da importância do trabalho das mulheres do grupo em suas família e na comunidade, e também na incorporação de métodos agroecológicos e no posterior acesso à políticas públicas, muitos são os desafios ainda a serem superados pelo grupo, como a própria falta de recursos, a dificuldade em acessar políticas ainda presentes, a dificuldade de comercializar seus produtos e, a permanência das gerações mais jovens para dar continuidade à atividade do grupo. No tópico a seguir, detalho melhor um pouco dessas observações feitas por elas.

\*\*\*

### *Desafios a serem superados pelo grupo*

Tendo analisado a constituição do grupo e dos avanços alcançados através do *Prêmio*, busquei saber através de minhas interlocutoras



quais seriam os possíveis desafios para a permanência e manutenção futura do *Grupo de Mulheres Raízes da Terra*. Nos subtópicos a seguir, detalho as observações e questões que abordei nas entrevistas que realizei com elas sobre os principais desafios que percebem frente ao grupo.

### *1. A falta de recursos*

Tanto *Marajoara*, quanto *Calliandra* e *Sebastiania*, reconhecem a falta de recursos como um dos principais desafios a serem superados pelo grupo nos próximos anos. Para *Marajoara*, ainda que existam políticas que facilitem o crédito, as dificuldades de acessá-las as tornam praticamente inexistentes dificultando o incremento das atividades do grupo, como ela explica a seguir:

*Acontece o seguinte: faltam muitas coisas aqui ainda na nossa comunidade... E tem várias outras assim porque a gente não tem agora no momento... mas falta mais dinheiro pra comprar as máquinas, comprar essas coisa pra fazer, tipo assim, um galpão, pra fazer essas coisa... Eles falam que tem tudo, mas quando a pessoa vai atrás tem muito empecilho, dificuldade pra chegar lá.*

De acordo com *Calliandra*, o próximo investimento do grupo seria na construção de um galpão em que possam realizar processamento de seus produtos, podendo comercializar doces, bolos, pães, compotas, polpas, entre outros, reduzir os desperdícios, aumentando o retorno financeiro e a participação de outras mulheres do assentamento, que não se identificam tanto com a função agrícola, mas que poderiam agregar valor à produção, como podemos perceber no seu relato:

*Marie: O quê que vocês ainda querem fazer e desenvolver enquanto grupo?*

*Calliandra: Enquanto grupo, processamentos. Ainda tem esse pensamento porque tem as mulheres que se identificam de ir pra horta mesmo, de colocar a mão na massa, colocar a mão na terra e produzir e tem aquelas que não tem muito dom... cada uma tem o seu, a sua vocação. Aí tem mulheres talentosas aqui que fazem bolo, que fazem pão, pães, né? Processados. A gente pensa: precisamos de uma área bem organizada, uma construção bem feita pra pra poder processar. Tem*

*vários desperdícios que a gente tem de coisas boas, né? E a gente pode usar de forma diferenciada e agregar valores. Por exemplo, tem uma cenoura pequena, só que ela tá boa, não desenvolveu, mas você pode fazer uma conserva, né? Então, nosso pensamento que vai agregar mais mulheres é trazendo o processado, conseguindo processar os produtos.*

Para *Sebastiana*, a falta de recursos financeiros é o que mais faz falta para atender necessidades e melhorar a vida das mulheres ligadas ao grupo, demonstrando a importância dos programas do governo para a sustentabilidade desse trabalho, como vemos na sua fala:

*Só o que falta é dinheiro porque coragem as mulheres têm, né! Nós precisa de ter mais dinheiro, não é? Precisa de ter mais dinheiro. O MDS não tem dinheiro, que é justamente aonde faz, da onde vem o dinheiro do pequeno produtor, da agricultura familiar.*

Ainda que acessem diferentes políticas públicas, é evidente a dificuldade que ainda encontram para conseguirem ser beneficiárias das mesmas, ou até mesmo para terem informações sobre, demonstrando a seletividade das políticas das quais poderiam ser sujeitas (RIZOTTI, 2001; PECHENY e DE LA DEHESA, 2009). No subtópico a seguir, tento apontar algumas das dificuldades de acesso às políticas que me relataram quando as visitei.

## *2. A dificuldade de acesso às políticas públicas*

Além da dificuldade de se obter recursos, outros dos desafios que o grupo ainda precisa superar são, como vimos, as dificuldades de acesso às políticas públicas, por diferentes razões. Em todas os diálogos que realizamos perguntei sobre políticas públicas, primeiramente o que entendiam sobre as mesmas, questionando em seguida quais políticas eram acessadas e quais ainda se faziam ausentes. *Sebastiana*, apesar de uma das líderes do *Raízes da Terra*, percebe as políticas como matéria de difícil compreensão e de bastante importância, demonstrando que, ainda que não compreenda muito bem a discussão, vai incorporando as questões que começa a vivenciar, quando participa de seminários como representante do grupo, como vemos no seu relato a seguir:

*Olha, isso é uma coisa meio complicada! Inda mais política pública. Inté eu fui participar do seminário aqui do CONSEA<sup>125</sup> quando foi eleger a presidenta do CONSEA, né? Eu fico assim até olhando e ouvindo assim as mulheres debatendo política, eu preciso de aprender, né... mais eu num entendo muito não! Mais, tô aí no meio, né?*

O acesso ao *PRONAF*, programa que fomenta a agricultura familiar, por exemplo, é ainda uma meta a ser alcançada pelo assentamento e pelo grupo. De acordo com *Ilex* – companheiro de *Marajoara*, um dos únicos homens com quem conversei, uma das dificuldades estaria em acessar o próprio *PRONAF* pela falta de titularidade da terra que as unidades do assentamento ainda não tinham. Segundo o que relata, o *PRONAF* poderia trazer muitos benefícios – o que podia ser comprovado pelo fato de quatro propriedades do assentamento já terem adquirido o mesmo. O *PRONAF Mulher* ainda não teria alcançado quórum e não era divulgado na região no momento em que realizei as entrevistas, como *Ilex* explana a seguir:

*O PRONAF pra nós aqui tá com um pouco de dificuldade porque a gente não temos o título. A gente sabe que, pra nós tem dificuldade porque nós não temos o título da terra. Não é um assentamento, é um pré-assentamento. Por conta disso, quatro ou cinco (propriedades agrícolas) aqui se uniram naquele sistema que junta três – um avalia pro outro – e eles conseguiram – o PRONAF normal. O PRONAF Mulher não foi... no nosso caso a gente nem foi atrás ainda porque... não saberia nem por onde ir, mas o que apareceu aqui via EMATER – porque a EMATER que difundiu aqui. E a gente não viu muita resposta não... não viu sucesso aqui ainda não.*

---

125 O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, é um órgão de assessoramento ao Governo Federal, de caráter consultivo, formado por dois terços de representantes da sociedade civil. Foi instituído em 2003 como um espaço de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional brasileira (MACHADO, 2017).

De acordo com *Calliandra*, apesar de ainda não terem acessado o *PRONAF*, muitas teriam acessado o *PROSPERA/DF*, um programa de concessão de crédito fomentada pelo Governo do Distrito Federal que concede empréstimos de até R\$ 30.000,00 para produtoras/es individuais e até R\$ 66.000,00 para cooperativas de agricultura familiar, com juros de 2% para custeio e 3% para investimento ao ano (GOVERNO DE BRASÍLIA, 2017). Tal crédito permitiu muitos avanços para o grupo, porém é preciso pensar de que modo o mesmo poderá evitar o endividamento futuro, e o risco de não conseguir quitar suas dívidas nos anos seguintes.

O grupo acessa o *PAA*, o *PNAE* e o *PAPA*, programas de aquisição da produção pelo governo, voltados para o escoamento da produção agrofamiliar, e para a rentabilidade das famílias que são beneficiadas pelos mesmos. Quando questionei à *Calliandra* sobre quais políticas específicas, ações ou programas voltados para mulheres são incorporadas na região, ela não soube apontar diretamente quais seriam, mencionando alguns programas transversais que trouxeram benefícios para as mulheres da localidade. A informação e o acesso das políticas chegam através das/os técnicas/os extensionistas da *EMATER/DF* que prestam assistência ao grupo, ou fornecendo contatos de pessoas que as auxiliem, como vemos no relato de *Calliandra* a seguir:

*A gente busca muita ajuda na EMATER porque também é a EMATER que nos assiste aqui – são duas mulheres (técnicas da EMATER) assim, nota 1.000. Então, assim, elas nos ajuda muito em tudo: a gente precisa informações, é... no geral elas ajudam. Quando elas não podem, elas procuram parcerias.*

E além dos programas e políticas voltadas para o crédito para mulheres trabalhadoras rurais, que outras políticas as mulheres do grupo percebem como ausentes? Segundo *Calliandra*, políticas voltadas para educação, saúde e contra a violência contra as mulheres se fazem necessárias na região. A questão da educação do campo é algo que realmente dificulta a qualificação de muitas mulheres das áreas rurais brasileiras, assim como a questão do transporte público nessas localidades mais afastadas dos centros urbanos. As políticas públicas devem incorporar as reais demandas e os cotidianos das diferentes mulheres brasileiras, como alerta o relato de *Calliandra* a seguir:

*A nossa dificuldade, por exemplo, é que tem muita gente que precisa estudar, mas, como é distante o colégio – o colégio é daqui a 10 km – tem que ir de ônibus. O ônibus não passa aqui no assentamento, então tem que ir lá pra estrada pra pegar ele. Então, pra mulher que já trabalhou o dia todo, já tá cansada... pra ir pro colégio, pra ir estudar, chegar (em sua casa) 11 horas da noite pra começar no outro dia, então, é... muitas vezes desestimula – começa e termina e desiste. Não tem muito incentivo. A gente precisa melhorar na questão da escolaridade ainda de uma parte. Começa várias no início do ano, mas acaba desistindo – eu acho que essa é uma das maiores dificuldades assim que as mulheres daqui têm.*

Para *Calliandra*, há ainda a dificuldade de acesso aos sistemas de saúde por essas mulheres. Muitos/as autores/as demonstram que de fato o universo rural dispõe de menor cobertura médica, menor cobertura por planos de saúde e pior condição de saúde (ALMEIDA et al., 2002; KASSOUF, 2005; MORAIS et al., 2008; citados por VIEIRA, 2010). Ainda que haja a previsão dos ônibus da SPM com esse atendimento, efetivamente, por falta de recursos municipais, o mesmo não acaba rodando frequentemente as parcelas rurais do país com eficiência. Assim como em diversos municípios brasileiros, há poucos postos de saúde na área rural da região, se concentrando nos centros urbanos e se mantendo distante das famílias que vivem e coabitam os universos rurais. Também não são contratadas/os agentes de saúde em quantidade suficiente para realizar o atendimento, como *Calliandra* denuncia a seguir:

*A saúde também acaba tendo dificuldades de acessar. Não temos assistência à saúde aqui, agente de saúde não tem – temos aqui no Lago Oeste a 10 km, mas não tem o suficiente pra nos atender.*

Políticas que tratam da violência contra as mulheres e outras questões temas de políticas públicas voltadas para mulheres chegam até o grupo através da EMATER, sendo esse órgão responsável pelas informações sobre os direitos que detém, sejam eles trabalhistas, como direito à aposentadoria e licença-maternidade, ou de como proceder em casos de violência. As mulheres do grupo não pareciam ter uma militância fe-

ministra ativa, de fato, me parecia que eram mulheres que ainda estavam se aproximando dos debates feministas através da própria EMATER, o que detonava certa dúvida sobre o viés neoliberal que o grupo poderia futuramente tomar, já que idéias feministas não estavam internalizadas pelas mulheres que o compõem. Não há militância pelas lutas das mulheres. De fato, ainda que sediadas no entorno de Brasília/DF, o grupo não participou da *V Marcha das Margaridas* em 2015, por exemplo.

Percebi em todas as conversas que tive – com *Calliandra*, *Sebastiania* e *Marajoara* – que o tema da violência era ainda percebido como um tabu, alocado à esfera particular de cada mulher. Todas foram contundentes em afirmar que não acontecia casos de violência com as mulheres do grupo, mas que já escutaram histórias do início do assentamento sobre, assim como de casos na região de Sobradinho, fora do assentamento, como a fala de *Calliandra* destaca:

*Acho que aqui todas já tem uma consciência... e graças a Deus a gente aqui não tem casos de violência não, contra a mulher. Eu acho assim, que aqui as mulheres num deixam muito se levar pela questão do parceiro... a gente já teve, na época de assentamento quando era mais pessoas já teve – tivemos muito problema, mas agora não.*

A aposentadoria foi também mencionada como meta futura pelas líderes do grupo quando as entrevistei. As reformas da Previdência instituídas por Temer em 2017 ainda não haviam sido anunciadas naquele momento. *Sebastiania*, já com mais de 65 anos, adiava a mesma para poder continuar trabalhando, acreditando ser melhor colocar a aposentadoria para o futuro, como fala:

*Marie: A senhora falou que ainda não é aposentada, mas a senhora vai se aposentar?*  
*Sebastiania: Olha, um dia a gente vai correr atrás disso. Mas enquanto a gente puder assim, a gente continua trabalhando, né...*

Para *Calliandra*, mais que criar novas políticas públicas voltadas para elas, o Governo deveria criar mecanismos para que tais políticas fossem efetivas, menos seletivas e menos burocratizadas. Os critérios que são impostos por vezes dificultam o acesso às políticas de crédito, por exemplo – as mais mencionadas por ambas líderes do *Raízes da*

*Terra* em nossas conversas. Um dos benefícios que as políticas de crédito poderiam trazer para o grupo é a possibilidade de mais investimentos em melhorias estruturais que ainda são necessárias, como ela explica a seguir:

*Eu acredito que nem precisaria de criar mais políticas públicas, (e sim) de executar as que já tem. Porque quando fala: “Ah, PRONAF Mulher, isso, isso, e aquilo”, é tudo tão simples, tão fácil – eles falam, mas a burocracia quando a gente vai executar... A gente nem queria tanto de graça não, a gente quer investir, a gente quer até pagar – eu acho justo que seja um juros (baixo), né? Não tanto querendo de graça, mas a gente quer ter condições de acessar as políticas públicas. A questão dos empréstimos, dos financiamentos. “Ah, não tem recursos!”, esbarra em várias coisas porque a política em si é até boa...*

A burocracia estabelecida pela política é ainda o maior empecilho para estas mulheres acessarem o crédito, principalmente no que se refere à questão de um/a avalista junto às instituições bancárias. O grupo *Raízes da Terra* é um grupo majoritariamente composto por mulheres trabalhadoras rurais assentadas no município de Sobradinho, região metropolitana de Brasília. Muitas são imigrantes de outras regiões do país e não têm muitos vínculos para conseguir tais avais. De acordo com *Calliandra*, é preciso criar novos mecanismos que permitam as/os pequenas/os agricultoras/es acessarem as políticas, desburocratizando os sistemas de acesso, como ela explica a seguir:

*Quando a gente chega lá e você precisa de avalista, você precisa disso... é uma burocracia! Então, você precisa de um avalista... e a política, ela é muito bonita, mas quando você chega (a acessá-la), esbarra (em obstáculos), depende de você ter um certo... você vai procurar o PRONAF, por exemplo: ah, tem que ter um avalista! Agricultor é uma dificuldade já da situação, acho que tem que ter alguma coisa que avaliza e eu acho que é por aí: é aplicar política que já têm. Facilitar – que a gente consiga realmente o acesso de verdade porque na teoria é muito bonito, mas quando a gente vai pra prática, a gente não tem avançado.*

*Muita burocracia. É desburocratizar esse programas que já tem.*

Interessante observar que, ainda que *Calliandra* tenha essa visão das políticas, ao conversar com *Sebastiania*, a outra líder do grupo, percebo que ela vê as políticas públicas de uma percepção clientelista, como concessões governamentais ou dádivas concedidas pelos gestores que ocupam as esferas institucionais, e não como direitos. Ela reconhece a importância monetária recebida por políticas que acessa, mas demonstra que ainda têm forte demanda por políticas de emprego para as pessoas da região que vivem em condições similares à sua:

*Eu tenho uma cesta básica que é dada pelo Governo. Eu agradeço de coração, por exemplo se forem me dar. Mas o que mais nós quer é incentivo pra nós trabalhar. Porque aqui o que todas quer é incentivo! Incentivo pra trabalhar! Acho que é muito pouco pra dizer assim: eu quero. Essa Bolsa-Família, por exemplo, me ajuda muito porque eu tenho certeza que vou buscar ela, já tenho meu gás pra comprar, porque dá pra fazer mais coisas, né... me ajudou e muito! Muito mesmo!*

*Sebastiania* menciona ainda a necessidade de políticas de moradia para as/os assentadas/os rurais. Políticas de reforma agrária e políticas de fomento para construção de suas casas. Ainda estava conversando sobre políticas com ela quando a questioneei que outras demandas deveriam ter atenção do Governo, no que ela me respondeu como se eu fosse uma representante do Governo capaz de dar voz à sua fala. Ela pede políticas de moradia. A fala é incômoda porque a estrutura de sua casa realmente é muito humilde. Me recordo de Spivak (1985) em sua denúncia que nem sempre as/os subalternas/os têm direito à uma voz e a escuto, registro sua fala e transcrevo seu pedido à seguir:

*Eu espero que nossa querida Presidenta (Dilma) – como ela tem nos ajudado muito, eu gostaria que a nossa Presidenta olhasse pra Chapadinha e nos desse o direito – o direito, o direito de nós ter terra... não adianta ter um documento (se refere a DAP) se nós ainda não é a dona dessa terra. Nós quer plantar, nós quer colher, mas nós queria ter*



*uma casa, nós quer ter o direito de fazer nossa casinha porque a nossa casinha quando vem a chuva, a gente senta num canto e espera passar pra gente tirar os colchão de riba da cama pra poder dormir porque nossa casa ainda tá muito derrubada. Eu ainda não tenho condição de fazer uma casa, mas se a senhora Presidenta lembrar de mim, né, do assentamento, pra ser concluído, pra ser feito, nós ter o direito de fazer nossa casinha. Eu vou chamar esse projeto "Minha casa, minha conquista".*

É possível novamente perceber a posição clientelista de *Sebastiana* em relação às políticas governamentais, fazendo-me refletir se não seriam os critérios que tais políticas estabelecem que as fazem ser percebidas assim pelas poucas pessoas que os atendem e conseguem acessar as mesmas. No subtópico a seguir, falo de um outro desafio para garantir a manutenção futura do grupo: a permanência das gerações mais jovens na atividade agrícola.

### *3. Oportunidades para as pessoas mais jovens do campo e o futuro do grupo de mulheres trabalhadoras rurais*

Políticas voltadas para a permanência das gerações mais novas nos universos rurais são fundamentais para a manutenção futura de qualquer grupo de agricultura familiar hoje em dia. Há vários estudos<sup>126</sup> que demonstram essa migração das/os mais jovens para os centros urbanos em busca de educação, oportunidades de emprego e novas experiências. De acordo com *Calliandra*, no *Raízes da Terra*, não existiam muitas pessoas jovens no momento em que as entrevistei, mas as mulheres participantes do grupo buscam conscientizar as novas gerações sobre a importância de dar continuidade ao trabalho que realizam, como destaco em sua fala:

*A gente até que não tem assim jovens. Eu falo assim que a gente é uma comunidade já de meia idade, de meia pra frente. Agora que tá tendo as crianças, têm uns jovens aqui, mas é bem pouco... a gente incentiva bastante a eles não saírem, a*

---

126 ABRAMOVAY, 1998; ABRAMO, FREITAS e SPOSITO, 2000; STROPASOLAS, 2004; OLIVEIRA e JANUZZI, 2005; SPANEVELLO, 2008; entre outras/os.

*procurar recurso pra estudar, dar condições de estudar e de voltar, de continuar, de permanecer... porque o futuro a gente não sabe... porque hoje é aquele negócio: “ah, você não quer estudar, vai pra roça!” – não! Você tá na roça, você precisa estudar, você precisa melhorar, você precisa ser um gestor, a gestora do seu negócio – isso aqui é seu! A gente passa (que) quem vai to-mar conta do futuro disso aqui são eles... eu acho aqui que a maioria, não vejo aqui assim as jovens pensando em sair pra – não, eu quero alugar uma casa na cidade, vou trabalhar, vou estudar, vou ficar lá – não. O pensamento é de quero melhorar, se eu compro um carro, preciso comprar um carro pra eu ir pra rua fazer o que eu preciso, mas voltar – o meu lugar é aqui!*

As/Os jovens participantes são filhas/os das integrantes e já participam das atividades, como reuniões, feiras, colheitas e processamentos. Segundo *Calliandra*, desde a formação do grupo não houve casos de maternidade precoce entre as mulheres do assentamento, ocorrendo apenas um caso no início da formação com uma jovem, mas ela logo saiu do assentamento e se mudou para cidade em busca de maiores oportunidades.

Questionei então sobre os anseios dessa pequena população jovem a partir da perspectiva dela, no que me respondeu que acredita que, apesar de ainda haver queixas sobre falta de oportunidades de trabalho, e também de lazer – para jovens e pessoas de outras idades – no local on-de estão assentadas, as/os jovens pensam em permanecer na função agrí-cola, como *Calliandra* explica:

*Calliandra: Eu acredito que nenhuma delas tem esse plano de sair (da agricultura) pra trabalhar (na cidade) não. Igual eu tava te falando: trabalhar fora, isso, aquilo.*

*Marie: Mas a oportunidade de lazer pras jovens tem aqui?*

*Caliandra: Não tem. A gente precisa para as jovens e para as senhoras. O nosso próximo passo a gente precisa disso, a gente precisa. Aqui a gente não tem uma praça aqui... porque a gente precisa fazer uns exercícios, a gente só faz exercício com a enxada e tal. A gente precisa de tá pedindo*

*um local pra gente fazer as academias, fazer um local pra gente tá confraternizando.*

As demandas que foram sendo criadas dentro dos assentamentos, como escolas, espaços de saúde, espaços comunitários, acesso a bens de consumo e lazer são indicativas de como o rural é tratado de forma precária, demonstrando a necessidade de recriá-lo como espaço de novas formas de sociabilidade e não somente de produção (FONTE, 2006).

Falta ainda uma melhor execução de políticas de educação para o campo, principalmente no que se refere a um maior acesso pelas gerações mais jovens, possibilitando políticas de incentivo para a manutenção futura do grupo. De acordo com *Sebastiania*, a falta de políticas educacionais efetivas faz os/as jovens migrarem, e, é necessário implementar as mesmas para que as/os jovens possam permanecer na pequena atividade agrícola. A agricultora novamente entra nas questões das demandas por políticas como se eu fosse uma porta-voz do governo, e deixa a seguinte questão para as esferas governamentais sobre a ausência de tais políticas:

*Eu digo pelo meu filho: foi embora pra trabalhar lá na cidade, ele terminou os seu estudo, né, caminhava pra fazer uma faculdade, e deixou tudo, e foi arrumar trabalho – pra mode de trabalhar lá porque ele achava que o estudo dele não dava, né. Eu espero que esses projeto do Governo vá pra frente, né! Fique e incentive os jovens que ainda tão no campo junto com os pais, que eles fi-que (na atividade rural), né. Por quê que no cam-po não tem violência como tem na cidade, né? Então é esse o recado que eu gostaria que a Se-nhora Presidenta, o Senhor Deputado Federal, Distrital e Senadores vissem esse lado, né? Que fizessem essa política! Um pedido de uma peque-na produtora rural.*

Para *Sebastiania* ainda são necessárias políticas de incentivo para a permanência das gerações futuras no campo, enquanto *Calliandra* já antevê que mudanças significativas já aconteceram no grupo no que se refere a essas gerações mais jovens, enfatizando que agora começam a ver um futuro de oportunidades nesse universo rural, com anteriormente não acontecia, como relata:

*Marie: Você acha que o grupo influenciou essas mudanças?*

*Calliandra: Influenciou bastante. A gente procura envolver, envolver no trabalho nosso que tem como viver, que tem como melhorar... Por mais que agora não é o suficiente, mas se a gente fizer assim e assim, dar uma melhorada, tem como você viver, e viver bem, e não tem necessidade de você ir pra cidade procurar emprego. É assim ó: o que a gente procura passar para os jovens é isso. Porque aqui é um local que é a roça, é uma área rural, mas é muito próxima à cidade. Tem essa facilidade. Então a gente vê a necessidade de dar estrutura para os jovens permanecerem na propriedade.*

O Prêmio realmente pareceu ter valorizado e reconhecido o trabalho dessas mulheres, e ainda que articuladas, me parece que as trabalhadoras rurais desse grupo de Sobradinho/DF, ainda não sabiam muito sobre políticas públicas, ações e programas do governo que não sejam repassadas por algum técnico extensionista regional. Eu estava iniciando minha longa viagem de volta, ainda em dezembro de 2015.

4.2.2 *Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú* (Afogados da Ingazeira/PE): “*Ser mulher na região do Pajeú é antes de tudo resistência*”.

De acordo com Cordeiro (2006), o sertão pernambucano é uma região de profundas desigualdades sociais, com uma notória ausência de políticas de desenvolvimento sustentável para o semi-árido voltadas para criação de alternativas econômicas locais, condenando assim a população pobre agrícola a precárias condições de vida, que geralmente se agudizam nos períodos da seca.

O semiárido sofre a ocorrência de secas, muitas vezes por longo períodos. Melo (2006) nos recorda que as secas no Brasil são registradas desde 1538, mas foi a partir de 1877 que começaram a trazer prejuízos econômicos pro país. O clima do semiárido é quente e seco com temperaturas elevadas, tendo ocorrência de chuvas de modo irregular e escassa. Os solos são de baixa fertilidade e a vegetação característica é a Caatinga, com uma variedade de espécies utilizadas para o consumo humano e animal.

As políticas de desenvolvimento criadas para a região tampouco contemplam a questão de gênero. Segundo Melo (2006), assim como as demais políticas de desenvolvimento do país, a inclusão dessas questões são tratadas de forma deficiente ou parcial, sendo por vezes apenas mencionada no papel e não colocadas em prática.

A sede da *Associação da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú* está localizada na região semiárida do Sertão do Pajeú, no município de Afogados da Ingazeira<sup>127</sup> em Pernambuco. Criada em 2005 pela ONG feminista *Casa da Mulher do Nordeste (CMN)*<sup>128</sup> com o intuito de apresentar soluções para as dificuldades encontradas pelas mulheres trabalhadoras rurais dessa região na inserção dos seus produtos no mercado consumidor. Hoje fazem parte da *Rede* aproximadamente 350 trabalhadoras rurais, agricultoras, artesãs e quilombolas reunidas em 28 grupos<sup>129</sup>, atuando em dez municípios do território: Afogados da Ingazeira,

---

127 Localizado na microrregião do Sertão do Pajeú a 386 km de Recife, Afoga-dos da Ingazeira, criada em 1909, conta atualmente com aproximadamente 37.000 habitantes. A origem do nome é explicada pela história de um casal de viajantes que morreu afogado no Rio Pajeú e teve seus corpos encontrados em-baixo de uma Ingazeira, árvore muito comum nas margens de rios e lagos da re-gião (MORAES, 2017).

128 A *Casa da Mulher do Nordeste (CMN)* é uma ONG feminista pernambuca-na fundada em 1980 com o objetivo de contribuir para a autonomia econômica e financeira das mulheres da região. A CMN conta com dois escritórios, um em Recife e outro em Afogados da Ingazeira, local onde foi realizada a pesquisa e onde se voltam mais para projetos da área rural. A Casa também busca contribuir no acesso das mulheres às políticas públicas de modo geral, realizando forma-ções e rodas de conversas com diferentes movimentos sociais e associações ci-vis (CMN, 2017). Para saber mais: <<https://www.casadamulherdonordeste.org.br/quem-somos.php>>.

129 Grupos que compõem a *Rede de Mulheres do Pajeú (REDE DE MULHERES PRODUTORAS DO PAJEÚ, 2014)*: *Associação de Mulheres Agricultoras e Artesãs (Tabira/PE)*, *Grupo de Mulheres Girassol (Triunfo/PE)*, *Grupo de Mulheres Cheiros do Sertão (Carnaíba/PE)*, *Grupo de Mulheres Guerreiras do Pajeú (São José do Egito/PE)*, *Grupo de Mulheres Agricultoras de São Pedro (São José do Egito/PE)*, *Grupo de Mulheres Caravana da Esperança (São José do Egito/PE)*, *Grupo de Mulheres Xique Xique (Afogados da Ingazeira/PE)*, *Grupo de Mulheres Doce Esperança (Santa Cruz de Baixa Verde/PE)*, *Grupo de Mulheres Raízes do Campo (Afogados da Ingazeira/PE)*, *Grupo de Mulheres Flores Belas (São José do Egito/PE)*, *Grupo de Mulheres Art's Barro (Brejinho/PE)*, *Grupo Mulheres Sonhadoras (São José do Egito/PE)*, *Grupo Renascer (São José do Egito/PE)*, *Grupo de Mulheres Criando, Produzindo e Preservando (Flores/PE)*, *Grupo de Mulheres Guerreiras Pernambuca-*

Brejinho, Carnaíba, Flores, Iguaraci, Mirandiba, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Egito, Tabira e Triunfo (SPM, 2014).

De acordo com a SPM (2014b), a *Rede* foi regularizada somente em 2008, com apoio do *Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais* (POPMR) do MDA, e desde então se preocupa em orientar os grupos de mulheres trabalhadoras rurais no que se refere à questões feministas, à técnicas em agroecologia, organização dos trabalhos e à comercialização dos produtos. Com a formação da *Rede*, as associadas puderam ter uma renda própria e maior autonomia econômica, sendo notada ainda uma maior capacidade de liderança entre as integrantes, alterando também a divisão do trabalho doméstico nas casas de muitas dessas mulheres.

A *Rede de Mulheres do Pajeú* têm um *site*<sup>130</sup> na internet e uma página no *Facebook*<sup>131</sup>, onde divulgam imagens dos encontros que promovem e participam, assim como expõem produtos e os pontos de vendas itinerantes do grupo, divulgando, informando e promovendo sua imagem virtualmente. Ali também é possível ficar sabendo um pouco mais sobre suas atividades, ver algumas fotos, acessar seus boletins informativos e estabelecer contato com o grupo. Nesses espaços compartilham notícias de cunho feminista e agroecológico, disseminando essas perspectivas entre as participantes do grupo.

As mulheres trabalhadoras rurais do Pajeú trabalham com produtos artesanais, produtos agrícolas e beneficiados que são comercializados através de encomendas pessoais, mas também através dos pontos de comercialização da *Rede*, ou diretamente com os grupos. Todos os gru-

---

*nas* (Iguaraci/PE), *Grupo de Mulheres Vivendo e Aprendendo* (São José do Egito/PE), *Grupo de Mulheres de Gameleira* (Itapetim/PE), *Grupo de Mulheres Flores do Campo* (Flores/PE), *Grupo de Mulheres Nova Esperança* (São José do Egito/PE), *Grupo de Mulheres Retalhos do Pajeú* (Afogados da Ingazeira/PE), *Grupo de Mulheres Quilombolas de Mirandiba* (Mirandiba/PE), *Grupo de Mulheres Nova Fonte* (Triunfo/PE), *Associação de Mulheres e Jovens do Saco dos Henriques* (Flores/PE), *Grupo de Mulheres Quilombolas de Abelha e Brejo de Dentro* (Caranaíba/PE), *Associação do Movimento de Mulheres Urbanas e Rurais de Tabira* (Tabira/PE), *Grupo de Mulheres Renovação* (Flores/PE), *Grupo de Mulheres Guerreiras do Pajeú II* (Tabira/PE) e *Grupo de Mulheres Artesanato Pajeú* (Afogados da Ingazeira/PE).

130 Para saber mais, acesse: [<https://redemulheresprodutoraspajeu.codigosur.net/>](https://redemulheresprodutoraspajeu.codigosur.net/).

131 Para ver a página do grupo no Facebook, acesse: [<https://www.facebook.com/Rede-de-Mulheres-Produtoras-do-Paje%C3%BA-1398781397008716/>](https://www.facebook.com/Rede-de-Mulheres-Produtoras-do-Paje%C3%BA-1398781397008716/).

pos vinculados à *Rede* adotam princípios da agroecologia, da economia solidária e do uso sustentável dos seus recursos.

Os produtos artesanais (sabonetes com plantas da Caatinga, colchas de retalho e de crochê, travesseiros de plantas medicinais, filtros e panelas de barro, entre outros) são feitos a partir de fibras naturais, barro, plantas medicinais, jornais, retalhos, sementes, flores e galhos da Caatinga. A produção agrícola adotada é livre de agrotóxico e bastante diversificada para a região semiárida – produzem frutas, hortaliças, grãos, leite, ovos e carnes –, demonstrando a importância da construção de sistemas hidráulicos para a produção familiar local. Também beneficiam diversos produtos da vegetação nativa – como umbu, maracujá, caju, mandioca, entre outros – em polpas, geléias, doces, compotas, bolos e cocadas.

A gestão da *Rede* é realizada por uma comissão de técnicas e agricultoras, tendo o grupo criado um *Fundo Rotativo Solidário* (FRS) mantido pela associação para financiar projetos dos grupos componentes. Com o valor do *Prêmio*, o FRS passou de R\$ 18 mil para R\$ 28 mil, possibilitando o fomento de mais atividades produtivas, permitindo que *Rede* ampliasse sua capacidade de empréstimo a um número maior de grupos integrantes (SPM, 2014b). O FRS é um instrumento de apoio criado com intuito de fortalecer as atividades produtivas das mulheres integrantes, permitindo que invistam em sua produção, ampliando a capacidade produtiva, seu capital de giro e melhorando seu acesso a novos mercados.

De acordo com a SPM (2014b), através do FRS a *Rede* pôde financiar projetos para implantação de sistemas de irrigação em hortas agroecológicas, de infra-estrutura de armazenamento de água – cisternas, caixas d'água e poços artesianos –, de construção de galinheiros, compra de animais de pequeno porte, aquisição de terra, maquinário e equipamentos diversos voltados para a produção agrícola e para produção de artesanatos, além da formação de capital de giro. Marcando essa ampliação da capacidade produtiva e de comercialização, a SPM (2014) ressalta o fortalecimento das infraestruturas hídricas como uma das grandes benfeitorias que a *Rede* trouxe para a comunidade localizada na região semiárida pernambucana, onde a luta contra a escassez da água é contínua.

\*\*\*

Meu primeiro contato com o grupo se deu nas oficinas da SPM em dezembro de 2014 em Brasília, quando conheci e pude conversar

com *Theobroma*, uma das trabalhadoras rurais gestoras do grupo naquele momento. Ela se destacava das demais durante a oficina por ser a mais comunicativa entre todas e com o discurso mais politizado, sendo inclusive a escolhida por elas para receber a publicação durante o lançamento promovido pela SPM, como parte das atividades programadas na mesma oficina, conforme já relatei.

Visitei a sede da *Rede de Mulheres do Pajeú* em agosto de 2016. Fiquei instalada na casa da mãe de *Caena*<sup>132</sup>, uma das trabalhadoras rurais que fazia parte da equipe da *Rede* responsável pelas atividades administrativas e mais burocráticas da mesma. No entanto, como disse anteriormente, meu primeiro contato havia sido com *Theobroma*, uma das agricultoras dirigentes da *Rede* que conheci em Brasília em dezembro de 2014, quando conversamos e pude entrevistá-la. A escolha do grupo partiu dessa oficina, pelo fato de *Theobroma* ter chamado minha atenção por sua oratória politizada, cheia de poéticas do semiárido e que me fez perceber uma perspectiva feminista mais elaborada do trabalho que a *Rede* realizava com as trabalhadoras rurais do Pajeú. Quando a entrevistei peguei seu e-mail e telefone, e falei que pretendia visitá-las em algum momento dos anos posteriores para conhecer melhor o trabalho da *Rede*. Ela prontamente me respondeu que eu seria muito bem vinda.

Minha ida tardou a acontecer porque conseguir recursos para o deslocamento de Florianópolis (SC) até o interior de Pernambuco, assim como o planejamento de pesquisa me tomou certo tempo. Quando finalmente consegui reunir os recursos financeiros necessários, iniciei a tentativa de contato com *Theobroma*, primeiro por e-mail, e não havendo resposta, comecei a realizar tentativas de contato por telefone. Já tinha agendado a viagem e ainda não conseguira contato com *Theobroma*. Comecei então uma busca *online* pelos telefones de contato da *Rede de Mulheres do Pajeú*, buscando em *sites* de notícias da região, *sites* da prefeitura do município e em fóruns de agroecologia regionais que mencionassem a *Rede*. Os números e contatos que apareciam eram sempre os que eu tinha, mas finalmente encontrei em um fórum outro número de telefone e liguei. Atendeu *Caena*, uma mulher bem simpática, que assim que expliquei quem eu era e o que pretendia, ofereceu sua casa para que eu me hospedasse e me explicou que *Theobroma* era quem fazia

---

132 Caena é um dos nomes populares para *Piper umbellatum*, planta medicinal de folhas largas em formato de coração que ocorre principalmente nas capoeiras do Nordeste (MARIOT et al, 2011; p.676).



todas as frentes da *Rede*, mas que desde o começo de 2016 estava afastada porque havia sofrido um derrame.

*Caena* me orientou a ligar para Afogados da Ingazeira um dia antes de minha viagem, o que fiz quando estava em Recife, no dia anterior à minha ida para o sertão. Pelo telefone me informou que estava voltando de uma viagem ao Rio de Janeiro a que fora convidada para falar sobre a *Rede* e que estaria retornando na mesma madrugada. Meu ônibus saía de Recife às 12:30 hs da manhã e chegaria às 23:00 hs da noite, de modo que eu chegaria antes que *Caena* em Afogados. Seu marido, *Juá*<sup>133</sup>, ficou de me buscar na rodoviária e eu dormiria na casa de sua mãe, *Dona Apuléia*<sup>134</sup>. *Juá* estava lá na rodoviária quando cheguei e de lá fomos para o município vizinho, Flores, que é onde eles viviam, a 40 km dali.

A casa de *Caena* era simples, mas bem construída, e ficava na área central do município de Flores. Toda sua família morava por perto e as refeições principais (café da manhã, almoço e janta) eram feitas em conjunto na casa de *Caena* ou na de *Apuléia*, sua mãe. *Caena* era a irmã mais velha de outras duas mulheres e todas tinham filhas/os, exceto *Caena* que, no entanto, tinha uma enteada adolescente.

Fiquei hospedada na casa de *Apuléia*, uma casa também simples a dez passos de distância da residência de *Caena*, repleta de imagens de *Nossa Senhora*. Conversando com *Apuléia*, descobri que ela sempre recebia em sua casa pessoas que visitavam a *Rede* e me contou um pouco de sua história: havia se separado do marido há 12 anos porque este a havia traído com a mulher que agora era sua esposa. Todas as filhas de *Apuléia*, inclusive *Caena*, ainda repreendem o pai e não convivem com sua nova família. Já o pai é figura presente no cotidiano dessas, aparecendo todos os dias na casa de *Caena*, a contragosto de sua mãe.

Fiquei no antigo quarto de *Caena*, bem simples com um ventilador enorme e bastante barulhento. Logo no meu primeiro dia percebi que a vida ali começava cedo. Às 5:20 hs da manhã o sol e o calor já se faziam presentes – e o ventilador se tornava necessário – e *Dona Apuléia* já ligava a TV para assistir o Jornal enquanto passava o café. Assim

---

133 *Juá* (ou Juazeiro) é o nome popular da *Zizyphus joazeiro*, planta nativa da Caatinga do Nordeste brasileiro, que produz frutos comestíveis e ricos em vitamina C (LORENZI, 2002; p. 299).

134 *Apuléia leiocarpa* é o nome científica da Garapa, uma árvore de grande porte nativa do Nordeste, cujas sementes são consumidas por pequenos animais e é considerada a melhor madeira nativa para construção de barris e tonéis de vinho, cerveja e cachaça (GRINGS e BRACK, 2011a; p.410).

que despertei, *Apulêia* ligou para *Caena* avisando que eu já estava acordada para tomarmos o café da manhã, juntamente com *Juá*, seus/suas netos/as e a enteada de *Caena*.

Ainda não eram 6:00 hs da manhã quando conheci *Caena*. Ela estava com seus 40 e pouco anos de idade e se afirmava feminista que não queria ter tido filhos/as. Ressalto isso porque alguns fatos curiosos vivenciados no cotidiano de sua família me fizeram refletir como nenhuma dessas constatações são fixas e imutáveis. O comportamento da enteada era o tempo todo lembrado por *Caena* quando a conversa era sobre a adolescente, demonstrando certa preocupação com o controle da sexualidade da menina, e por vezes soltando frases que a mesma era de temperamento impulsivo. A falta de docilidade da enteada era por vezes colocada em questão e seus atributos como mulher responsável pelas atividades domésticas já lhe eram cobradas diariamente.

Outra cena que me chamou a atenção foi quando jantávamos com toda sua família e a conversa sobre ter filhos/as entrou em discussão. Perguntavam-me se eu não gostaria de ter filhos/as e o mesmo para *Caena*. Eu disse que a tese era minha criança naquele momento e *Caena* simplesmente sorria olhando para seu esposo. Sua irmã então disse que havia uma criança disponível que tinha nascido há poucas semanas de uma menina adolescente da região e que a mesma queria dar pra alguém o bebê porque não teria condições de criar. A irmã questionava se *Caena* não queria uma menininha pra ela, *Caena* olhou para o marido e lhe perguntou o que achava, ele falou que não, que a adolescente já dava bastante problemas para o casal. *Caena* ficou de pensar e falar com a irmã depois. Lembrei-me da adoção a brasileira que tanto li nos textos de Claudia Fonseca (2006)<sup>135</sup> sobre circulação de crianças em famílias de camadas populares em Porto Alegre, na região sul do país.

Um pouco antes das 7:00 hs da manhã já estávamos no seu carro para irmos para a sede da *Rede* em Afogados da Ingazeira, uma viagem de aproximadamente 25 minutos pela rodovia interestadual. Na estrada fui percebendo o sertão, uma Caatinga seca, repleta de mandacarus, xique-xiques, palmas e árvores sem folhas. As cercas todas feitas com restos de árvores e arbustos. Muitas pedras e muito calor. Gatos magros, galinhas e cabras e mais cabras, ilustravam esse cenário de *road movie* sertanejo e desértico.

---

135 Fonseca (2006) analisa a prática de circulação de crianças em bairros populares de uma grande cidade brasileira, em que mulheres em situação de extrema miséria confiaram seus filhos aos cuidados de outrem.

A sede havia alterado de endereço em janeiro daquele ano, antes alugavam um espaço e quando as visitei em meados de agosto de 2016, a *Rede* já era proprietária de um sobrado próprio. Um portão de ferro fechava uma garagem coberta onde havia dois carros devidamente equipados com ar condicionado – algo bem comum nos carros da cidade – com adesivos do logo da *Rede* e de seus patrocinadores. A garagem dava para uma sala de entrada com uma mesa de atendimento com computador, sofá, ar condicionado, vários posters, uma estante com os diversos Prêmios que ganharam e com publicações da *Rede*, mas também da *CMN*, da *REF* e outras publicações sobre políticas públicas, agroecologia, agricultura familiar e diversas outras de teor feminista.

O imóvel por fora ainda estava sem acabamento e sem pintura, mas por dentro estava tudo bem novinho, paredes bem pintadas e piso de porcelanato. No térreo havia um banheiro social e outras três salas: uma de almoxarifado, uma para *Theobroma* – tinha uma placa com seu nome na porta da mesma – e uma outra sala onde aconteciam as reuniões com um banheiro ainda em construção. Tanto na sala destinada a *Theobroma* – que já estava afastada há meses e ainda desocupada – quanto na sala de reuniões, havia ar condicionado, também bastante comum na região, pois o calor do Pajeú é muito intenso durante o dia.

Na sala de reuniões, uma mesa retangular grande no centro e três computadores com uma impressora. Havia ainda uma estante contendo documentação dos diversos grupos participantes da *Rede*, uma TV e um mural contendo as datas agendadas para as formações que ocorreriam no decorrer daquele ano. No térreo havia ainda uma cozinha pequena com geladeira, cristaleira e fogão novinhos, além de uma área de serviço. No segundo andar havia apenas uma varanda enorme coberta com teto de zinco sem nenhum acabamento. Segundo *Caena*, nesse espaço, quando estivesse finalizado, elas pretendiam realizar as formações do grupo.

Após conhecer a sede, *Caena* me levou para conhecer uma van que ficava estacionada na praça central da cidade, onde comercializavam produtos da *Rede*. A van foi pensada como uma espécie de loja móvel, no entanto ficava estacionada sempre no mesmo lugar, frente à Prefeitura, à única agência do Banco do Brasil do município e à Igreja Matriz. Voltamos para a sede e *Caena* começou a fazer o almoço para todas. Segundo ela, todos os alimentos – exceto a carne, o arroz e o macarrão – eram doados pelas agricultoras da *Rede*. Macarrão com tomate, cebola e muito coentro, feijão de corda, arroz, farofa, charque, cuscuz com queijo coalho de cabra, suco de umbu e doce de leite feito pelas agricultoras, compunham parte do cardápio que costumavam preparar.

Na sede da *Rede* conheci outras duas trabalhadoras rurais responsáveis pelo grupo, que também realizavam atividades de formação de gênero e de agroecologia com as trabalhadoras integrantes e que se reconheciam como feministas: *Macela*<sup>136</sup> e *Aroeira*<sup>137</sup>. Estas, além de agricultoras e técnicas-educadoras da *Rede* eram pedagogas de formação, tendo *Aroeira* também um mestrado em *História*. Durante o almoço combinamos que realizaríamos a entrevista em seguida, após assistir ao jornal te-levisivo da tarde. Entrevistei-as exatamente no dia em que ocorria a votação do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff pelo legislativo. O clima entre nós todas era de muita tensão, e durante toda a entrevista (e o restante do dia também) a tv ficou ligada transmitindo o evento. Nossa entrevista foi permeada de muitas emoções assistindo a transmissão do *impeachment*, sendo em vários momentos entrecortadas por falas de indignação, choros e preocupação com o futuro das políticas públicas brasileiras e com as políticas voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais do país.

Após a entrevista chegou *Licurana*<sup>138</sup>, técnica da *CMN*, parceira da *Rede*, e as três juntas começaram a organizar as agendas de formações de cunho feminista e agroecológico, que pretendiam realizar com as trabalhadoras rurais da região nas próximas semanas. No dia seguinte houve uma reunião do *Fórum de Mulheres Agricultoras*, da qual pude participar, onde pude escutar parte das principais demandas dessas mulheres que ainda precisavam ser resolvidas.

Nesse dia *Caena* não pôde me acompanhar e acabei permanecendo com *Licurana* conhecendo o escritório da *CMN* regional – onde pude ter acesso a diversas publicações e de onde saímos para visitar mulheres trabalhadoras rurais que eram atendidas pela organização em suas unidades agrícolas. O motivo da visitação era verificar o uso dos fornos agro-

---

136 Macela ou Marcela são nomes populares da *Achyrocline satureioides*, erva natural da flora brasileira bastante utilizada em fitoterápicos; no Nordeste flo-rescem em setembro e geralmente indicam solos degradados e acidificados (JBRJ, 2017a).

137 Aroeira ou Aroeira do Sertão são alguns dos nomes populares da *Myracrodruon urundeuva*, árvore típica das matas secas, do Cerrado e da Caatinga, mui-to comum na zona semiárida do Nordeste brasileiro (MAIA, 2012; p. 119).

138 Licurana ou Abacateiro-roxo são nomes populares da *Hieronyma alchomeoides*, árvore nativa desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul, frequente nas matas próximas à costa litorânea (SCHUCH, SIMINSKI e FANTINI, 2011; p.465).

ecológicos que a *CMN* havia implementado na casa dessas mulheres, usando lenha de troncos envelhecidos (ou carvão) em vez do gás usual. A maioria das casinhas muito humildes com mulheres cuidando de seus/suas filhos/as e dos afazeres domésticos. Eram agricultoras, artesãs e quilombolas que usavam troncos de suas unidades como insumo para o forno, reduzindo as despesas cotidianas.

Durante essas visitas acabei me aproximando bastante de *Licurana*, graduada em *Zootecnia*, mestre em *Sistemas Agropastoris do Semiárido* e doutora em *Engenharia de Processos*. Como meu ônibus de retorno para Recife sairia às 5:45 hs da manhã e a casa de *Caena* ficava em outro município, *Licurana* acabou me oferecendo para dormir em sua casa em minha última noite no sertão. Ela morava no centro de Afogados, a 10 minutos da Rodoviária. Passamos a noite assistindo tv, conversando sobre as diferentes políticas brasileiras. *Licurana* era mãe solteira, mas sua filha vivia com seus pais numa cidade litorânea perto de Recife.

Voltei para Recife muito afetada emocionalmente pelos contatos e interlocuções com essas mulheres tão resilientes e politizadas. Apreendi muito e senti que meu trabalho deveria traduzir um pouco da força poética do que realizam no sertão, procurando fazer com que minha tese pudesse expressar vozes, muitas vezes silenciadas, de feministas agroecológicas do sertão rural brasileiro, feministas que lutam por mais direitos, por autonomia, por transformações sociais no espaço doméstico, por reconhecimento e rentabilidade do trabalho que realizam, pelo uso consciente dos recursos naturais e pela adoção de métodos agroecológicos de cultivo.

Ao longo do decorrer daquele ano e do seguinte (2016 e 2017), continuamos conversando com alguma frequência através do *Whatsapp* e *Facebook*, onde eu pude ir recebendo algumas de suas impressões perante os fatos políticos que se sucediam no país.

Analiso nos subitens a seguir alguns trechos das conversas que realizei com as mulheres trabalhadoras rurais responsáveis pelos trâmites da *Rede de Mulheres do Pajeú – Theobroma, Caena, Macela e Aroeira*, assim como com a técnica da *Casa da Mulher do Nordeste – Licurana* – que também realiza projetos com as trabalhadoras rurais participantes da *Rede* naquela localidade.

\*\*\*

*As mulheres trabalhadoras rurais do sertão do Pajeú/PE*

Iniciei todas entrevistas que realizei ao longo da tese questionando sobre o que é ser mulher para todas as trabalhadoras rurais com quem pude conversar, procurando saber ainda como se percebiam como mulheres na região em que moravam. Essa primeira questão serviu para dar o tom da conversa que gostaria de realizar com todas, procurando construir um panorama amplo sobre como falavam de si, seus trabalhos, suas vidas. De acordo com *Aroeira*, tal questionamento lhe soava bastante reflexivo, pois a fez pensar sobre qual seria o papel sócio-cultural das mulheres naquela região.:

*Olhe, pesada essa pergunta. Profunda porque ser mulher é você compreender qual é o seu papel, de onde veio, pra onde vai, qual o seu papel aqui, né, qual o seu diferencial. Nessa região aqui do Pajeú a gente vive numa região muito machista.... A minha educação foi de pessoas... sou filha de agricultores que, por formação, vem dessa educação machista de que lugar de mulher é em casa cuidando dos filhos, do marido; então, foi essa educação. Minha mãe me criou para casar, ter filhos... Eu acho que desde muito cedo a gente sempre se conflitou muito por causa disso – que não era o que eu queria. Porque ela queria pra mim, mas não era o que eu queria pra mim. Então, desde cedo eu vi que não é fácil ser mulher...*

Ao longo da reflexão de *Aroeira* podemos vislumbrar o pensamento feminista, questionando os papéis socialmente impostos às mulheres, percebidos de modo problemático como secundários e impondo comportamentos, pensamentos e condutas passíveis de serem controladas pela família e pelo conjunto social. A trabalhadora rural questiona esses papéis socialmente impostos, demonstrando alguns dos desafios a serem enfrentados pelas mulheres:

*Ser mulher nessa cultura que a gente vive é você já ter, você já nascer com um papel pré-estabelecido do que é que eles esperam, né? Esse papel feminino. Já tem um papel feminino aí pronto pra você! E quando a gente não se adequa a ele, a gente não quer, então a gente tem esses conflitos. Pra mim sempre foi muito desafiador isso. E aí*

*passa por várias etapas, né? Passa desde a sexualidade e vai seguindo sua vida inteira. Hoje, pra mim, ser mulher já tem outro significado. Isso pra mim foi um aprendizado – óbvio – esses conflitos, e hoje a lição que eu tiro de tudo isso é de que ser mulher, principalmente no século 21 – que é esse que nós estamos – é um desafio muito grande, principalmente com relação a questão da violência.*

*Theobroma* também percebe que os desafios de ser mulher no Pajeú são muitos e os relaciona com o ato de ser resistente e resiliente, mesclando as significações que constrói de si com a vegetação da própria Caatinga, capaz de enfrentar adversidades para seguir sobrevivendo. Segundo a agricultora, as mulheres do semiárido resistem dialogando com a vegetação nativa e seguem lutando, pois somente a partir da luta, da organização da militância e da articulação dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais se torna possível alcançar uma melhor qualidade de vida para as mulheres rurais da região, como expõe a seguir:

*Ser mulher na região do Pajeú, que é uma região semiárida do Nordeste, é antes de tudo resistência, né? Ser resistente. Assim como as plantas da própria Caatinga – o mandacaru, o xique-xique. Então, esse símbolo da resistência da própria vegetação também dialoga com o ser mulher, de resistir, de luta... Essas mulheres super guerreiras que além de lidar e conviver com todas as adversidades de um clima árido e a força de lutar e de fazer desse lugar, um lugar possível de se viver, viver bem, de viver com as condições que se tem e mostrar que é possível viver bem quando a gente dialoga com o bioma, com o lugar que a gente tá, com o que ele tem a nos oferecer e cuidar desse ambiente para que ele tenha sempre essas potencialidades pra gente viver. Então eu acho que ser mulher na região que a gente vive é ser resistente, é ser guerreira, é valorizar a organização – das condições de precariedade da agricultura familiar na região do semiárido, aonde ser mulheres organizadas é fundamental para nossa luta, para*

*que a gente viva bem no lugar da gente, sem ter que sair de lá.*

Ser mulher é um desafio. Para as mulheres trabalhadoras rurais do sertão pernambucano não seria diferente. Tanto as agricultoras, as artesãs e as quilombolas atendidas pela *Rede*, como as mulheres técnicas extensionistas atuantes na região sofrem resistência e preconceito quanto ao próprio saber que compartilham e ao trabalho que realizam, como enfatiza *Licurana*, técnica da *CMN*, em seu relato:

*O que é ser mulher aqui no semiárido... ser mulher, eu creio, enquanto agricultora – que eu não sou, mas acompanho essas mulheres – é um desafio enorme porque são mulheres que são extremamente trabalhadoras, mas tem uma sobrecarga de trabalho impressionante. O que é ser mulher como técnica é outro desafio, né? É você ir para o campo trabalhar com essas mulheres, sofrer o preconceito certamente por parte dos companheiros, por parte de algumas delas também – porque a mulher também com a sua fragilidade com relação à subserviência ao homem às vezes coloca em dúvida também a capacidade de outra mulher com relação à produção, ao conhecimento técnico e tudo. Então não é fácil.*

É importante ressaltar que o grupo se formou a partir dos esforços da *CMN*, ONG feminista atuante na região do Pajeú e determinante para as perspectivas feministas que caracterizam as propostas da *Rede*. A própria constituição da *Rede* permitiu que muitas mulheres trabalhadoras rurais da região se aproximassem das questões feministas e fossem transformando suas realidades cotidianas ao começarem a sair de suas unidades agrícolas para participar de formações de cunho produtivo que também propunham reflexões sobre demandas feministas e políticas públicas transversais e específicas para mulheres e para as trabalhadoras rurais da região, dando possibilidades de empoderamento à cada uma destas.

De acordo com *Aroeira*, muitas transformações foram vivenciadas e percebidas pelas mulheres integrantes dos grupos que constituem a *Rede*, empoderando-as pouco a pouco e permitindo-lhes viver uma vida mais plena, conscientizando-as de suas condições socialmente impostas



e possibilitando que tomassem decisões mais apropriadas com uma vida mais digna de ser vivida:

*Tem mulheres que dizem que – em depoimentos, né – de que jamais conseguiriam ser o que eram antes, tipo não poderia sair de casa antes, pra sair de casa tinha que pedir autorização pro marido. Hoje não, hoje elas entendem que o grupo de mulheres é um espaço delas, só delas.*

Se ser mulher não é algo fácil, ser feminista no sertão é ainda um pouco mais trabalhoso. O feminismo pode ajudar a perceber como as relações sociais são construídas e reformulá-las. Segundo *Macela*, que antes da *Rede* integrava a *CMN*, a constituição da *Rede de Mulheres do Pajeú* em 2005 formada apenas por mulheres trabalhadoras rurais gerou certa polêmica nas pessoas da região pelo caráter feminista do que propunha. Muitos e muitas desdenharam da proposta da *Rede* – e também da *CMN* – e por vezes adjetivavam as técnicas/gestoras/trabalhadoras rurais responsáveis pelas atividades de tais organizações com conceitos genericados ao universo feminino – dóceis, passivas e sem habilidades de gerenciamento e planejamento – para desqualificar o trabalho que começavam a construir.

Muitas das reclamações vinham inclusive de outras associações regionais voltadas para agricultura familiar que, por não terem conhecimento do que pretendiam, temiam-nas e as viam como ameaças. Com o tempo e o trabalho sendo executado, muitas das trabalhadoras rurais participantes puderam se empoderar economicamente, e pouco a pouco a *Rede* começou a ser aceita e reconhecida na importância do que realizavam, como vemos no relato de *Macela* a seguir:

*A realidade das mulheres não é fácil. A gente tem toda uma trajetória histórica. E assim, eu acho que os movimentos de mulheres também... a gente faz parte de um movimento, a gente também sofre uma determinada pressão pela própria sociedade. Quando se diz que “Ah, uma organização composta só por mulheres – mas por quê só mulheres? Não gostam de homens?” Então, eu sou uma das pessoas que vivi muito isso porque eu estou na Rede desde seu surgimento. Eu venho de uma outra organização – a Casa da Mulher do Nordeste. Quando esta organização veio com um es-*

*critório aqui pro Pajeú a gente enfrentou – só era eu e a Theobroma – a gente enfrentou muitos problemas aqui dessa questão da relação de gênero. Primeiro porque não acreditavam que mulheres pudessem gerir uma organização feminista. A gente de certa forma era uma ameaça para alguns movimentos que já havia aqui porque a gente tinha uma outra proposta diferente que era o empoderamento de mulheres, era geração de renda, era as mulheres sair da submissão que elas sofriam e isso foi de certa forma uma ameaça, não é? Então a gente sofreu tudo isso. Das “Barbie” – nos chamar de Barbie –, de nos chamar da Casa Rosa, de uma certa forma fazerem reuniões – os próprios parceiros da gente, né – dizer assim: “Vamos tirá-las daqui”. Então, assim, a gente viveu todo um conflito interno muito grande até a gente se estruturar e mostrar que a gente estava aqui de fato era pra fazer um trabalho diferente que ia somar aos que já estavam aqui.*

Aroeira diz que a construção da Rede de mulheres não foi um processo facilmente aceito na região, demonstrando que não somente os homens, mas que também as próprias trabalhadoras rurais não entendiam a importância de um grupo produtivo formado apenas por mulheres, pois as mesmas já eram participantes de outras associações de trabalhadores rurais da localidade. A Rede possibilitou que as agricultoras, as artesãs e as quilombolas envolvidas se articularem e comecem a entender que tal articulação permitiria que transformações no conjunto social pudessem se tornar possíveis, como destaca sua fala:

*E uma outra coisa que muitas mulheres se perguntavam também: “Por quê um grupo de mulheres?” e muitos homens – principalmente uma pergunta que mais veio deles, né: “Por quê um grupo de mulheres? Por quê? As mulheres já tão nas Associações, né?”... E aí até as próprias mulheres entenderem isso: por quê formarem grupos de mulheres na comunidade quando já tinha outros espaços? Já tinha associação lá. E elas colocam que hoje – isso é uma análise que elas fazem – de que realmente era essencial a formação daquele grupo de mulheres até elas entenderem qual é o*

*papel delas enquanto mulher e qual o papel delas dentro do grupo.*

A *Rede*, com o apoio da *CMN*, trouxe idéias feministas para o sertão do Pajeú, permitindo que as trabalhadoras rurais se aproximassem dos pensamentos, movimentos e das militâncias feministas. Isso permitiu que percebessem os papéis e as relações sociais como algo socialmente construído e que as trabalhadoras rurais também são capazes – como os homens trabalhadores rurais também o são – de serem as pessoas responsáveis pelo planejamento e gerenciamento de seus cultivos, de suas atividades produtivas e da comercialização, assim como de suas próprias vidas e de seus próprios corpos. Para *Aroeira*, foi justamente através dessa maior consciência que as mulheres puderam e podem construir novos rumos para suas trajetórias:

*Eu acho que nós não somos mulheres à toa, nós temos uma missão e eu acredito que a gente vai conseguir mudanças através dos movimentos, né, os espaços onde a gente tem e faz a militância, onde a gente constrói essa identidade de ser mulher e o quê que a gente quer com isso. Eu acho que os espaços e os movimentos, feministas principalmente, eles têm dado uma contribuição muito grande pra gente criar essa identidade do ser mulher, ter meu papel, ter minha contribuição – eu quero um mundo diferente, então eu vou ter que fazer e construir esse mundo diferente.*

*Caena* ressalta a importância de se visibilizar o protagonismo das mulheres negras rurais e quilombolas nordestinas – e também as brasileiras –, muito invisibilizadas ainda em sua condição de trabalhadoras e gestoras de unidades rurais, e, portanto, sofrendo ainda mais violências do que as mulheres trabalhadoras rurais já sofrem. Suas vozes – e também suas cores, religiosidades, raças e etnias – são por vezes silenciadas e por isso o trabalho da *Rede* é tão importante para as mulheres da região, resgatando a importância de valorização de seus saberes e da visibilização das mesmas:

*Aí você pergunta o que é ser mulher nessa região... imagina, imagina... ser mulher já não é nada fácil, ser mulher da zona rural pior ainda, e ser mulher da zona rural e negra! Então, tem to-*

*do um agravante aí. Pra gente já é mais complicado, né? A gente tem esse fortalecimento, esse empoderamento de lidar com a situação, né, e a gente busca cada dia mais e cada vez mais usar os espaços que a gente tem pra falar, pra expor as nossas idéias... Têm as idéias de outras mulheres que ainda não conseguiram romper com isso. Então a gente se coloca diante desse problema, diante desse fato tão presente na vida da gente, né? Do quanto as mulheres rurais negras têm sofrido, diariamente e silenciosamente, por não ter essa compreensão e por não ser compreendida pela sociedade machista e patriarcal que a gente tem.*

A violência contra as mulheres trabalhadoras rurais é uma das pautas que é trabalhada pela *Rede* com as mulheres na região. No tópico a seguir, demonstro como o grupo incorpora a temática, assim como o trabalho que realizam com as agricultoras, artesãs e quilombolas participantes em relação a essas violências permitiu que mais mulheres pudessem refletir sobre a condição em que viviam.

\*\*\*

#### *A violência contra as mulheres como pauta da agenda do grupo*

A violência contra as mulheres no universo rural é ainda algo muitas vezes silenciado (SCOTT e CORDEIRO, 2013; SPM, 2010). De acordo com *Aroeira*, mesmo que essas mulheres tenham sofrido violências ao longo das suas vidas, a atenção para a mesma recentemente – principalmente depois da implementação da *Lei Maria da Penha* – começou a ser visibilizada compartilhada e refletida – e a *Rede* e a *CMN* foram fundamentais para isso – levando as mulheres da região a se tornarem mais conscientes das diferentes violências que sofreram e sofriram, ou das quais já foram testemunhas:

*Uma coisa que eu sempre digo é que ser mulher nos dias de hoje é muito perigoso. Isso é uma coisa que a gente já discute nos grupos que nós estamos. A Rede faz parte dos Fóruns de Mulheres aqui da região e são coisas que a gente já vem discutindo dentro do Fórum, que é um espaço de militância feminista, de que tem sido muito peri-*

*goso ser mulher nos dias de hoje... assim, não é que agora está mais perigoso, mas sempre foi. A gente é violentada simplesmente pelo fato de ser mulher, né. Desrespeitada. Mas agora tá mais à tona, tá mais visível – a violência tá mais visível. Antes acontecia por baixo dos panos, todo mundo sabia que acontecia mas, era velado. Agora não, é aí de qualquer forma, de todos os jeitos: é a roupa que você usa – se for curta, é a forma que você tá usando um batom – aquela cor de chamar a atenção – é todas as formas. Então, ser mulher é muito perigoso nos dias de hoje, mas é um desafio.*

Em alguns relatos que recolhi ao longo das visitas de campo que realizei, escutei algumas das violências – materiais, psicológicas, físicas e simbólicas – de que muitas das trabalhadoras rurais do Pajeú foram vítimas: seja no controle de sua reputação perante a comunidade, seja através da destruição dos cultivos pelos quais eram responsáveis – especialmente as mandalas agroecológicas e seus quintais, seja na negação de seus conhecimentos, seja porque são violentadas se pedem explicações aos seus companheiros quando estes chegam embriagados ou quando sugerem equidade no trabalho reprodutivo de suas famílias, ou, ainda, quando defendem posicionamentos, comportamentos e atitudes adotadas por seus/suas filhos/as, entre outras diversas cenas terríveis cotidianas que experimentam – ainda, posso afirmar – constantemente. De acordo com *Licurana*, muitos desses relatos chegam até a *CMN*, e também até a *Rede*, através das formações que realizam, momentos em que estas podem compartilhar também algumas experiências de vida:

*Ainda tem a questão da violência que a mulher sofre. Inclusive aqui em Pernambuco é um dos maiores índices de violência contra a mulher. Então a mulher aqui no semiárido, nos sítios, sofre muita violência, violência do marido. A gente tem o caso de uma agricultora mesmo que o marido bate, o marido chega em casa embriagado e coloca ela pra fora da casa pra dormir ao relento no quintal, nè? Já tocou fogo na casa! E até fazer que essas mulheres possam participar de oficinas – sobre feminismo, violência contra a mulher, trabalho produtivo e reprodutivo – não é fácil porque a intenção desses homens é de dificultar ain-*

*da mais o acesso delas ao conhecimento, aos esclarecimentos, onde pode recorrer – é interessante (para eles) que elas continuem na ignorância obviamente.*

As mulheres trabalhadoras rurais são violentadas, espancadas, presas em casa contra suas vontades, ameaçadas, estupradas e assassinadas sem que ninguém as ouça (SPM, 2010). A casa mais próxima nem sempre é próxima no mundo rural. A vergonha e o tabu de se falar sobre tais fatos tão marcantes que as atravessam dificulta trazer essa questão à tona para muitas. Faltam políticas, faltam delegacias especializadas, falta conhecimento, faltam estratégias que envolvam toda a família na prevenção da violência contra as mulheres, faltam aparatos sociais especializados voltados para o universo rural.

Segundo *Macela*, o trabalho realizado pela *Rede*, e também pela *CMN*, foi responsável por um maior esclarecimento das mulheres trabalhadoras rurais integrantes sobre os diferentes machismos, preconceitos e violências que sofreram e sofriam, politizando e possibilitando transformações da realidade de algumas mulheres do Pajeú ao longo de 15 anos de atuação na região:

*A gente como mulher vai amadurecendo. A gente vai buscando, enfrentando esse desafio, a gente vai vendo que se a gente não se desafiar a gente pára e as coisas continuam, elas não avançam. Então, a gente vive isso e eu diria que não é fácil ser mulher nesse nosso mundo, e principalmente numa região extremamente machista. Hoje a gente já considera que mudou bastante e eu acho que a história feminista aqui, das organizações feministas, da Casa da Mulher do Nordeste, da Rede aqui, transformou de fato muita coisa aqui nesse território do Pajeú. Hoje a gente vê esse trabalho dessas duas organizações feministas que trabalham com as mulheres, com mudança – não são muitas as mudanças, mas se você for ver há 15 anos atrás a gente pra tirar uma mulher de casa – eu fui lá, eu, na época eu e a Theobroma, e a gente foi lá – pra pedir ao homem que deixasse a mulher vir para reunião! A Associação não tinha nenhuma mulher que assumisse cargo de direção em uma Associação Rural, elas estavam lá apenas para acompanhar os homens – isso foi um diag-*

*nóstico que a gente fez na época e fez esse levantamento. E hoje as Associações Rurais, a maioria, são regidas pelas mulheres.*

Até 2016, quando as visitei, os encontros de formação e as reuniões que a *Rede* realizava desde seu surgimento em 2002 eram praticamente sempre em parceria com a *CMN*, com a preocupação de pautar as principais demandas e políticas voltadas – especificamente e transversal-mente – para as mulheres rurais da região do Pajeú. Para *Aroeira*, tais encontros – incluo aqui conjuntamente as reuniões – são momentos tam-bém de confraternização em que as diferentes trabalhadoras rurais de distintos municípios, trajetórias e realidades podem se encontrar, trocar afetos, sentirem-se valorizadas pelos conhecimentos que detém e pode-rem compartilhar dos mesmos assim como de suas questões mais ínti-mas, trazendo histórias de suas vidas para serem elaboradas em conjun-to, percebendo que vivenciam realidades e dificuldades distintas por um lado e similares por outro, criando uma identidade coletiva de mulheres trabalhadoras rurais conscientes das principais lutas e desafios que pre-cisam superar:

*Na maioria dos depoimentos a gente pode ver que elas dizem que a reunião do grupo é como se fosse um lazer, uma forma delas saírem daquele lugar, daquele cotidiano, da casa, daquela vida ali muito prisioneira – muito aprisionadas – e sair para outros espaços. E de que os grupos de mulheres eles contribuem, têm contribuído muito nessa formação do ser mulher, e das mulheres criarem essa identidade. Então os grupos – principalmente os grupos de produção – eles têm além da renda, além de ter proporcionado atividades que pudessem gerar uma renda extra, são espaços de militância mesmo, de construção da identidade, né? Da questão de não estou só, mas estou aqui, junta.*

Além de incorporar a questão da violência doméstica em suas pautas, a *Rede* busca também promover o reconhecimento e a visibilidade do trabalho que as mulheres realizam na região, tanto nas atividades domésticas e nas atividades de cuidado, pelas quais ainda são as principais responsáveis, mas, principalmente, no trabalho que realizam na produção de alimentos, no beneficiamento destes e na produção de artesanato.

tos. Toda a lógica do grupo adota os princípios da agroecologia, método que, através da *Rede*, acabou se disseminando pelas mulheres do semiárido, trazendo novas possibilidades a estas. No subtópico a seguir, explico um pouco mais sobre como a *Rede* foi fundamental para o reconhecimento do trabalho e para a incorporação da agroecologia pelas mulheres trabalhadoras rurais da região.

\*\*\*

### *As mulheres trabalhadoras rurais do Pajeú e a agroecologia*

Desde a 10ª Conferência Regional para Mulheres Latino-Americanas e Caribenhas (Quito/Equador, 2007), o valor do trabalho doméstico e do cuidado é posto como consenso entre os países participantes, tendo sido recomendado entre estes que os governos locais criassem mecanismos capazes de permitir o compartilhamento destas atividades entre todos os membros da família de modo justo e equitativo. Muitas das conferências nacionais de mulheres trabalhadoras rurais também trouxeram a discussão sobre a dupla jornada, alertando para a necessidade de construção de mecanismos governamentais voltados para essa questão, assim como diversas das conferências regionais. Não era o cenário do Pajeú praticamente dez anos depois, em meados de 2016. De acordo com as agricultoras da *Rede*, enquanto que na atividade produtiva homens e mulheres trabalhavam em diferentes atividades, a maior parte das atividades domésticas de seus lares e de cuidado de suas famílias era ainda responsabilidade das agricultoras, mesmo que a *Rede* e a CMN tenham realizado formações com estas trazendo reflexões e discussões.

Não basta as mulheres se apropriarem da reflexão para realizar transformações – que para alguns familiares destas pareciam mais como ofensivas confrontações – em sua vida familiar doméstica. É necessário criar mecanismos e instrumentos capazes de envolver os homens e todos os membros das famílias também nessas atividades, valorizando as atividades reprodutivas da casa como um todo. Todos/as precisam ajudar. É preciso criar mecanismos sociais – ou políticas públicas – que colaborem para isso.

É preciso também reconhecer e valorizar o trabalho que essas mulheres realizam na produção agrícola. De acordo com *Macela* e *Aroeira*, o próprio reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres participantes da *Rede* – no roçado, nos quintais produtivos e nos beneficiamentos – foi algo que as trabalhadoras rurais só conseguiram



definir como trabalho e não mais como ajuda a partir das formações realizadas. Tal reconhecimento só se tornou possível a partir do empoderamento que foram individualmente adquirindo através do reconhecimento da importância do trabalho que realizavam, passando a receber lucros monetários pelo que produziam e a tomar decisões sobre o uso de seus recursos:

*Macela: Falando sobre a questão das mulheres, sobre o empoderamento delas com a renda – as mulheres não decidiam pelo que elas trabalhavam. Então elas viam o trabalho que elas faziam como uma ajuda. “Ah, eu ajudo”.*

*Aroeira: Não era nem trabalho!*

*Macela: Não era nem trabalho! “Eu ajudo”, né? E hoje não, hoje elas veem como trabalho, elas decidem pelo dinheiro delas, né? Então esse é só um pouco das mudanças, né?*

*Licurana* traz uma observação interessante sobre uma das dificuldades que as mulheres trabalhadoras rurais do semiárido – não necessariamente participantes dos grupos integrantes da *Rede* – ainda têm que superar: a gestão plena do uso da água em suas propriedades; evidenciando que a escassez de água e de saneamento básico é mais experimentada pelas mulheres, e que estas nem sempre são incorporadas nos planejamentos dos programas relacionados à água (MELO, 2006; PEDROZA, 2009). De acordo com a técnica, existe uma divisão sexual também no uso da água nas propriedades rurais da região, atribuindo a gestão do uso da mesma para questões produtivas como responsabilidade dos homens, e do uso voltado para questões domésticas como atribuição das mulheres. Os homens é que definem as formas como a água é distribuída ao longo dos cultivos produtivos – numa região que pouco chove, isso é um controle muito emblemático sobre o trabalho e, também de certa maneira, sobre os cultivos que essas mulheres realizavam:

*A questão produtiva não é fácil porque a mulher fica trabalhando no roçado, trabalhando no quintal, cuidando dos animais; mas a gestão da água para a produção é do homem. Então muitas vezes tem um poço, tem um barreiro, tem uma cisterna, mas quem faz a gestão disso é o homem – não é a mulher. Ela faz muito mais a gestão da água da casa – a água de beber que é daquela cisterna de*

*16 mil litros, a cisterna que é a menor. A de produção quem faz a gestão é o homem. Nessas caracterizações é muito comum elas dizerem que a água do poço é prioritariamente para os animais, que parou de produzir porque o marido, o sogro, o pai, definiram que a água vai ser usada de uma determinada forma. Então não é fácil para essas mulheres produzirem no semiárido.*

As agricultoras participantes da *Rede de Mulheres do Pajeú* adotam a agroecologia como princípio metodológico de cultivo, método que vai ao encontro das propostas de recuperação dos *saberes dominados* de Foucault (1995), dos *saberes localizados* de que fala Haraway (1991) e da recuperação das vozes subalternas que preconiza Spivak (2014). A agroecologia busca recuperar saberes de agricultoras e agricultores sobre cultivos alimentares e medicinais convencionais e não-convencionais de forma sustentável, orgânica e ecológica, buscando respeitar e recuperar a vegetação nativa dos espaços que integra.

As mulheres agricultoras que integram a *Rede* são também as responsáveis pelos quintais agroecológicos voltados para o autoconsumo de suas unidades, espaços que cultivam perto de suas casas, e que garantem a permanência e a sobrevivência de sementes nativas de diferentes cultivos, recuperando ainda alimentos da vegetação nativa não-convencionais em seus cotidianos. De acordo com *Macela* e *Caena*, os quintais são ainda espaços de bem estar e satisfação para as trabalhadoras rurais, onde podem ter autonomia e compartilhar seus conhecimentos:

*Macela: A gente escuta muito nas formações elas dizendo que o quintal delas não é apenas um local de produção de alimentos, é um local de bem-estar, é aquele local onde elas recompõem a energia. A gente escuta muito isso: “Ah, meu quintal não é só o meu canto de produzir minha comida não! Meu quintal, quando eu tô triste, eu vou lá pro meio das plantas lá, fico conversando com elas ali, me alivia tudo – vai embora tudo!”, então o quintal tem um simbolismo, um significado muito grande. É também um espaço de construção de conhecimento e um espaço de satisfação, do estar bem, de alimentação da alma.*

*Caena: E também assim, é um espaço onde ela tem autonomia, né. Ainda é. Aquele quintal ela*

*pode, né, mexer, mudar, onde ela pode se ver ali então. Um espaço onde ela tem autonomia – isso mexe muito com elas.*

Ao incorporarem as pautas da violência contra as mulheres, o reconhecimento e a valorização do trabalho que as mulheres realizam e a adoção da agroecologia como princípio, a *Rede* possibilitou que muitas trabalhadoras rurais acessassem diferentes recursos, trazendo assim diferentes transformações para as mulheres do sertão do Pajeú.

Muitas políticas públicas passaram a ser acessadas através da própria *Rede*, seja através das formações que realizavam, ou também pela própria informação que disponibilizavam às participantes. O acesso a estas políticas permitiu que muitas mulheres acessassem diferentes direitos, no entanto, tais políticas precisam ser aprimoradas para se tornarem efetivas. No subitem a seguir faço essa reflexão a partir das falas de minhas entrevistadas, demonstrando a importância de analisar políticas a partir da perspectiva de quem as acessa, assim como a necessidade de se adequar tais políticas às distintas realidades que permeiam a vida das mulheres brasileiras.

\*\*\*

*As políticas públicas brasileiras e as mulheres trabalhadoras rurais do Pajeú*

A *Rede* e a *CMN* realizavam formações, divulgavam e esclareciam dúvidas das trabalhadoras rurais da região sobre diferentes políticas públicas – específicas e transversais – que essas mulheres poderiam acessar. Todas as técnicas da *Rede* com quem conversei acreditavam que houve avanços nos últimos anos – estávamos em 2016 nesse momento – no que se refere às políticas públicas criadas pelo governo, mas que estas ainda precisavam ser aprimoradas para se tornarem universais e efetivas, como a fala de *Macela* expõe a seguir:

*Bem, se tratando dessa questão de políticas públicas, a gente já teve bastante avanços, né. A gente não pode dizer que hoje a gente não tem essas políticas. Tem sim. Agora, acredito que ainda precisa melhorar bastante.*

E quais políticas permitiram avanços para as mulheres trabalhadoras rurais integrantes do grupo? De acordo com *Macela*, uma das políticas mais importantes acessada pelas mulheres da *Rede* que trouxe resultados bastante significativos foi a *ATER para Mulheres*, política surgida a partir de uma demanda dos movimentos de trabalhadoras rurais que buscava priorizar a formação e a capacitação específica de mulheres rurais com técnicos/as extensionistas:

*Olhe, eu acho que, apesar de todas políticas terem seus problemas, eu acho que a política específica de ATER para mulheres é uma conquista, foi uma conquista do próprio movimento. Foi uma luta dos movimentos em Brasília (DF) pra que criassem uma linha de assessoria técnica que tivesse esse olhar para as atividades, para formações com as mulheres. Então, as mulheres têm se capacitado muito.*

*Macela* destaca ainda o *PAA* e o *PNAE*, programas que constituem políticas do governo voltadas para o escoamento da produção da agricultura familiar, como estratégias adotadas que permitiram melhorias na qualidade de vida das mulheres da *Rede*. Ambos programas permitiram que grupos produtivos da agricultura familiar – não somente grupos de mulheres – acessassem diferentes canais de comercialização voltados para organismos institucionais. Para tanto, a importância do *ATER para Mulheres* foi fundamental na formação das mesmas. Relembro que enquanto conversávamos sobre tal questão, a tv estava ligada transmitindo o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e o medo da descontinuidade das políticas – que ainda precisavam ser amadurecidas para serem efetivas – começava a se fazer mais presente, inclusive em questionamentos que as próprias trabalhadoras rurais traziam, como na fala de *Macela*:

*Eu destaco que o ATER, para Mulheres o PAA e o PNAE tem dado uma contribuição boa, apesar do desafio, mas uma contribuição boa pras mulheres, né. E principalmente o ATER nessa parte de formação porque elas passaram por toda uma formação. É um impulso, já é alguma coisa. A gente já tá vendo o resultado aí na luta. Uma luta que eu espero que continue e que as mudanças continuem acontecendo, né? Não dá pra gente*

*agora depois de tudo que a gente conquistou, a gente perder, né? Então, assim, é uma coisa muito preocupante. A gente tem conversado bastante nesse sentido. A gente já tem lutado bastante e agora a gente espera que a gente não perca tantas conquistas. Apesar do que ainda tem pra melhorar dentro dessas conquistas, mas a gente já conquistou bastante coisa, né?*

As políticas voltadas para mulheres trabalhadoras rurais brasileiras são muito recentes. É possível perceber que estas começaram principalmente após a *Constituição de 1988* que as reconheceu como trabalhadoras, e portanto sujeitas à *Legislação Trabalhista* vigente. De fato, a maioria das políticas públicas que trouxeram benefícios reais e transformadores para tais mulheres foram construídas a partir da década de 2000, quando foi criada a SPM e implementados o *Plano Plurianual*, e outras políticas voltadas para o universo agrário, como o *PRONAF Mulher*, o *PAA*, o *PNAE* e o *ATER para Mulheres*, por exemplo. São políticas recentes que precisam ser aprimoradas, criticadas e ampliadas para se tornarem universais e verdadeiramente efetivas, segundo as entrevistadas.

De acordo com *Caena*, somente a partir da continuidade e do aperfeiçoamento de tais políticas se poderia perceber transformações mais concretas no conjunto social. A descontinuidade de políticas é também uma realidade brasileira – governos mudam e levam consigo seus projetos políticos. O temor da descontinuidade ia aos poucos se tornando mais presente e o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff na transmissão contínua da tv enquanto realizávamos as entrevistas, alimentava isso:

*O que mais preocupa é que essas políticas são muito recentes – de doze anos pra cá. E o que preocupa é a continuidade dessas políticas, seja na política de crédito, seja na política de ATER de assessoria específica para mulheres, seja na política da comercialização – a comercialização institucional, né – e que são poucas as mulheres que têm acesso a essas políticas... Precisa se pensar na continuidade, né? Nesse contexto que a gente se encontra, como que fica essa continuidade? Eu me preocupo com a continuidade, né? São políticas recentes, mas que os efeitos ainda são*

*poucos, e precisa ter uma continuidade para que a gente consiga ver os resultados concretos lá na frente, né? Isso são políticas de empoderamento.*

Somente a partir da continuidade de políticas que as mesmas podem ser aprimoradas, reavaliadas, incrementadas e institucionalizadas. É justamente a partir da análise que as mesmas podem ser ampliadas, corrigindo erros e evidenciando os pontos fortes. *Macela* percebe que as políticas implementadas nos últimos 15 anos – anos de gestão federal centro-esquerda – trouxeram reconhecimento e transformações, mas que as mesmas precisam ser lapidadas para que o acesso a estas possa ser universal e menos excludente:

*A gente considera que já é uma conquista, porque a gente sabe que há 15 anos atrás não tinha nada disso! As mulheres estavam organizadas mas não eram reconhecidas, e aí hoje a gente tem essas políticas, então o que precisa é melhorar a forma das pessoas acessarem essas políticas.*

E quais são as políticas que trouxeram benefícios e que ainda precisam ser aprimoradas? Os principais aspectos mencionados foram relativos à documentação, exigida tanto para acessar a assistência técnica especializada, como políticas de crédito e de comercialização, mas também de saúde.

Segundo *Aroeira*, mesmo que os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais tenham – e ainda o fazem – promovido campanhas de conscientização sobre a importância da documentação das mulheres rurais para que possam ser reconhecidas como cidadãs e portanto aptas a acessarem diferentes direitos (SALVARO, 2010; PAULILO, 2016e), na região do Pajeú ainda existem muitas mulheres sem *Carteira de Identidade* – e portanto, sem acesso às políticas públicas, ações governamentais e programas sociais. Para a agricultora, é preciso criar mecanismos de diálogo com os movimentos, sindicatos e associações rurais para que o reconhecimento da importância da documentação efetivamente chegue até a base:

*A questão da documentação é ainda frágil. Teve muitas campanhas a nível do Estado de tirar a documentação pras agricultoras, mas ainda é muito, muito falho porque essas campanhas não*

*se articulam com os movimentos. Então, muitas ainda não conseguem ter acesso a essa documentação.*

A questão da continuidade das chamadas específicas da *ATER para Mulheres* é também bastante importante para que cada vez mais mulheres trabalhadoras rurais possam se apropriar de conhecimentos técnicos de cultivo. *Licurana*, técnica da *CMN*, denuncia que, ainda que a assessoria técnica especializada chegue até às unidades de agricultura familiar, tais formações acabam privilegiando os homens e ignorando as mulheres, dificultando a apropriação de tais saberes por toda a família:

*De maneira geral as agricultoras recebem pouco uma assistência técnica especializada – eu falo mais como técnica porque muitas vezes quem presta assessoria técnica à agricultura familiar são homens e quando eles vão visitar os sítios eles pensam junto com os homens – dificilmente trabalham junto com a família e muito menos com a mulher, né? Que é uma coisa do patriarcado mesmo.*

Existem ainda vários desafios que precisam ser superados para ocorrerem transformações efetivas na vida das mulheres trabalhadoras rurais no que se refere às políticas de assessoria técnica, de crédito, de escoamento e comercialização da produção agrícola e de saúde como instrumentos que precisam ser urgentemente aprimorados. Apesar de diversas iniciativas terem surgido entre 2000 e 2017, há a necessidade de correção de variadas falhas de execução, principalmente no que se refere ao ainda restrito acesso a tais políticas.

Para *Aroeira*, a questão da continuidade da assessoria técnica específica para as mulheres da região é ainda um desafio. De acordo com a agricultora, foi justamente através de tal política que a *Rede* pôde realizar formações específicas adotando a perspectiva feminista frente a valores patriarcais no que se refere a questões produtivas e domésticas de suas unidades, mas a descontinuidade da mesma é bastante preocupante:

*A questão da Assessoria Técnica para mulheres eu acho que é um desafio. Ela precisa acontecer. A gente tem várias assessorias, mas diferentemente de ser uma assessoria técnica, por nós sermos*

*uma instituição feminista, a gente vai prestar assessoria técnica para as mulheres. Então a gente tem toda essa visão de trabalhar não só a formação, mas também no sentido de tirar as mulheres dessas dificuldades tanto no campo da produção como na questão de submissão mesmo, diferentemente de ser uma assessoria técnica que vem de qualquer outra instituição. Ter esse olhar, de tratar o diferente de forma diferente. Eu acho que a questão da assessoria técnica também ainda é um desafio. A gente tem alguns avanços e nessa conjuntura que nós estamos agora então é muito preocupante, né? Minha preocupação maior é essa: de retrocesso que a gente vai ter nesse sentido.*

Outro desafio da *Assistência Técnica específica para mulheres (ATER para Mulheres)* seria a adequação de tais políticas para formatos mais coletivos, o que, para *Theobroma*, possibilitaria maiores avanços e fortalecimento dos grupos produtivos:

*A gente pode considerar que nos últimos anos houve muitas conquistas e avanços na construção de políticas públicas para as mulheres. Mas também tem coisas que ainda nos desafiam, não é? Acho que uma das questões que eu destacaria é a adequação de políticas de assistência técnica para as mulheres, não é? Elas ainda são dificultadas e vai contra a lógica da organização das mulheres. Embora haja um reconhecimento, embora haja um entendimento da importância da organização das mulheres na construção dos processos agroecológicos, as políticas de assistência técnica elas ainda não vêm com essa perspectiva da coletividade, elas ainda estão individualizadas, na concepção de família, de mulher, não de grupos. Isso de certa forma desestrutura todo o trabalho organizativo que a gente têm na região através da Rede quando as políticas públicas para a mulher chegam individualizadas, não é? Então eu acho que isso é um desafio que a gente tá na luta, né, pra avançar nesse processo de uma assistência técnica mais coletiva que venha fortalecer esses processos auto-organizativos.*



Para *Theobroma*, as políticas de crédito também precisam ser alteradas para permitir que as mulheres possam ter mais autonomia. A noção de família adotada pelas mesmas acaba invisibilizando o trabalho das mulheres, quando não inviabilizam o acesso ao crédito destas também por adotar tal noção. Vários estudos criticam o uso da noção de família nas políticas governamentais (como PAULILO, 2004; SCOTT, 2006; SCOTT e CORDEIRO, 2006; entre outros), demonstrando, entre outras questões, como o uso dessa lógica pode ocultar as relações desarmônicas do núcleo familiar, ou ainda, como o próprio conceito de família é amplo e diversificado.

De acordo com a agricultora, pelo fato de tais políticas adotarem a noção de família, as mulheres acabam permanecendo controladas, necessitando da “autorização” (ou no mínimo da concordância) de seus companheiros para viabilizarem propostas de crédito para suas atividades produtivas:

*O crédito também ainda é um desafio – a questão do crédito para mulheres – pelas mesmas razões da concepção do núcleo familiar como instrumento de acesso às políticas de crédito. E que muitas vezes nessa estrutura familiar não revela o potencial dos investimentos das mulheres e fica sempre comprometido pela capacidade produtiva da unidade familiar, pela dependência da adesão dos maridos aos projetos quando as propostas são enviadas para as instituições financeiras de crédito. Então, eu acho que esse é outro desafio mais longo da desvinculação da DAP da estrutura familiar, mas que as mulheres possam ter uma DAP, ter autonomia no acesso à políticas de crédito.*

Por vezes muitos dos maridos já solicitaram financiamentos bancários em nome da unidade agrícola, e, não conseguindo realizar os pagamentos nos prazos estabelecidos, acabaram tornando a ambos devedores inadimplentes de tais instituições – e muitas dessas vezes as mulheres sequer tinham conhecimento sobre tal situação. A noção de família estabelecida pelos mecanismos de políticas públicas para acesso a crédito para a população rural brasileira é também criticada por *Aroeira*, que afirma que tal lógica acaba impossibilitando o fomento de diversas pequenas atividades produtivas coordenadas por mulheres trabalhadoras rurais.

*Aroeira* menciona que o próprio acesso de diversos empreendimentos conduzidos por mulheres à *DAP*, documentário necessário para conseguirem ser beneficiadas por programas como o *PAA* e o *PNAE*, é impedido por endividamento de seus esposos frente a instituições financeiras. Para a agricultora, é urgente que o acesso à *DAP*, e ao *PRONAF* também, se torne individualizado e que seja eliminada a noção de família para o acesso às mesmas. As mulheres devem ser agentes, responsáveis por si próprias, sujeitas de si. Donas de seus corpos, e, portanto, donas de sua força de trabalho e dos produtos que cultivam. Para *Aroeira*, a própria noção de família é também algo questionável, recordando que o formato das famílias do Pajeú, assim como em todo Brasil, é bastante variado:

*Uma das coisas que eu também observo com relação à questão das políticas públicas, principalmente as específicas pras mulheres, é o modelo da própria criação da política. A gente vê muito o modelo de família – a DAP a gente tem muito esse enquadramento. A gente já tem muitos debates de desvincular a DAP pra que ela deixe de ser conjunta, a mulher tem que ter a DAP individual dela porque ela tem uma atividade produtiva ali, né. Desvincular isso da DAP conjunta porque muitas das mulheres não acessam o PRONAF – seja lá na linha que for – simplesmente porque o marido já acessou, apresentou um teto, às vezes ela tá até endividada e nem sabe disso porque quem fez o projeto foi o companheiro – muitas tem essa situação: tão devendo no banco e nem sabem disso! E esse modelo de família, de que a atividade produtiva é conjunta – a gente sabe que não! Como a gente trabalha especificamente com as mulheres, a gente vê muito isso: a mulher é que faz, é quem tá lá no quintal produtivo – desde o plantio, a colheita, a comercialização – muitas ainda não ficam com o dinheiro, vai parar na mão do companheiro. Mas a gente tem também muitos casos de mulheres que já superaram essa questão da renda, né – a renda fica com ela, ela decide. Mas as próprias políticas, na minha opinião, já começam muito equivocadas, principalmente quando ela é específica e ainda com esse modelo de família. Hoje a gente tem várias famílias no*

*semiárido, né. Então a família deixou de ser esse núcleo que o patriarcado coloca..*

E o *PRONAF Mulher* não facilitaria o acesso das trabalhadoras rurais ao crédito? *Macela* esclarece que, pelo menos entre as mulheres participantes da *Rede*, nenhuma havia acessado tal linha de crédito, por falta inclusive de conhecimento e de adequação das planilhas elaboradas pelas instituições de financiamento, que não conseguem atender às demandas ligadas às suas atividades. Segundo relata, as que conseguem acesso à linhas de crédito, geralmente o fazem através do *PRONAF B*, voltado para as unidades familiares de baixa renda:

*A questão do crédito. As mulheres não conseguem acessar, pelo menos aqui no Pajeú (PE) e as mulheres da Rede. Poucas são as mulheres que acessaram até hoje o PRONAF Mulher. Elas têm muita dificuldade de acessar essa política, apesar da intervenção dos movimentos aqui, da Rede, de outras instituições, de fazer toda uma articulação com os próprios bancos e na hora dessas mulheres acessarem essas políticas, ela não acontece, porque eles dizem que a atividade delas não cabe dentro dessas planilhas, ou seja, essas demandas – as demandas das mulheres – elas são diferentes, né? É uma diversidade e essas planilhas desses bancos não estão preparadas de fato pra que essas demandas sejam postas, então quando elas vão elaborar, elas acabam elaborando o PRONAF B em vez do PRONAF Mulher, que é uma linha de crédito específica para elas, né. Então a gente já teve vários problemas, a gente já teve várias palestras, já chamamos diretores de banco... a gente já fez vários movimentos aqui, mas isso não muda, né. Então, essa política de fato não funciona aqui no território do Pajeú, pras mulheres aqui da Rede, hoje a gente não tem nenhuma mulher – eu acredito que não – que acessou o PRONAF Mulher.*

Políticas de escoamento e comercialização da produção agrícola como o *PAA* e *PNAE* também trouxeram muitas melhorias para as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras, ainda que em sua elaboração, não estivessem especificamente voltadas para mulheres. São políticas recen-

tes que precisam ser aprimoradas. *Macela* e *Aroeira* denunciam que o acesso a tais políticas ainda precisa ser aperfeiçoado para efetivamente conseguirem escoar a produção das pequenas unidades agrícolas familiares:

*Macela: As políticas ainda são muito falhas, apesar de toda uma luta dos movimentos, da luta das próprias mulheres. A gente tem aí hoje os programas de alimentação – o PAA, o PNAE – e quando essa política chega na ponta - que aqui são os municípios - quando chega, essas mulheres – a maioria – não conseguem acessar. “Ah, porque vocês tem que trazer isso”, as mulheres correm atrás, chega lá tem os “arrumadinhos”, né – que é aqueles “arrumadinhos” políticos que existe dentro dos municípios – e acaba as mulheres ficando de fora. Deixa de comprar das agricultoras e compra de uma empresa maior, entendeu? De um agricultor do porte maior que já...*

*Aroeira: Que já é conhecido, que é amigo.*

*Macela: Que é amigo, né. Então existe toda uma dificuldade de acesso das mulheres a essas políticas públicas. Ainda precisa melhorar bastante essa questão do acesso.*

*Aroeira* explica que a burocracia é também um dos desafios a ser superado para melhorar o acesso das mulheres trabalhadoras rurais às políticas de comercialização e escoamento de sua produção agrícola, como o *PAA* e o *PNAE*. Ainda que reconheça que tais propostas foram bem elaboradas, a agricultora critica alguns aspectos das mesmas que dificultam a própria manutenção da atividade:

*Com relação aos programas institucionais de comercialização, o PAA e o PNAE... um dos principais desafios desses programas é a burocracia de todos os trâmites ali como acontece porque eles são elaborados por órgãos do Governo. Tem uma burocracia, tem todo um direcionamento ali, tem várias situações ali que a gente sabe que acontece que faz com que muitas mulheres fiquem de fora. Os programas são excelentes – o de comercialização é muito bom, a proposta é muito boa, né.*

*Mas aí ele não funciona da forma que deveria ser, por exemplo: município demora, tem uma demora enorme na prestação de contas de um ano pro outro esses programas e isso faz com que parte dessa produção se perca – isso quando consegue a vaga. Mesmo eu tendo a vaga não garanto que comercializo toda a minha produção... porque a quantidade de produtos ainda absorvidos também é muito pouco. É uma das dificuldades.*

As políticas de saúde são instrumentos também que precisam ser urgentemente aprimorados para atenderem às mulheres trabalhadoras rurais, visto que quando estas necessitam de cuidados médicos especializa-dos não encontram tais atendimentos na saúde municipal de forma gra-tuita, como *Licurana* explica a seguir:

*Você vê que essas mulheres têm um aspecto muitas vezes envelhecido precocemente, adoecem muito mas não tem condições de saúde pública... Pra você ter idéia, marcar uma consulta num ginecologista aqui no semiárido é uma loucura, é um absurdo! Os municípios não oferecem saúde para essas mulheres e – pra você ter idéia – uma consulta numa ginecologista aqui é R\$ 400,00. Então como é que uma agricultora familiar vai ter condições de pagar uma consulta – só consul-ta, fora exames e tudo mais, né? Então assim, a saúde da mulher e o trabalho da mulher é extremamente difícil no semiárido.*

Ainda que precisem ser aperfeiçoadas, muitas das políticas públicas acessadas pelas mulheres da *Rede* entre 2002 e 2016, trouxeram benefícios para estas, como a *ATER para Mulheres*, o *PAA* e o *PNAE*, por exemplo. O *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável*, como uma política de visibilização do trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na agroecologia, também trouxe benefícios para as mulheres do grupo. No subitem a seguir, analiso a importância do *Prêmio* para as mesmas.

\*\*\*

*Sobre o Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável*

A *Rede de Mulheres do Pajeú* foi um dos grupos premiados pela SPM tanto por realizarem projetos de desenvolvimento sustentável e utilizarem metodologias de cultivo agroecológicas, como pelo fato de terem realizado transformações sócio-culturais nas famílias das mulheres trabalhadoras rurais da região envolvidas. Para *Macela*, esse processo de empoderamento que a *Rede* possibilitou com as envolvidas permitiu que estas passassem a ter mais confiança para falar publicamente, para se reunirem, aproximando-as de questões feministas, conscientizando-as e levando tais reflexões para seus cotidianos e, pouco a pouco, contribuindo para a desconstrução de padrões socialmente impostos. A agricultora reconhece que o trabalho que a *Rede* realizou – e ainda realizava quando as visitei em 2016 – não estava finalizado, e pelo contrário, deveria ter continuidade para seguir contribuindo nas transformações da vida das mulheres rurais do Pajeú.

*Hoje a Rede atua em 10 municípios aqui do território e hoje a gente tem uma média de 350, 400 mulheres organizadas em grupo. A gente tem feito esse trabalho da questão do empoderamento da mulher para falar, o empoderamento da mulher para sair do seu mundinho ali, da gente entender essa relação do que são as relações produtivas e reprodutivas, de enfrentar essa questão da relação de gênero, né? Então, assim, o tempo todo a gente lida com isso porque mesmo as mulheres que se empoderam, né, mas vão chegando outras e a gente... esse trabalho não pára! Ele tem que ser feito, né, assim, sempre!*

O Prêmio *Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável – Prêmio* esse que tinha como proposta visibilizar e permitir o reconhecimento do trabalho realizado por mulheres trabalhadoras rurais, idealizado por órgãos institucionais já extintos voltados especificamente para mulheres, como a SPM, e para o desenvolvimento agrário, como o MDA – permitiu avanços às mulheres agricultoras, artesãs e quilombolas participantes da *Rede*, possibilitando maior visibilidade ao trabalho que realizavam e permitindo realizar novas parcerias, de tal modo que

após a premiação conseguiram apoio da Petrobras<sup>139</sup> através do *Programa Desenvolvimento e Cidadania*<sup>140</sup> para investimento na comercialização dos produtos da *Rede*.

De acordo com *Theobroma*, o *Prêmio* permitiu, além de visibilizar o trabalho realizado pelas mulheres trabalhadoras rurais do Pajeú, evidenciar os processos agroecológicos pelos quais elas são responsáveis. Para a agricultora, o *Prêmio* garantiu ainda que fosse possível reunir diferentes experiências, demonstrando os processos de luta, construção e resistência de diversos grupos produtivos de mulheres rurais brasileiras de distintas regiões do país e possibilitando que as mesmas pudessem realizar reflexões conjuntamente:

*O Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável têm uma importância muito grande pra nós mulheres – não só pra da região, mas pra todo Brasil porque eu entendo que ele foi uma iniciativa, primeiro pra dar visibilidade às práticas das mulheres, aos processos agroecológicos que as mulheres produzem nos seus locais, nos diversos biomas, nas diversas limitações e potencialidades nesse Brasil afora, que essa ruralidade brasileira têm pra oferecer nessa diversidade. Uma outra questão muito importante que eu vejo como resultado, é a possibilidade da partilha dessas experiências a partir da publicação. São várias histórias de luta, de resistência, de construção que estão ali relatadas da vida das mulheres. Eu acho que o compartilhamento disso faz parte da construção dos processos agroecológicos. Acho isso um resultado muito bacana: poder comparti-*

---

139 Empresa estatal de economia mista que atua na indústria de óleo, gás natural e energia; patrocina diversos projetos sociais e organizações como parte da Responsabilidade Social da empresa, através de diferentes programas, como o *Programa Petrobras Socioambiental*, que seleciona projetos que contribuam para a conservação do meio ambiente, para a melhoria das condições de vida nas comunidades no entorno de suas operações, para a mitigação dos riscos sociais relacionados ao próprio negócio e para o desenvolvimento local nas áreas onde atua (PETROBRAS, 2018).

140 Outro dos programas de Responsabilidade Social da Petrobras, que busca contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, apoiando projetos de fomento à igualdade de oportunidades e valorização das potencialidades locais (PETROBRAS, 2018).

*lhar nossa experiência com outros grupos de mulheres de todo Brasil, mas também poder levar conosco as experiências e as histórias de vida de tantas mulheres.*

Talvez influenciada pelo processo de *impeachment* na tv, Aroeira recordou a importância histórica e simbólica de terem recebido o *Prêmio* das mãos de uma mulher Presidenta da República – algo inédito na história do país até 2010:

*Simplesmente da gente ter uma mulher na Presidência da República, esse Prêmio que a gente ganhou a gente recebeu das mãos de uma mulher – das mãos dela – então tem todo um simbolismo ali, tem todo um significado. A gente sabe que isso não vai mais acontecer, né.*

De acordo com Macela, além do reconhecimento e da maior visibilização do trabalho que as trabalhadoras rurais realizavam, o *Prêmio* garantiu mais recursos financeiros para que a *Rede* pudesse aprimorar suas estruturas, possibilitando inclusive – a partir dos investimentos realizados – mobilizar outras parcerias e investimentos:

*Esse trabalho aqui é importante, as pessoas acreditam nele. Tanto que ele foi reconhecido, foi premiado. Então isso deu uma força muito grande. As mulheres são reconhecedoras desse processo, porque a gente fez – eu lembro – uma comemoração muito grande com elas, né. Então a gente deu um gás assim e aí a gente já começou a pensar no projeto: vamos pensar em mobilização de recursos aqui pra gente dar mais, botar mais, fortalecer mais esse trabalho e foi isso.*

Caena é contundente ao afirmar que o *Prêmio* possibilitou maior reconhecimento, permitindo à *Rede* não somente acessar outros projetos, mas também contribuir para que as aproximadamente 350 trabalhadoras rurais dos 29 grupos participantes se reconhecessem como parte integrante dessa conquista e valorizassem ainda mais o trabalho que realizavam. A *Rede* possibilitou transformações significativas para a vida das mulheres agricultoras, artesãs e quilombolas que o integram, e, com o reconhecimento do *Prêmio*, as mesmas puderam perceber que também



são atrizes fundamentais nessa transformação, como a agricultora ressaltada a seguir:

*O Prêmio possibilitou outros projetos. Contribuí, né. E, assim, as mulheres se sentem visibilizadas porque sabem que foi fruto de um trabalho coletivo – não foi um trabalho só da equipe técnica, não foi só um trabalho da diretoria – mas, do conjunto em que elas se sentem de fato parte desse processo, desse processo de transformação, desse processo de mudança, desse processo que apresenta resultados concretos, né. E quando elas se vêem, elas: "Poxa, eu fiz parte desse processo!", "Eu sou importante nesse processo, eu sou uma pecinha dessa máquina, dessa engrenagem", né? Que não funciona só com Aroeira, não funciona só com Theobroma, não funciona só com Macela, não funciona só com Caena, mas que é necessário que cada uma coloque aquela... a pitada de amor, né, no que faz.*

A publicação<sup>141</sup> com os testemunhos dos trinta grupos de todo Brasil relatando as diferentes trajetórias e experiências de mulheres trabalhadoras rurais das distintas regiões do país, também possibilitou acessarem novos financiamentos. O relato contando sua luta e o reconhecimento que o *Prêmio* visibiliza, possibilitou destacar suas experiências como inovadoras e emancipadoras, e passou a servir como portfólio para acessarem novos patrocinadores, sendo tal publicação governamental um documento importante que legitima o trabalho que realizavam. Segundo *Macela*, foi justamente a partir dos prêmios e programas que o grupo conquistou e acessou, que se tornou possível irem abrindo novas portas para potenciais parcerias e para serem reconhecidas como aptas em variados editais que pleitearam:

*A publicação também permitiu esse reconhecimento, e tem dado um impulso muito grande à Associação porque quando a gente vai falar prum novo financiador que você tem um trabalho, né, que você tem uma luta ali, quando você mostra*

---

141 SPM. *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável*. Brasília: SPM, 2014.

*que você também recebeu Prêmio – você tem uma publicação provando, né – fica uma coisa mais real que de fato aquela organização ali tá transformando, ela tá fazendo a diferença, né. Então eu acredito que esse Prêmio, assim como os outros, pra gente tem sido muito importante pra nosso reconhecimento nacional e mundial.*

Para Macela o Prêmio não somente abriu novas portas para outros projetos, financiamentos, e para o alcance e reconhecimento através de outros Prêmios<sup>142</sup> que foram alcançando – e ainda almejam conquistar, mas conseguiu traduzir também a importância do trabalho que as mulheres trabalhadoras rurais da região realizam:

*Esse Prêmio foi muito estratégico. E depois dele, logo a gente ganhou outro – graças a Deus – e vamos ganhar muito mais. Mas assim, ele foi aquele que deu o empurrão mesmo. E que esse era o caminho, esse é o caminho, né. Por exemplo: quando eu penso nesse Prêmio, penso muito nos quintais agroecológicos das mulheres que a gente o tempo todinho se preocupou com o trabalho de fortalecer, de fazer que elas vejam o quintal não só como um local de produção de conhecimento, mas que elas se vejam lá também como importantes nesse processo de empoderamento..*

A participação das mulheres agricultoras, artesãs e quilombolas do Pajeú na Rede possibilitou que estas incorporassem pautas feministas e agroecológicas em seus cotidianos, permitindo ainda maior acesso a diferentes políticas governamentais. Mas que outras contribuições ainda foram percebidas? No tópico a seguir, destaco algumas dessas colaborações, apresentando algumas transformações já incorporadas pelas mulheres na região.

\*\*\*

---

142 Além do Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável (SPM, 2012), a Rede também foi reconhecida com o Prêmio de Inovação Comunitária, concedido pela Brazil Foundation em 2015 e com o Prêmio Boas Práticas em Economia Solidária do BNDES também em 2015, entre outros.



*As contribuições da Rede de Mulheres do Pajeú para as agricultoras, artesãs e quilombolas do semiárido*

Se no início da formação da *Rede* as trabalhadoras rurais integrantes mal saíam de casa e pediam autorização a seus pais, sogros e maridos para poderem participar das reuniões, outro cenário tornou-se possível no Pajeú a partir do trabalho que foi sendo consolidado no grupo. Hoje realizam reuniões e formações com certa frequência, recebem os lucros monetários de suas atividades diretamente, são valorizadas nos trabalhos produtivos que realizam e muitas inclusive aprenderam a dirigir e tiraram carteira de habilitação. A própria van que comercializa os produtos da *Rede* é conduzida por algumas dessas mulheres, quando realizam exposições em outros municípios, por exemplo.

Segundo *Macela*, a principal preocupação da *Rede* era incentivar os grupos produtivos de mulheres participantes para que pudessem se estruturar e consolidar para, na continuidade, seguirem trabalhando para fomentar e formar novos grupos que adotem princípios feministas e agroecológicos em sua construção:

*Hoje a gente tem histórias aí, por exemplo, de mulheres que dirigem que jamais imaginavam que iam dirigir um carro, não é? Tirar uma carteira de habilitação! E hoje a gente tem mulheres que dirigem uma van cheia de artesanato e ganham o mundo pra vender esse artesanato! Então a Rede tem muito isso. A gente não gera dependência, a gente quer que essas mulheres se empoderem, que elas tenham a identidade delas, e que elas sigam em frente porque outras virão. Então essas mulheres estão o tempo todo em processo. Por exemplo: as que se empoderam vão empoderando outras – então é esse o trabalho que a gente faz pra de fato, hoje a gente ter bastante resultados.*

*Caena* e *Macela* chamam atenção para a importância que a *Rede* teve também na construção do empoderamento simbólico com cada uma das mulheres trabalhadoras rurais envolvidas no que se refere ao acesso destas a diferentes espaços públicos e políticos de fala, colocando suas próprias pautas. Mulheres que antes de tais formações tinham vergonha de falar em tais espaços, e que, a partir do que a *Rede* e a CMN realizaram, tornaram-se mais confiantes e passaram a ocupar sindicatos, a par-

ticipar de reuniões em esferas governamentais e diferentes organizações, e a recuperar a importância de suas vozes. As subalternas agora podem – e querem – falar. A proposta de Spivak (2014) vai aos poucos se materializando com as mulheres agricultoras, artesãs e quilombolas do Pajeú, como o diálogo de *Caena* e *Macela* nos demonstra a seguir:

*Caena: E também é prazeroso – eu acho – pra instituição e pra gente também que faz parte desse processo, ver as mulheres de base ocupando espaço público, né, nos sindicatos, representando o território na Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, fazendo parte desse diálogo, dialogando com outros espaços, com outras organizações... que esse, assim, era um papel que era feito por poucas – geralmente só da equipe técnica – mas que o processo leva elas a ocuparem esses espaços, né? Então, espaços públicos, espaços políticos. Quando a gente vê uma mulher des-sa que jamais teria coragem de falar em público, tá falando aí pra...*

*Macela: Representando, por exemplo, uma Comissão Estadual, né? Mulheres que quando a gente fez a primeira reunião com elas tinham vergonha de falar o próprio nome!*

E qual o futuro da *Rede*? Ainda que muitas transformações tenham se tornado possíveis através do trabalho realizado pela *Rede*, as desarticulações políticas experimentadas no país desde 2015 trazem a incerteza como a única certeza no que se refere às políticas governamentais futuras. O trabalho da *Rede* é vinculado ao acesso de políticas públicas, e se estas são descontinuadas, os recursos são também reduzidos. No subitem a seguir, trago as principais preocupações das mulheres frente ao futuro incerto e sobre quais estratégias pensam em adotar para seguir sobrevivendo e atuantes na região.

\*\*\*

### *O Futuro da Rede*

Quando encerrava minha entrevista em Afogados da Ingazeira, fomos interrompidas pela conclusão do *impeachment*, decidindo pelo afastamento da então Presidenta Dilma Rousseff do seu cargo de gover-

no. Momento de lágrimas, lamentos e algumas palavras de inconformismo frente ao acontecimento histórico que presenciávamos em conjunto com muita angústia. Como isso as afetaria dali pra frente? Para *Aroeira*, o futuro que estava sendo posto colocava incertezas sobre a própria continuidade da *Rede*, antecipando um cenário que traria ainda mais dificuldades, retrocessos e preocupações, percebendo a necessidade de estabelecer novas estratégias para seguirem sobrevivendo:

*Eu vejo que por nós sermos uma Associação – diferentemente de sermos uma ONG, né – a gente tem todas as dificuldades do mundo, mas cada uma que tá aqui, a gente tem investido muito – não é recurso financeiro não! É recurso humano mesmo! Disposição... É garra, é acreditar nesse trabalho. A gente tem doado muita adrenalina, muita energia pra que isso aqui continue de pé fazendo trabalho com as mulheres. Particularmente eu não sei como é que vai ser daqui pra frente, a gente não tem o final ainda desenhado, mas a gente sabe que coisas boas não nos espera daqui pra frente, né. As dificuldades vão ser muito maiores do que as que estamos tendo hoje, sobretudo por esse contexto político. Eu, francamente, só penso em dificuldade. Em todos os campos porque, por exemplo, se a gente for levar em consideração que as chamadas de ATER já era, e, por exemplo, as campanhas, os programas direcionados pras mulheres.... já começaram a se acabar – a própria Secretaria de Políticas para as Mulheres já deixou de existir praticamente. Já perdeu toda sua estrutura! Já está tendo toda uma desmobilização de todo esse tempo que foi de conquista, então a gente vem sofrendo um retrocesso muito grande, então eu vejo isso com muita preocupação porque a gente não é nada se tiver isolada, né. Mesmo sendo uma instituição pequena, a gente precisa se manter, a gente precisa manter o trabalho, precisa se articular com outras organizações e a gente precisa ganhar força pra gente continuar trabalhando nesse projeto de mundo melhor. Então, eu vejo o futuro com muita preocupação.*

*Macela* também vê o futuro dos grupos produtivos de mulheres trabalhadoras rurais da *Rede* com bastante preocupação, mas acredita que a luta dos movimentos sociais é necessária e deve permanecer ativa para evitar que mais retrocessos aconteçam. Novas estratégias e parcerias devem ser pensadas e construídas para que suas demandas possam ser cada vez mais atendidas:

*A gente tá tendo aí um retrocesso muito grande da própria democracia, de respeito, né? Eu acre-dito hoje que se continua o Governo que está aí (Governo Temer), acho que as nossas chances são poucas de dialogar com o Governo. Acho que as portas já estão se fechando. acho que hoje as organizações têm que buscar novas estratégias de como apoiarem esse público. A luta não vai parar, né. A gente vai continuar lutando, a gente vai continuar buscando investir nesses grupos, melhorando a vida dessas mulheres e acredito que a gente tem que pensar, traçar novos caminhos seja ele como – é incerto ainda – como é que a gente vai dialogar com o que vem por aí pela frente, ou o quê que a gente vai fazer, onde a gente vai buscar formas e estratégias de continuar a nossa luta, caso a gente não consiga dialogar mais com esse Governo, com essa nova estrutura, que vem aí – que eu espero que não se concretize. Eu espero que se ficar, fique só esses dois anos (2016/2 – 2018), mas que depois não se concretize a continuidade do que já está aí.*

Assim como a vegetação nativa da Caatinga, essas mulheres sabem que é preciso serem resilientes e continuarem sua luta. Para tanto, a formação política e feminista é necessária que também continue e se amplie, sendo um dos desafios que a *Rede* ainda precisa atravessar. Segundo *Aroeira*, a partir do cenário que começava a ser posto era importante começarem a refletir sobre como continuar e ampliar a consciência política das agricultoras e dos agricultores na base, fortalecendo ainda mais o movimento rural e legitimando suas demandas:

*Esse contexto político em que a gente se encontra nos deixa muita incerteza, muitos pontos de inter-rogações, e ao mesmo tempo a gente fica se perguntando: “A gente vai ficar de braço cruzado?”*

*E a quem a gente vai recorrer? A quem a gente vai recorrer nesse momento, né? Se as portas estão fechadas e o Governo não dialoga com a base, não dialoga com o público... A gente precisa refletir sobre essas formações de base, precisa refletir sobre essa linha de base. De que maneira a gente vai capacitar essas mulheres, capacitar esses agricultores pra que de fato participe dessas políticas, né? Eu acho que é importante pensar agora numa formação e preparar o seu exército, preparar os nossos exércitos daqui pra frente pra que não deixe as organizações na linha de tiro, na linha de frente lutando sozinha, porque a gente sabe que o movimento é todo mundo junto – mas que muitos se ausentam no processo de discussão e de busca pela conquista das políticas públicas que nos são de direito.*

De acordo com *Caena*, a incerteza sobre a continuidade das atividades produtivas é também uma preocupação das agricultoras, artesãs e quilombolas que compõem a *Rede*. Segundo relata, muitas as questionam sobre isso e somente com a adesão das mulheres, outras estratégias poderão ser possíveis para permanecerem ativas:

*A gente já diversas vezes fomos abordadas pelas próprias mulheres: “E agora?”. É necessário a gente sentar, centrar nossas energias na construção de outras estratégias, mas a gente também partilhar essas responsabilidades com a base. A luta dos movimentos foi um marco importante na história ao longo do tempo, e outras pessoas, outras mulheres principalmente, é necessário se fazerem parte e acho que a gente só precisa partilhar essa responsabilidade com a base, que é o público-alvo, que mais é atingido.*

Finalizo minha tese praticamente um pouco mais de um ano após o ocorrido. Efetivamente algumas das políticas mencionadas já foram descontinuadas, enquanto outras tiveram seu orçamento reduzido. Em agosto de 2017 recebi uma mensagem de *Licurana* pelo celular e a questioneei sobre quais alterações já haviam sido percebidas com a destituição da presidenta, no que ela me respondeu que a assessoria técnica específica para mulheres (*ATER para mulheres*) era uma das



perdas já sentidas, assim como a redução do orçamento para o PAA e PNAE, dificultando ainda mais a sobrevivência das atividades produtivas das mulheres da região:

*Com a mudança do governo, a intenção é que essas chamadas não existam mais. Muito menos para as mulheres! Então, assim, até pra essa mulher ter maior conhecimento, essa mulher ter um maior empoderamento, cada dia – com essa mudança do governo – isso tem ficado ainda mais difícil! Naquela época você veio aqui (agosto de 2016), a chamada do governo estava parada e foi retomada no final de 2016. Aí nós retomamos as atividades, mas ainda assim com essa retomada muitas mulheres desistiram da chamada, né? Porque ficou parada um ano praticamente! Então as mulheres meio que desacreditaram – que é comum isso acontecer. Mas a gente retomou bastante, com muitas mulheres ainda. Mas assim a nossa preocupação é que vai acabar a chamada do ATER Agroecologia agora no final de 2017, o ATER Mulher terminou em 2016 e não foi renovado. Não tem nenhuma perspectiva do governo de melhorar essa condição! Diminuiu o orçamento das políticas públicas para a agricultura familiar, então PNAE e PAA diminuiu drasticamente o recurso, então não tem praticamente mercado institucional pra essas mulheres entregarem sua produção. É assim, as mudanças do governo são só pra pior: diminuindo ou excluindo a assistência técnica para mulheres.*

O que pude perceber é que o Prêmio procurou abarcar uma grande diversidade de grupos, seja em sua constituição, mas também em seu amadurecimento enquanto grupo de mulheres trabalhadoras rurais. A Rede Mulheres do Pajeú constituía um grupo mais consolidado entre os dois grupos que analisei, o que ficou demonstrado no teor politizado da fala de suas integrantes, mas também na própria organização do grupo enquanto organização produtiva.

São feministas atuantes no sertão preocupadas com o reconhecimento do trabalho das mulheres da região – na produção agrícola, no artesanato, e também nas atividades domésticas e de cuidados na família. Ao incorporar a agroecologia como princípio, a Rede possibilitou que

muitas oportunidades se apresentassem, transformando ainda as lógicas familiares de muitas. A *Rede* possibilitou também o acesso a distintas políticas públicas e transformações cotidianas na vida de muitas de suas integrantes, no entanto, várias das políticas que acessam precisam ser aprimoradas e adequadas às suas realidades para serem efetivas. O futuro do grupo é algo que ainda não conseguem prever, e, num momento de tanta desarticulação política como o que experimentamos em 2017, é bastante preocupante.

As desarticulações políticas governamentais e o dismantelamento de políticas de cunho social preocupa a sociedade brasileira como um todo, no entanto, são as populações marginalizadas, e saliento que principalmente as mulheres, as mais suscetíveis a esses retrocessos. A seguir apresento algumas *considerações finais* no estudo que realizei ao longo desses cinco anos de doutoramento.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que seletivas e seguindo recomendações político-econômicas internacionais, as políticas públicas voltadas para mulheres trabalhadoras rurais no país são o resultado de lutas dessas mulheres ao longo de muitos anos de militância nos movimentos sociais das trabalhadoras rurais brasileiras. Os critérios definindo quais as populações a serem atendidas por essas políticas, acabam determinando quem são as/os incluídas/os e, portanto, estabelecendo também as/os excluídas/os e marginalizadas/os por tais políticas.

Buscando atender a perspectiva adotada por Spivak (2014) de se fazer uma ciência crítica intervencionista, engajada e contestadora, procurei transcrever falas de mulheres rurais com quem conversei para analisar sua inclusão em políticas públicas do país, no sentido de traduzir e publicizar alguns de seus olhares e demandas. De acordo com essa autora, para se construir uma crítica verdadeiramente transformadora, as/os subalternas/os devem ter a garantia da escuta de suas falas, e por isso procurei transcrever alguns discursos de mulheres que entrevistei.

As ações realizadas pelo governo brasileiro ao longo de sua história demonstram que apesar das políticas aqui construídas procurarem atender a demandas sociais instauradas, estas atendem, principalmente, às demandas do mercado mundial, ditando assim quais necessidades devem ser privilegiadas em determinado momento. Algumas das políticas públicas implementadas no país começaram a incorporar saberes das mulheres trabalhadoras rurais ao serem concebidas, planejadas e executadas, principalmente aquelas relacionadas às metodologias agroecológicas de cultivo e à gestão de seus territórios. Mas essas iniciativas ainda são insuficientes, como ressaltaram as mulheres entrevistadas na pesquisa realizada.

*O Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* foi uma ação que visibilizou diferentes grupos de mulheres agricultoras, extrativistas, pescadoras, quilombolas e indígenas do país em seus modos de vida e estratégias de sobrevivência no campo, nas florestas e nas águas, sendo utilizado aqui como ponto de partida para a discussão de políticas específicas voltadas à valorização de seus conhecimentos e práticas de trabalho. De acordo com o MDA (2014), algumas das políticas instituídas no país com foco nas trabalhadoras rurais – como o *Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)*; *Gestão e Participação Territorial (Participação das mulheres no desenvolvimento territorial e rural)*; *Reforma Agrária com Igual-*

*dade - Acesso a Terra (Titulação conjunta obrigatória); Inclusão Produtiva na Reforma Agrária (Fomento Mulher); Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR); Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres (ATER Mulheres); Mulheres e Agroecologia (ATER Agroecologia); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Mulher); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – foram elaboradas principalmente entre 2003 e 2016.*

Ao longo de quatro capítulos construí um estudo que buscou explicitar o papel dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais na construção de políticas públicas voltadas para as agricultoras. Políticas construídas a partir de recomendações internacionais e sua tradução nas políticas governamentais nacionais, impulsionadas também pelas reivindicações dessas trabalhadoras. Preocupei-me em realizar um estudo feminista no sentido de reforçar a importância da criação de políticas públicas específicas voltadas para as demandas de mulheres trabalhadoras rurais, considerando suas diferenças – de raça, classe, etnia, geração, entre outras – e as desigualdades que permeiam seu universo social.

Como muitas políticas voltadas para as mulheres no país foram instituídas a partir das recomendações e influência de organismos internacionais como ONU e CEPAL, percebi ser importante considerar as perspectivas interseccional, feminista e descolonial para analisar as políticas resultantes de tais recomendações. Somente a partir de um feminismo descolonizador que rompa com as tradições etnocêntrica e universalizante que caracteriza os feminismos hegemônicos é possível denunciar o silenciamento e a exotização de muitas mulheres, como as indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadoras e agricultoras, por vezes ainda representadas como vítimas e não como agentes do desenvolvimento que almejam (CASTILLO, 2014).

Como ressalta Bandeira (2005), grande parte das políticas brasileiras voltadas para trabalhadoras rurais focadas nas mulheres, centralizam seus papéis de reprodução social nas famílias, considerando-as apenas enquanto mães. Nem sempre a transversalidade de gênero é adotada na construção das variadas políticas nacionais, deixando o enfoque do empoderamento como uma meta a ser futuramente alcançada, mas não tacitamente explicitada. Dessa forma, ainda é necessária a construção de ações integradas para superar assimetrias de gênero existentes, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais.

Os movimentos de mulheres e feministas foram fundamentais para a construção de políticas públicas nacionais e do feminismo instituci-

onalizado na América Latina e Caribe, que precisou se utilizar de políticas pragmáticas, para obter avanços frente aos interesses neoliberais internacionais. Diversos programas voltados para mulheres na região foram financiados por agentes e instituições alinhadas a uma concepção econômica e política neoliberal, dando atenção a demandas de algumas mulheres (e a alguns feminismos), relegando outras ao silenciamento e à marginalização estatal (SCHILD, 2016). De acordo com Schild (2016), é importante que as desigualdades sociais, econômicas e raciais latino-americanas sejam incorporadas pelos feminismos e políticas aqui praticadas, buscando um projeto emancipatório para efetivas transformações sociais.

Os organismos internacionais atendem a normativas dos países mais ricos, impondo políticas que afetam populações e o meio ambiente de outros países. Muitas das políticas adotadas pelo governo brasileiro para resolver os problemas nacionais são reproduções, precariamente (ou inteiramente) ajustadas, de soluções adotadas nos países economicamente mais desenvolvidos, que, de acordo com Saffioti (2013), que precisam ser questionadas. Enquanto tais políticas não se tornarem mais distributivas e não priorizarem investimentos sociais nas mulheres e nas populações mais vulneráveis, dificilmente terão impactos no desenvolvimento real e na redução de desigualdades estruturais produzidas por concepções neoliberais desenvolvimentistas (GIRÓN, 2009).

No decorrer dessa pesquisa pude perceber que as políticas públicas voltadas para as mulheres brasileiras precisam ser ampliadas para contemplar muitas mulheres que ainda se encontram marginalizadas das ações governamentais. São recentes as políticas públicas e os programas sociais voltados especificamente para as mulheres que exercem a atividade agrícola no Brasil e, para que tais políticas sejam efetivas, precisam ser analisadas e aprimoradas no sentido de incorporar mulheres que estão excluídas desses direitos.

As mulheres rurais são diversas, como esse estudo mostrou. A partir do levantamento que realizei em banco de dados, pude trazer a multiplicidade de identificações que lhes são atribuídas: mulheres trabalhadoras rurais, agricultoras que moram e trabalham nas áreas rurais e lidam com atividades agrícolas; as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e na lavoura; responsáveis por "gerar, criar, educar e produzir"; sujeitos que demandam políticas sociais voltadas para o combate à violência doméstica; mulheres que lutam pela visibilidade do seu trabalho; sujeitos políticos em busca de reconhecimento e direitos; mulheres que reivindicam direitos à Previdência Social e o reconhecimento da

profissão de mulher trabalhadora rural; mulheres destemidas e obstinadas na luta por direitos de classe, com capacidade de lutar por equidade de gênero nesses espaços; responsáveis pelo desenvolvimento regional e pelo desenvolvimento sustentável, muitas ainda alijadas de políticas públicas; protagonistas na produção de alimentos e no manejo de recursos naturais, mas ainda ausentes dos processos decisórios, pela desqualificação de seus saberes; participantes dos grupos responsáveis pela produção de alimentos nos países em desenvolvimento. Com a utilização da categoria mulheres trabalhadoras rurais procurei estar atenta e abranger toda essa diversidade.

As mulheres trabalhadoras rurais brasileiras são as principais protagonistas na produção da agroecologia do país, método que resgata saberes e práticas tradicionais de cultivo, evidenciando os ecofeminismos como movimentos mais alinhados a essas práticas. De acordo com Silliprandi (2015), a incorporação da agroecologia permitiu que novas reflexões e posicionamentos no que se refere aos objetivos finais da produção agrícola fossem realizadas, e também que a recuperação de um conjunto de conhecimentos que acabaram desaparecendo ao longo do tempo fosse possível, (re)afirmando assim o protagonismo de agricultores/as, quilombolas, extrativistas, pescadoras/es, camponesas/es e populações tradicionais, na construção de um novo desenvolvimento rural.

A agroecologia permite questionar o modelo de desenvolvimento atual, e nesta tese busquei evidenciá-la como alinhada às propostas dos feminismos descoloniais, na medida em que supõem uma nova maneira de compreender as relações globais e locais, entendendo o pensamento moderno ocidental, o colonialismo e o capitalismo como partes da mesma hegemonia de poder e de saber (PICHARDO, 2014). Busquei enfatizar a importância da valorização desses saberes na construção de políticas públicas para as mulheres trabalhadoras rurais, reconhecendo inclusive a relevância da transmissão oral de suas práticas históricas.

Segundo as mulheres entrevistadas, a grande conquista do *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável* foi ter dado visibilidade a grupos produtivos de mulheres trabalhadoras rurais que realizaram ações agroecológicas, possibilitando um espaço para contarem suas histórias, demonstrando seus desafios pessoais e suas lutas coletivas. Interagir com as agricultoras selecionadas pelo prêmio permitiu que me aproximasse de experiências de diferentes mulheres trabalhadoras rurais brasileiras, podendo observar políticas que as beneficiaram nos últimos anos, assim como verificar as distinções que as compõem, suas principais demandas e as políticas que não se estenderam até elas. Entre

os dois grupos de mulheres premiados que analisei, pude observar diferenças estruturais, regionais e culturais e posicionamentos feministas distintos.

As mulheres do *Grupo de Mulheres Raízes da Terra* (DF) incorporavam a lógica da agroecologia em suas práticas, possibilitando que reflorestassem o espaço em consonância com sua preocupação com a preservação do meio ambiente, demonstrando a importância de seu protagonismo na produção agroecológica local, sendo hoje as responsáveis pela preservação de seu território, o que as aproximou ainda mais de sua relação com a terra. A auto-valorização das mulheres do grupo evidenciou-se como um sentimento recente, diferenciando-as da precariedade das condições a que estavam sujeitas anteriormente.

O fortalecimento subjetivo que as mulheres alcançaram dentro do coletivo *Raízes da Terra* fundamentou-se na própria mobilização que foram construindo entre si. Ao se reunirem e trocarem experiências, estavam dando lugar às próprias vozes e demandas, passando a escutar umas às outras, como também a si próprias. A escuta e a fala de cada uma aos poucos foi ganhando lugar de destaque e de importância, empoderando-as e aproximando-as entre si, consolidando a formação do grupo.

Dentre os avanços alcançados pelo grupo através do *Prêmio*, as mulheres citam o próprio reconhecimento do *Raízes da Terra* e do trabalho que realizam, a consequente valorização simbólica que obtiveram, os investimentos que foram possíveis de realizar e, ainda que de modo incipiente, o acesso a políticas públicas capazes de fomentar suas atividades.

Quando as visitei, as mulheres do grupo não pareciam ter uma militância feminista ativa, aproximando-se dos debates feministas através da atuação (e acercamento) de outros grupos, organismos e movimentos de mulheres. Destaco ainda que grande parte dessas mulheres tinham baixos níveis de escolaridade e estavam começando a desenvolver debates feministas a partir dessa aproximação com outros movimentos e grupos de mulheres.

As mulheres trabalhadoras rurais de Sobradinho/DF percebiam a necessidade de construção e aprimoramento de mais políticas voltadas para educação, transporte, saúde e de combate à violência contra as mulheres daquela região. A questão da educação do campo é algo que realmente dificulta a qualificação de muitas mulheres das áreas rurais brasileiras, assim como a questão do transporte público nessas localidades mais afastadas dos centros urbanos. Há ainda a dificuldade de acesso aos sistemas de saúde, demonstrando que nos espaços rurais há menor



estrutura médica, menor cobertura nos planos de saúde, assim como dificuldades de acesso às instituições provedoras de saúde (ALMEIDA et al., 2002; KASSOUF, 2005; MORAIS et al., 2008; citados por VIEIRA, 2010). As questões da propriedade da terra, extensivas a toda população rural, a necessidade de mais políticas de emprego e de fomento à construção de suas casas também esteve presente nos discursos de minhas entrevistadas. A burocracia estabelecida pelas políticas públicas é ainda o maior empecilho a seu acesso por estas mulheres. Pude perceber também a dificuldade de superar a percepção clientelista que algumas das agricultoras têm em relação às políticas públicas, entendendo-as antes como concessões governamentais, do que como direitos seus.

Na pesquisa junto à *Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú*, uma região de seca, aridez e de profundas desigualdades sociais, foi importante ressaltar as ligações do grupo com a *Casa da Mulher do Nordeste* (CMN), ONG feminista bastante atuante na região do Pajeú desde a década de 1980 e determinante para o desenvolvimento das perspectivas feministas que caracterizam as propostas da *Rede*. A constituição desse coletivo permitiu que muitas mulheres trabalhadoras rurais da região se apropriassem das questões feministas, transformando suas realidades cotidianas.

A violência contra as mulheres rurais é uma das pautas trabalhadas pela *Rede*. Pauta essa que só conseguiu atenção recentemente – principalmente depois da implementação da *Lei Maria da Penha* – permitindo que começassem a identificar algumas violências a que estavam sujeitas. A vergonha e o tabu de se falar sobre esses fatos dificultava a discussão desse tema para muitas. Como ressaltaram, faltam políticas, faltam delegacias especializadas, falta conhecimento, faltam espaços de fala, faltam aparatos sociais especializados voltados para o universo rural e faltam estratégias que envolvam toda a família na prevenção de violências contra as mulheres. Suas vozes – e também suas raças, etnias, suas cores, religiosidades – são ainda por vezes silenciadas e por isso o trabalho da *Rede* foi importante para as mulheres da região, no sentido de valroizar suas singularidades e dar espaço de visibilização para suas diferentes práticas.

De acordo com as mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas nesse grupo, é preciso estimular a criação e o aprimoramento de mais políticas de saúde para atender à população rural, visto que quando necessitam de cuidados médicos especializados não encontram tais atendimentos na saúde municipal de forma gratuita. As políticas devem ser

universais, assim como seu alcance. O universo rural tem dificuldade de atrair agentes de saúde, e a falta de políticas que promovam transformações nesse sistema só amplia a precariedade com que vários problemas das populações rurais são tratados, congestionando os atendimentos de saúde nas capitais urbanas, o que dificulta seu acesso.

A partir de minha observação em Afogados da Ingazeira/PE, pude perceber que a principal preocupação das componentes da *Rede de Mulheres do Pajeú* se centrava no incentivo de adesão de mais mulheres da região à mesma, com o intuito de consolidá-la e, na continuidade, seguirem trabalhando para fomentar e formar novos grupos produtivos que sigam princípios feministas e agroecológicos. Toda a lógica do grupo adota os princípios da agroecologia, método que, através da *Rede*, acabou se disseminando pelas mulheres do semiárido, trazendo-lhes novas possibilidades.

O reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres participantes, no roçado, nos quintais produtivos, nos beneficiamentos, foi algo que só a partir dos cursos de formação realizados pela *Rede* conseguiu promover o empoderamento individual e coletivo de suas componentes. A mobilização das mulheres participantes da *Rede* contribuiu também para o empoderamento simbólico de diversas agricultoras, artesãs e quilombolas no acesso a diferentes espaços públicos e políticos de fala, colocando suas próprias pautas e recuperando a importância de suas vozes. As subalternas agora podem, querem e estão falando (SPIVAK, 2014).

A inconstância de políticas é uma realidade brasileira e, durante minha pesquisa de campo, o temor da descontinuidade ia aos poucos se tornando mais presente com o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Vivenciei esse momento e pude perceber nos olhares dessas mulheres trabalhadoras rurais, o temor dos retrocessos possíveis. Momento de lágrimas, lamentos e de palavras de inconformismo frente ao acontecimento histórico. A incerteza sobre a continuidade das políticas no novo contexto estava presente no cenário político do país.

Muitos organismos governamentais, editais, campanhas e programas direcionados para populações vulnerabilizadas – e aqui incluem muitas mulheres, populações negras, as populações nativas de indígenas e quilombolas, as agricultoras, pescadoras, extrativistas, as pessoas com sexualidades divergentes da normatividade heterossexual, entre outras – já deixaram de existir após a ascensão de Michel Temer ao poder em 2016, demonstrando a presença imperante de medidas que fomentam retrocessos.

Cada vez mais o governo atual parece se alinhar à lógica multinacional da produção agroalimentar, privilegiando políticas mais voltadas para monocultivos de grandes proprietários orientados para exportação, dificultando a continuidade da pequena produção alimentar nacional, e o fortalecimento de iniciativas geridas por mulheres agricultoras.

Grande parte das políticas direcionadas para mulheres trabalhadoras rurais brasileiras foram conquistadas através das demandas dos movimentos de mulheres no país, e portanto, é de suma importância que as mobilizações e os movimentos já constituídos continuem se articulando e se (re)fortalecendo para permanecerem questionando as estratégias governamentais, trazendo reivindicações e promovendo transformações. As políticas também devem incorporar as transformações que os grupos produtivos de mulheres rurais traduzem, incrementando ações mais voltadas para o coletivo do que para os próprios grupos familiares, fomentando atividades conjuntas de mulheres, e permitindo que possam fortalecer sua autonomia.

Comecei essa tese em 2013, quando entrei no PPGICH/UFSC, praticamente cinco anos atrás. A princípio fui motivada a estudar as políticas públicas voltadas para mulheres trabalhadoras rurais pelos avanços obtidos ao longo dos anos na história política do país, no entanto, finalizo esse estudo com questionamentos sobre quais futuros serão possíveis, pelo desmantelamento de políticas de cunho social que temos vivenciado no Brasil a partir de 2016.

Como disse anteriormente, o Governo que assumiu a gestão do país já demonstrou um refortalecimento de políticas neoliberais, favorecendo o agronegócio e reduzindo os incentivos para a pequena produção familiar. No que se refere aos direitos das/os mais desfavorecidas/os, dos/as marginalizados/as, das mulheres, da população negra e indígena, das pessoas LGBTQTT e também da classe trabalhadora, rural inclusive, estes direitos estão sendo desconsiderados e desmontados. A extinção de diversas secretarias, como a SPM e a SEPPIR, e de Ministérios, como o MDA e o MDS, além dos cortes orçamentários de programas estruturais de saúde e educação para toda a população, são testemunhas disso. O governo atual privilegia a bancada ruralista, as idéias neoliberais e conservadoras, a população mais rica, em detrimento dos direitos civis constituídos da população mais empobrecida, urbana e rural. Têm havido ataques declarados às políticas que protegem trabalhadores/as rurais e urbanos/as, seus direitos à aposentadoria, direitos previdenciários, a

demarcação das terras indígenas e quilombolas, a manutenção de reservas ambientais, o acesso amplo e universal à saúde e educação.

Ressalto ainda que, nos momentos finais de correção dessa tese, vivenciei o anúncio do mandato de prisão ao Presidente Lula em abril de 2018, enunciando um momento político incerto visto a quantidade de absurdos e escândalos que vivenciamos na política brasileira desde 2016. O presidente que mais trouxe inovações e benfeitorias a populações marginalizadas, instituindo políticas públicas para as mesmas, com maior índice de aceitação pela população das massas populares do país está sendo impedido de se candidatar para novo mandato presidencial, em processo que agride a Constituição do país e a própria democracia.

As transformações e cortes ocorridos desde a ascensão do governo Temer impactou minha forma de analisar as políticas voltadas para mulheres trabalhadoras rurais. Muito do que teria concluído antes de 2016 já estaria ultrapassado, visto a quantidade de direitos, políticas sociais e programas que foram desarticulados no país.

Predomina o modelo de desenvolvimento focado apenas no crescimento econômico. Vivemos um momento de crise, em que ideologias fundamentalistas também colocam em risco diversas das conquistas já consagradas pelos movimentos feministas e LGBTT brasileiros. Somente políticas públicas não resolverão as questões colocadas, mas as mesmas podem promover transformações que atinjam toda a sociedade, afinal, só existe democracia de verdade quando toda a população – e não apenas uma parcela desta – pode acessar seus direitos democráticos.

As mulheres e as pautas feministas precisam acessar as agendas governamentais para possibilitar que mais questionamentos e mudanças sejam realizadas. Como feminista, acredito ser necessária a luta contínua, a persistência por um mundo mais equitativo e justo frente às variadas adversidades que vão surgindo. Não somente as políticas devem incorporar os discursos das mulheres, mas também os diferentes feminismos praticados no país devem descolonizar-se e incorporar as diferenças de gênero e sexualidades, os diferentes discursos, as distintas classes, raças, etnias, religiosidades, dentre outras diferenças que nos constituem, para tornar o debate mais amplo e possibilitar transformações empoderadoras das mulheres.

Durante minha pesquisa aprendi muito com as diferentes mulheres trabalhadoras rurais com quem convivi e busquei tentar traduzir um pouco da força poética do que realizavam, procurando fazer com que minha tese pudesse expressar suas vozes, muitas vezes silenciadas, nas lutas por mais direitos, por autonomia, por visibilidade de suas diferen-

ças, por transformações sociais em seu espaço doméstico, por reconhecimento e rentabilidade de seu trabalho produtivo, pelo uso consciente dos recursos naturais e pela adoção de métodos agroecológicos de cultivo.

Classe, raça, cor, etnia, religião, origem regional, orientação sexual são algumas das diferenças que afetam as formas como as mulheres vivenciam experiências e discriminações, frequentemente obscurecidas e marginalizadas pelas políticas públicas em todo o mundo (CREENSHAW, 2002). Para garantir que todas as mulheres possam ser beneficiadas por políticas públicas de direitos, é necessário atentar para todas as diferenças que redundam em vulnerabilidades particulares. É nessa perspectiva que se pode semear novos rumos e construir novos futuros, como diria Cora Coralina (2009), mulher rural, goiana, “se temos de esperar, que seja para colher a semente boa que lançamos hoje no solo da vida”, ou ainda, como conclamava Gloria Anzaldúa (2007), mexicana e também de origem rural: “Somos o broto verde que rompe a rocha. Nós persistiremos”. Seguiremos em luta.

Finalizo essa tese lembrando a poesia “Filhos da Época” da escritora polaca Wislawa Szymborska (2011; p.77), de 1987, para lembrar que somos seres políticos vivendo um mundo político e que lutar por justiça, igualdade social e equidade de gênero fazem parte do que acredito enquanto mulher, brasileira, feminista e militante por um mundo mais justo, digno e equitativo, em que devemos seguir lutando pelo que acreditamos:

*Somos filhos da época e a época é política.  
Todas as tuas, nossas, vossas coisas  
diurnas e noturnas, são coisas políticas.  
Querendo ou não querendo,  
teus genes têm um passado político,  
tua pele, um matiz político,  
teus olhos, um aspecto político.  
O que você diz tem ressonância,  
o que silencia tem um eco  
de um jeito ou de outro político.  
Até caminhando e cantando a canção  
você dá passos políticos sobre um solo político.  
Versos apolíticos também são políticos,  
e no alto a lua ilumina  
com um brilho já pouco lunar.  
Ser ou não ser, eis a questão.  
Qual questão, me dirão.  
Uma questão política.*

*Não precisa nem mesmo ser gente  
para ter significado político.  
Basta ser petróleo bruto,  
ração concentrada ou matéria reciclável.  
Ou mesa de conferência cuja forma  
se discutia por meses a fio:  
deve-se arbitrar sobre a vida e a morte  
numa mesa redonda ou quadrada.  
Enquanto isso matavam-se os homens,  
morriam os animais,  
ardiam as casas,  
ficavam ermos os campos,  
como em épocas passadas  
e menos políticas.*



## REFERÊNCIAS

- AAO. Ana Primavesi. **Associação de Agricultura Orgânica**. Site. 2018. Disponível em: <<http://aao.org.br/aao/ana-primavesi.php>>. Acesso em: 28/03/2018.
- ABA AGROECOLOGIA. Grupos de Trabalho. **Associação Brasileira de Agroecologia - ABA**. 2017. Site. Disponível em: <[http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/?page\\_id=88](http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/?page_id=88)>. Acesso em: 11/11/2017.
- ABC BRASIL. Sobre o Ministério do Desenvolvimento Agrário. ABC Brasil - Agência Brasileira de Comunicação / Cooperação Técnica Brasileira - Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais. Governo do Brasil. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/training/informacoes/InstituicaoMDA.aspx>>. Acesso: 15/11/ 2017.
- ABRAMO. Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia; SPOSITO, Marília Pontes (Org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo; et al. **Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.
- AGAPAN. A ecofeminista Giselda Castro (1923-2012): Cidadã do Mundo e exemplo de cidadania local-global. **AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural**. Site. 17 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/2012/03/ecofeminista-giselda-castro1923-2012.html>>. Acesso em: 28/03/2018.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**. Vol. 15. Edição Especial. 2016. P. 261 – 295.
- ALIE, Van Der Schaaf. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 412 – 442.
- ALMEIDA, Vanete. 15 de outubro: Dia Mundial da Mulher Rural. Jornal Fêmea. Número 104. Setembro, 2001. **CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria**. Disponível em: <[http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=487:15-de-outubro-dia-mundial-da-mulher-rural&catid=87:numero-104-setembro-de-2001&Itemid=129](http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=487:15-de-outubro-dia-mundial-da-mulher-rural&catid=87:numero-104-setembro-de-2001&Itemid=129)>. Acesso em: 11/11/2014.



- ALMEIDA, Maria Vanete; AMADOR, Maria Daiza; SANTOS, Hauridete Lima. **Primeiro Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – Relatório**. Serra Talhada (PE): Editora Papelaria Universal, 1985. Disponível em: <[http://mulheresdosertao.org/wp-content/uploads/2016/10/1\\_Encontro\\_de\\_Mulheres\\_Trabalhadoras\\_Rurais\\_do\\_Serta%CC%83o\\_Central.pdf](http://mulheresdosertao.org/wp-content/uploads/2016/10/1_Encontro_de_Mulheres_Trabalhadoras_Rurais_do_Serta%CC%83o_Central.pdf)>. Acesso em: 10/01/2018.
- ALVAREZ, Sonia. A “globalização dos feminismos latino-americanos - tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (ed.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos: Novas Leituras**. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000, pp.383 – 426.
- ANA. Anais do III ENA: Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde e Cultivar o Futuro. **III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA)**. Juazeiro (BA), 2014. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/anais-do-iii-encontro-nacional-de-agroecologia-ena.pdf>>. Acesso em: 10/01/2018.
- \_\_\_\_\_. O que é a ANA. **Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)**. 13 de novembro de 2015. Site. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>>. Acesso em: 15/11/2017.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza. In: ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands / La Frontera: The new mestiza**. São Francisco: Aunt Lute Books, 2007. P. 99 -123.
- ASA. Ações P1+2 - Programa Uma Terra e Duas Águas. **Articulação Semi-árido Brasileiro – ASA. 2017**. Site. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>>. Acesso em: 10/12/2017.
- BATISTA, Juneia. 30 anos de Política de Gênero: a história de luta das mulheres na CUT. **Central Única dos Trabalhadores Rio Grande do Sul**. Site. 2 agosto, terça-feira, 2016. Disponível em: <<http://cutrs.org.br/ponto-de-vista/30-anos-de-politica-de-genero-a-historia-de-luta-das-mulheres-na-cut-juneia-batista/>>. Acesso em: 10/01/2018.
- BNB. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - Relatório de Resultados 2008. **Banco do Nordeste do Brasil (BNB)**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

- BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas.** Brasília: CEPAL/SPM, 2005.
- BARRETO, Pedro Henrique. História - Bretton Woods. **IPEA - Desafios do desenvolvimento.** 2009 . Ano 6 . Edição 50. Disponível em: <[http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23)> Acessado em: 07/11/2017.
- BERGAMO, Mônica. IBGE corta questões sobre raça, agricultura familiar e agrotóxicos de censo rural. **Folha de S. Paulo.** Colunistas. Publicado em 27/03/2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/03/1869595-com-menos-verba-ibge-reduz-questionario-de-censo-agropecuario.shtml>> Acesso em: 09/11/2017.
- BNDES. PRONAF Mulher. **Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.** Financiamentos. 2017. Brasil. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher/>>. Acesso em: 18/11/2017.
- BOAVENTURA, Fernando. Origem da população de Sobradinho. **Brasília - População.** Site. 17 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://brasiliaseis.blogspot.com.br/2011/11/origem-de-sobradinho.html>> Acesso em: 15/11/2017.
- BOLSA FAMÍLIA. **Fome Zero.** 2015. Site. Disponível em: <<http://bolsa-familia.info/fome-zero.html>>. Acesso em: 23/05/2015.
- BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas.** vol.12 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2004.
- BRASIL. Lei Nº 601. Dispõe sobre as terras devolutas no Império. **Casa Civil da Presidência da República do Brasil.** 18 de setembro de 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 15/11/2017.
- \_\_\_\_\_. Lei Nº 8.971. Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão. **Casa Civil da Presidência da República do Brasil.** 29 de dezembro de 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8971.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8971.htm)>. Acesso em: 15/11/2017.
- \_\_\_\_\_. I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – Anais. **Presidência da República - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.** 2004. Disponível em:

<<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/anais.pdf>>. Acesso em: 10/01/2018.

\_\_\_\_\_. Relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008: ano base 2007. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2008.

\_\_\_\_\_. Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. **Presidência da República - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. 2007. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-2a-conferencia>>. Acesso em: 10/01/2018.

\_\_\_\_\_. Direitos Humanos: a atuação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República 2003 - 2010. **Governo do Brasil - Secretaria de Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/livro\\_sdh\\_atuacao\\_2003\\_2011.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/livro_sdh_atuacao_2003_2011.pdf)>. Acesso em: 17/11/2017.

\_\_\_\_\_. CadÚnico. **Governo do Brasil**. Economia e Emprego. Site. 2010a. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>>. Acesso em: 17/11/2017.

\_\_\_\_\_. Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – Autonomia e Igualdade para as Mulheres. **Presidência da República - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-3a-conferencia>>. Acesso em: 10/01/2018.

\_\_\_\_\_. Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais tem chamada pública. **Governo do Brasil**. Governo 2012. 03 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/07/mda-lanca-chamada-publica-para-programa-de-organizacao-produtiva-de-mulheres-rurais>>. Acesso: 15/11/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério promove 4ª Edição do Prêmio Margarida Alves. **Governo do Brasil**. Cidadania e Justiça. 25 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/ministerio-promove-4a-edicao-do-premio-margarida-alves>> . Acesso: 20/02/2015.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 13.104. Altera o Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e inclui o

- feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Casa Civil da Presidência da República do Brasil**. 09 de março de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)>. Acesso: 05/06/2015.
- \_\_\_\_\_. Brasil sem Miséria. **Secretaria de Governo da Presidência da República**. Internacional - Fórum Social Mundial 2015 - Eixos: Inclusão Social. 2017. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria>>. Acesso em: 11/11/2017.
- \_\_\_\_\_. CONDRAF. **Casa Civil da Presidência da República do Brasil**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Apresentação. 2017a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/condraf/apresenta%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso: 11/11/2017.
- \_\_\_\_\_. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). **Casa Civil da Presidência da República do Brasil**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. 2017b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater>>. Acesso: 11/11/2017.
- \_\_\_\_\_. Brasil Agroecológico - Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia (PLANAPO). **Casa Civil da Presidência da República do Brasil**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. 2017c. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo/>>. Acesso: 11/11/2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública - 195 anos do Ministério da Justiça. **Arquivo Nacional - Ministério da Justiça e Segurança Pública**. 2017d. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/component/tags/tag/ministerio-da-justica-e-seguranca-publica.html>>. Acesso: 11/11/2017.
- BRIGOLA, Allan Gustavo et al. Sobrecarga elevada e fragilidade: relação com baixo desempenho cognitivo em idosos cuidadores moradores de comunidades rurais. **Trends Psychiatry Psychother**. [online]. 2017, vol.39, n.4, pp.257263. Epub 04-Dez-2017.
- BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*. Ano 4. n.7. 2002. p. 50 – 81.

- \_\_\_\_\_. Gênero e Agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 12. n.1. 2004. P. 205 – 22.
- BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Organizadoras). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011.
- \_\_\_\_\_. Mesa-Redonda 9: Feminismos e Mobilizações Sociais no Século XXI. **Seminário Internacional Curupiras – Universidade e Territórios: Diversidade de saberes para alternativas sociais**. UFPE. 22 a 26 de agosto de 2016. Recife (PE). (Mesa-Redonda)
- CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. p. 207 – 224.
- CAMILLO, Julcéia. Caliandra (*Calliandra dysantha* Benth). **A planta da vez**. Site. Disponível em: <[http://www.aplantadavez.com.br/2014/12/caliandra-calliandra-dysantha-benth\\_19.html](http://www.aplantadavez.com.br/2014/12/caliandra-calliandra-dysantha-benth_19.html)>. Acesso em: 15/11/2017.
- CARRAZZA, Luís Roberto; ÁVILA, João Carlos Cruz. **Manual tecnológico de aproveitamento integral do fruto do Pequi (*Caryocar brasiliense*)**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2010.
- CARDOSO, Elizabeth; NOBRE, Miriam; SILVA, Nívia; PIMENTA, Sara; SCHOTTZ, Vanessa. As mulheres na Articulação Nacional de Agroecologia. In: CARDOSO, Elizabeth; NOBRE, Miriam; SILVA, Nívia; PIMENTA, Sara; SCHOTTZ, Vanessa. **Mulheres e Agroecologia**. Brasília: STTRS/FETAGS/CONTAG, 2014.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota Carleial. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**. vol.29 n.85. 2015. P. 201 – 214.
- CAROSIO, Alba. Feminismo latinoamericano: imperativo ético para la emancipación. In: GIRÓN, Alicia. **Género y globalización**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009. P. 229 – 252.
- CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, Maria Jesús (coord.). **Estudios sobre género y economía**. Madrid: Akal. 2006.p. 29-62.
- CARVALHO, Ludmila Luciano. Agricultoras familiares: resistência e construção de alternativas ao agronegócio. In: HORA, Karla;

- REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo (Organizadores). **Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero - Prêmio Margarida Alves 4:Mulheres e Agroecologia**. Brasília: MDA, 2015.
- CASTILHO, Rosalva Aída Hernández. Diálogos Sur-Sur: una lectura latinoamericana de los feminismos poscoloniales. In: BIDASECA, Karina; OTO, Alejandro; OBARRIO, Juan; SIERRA, Marta (Org.). **Legados, genealogías y memorias poscoloniales en América Latina: Escrituras fronterizas desde el Sur**. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2014. P. 195 – 224.
- CASTRO, Josué. CONSEA. **Projeto Memória Art**. Verbetes. 2017. Site. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/JosuedeCastro/verbetes/consea.htm>>. Acesso em: 15/11/2017.
- CAVALCANTI, Hylda. Orçamento de Temer sacrifica programas sociais e privilegia verba de seu gabinete. **RBA - Rede Brasil Atual**. Política. 21 de outubro de 2016. Site de notícias. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/10/mudanca-de-prioridades-do-executivo-favorece-planalto-em-detrimento-de-areas-sociais-9721.html>>. Acesso em: 13/11/2017.
- CBA AGROECOLOGIA. Carta Agroecológica de Porto Alegre 2013. **VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA)**. Porto Alegre (RS), 25 a 28 de novembro de 2013. Disponível em: <<https://cbaagroecologia2013.wordpress.com/>>. Acesso em: 10/01/2018.
- CERVANTES, Jorge et al. Prevalence of human papillomavirus infection in rural villages of the Bolivian Amazon. **Rev. Inst. Med. trop. S. Paulo**, June 2003, vol.45, no.3, p.131-135.
- CHANT, Sylvia. Re-thinking the “feminization of poverty” in relation to aggregate gender indices. **Journal of Human Development**. Vol. 7. N.2. 2008. p. 201 – 220.
- CHECHI, Leticia. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a construção da PNAPO e Planapos: um estudo sobre a relação de movimentos e organizações sociais e Estado. **9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política**. Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26 a 28 de julho de 2017.
- CINTRÃO, Rosângela Pezza; SILLIPRANDI, Emma. O Progresso das Mulheres Rurais. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY,

- Jacqueline (Organizadoras). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- CLAM. **Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo**. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC. Brasília : SPM, 2009.
- CLÈVE, Clèmerson Merlin. A eficácia dos direitos fundamentais sociais. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**. Vol. 54. 2006. p. 28 – 36.
- CMN. Quem somos. **Casa da Mulher do Nordeste - Trabalho e cidadania**. 2017. Site. Disponível em: <<https://www.casadamulherdonordeste.org.br/quem-somos.php>>. Acesso em: 16/11/2017.
- CONAB. Quem somos - Conheça a CONAB. **CONAB - Companhia Nacional do Abastecimento**. 2015. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=11&t=>>. Acesso em 25/05/2015.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CONTAG. Quem somos - CONTAG 50 anos de lutas e conquistas para o campo. **CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura**. 2015. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=432&nw=1>>. Acesso em 25/05/2015.
- CONTAG/FETAGs/STTRs. **A voz das Margaridas por políticas públicas para mulheres trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas - 5ª Marcha das Margaridas**. Brasília, 11 e 12 de agosto de 2015. Brasília: CONTAG/FETAGs/STTRs, 2015.
- CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir. *Vigna adenantha*. In: CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o futuro - Região Sul**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. p. 396 – 397.
- CORALINA, Cora. Se temos de esperar. In: CORALINA, Cora. **Cora Coralina: Doceira e Poeta**. São Paulo: Editora Global, 2009.
- CORDEIRO, Rosineide. Empoderamento e mudança nas relações de gênero. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide Meira (Org.). **Agricultura**

- familiar e gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas.** Recife: MDA/ Editora Universitária da UFPE, 2006. P. 145 – 172.
- CORDEIRO, Rosineide; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Ago 2007, vol.15, no.2, p.419-423.
- CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 260 – 287.
- COSTA, Claudia Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu.** Vol. 11. N. 11. 1998. P. 127 – 140.
- \_\_\_\_\_. Equivocação, tradução e interseccionalidade performativa: observações sobre ética e prática feministas descoloniais. In: BIDASECA, Karina; OTO, Alejandro; OBARRIO, Juan; SIERRA, Marta (Org.). **Legados, genealogías y memorias poscoloniales en América Latina: Escrituras fronterizas desde el Sur.** Buenos Aires: Ediciones Godot, 2014. P. 275 – 308.
- COSTA, Maria da Graça Silveira Gomes da, DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra and LEITE, Jáder Ferreira Condições de vida, gênero e saúde men-tal entre trabalhadoras rurais assentadas. **Estud. psicol.** (Natal), Jun 2014, vol.19, no.2, p.145-154.
- COSTA, Marta Cocco; LOPES, Marta Julia Marques. Elementos da integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP.** vol.46 no.5 São Paulo. Outubro, 2012. p.1088-1095.
- COSTA, Marta Cocco; LOPES, Marta Julia Marques; SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli. Agendas públicas de saúde no enfrentamento da violência contra mulheres rurais - análise do nível local no Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva.** Vol. 20. Issue 5. Maio, 2015. p.1379 – 1387.
- \_\_\_\_\_. Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. **Escola Anna Nery.** 2015a, vol.19, n.1, pp.162 - 168.
- COSTA, Marta Cocco da et al. Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. **Revista Gaúcha Enfermagem,** 2017, vol.38, no.2.
- CREENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas.** Ano 10. Vol.1. 2002. P. 171 – 188.



CUT. Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT. **Central Única dos Trabalhadores Brasil - CUT**. Rio de Janeiro (RJ): 31 de julho e 1, 2 e 3 de agosto de 1986.

\_\_\_\_. A paridade na CONTAG é mais uma conquista, mas não encerra a luta das mulheres rurais por igualdade. **Central Única dos Trabalhadores Brasil - CUT**. Ponto de vista. 10 de março de 2017. Site. Disponível em: <<https://cut.org.br/imprimir/standpoint/49f8ee3968f794d594c6ec5cc9319e4c/>>. Acesso em: 10/01/2018.

CUT/CONTAG/MST/MAB/CNS/MONAPE/CAPOIB/OMTR. **Grito da Terra Brasil: por um país sem fome, sem violência e com trabalho – Pauta Nacional de Reivindicações 1995**. Central Única de Trabalhadores / Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura / Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra / Movimento de Atingidos por Barragens / Conselho Nacional dos Seringueiros / Movimento Nacional dos Pescadores / Coordenação das Articulações dos Povos Indígenas Brasileiros / Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, 1995. Disponível em: <[http://www.contag.org.br/imagens/fpauta-geral-gtb\\_1995.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/fpauta-geral-gtb_1995.pdf)>. Acesso em: 10/01/2018.

DAWN (Development Alternatives with Women for a New Era). About. **DAWN - Development Alternatives with Women for a New Era**. Site. 2017. Disponível em: <<http://www.dawnnet.org/feminist-resources/about/main>>. Acesso em: 21/03/2017.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**. 2004, vol.12, n.1, pp.175 – 204.

DOLCE, Julia. 43% da nova “lista suja” do trabalho escravo é do agronegócio – Novo cadastro traz 37 novos empregadores; 16 deles são fazendeiros ou madeireiros. **Revista Fórum**. Direitos. 12/04/2018. Site. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/43-da-nova-lista-suja-do-trabalho-escravo-e-do-agronegocio/>>. Acesso em: 14/04/2018.

DOU. Lei nº 13.341 - Atos do Poder Legislativo. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Nº 189. 30 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=30/09/2016>>. Acesso em: 15/11/2017.

DREWS, Aline. **Transformações nos modos de vida e trabalho relacionadas à transição para a agricultura orgânica: um estudo**

- com agricultores familiares em Santo Amaro da Imperatriz/SC.** Florianópolis: UFSC, 2006. Dissertação. (Mestrado em Psicologia).
- EMATER ALAGOAS. O que é a Emater? **EMATER - Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas.** Acesso à informação - Perguntas frequentes. 2017. Site. Disponível em: <<http://www.emater.al.gov.br/aceso-a-informacao/lista-de-pastas/perguntas-frequentes/o-que-e-a-emater>>. Acesso em: 15/11/2017.
- EMBRAPA. Quem somos. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - EMBRAPA.** 2017. Site. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/quem-somos>>. Acesso em: 15/11/2017.
- ENA. Boletim ENA. **Encontro Nacional de Agroecologia – ENA.** Rio de Janeiro: Núcleo Executivo do ENA, n.1, fev., 2002.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D., SIFUENTES, Lírian; BIANCHINI, Aline Mulheres rurais e seus usos mediados das TICs: tensionamentos e permanências nas relações de gênero. Intercom, **Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, Abr 2017, vol.40, no.1, p.195-211.
- FAGANELLO, Claudia Piccoli; DASSO JUNIOR, Aragon Érico. Discriminação de Gênero: Uma perspectiva histórica. **X Salão de Iniciação Científica – PUCRS**, 2009. p. 2542 – 2549.
- FALKENBERG, Miriam. Jurubeba (*solanum paniculatum*). In: CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o futuro - Região Sul.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. P.697 – 700).
- FANON, Frantz. La violencia. In: FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra.** País Basco: Txalaparta, 1999. p.. 1 -25.
- FERNANDES, Sirlei Aparecida. **Gênero e políticas de crédito: o PRONAF Mulher em Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2008. Dissertação de Mestrado. (Pós-Graduação em Sociologia Política).
- FERRAZ, Maria do Socorro. Agricultores e pecuaristas no médio São Francisco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide Meira (Org.). **Agricultura familiar e gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas.** Recife: MDA / Editora Universitária da UFPE, 2006. P. 31 – 52.
- FETRAFSC. Quem somos. **Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina -**

- FETRAF SC.** Disponível em: <<http://www.fetrafc.org.br/a-fetrafc/quem-somos/>>. Acesso: 18/11/2017.
- FGV CPDOC. ULTAB. **Fundação Getulio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).** A trajetória política de João Goulart. 2017. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/glossario/ultab>>. Acesso em: 18/11/2017.
- FIDELIS, Solange Silva dos Santos. Conceito de Assistência e Assistencialismo. **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil.** UNIOESTE. Cascavel (PR). 13 a 15 de outubro de 2005. Disponível em: <[http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/servico\\_social/ps\\_s13.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/servico_social/ps_s13.pdf)>. Acesso em: 10/01/2018.
- FONTE, Eliane Maria Monteiro. As políticas de desenvolvimento rural no Brasil a partir de 1930. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide Meira (Org.). **Agricultura familiar e gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas.** Recife: MDA / Editora Universitária da UFPE, 2006. P. 53 – 78.
- FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu.** Dossiê: Repensando a Infância. Vol. 26. jan/jun, 2006. P.11 - 43.
- FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 167-177.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, 4ª ed., pp. 03-20.
- FNDE. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. **Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).** Brasília: FNDE, 2016.
- FRANCISCO, Josefa; ANTROBUS, Peggy. Activismos feministas para nuevos contratos globales en medio de la indignación civil. In: SEN, Gita; DURANO, Marina. **Refundando los contratos sociales - Feministas en un muno feroz.** Montevideu: DAWN, 2014. P. 337 – 352.
- FRASER, Nancy. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da História. Mediações.** Londrina. v. 14, n.2. Jul/Dez. 2009. p. 11 – 33.
- FREITAS, Larissa Viegas de Mello. A organização do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, Igreja e Protagonismo Político

- no contexto da década de 1980. **XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.
- FRIEDMANN, John. **Empowerment: The Politics of Alternative Development**. Oxford: Blackwell Pub. Inc., 1998.
- FUNASA. **Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas - Relatório Final (Análise dos dados) nº 7**. Fundação Nacional da Saúde (FUNASA). Rio de Janeiro: FUNASA/ABRASCO/BANCOMUNDIAL/BRASIL, 2009.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; CEBALLO, Marco. As políticas sociais brasileiras - o que há de novo? **Caderno CRH**. 2014, vol.27, n.72. P. 457 – 461.
- GIRÓN, Alicia. Género, globalización y desarrollo. In: GIRÓN, Alicia. **Género y globalización**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009. P. 77 – 100.
- GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Governo de São Paulo, 2004.
- GOVERNO DE BRASÍLIA. Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF. **Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI**. 07 de fevereiro de 2012. Site. Disponível em: <<http://www.agricultura.df.gov.br/programa-de-aquisicao-da-producao-da-agricultura-papa-df.html>>. Acesso em: 20/10/2017.
- 
- \_\_\_\_\_. Agricultores Familiares do assentamento Chapadinha são selecionados no PNAE. **Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI**. 27 de setembro de 2016. Site. Disponível em: <<http://www.agricultura.df.gov.br/noticias/item/3497-agricultores-familiares-do-assentamento-chapadinha-s%C3%A3o-selecionados-no-pnae.html>>. Acesso em: 20/10/2017.
- 
- \_\_\_\_\_. Sobre o PROSPERA. **Secretaria Adjunta do Trabalho - SEDESTMIDH**. Programas. Site. 2017. Disponível em: <<http://www.trabalho.df.gov.br/programas/prospera/sobre-o-prospera.html>>. Acesso em: 20/10/2017.
- GRINGS, Martin; BRACK, Paulo. Cedrela fissilis. In: CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o**

- futuro - Região Sul.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. p. 444 – 447.
- 
- \_\_\_\_\_. Apuleia leiocarpa. In: CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o futuro - Região Sul.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011a. p. 410 – 413.
- HAHNER, June. **Emancipação do Sexo Feminino - A luta pelos direitos da mulher no Brasil: 1850 - 1940.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.
- HARAWAY, Donna. Conocimientos situados: la cuestión científica en el feminismo y el privilegio de la perspectiva parcial. In: HARAWAY, Donna. **Ciencia, cyborgs y mujeres - La reinención de la naturaleza.** Valência: Ed. Catedra / Universitat de Valência / Instituto de la Mujer, 1991. P. 313 – 346.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas.** V.1. N.1. 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>>. Acesso em: 26/05/2015.
- HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: EdUnB, 2009.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. (2006). Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera.** Ano 9, N. 8. Janeiro/Junho. Pgs. 1 – 28.
- HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes,** ano XXI, nº 55, novembro/2001.
- HONNEF, Fernanda et al. Representações sociais da violência doméstica em cenários rurais para mulheres e homens. **Acta paul. enferm.,** Ago 2017, vol.30, no.4, p.368-374.
- IBRAM. **ARIE da Granja do Ipê. Unidade de Conservação. Instituto Brasília Ambiental - IBRAM.** 15 de julho de 1988. Site. Disponível em: <<http://www.ibram.df.gov.br/component/content/article/257-unidades-de-conservacao/279-arie-da-granja-do-ipe.html>>. Acesso em: 15/11/2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. A Agricultura Familiar em 2006. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** - **IBGE.** Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006\\_2/notas\\_tecnicas.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf)>. Acesso em: 20/05/2015.

---

\_\_\_\_\_. Censo Agro visita mais de 1 milhão de propriedades. Notícias. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/17554-censo-agro-visita-mais-de-1-milhao-de-propriedades.html>>. Acesso em: 09/11/2017.

---

\_\_\_\_\_. Anuários Estatísticos do Brasil. **L'État du Monde**, 1995.

INCRA. Portaria INCRA/P nº 981 - Instrução Normativa Nº 38. Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA**. 13 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--atos-internos/instrucoes/in38\\_130307.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--atos-internos/instrucoes/in38_130307.pdf)>. Acesso em: 15/11/2017.

---

\_\_\_\_\_. Educação no campo - PRONERA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA**. 12 de dezembro de 2011. Site. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/educacao-no-campopronera>>. Acesso em 20/05/2015.

---

\_\_\_\_\_. O INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA**. Institucional. 2017. Site. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/institucional\\_abertura](http://www.incra.gov.br/institucional_abertura)>. Acesso em: 15/11/2017.

INCRA/AEGRE/MDA/BRASIL. **Brasil de Todas: Terra, renda e cidadania para as mulheres rurais**. Brasília: INCRA/AEGRE/MDA/BRASIL, 2015. Folder. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/Folder\\_Brasil\\_de\\_todas\\_terra\\_renda\\_e\\_cidadania.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/Folder_Brasil_de_todas_terra_renda_e_cidadania.pdf)>. Acesso: 20/02/2015.

JALIL, Laetícia. Mesa-Redonda 9: Feminismos e Mobilizações Sociais no Século XXI. **Seminário Internacional Curupiras – Universidade e Territórios: Diversidade de saberes para alternativas sociais**. UFPE. 22 a 26 de agosto de 2016. Recife (PE). (Mesa-Redonda)

JBRJ. Sebastiania brasiliensis. Flora do Brasil 2020. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. 2017. Site. Disponível em:

- <<http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB17671>> . Acesso em: 14/11/2017.
- JBRJ. *Achyrocline satureioides*. Flora do Brasil 2020. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. 2017a. Site. Disponível em: <<http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB108826>> . Acesso em: 14/11/2017.
- KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1859 - 1932)**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Tese (Doutorado em História).
- KIRSCH, Rosana. 1º Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas. **Observatório Saúde do Campo, Florestas e Águas**. Notícias sobre Saúde do Campo e Floresta. Site. 15/11/2015. Disponível em: <<http://www.saudecampofloresta.unb.br/?p=247121>>. Acesso em: 29/03/2018.
- LAGO, Mara Coelho de Sousa. **Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.
- LARA, Ricardo; RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. Ofensiva do capital e política social no Brasil contemporâneo. **Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca**. Franca, São Paulo. 2012. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000112012000100028&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000112012000100028&script=sci_arttext)> Acesso em: 12/11/2017.
- LIMA, Maria do Socorro de Abreu. As mulheres no sindicalismo rural. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide Meira (Org.). **Agricultura familiar e gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas**. Recife: MDA / Editora Universitária da UFPE, 2006. P. 101 – 126.
- LOPES, Iriny. Apresentação. In: ZIGONI, Carmela. **Orientações Estratégicas para a institucionalização da temática de gênero nos órgãos governamentais**. Brasília: SPM, 2011.
- LOUCAS DA PEDRA LILÁS. O canto das Margaridas. **Marcha das Margaridas**. CONTAG/FETAG/STRS/CUT, 2003.
- LORENZI, Harri. **Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil**. Nova Odessa, SP : Editora Plantarum, 1992.
- LORENZI, Harri; MELLO FILHO, Luiz Emygdio. **As Plantas Tropicais de R. Burle Marx**. Nova Odessa, SP : Editora Plantarum, 2001.

- LOZANO, Marie-Anne Stival Pereira e Leal. **Ferramentas de gestão e de apoio à tomada de decisão das unidades de agricultura familiar**. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado. 2011.(Pós-Graduação em Administração).
- LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Gariboti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: Mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**. vol.18 no.3. Florianópolis Setembro/Dezembro, 2010.
- LUNA, Alessandra. Encerramento. **V Marcha das Margaridas**. Brasília, 2015. Fala de encerramento.
- MACHADO, Regina Coeli Vieira. MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Pesquisa Escolar. 12 de abril de 2005. **Fundação Joaquim Nabuco / Biblioteca Blanche Knopf**. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=695%3Amst-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra&catid=48%3Aletra-m&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=695%3Amst-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra&catid=48%3Aletra-m&Itemid=1)>. Acesso em: 20/03/2015.
- MACHADO, Renato Luis Abreu. O que é o CONSEA? **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA**. Acesso à Informação - Institucional. 2017. Site. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/o-que-e-o-consea>>. Acesso em: 16/11/2017.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales. A "masculinização" da produção de leite. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. vol.47 no.1 Brasília Jan./Mar. 2009. P. 275 – 299.
- MAIA, Gerda Nickel. Aroeira do sertão. In: MAIA, Gerda Nickel. **Caatinga - árvores e arbustos e suas utilidades**. Fortaleza: Printcolor, 2012. P. 119.
- MARIOT, Alexandre; BORGIO, Marília; PETEAN, Marise; REIS, Maurício. Piper umbellatum. In: CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o futuro - Região Sul**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. p. 676 – 679.
- MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126 – 147.
- MATTEI, Lauro. **Institucionalidade e Protagonismo Político: Os 10 Anos do CONDRAF**. Brasília: MDA/CONDRAF, 2010.



- MDA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Brasília: MDA, 2004.
- \_\_\_\_\_. Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais – DPMR/MDA. 2014 (Folder).
- \_\_\_\_\_. ATER para Mulheres Rurais. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais – DPMR/MDA. 2015 (Folder).
- \_\_\_\_\_. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Segurança Alimentar. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acessado em: 07/11/2017.
- MDH. Programa Brasil Quilombola - Comunidades Tradicionais. **Ministério dos Direitos Humanos - MDH**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. 2017. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>. Acesso em: 18/11/2017.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome - O Brasil unido para superar a fome, reduzir a pobreza e as desigualdades sociais. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS**. 2008. Folder. Disponível em: <[http://www.ipc-undp.org/doc\\_africa\\_brazil/Webpage/FolderMDS\\_2008.pdf](http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/Webpage/FolderMDS_2008.pdf)>. Acesso em: 11/11/2017.
- \_\_\_\_\_. Programa Cisternas. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Segurança Alimentar - Acesso à água. 2017. Site. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/acesso-a-agua-1/programa-cisternas>> Acesso em: 11/11/2017.
- \_\_\_\_\_. SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério do Desenvolvimento Social. **Segurança Alimentar - Direito à alimentação**. 2017a. Site. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sisan>>. Acesso em: 11/11/2017.
- MELO, Lígia Albuquerque. Relações de gênero na convivência com o semiárido brasileiro: a água para o consumo doméstico. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide Meira (Org.). **Agricultura familiar e**

- gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas.** Recife: MDA / Editora Universitária da UFPE, 2006. P. 173 – 192.
- MEMORIAS DNTR/CUT. Trampolim: "Foi uma semente que a gente plantou". **Memórias DNTR/CUT.** 03 de setembro de 2013. Disponível em: <<https://memoriasdntrcut.wordpress.com/2013/09/03/trampolim-foi-uma-semente-que-a-gente-plantou/>>. Acesso em: 27/05/2015.
- MI. Apresentação. **Ministério da Integração Nacional (MI) - Governo do Brasil.** 13 de fevereiro de 2015. Site. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/ministerio>>. Acesso em: 15/11/2017.
- MIDES / INMUJERES / MGAP. Somos Mujeres Rurales - Iniciativas de mujeres para el desarrollo rural sustentable. **Instituto Nacional de las Mujeres - INMUJERES.** Uruguai. Edital. Disponível em: <<http://www.inmujeres.gub.uy/innovaportal/file/58031/1/bases-somos-mujeres-rurales-.pdf>> Acesso em: 09/11/2017.
- MIQCB. Quem somos. **Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Côco – Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia.** Site. 2018. Disponível em: <<https://www.miqcb.org/quem-somos>>. Acesso em: 20/03/2018.
- MJ. Conheça melhor o trabalho da SEPPPIR. **Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ) - Governo Federal.** Notícias. 2017. Site. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/conheca-melhor-o-trabalho-da-sepppir>>. Acesso em: 15/11/2017.
- MMC BRASIL. Declaração do I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC/BR. **Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil.** Brasília/DF, 18 a 21 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/69>>. Acesso em: 10/01/2018.
- \_\_\_\_\_. A afirmação de muitas histórias. **Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil.** História. 2017. Site. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 23/05/2015.
- \_\_\_\_\_. Quem Somos. **Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil.** Início. 2017a. Site. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/43>>. Acesso em: 11/11/2017.
- MMM. O que é a Marcha Mundial das Mulheres? **Marcha Mundial das Mulheres – MMM.** Site. 01 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>>. Acesso em: 10/01/2018.

- \_\_\_\_\_. 4ª Ação Internacional da MMM marca resistências e alternativas das mulheres brasileiras. **Marcha Mundial das Mulheres – MMM**. Notícias. Site. 22 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/4a-acao-internacional-da-mmm-marca-resistencia-e-alternativas-das-mulheres-brasileiras/>>. Acesso em: 10/01/2018.
- MMTR-NE. Quem Somos. **Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)**. 2017. Site. Disponível em: <<http://www.mmtrne.org.br/quemsomos.html>>. Acesso em: 15/11/2017.
- MONTECINOS, Verónica. Feministas e tecnocratas na democratização da América Latina. **Revista Estudos Feministas**. Julho/Dezembro, 2003. Vol. 11. N. 2. P. 351 – 380.
- MORAES, Romero. Afogados da Ingazeira comemora 108 anos. **Mais Pajeú**. Notícias. 01 de julho de 2017. Site. Disponível em: <<http://www.maispajeu.com.br/2017/07/afogados-da-ingazeira-comemora-108-anos.html>>. Acesso em: 16/11/2017.
- MS. Apresentação. In: **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Ministério da Saúde - MS / Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa / Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. P.7.
- MTE. Sobre o FAT. **Ministério do Trabalho e Emprego - Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador**. 1 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/sobre-o-fat/>>. Acesso em: 25/05/2015.
- MULHERES MIL. O que é. **Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Sobre o programa**. 2017. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/o-que-e-44388>>. Acesso: 16/11/2017.
- NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas Ciências Sociais. **Psicologia: Reflexão e crítica**. 2005. 18(3). p. 408 – 412.
- NIEM/UFRGS. Direitos conquistados na História. Movimento Feminista. **Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero – Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/nucleomulher/mov\\_feminista.php](http://www.ufrgs.br/nucleomulher/mov_feminista.php)>. Acesso em: 20/05/2015.
- OLIVEIRA, Cida. Agricultores temem extinção do Programa de Aquisição de Alimentos. **RBA - Rede Brasil Atual**. Cidadania. 17 de outubro de 2017. Site de notícias. Disponível em:

<<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/10/contag-teme-extincao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos>> Acesso em: 13/11/2017.

- OLIVEIRA, Gilvana Pessoa; GEHLEN, Vitória Régia; VASCONCELOS, Rosiglay; SOUSA, Evandro Alberto. PRONAF e protagonismo: perspectivas para o desenvolvimento rural em Picos - Piauí. In: ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Avaliação de Políticas Públicas em múltiplos olhares e práxis**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014. P. 205 - 220.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: andar, ouvir e escrever. In: OLIVEIRA, R. C.. **O trabalho do antropólogo**. p. 17 - 35. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.
- OLIVEIRA, Kleber Fernandes; JANUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**. vol.19 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2005. P. 134 – 143.
- ONU. **The 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals - An opportunity for Latin America and the Caribbean**. ONU: Santiago do Chile, Chile, 2016.
- ONUBR. Estudo da ONU avalia impacto de programas sociais na agricultura familiar. **ONU BR – Nações Unidas do Brasil**. Notícias do Brasil. 15 de outubro de 2013. Site. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/estudo-da-onu-avalia-impacto-de-programas-sociais-na-agricultura-familiar/>> Acesso em: 13/11/2017.
- \_\_\_\_\_. Conferência Nacional pede participação política das mulheres e promoção da igualdade de gênero. **ONU BR – Nações Unidas no Brasil**. Notícias do Brasil. Site. 19 de maio de 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conferencia-nacional-pede-participacao-politica-das-mulheres-e-promocao-da-igualdade-de-genero/>>. Acesso em: 10/01/2018.
- ONU/CEPAL. **Informe de la Tercera Conferencia Regional sobre la integración de la Mujer en el desarrollo económico y social de América Latina y Caribe**. Organização das Nações Unidas - ONU / Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. México. 8 a 10 de agosto de 1983. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/1983/S8300012.pdf>>. Acesso em: 10/11/2017.

- \_\_\_\_\_. Estr t gia de Montevideo. **XIII Confer ncia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe**. Montevidéu, 25 a 28 de outubro de 2016. 2016. Disponível em:<<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/41107>>. Acesso em: 10/11/2017.
- \_\_\_\_\_. Resolu c o 6(XIII) aprovada em la XIII Confer ncia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe. Montevidéu, 26 de outubro de 2016. 2016a. **Consenso da XIII Confer ncia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe**. Disponível em:<[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40713/S1601130\\_es.pdf](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40713/S1601130_es.pdf)>. Acesso em: 18/03/2017.
- OSIS, Maria José Martins Duarte. PAISM: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. Vol. 14(Supl. 1), 1998. P. 25 – 32.
- PALMARES FUNDA O CULTURAL. Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's). **Palmares Funda o Cultural**. Site. 2016. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>>. Acesso em: 13/11/2017.
- PARREIRA, Bibiane Dias Miranda et al. Common mental disorders and associated factors: a study of women from a rural area. **Rev. esc. enferm. USP**, 2017, vol.51.
- PARREIRA, Bibiane Dias Miranda et al. Sintomas de depressão em mulheres rurais: fatores sociodemográficos, econômicos, comportamentais e re-produtivos. **Acta paul. enferm.**, Ago 2017, vol.30, no.4, p.375-382.
- PAULILO Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**. Vol.12. N 1. Florianópolis. 2004.
- \_\_\_\_\_. FAO, Fome e Mulheres Rurais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 56, no 2, 2013, pp. 285 a 310.
- \_\_\_\_\_. O trabalho da mulher no meio rural. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais - Quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. P. 25 - 56.
- \_\_\_\_\_. A mulher e a terra no Brejo Paraibano. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais - Quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016a. P. 57 - 104.
- \_\_\_\_\_. O peso do trabalho leve.. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais - Quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016b. P. 105 – 116.

- \_\_\_\_\_. Conhecimento tradicional e maricultura - Um recorte de gênero. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais - Quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016c. P. 117 - 144.
- \_\_\_\_\_. Mulher e atividade leiteira - A dupla face da exclusão. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais - Quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016d. P. 161 - 182.
- \_\_\_\_\_. Movimentos de mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais - Quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016e. P. 249 - 278.
- PAULILO, Maria Ignez; BONI, Valdete. Movimentos de mulheres agricultoras e Ecologia. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais - Quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. P. 355.-383.
- PECHENY, Mario; DE LA DEHESA, Rafael. "Sexualidades y políticas en América Latina: un esbozo para la discusión". In: **Diálogo Latinoamericano sobre Sexualidad y Geopolítica**, 24 ago. 2009, Río de Janeiro.
- PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer, trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238 – 259.
- PEDROZA, Blanca. Privatización y globalización: derechos humanos de las mujeres. In: GIRÓN, Alicia. **Género y globalización**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009. P. 215 – 228.
- PEREIRA, Rosângela Saldanha; RAMBLA, Francesc Xavier. Pensamento econômico feminista sobre o desenvolvimento. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v.14, n.1, , jan./jun. 2010. p. 47 – 57.
- PEREIRA, Sonilda F. da Silva. **De senhoras a mulheres trabalhadoras rurais: a desordem no MSTTR**. 2002. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós Graduação em Educação.
- PEREYRA, Brenda. Género, pobreza y poder: la participación de las mujeres en el ámbito comunitario. In: PENA, Nuria; PEREYRA, Brenda; SORIA, Verónica (Org.). **Desarrollo y derechos de las mujeres - participación y liderazgo en organizaciones comunitarias**. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2013. P. 33 – 46.

- PETEAN, Marise; BORGGO, Marília; HOFFMANN, Pablo. *Annonas crassiflora*. In: CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o futuro - Região Sul**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. p. 130 – 133.
- PETROBRAS. Programa Petrobras Socioambiental – Sobre o Programa. **Petrobras**. Site. 2018. Disponível em: <<http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/?nav=sobre>>. Acesso em: 01/04/2018.
- PICHARDO, Ochy Curriel. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: AZKUE, Irantzu Mendia; et al (Org.). **Otras formas de (re)conocer - reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista**. País Vasco: Universidad del País Vasco / Eskal Herriko Unibertsitatea / Hega, 2014. P. 45 – 60.
- PINGRET, Alexandra. Iconografia na Marcha Mundial das Mulheres. **II Encontro Nacional de Estudos da Imagem**. Anais. 12, 13 e 14 de maio de 2009. Londrina – Paraná. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/PINGRET\\_ALEXANDRA.pdf](http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/PINGRET_ALEXANDRA.pdf)> Acesso em: 10/03/2018.
- PINTO, Tales dos Santos. As Ligas Camponesas. **Mundo Educação**. História do Brasil – Brasil República. 2017. Site. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/as-ligas-camponesas.htm>>. Acesso em: 10/01/2018.
- PORTELLA, Marilene Rodrigues. Cuidar para um envelhecer saudável: a construção de um processo educativo com mulheres rurais. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 52, n. 3. Julho/Setembro, 1999. p. 355 – 364.
- PRATES, Ceres Alves; NOGUEIRA, M. Beatriz. **Os Programas de combate a pobreza no Brasil e a perspectiva de gênero no período 2000- 2003: Avanços e possibilidades**. Organização das Nações Unidas - ONU / Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. Unidad Mujer y Desarrollo. Quito, Ecuador, 25 de agosto de 2004. Disponível em: <[https://www.cepal.org/mujer/reuniones/quito/Ceres\\_Alves.pdf](https://www.cepal.org/mujer/reuniones/quito/Ceres_Alves.pdf)>. Acesso em: 10/11/2017.
- PRIMAVESI, Ana. Manifesto pelo Ecofeminismo. **IHU ONLINE – Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Tradução de o Luís Marcos Sander. Outubro/ 2010. Edição 346. p. 16 – 17. Disponível em:

- <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao346.pdf>>  
> Acesso em: 28/03/2018;
- RAMOS, Marise Nogueira; MOREIRA, Telma Maria; SANTOS, Clarice Aparecida (Coordenadoras). **Referências para uma política nacional de educação do campo : caderno de subsídios**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica / Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.
- REDE DE MULHERES PRODUTORAS DO PAJEÚ. **10 anos de luta - o caminho trilhado**. Afogados da Ingazeira: Rede de Mulheres do Pajeú / Gráfica Asa Branca, 2014.
- RESSEL, Lúcia Beatriz; GUALDA, Dulce Maria Rosa. A sexualidade como uma construção cultural: reflexões sobre preconceitos e mitos inerentes a um grupo de mulheres rurais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. vol.37. no.3. São Paulo. Setembro, 2003. p.82-87.
- RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. Estado e Sociedade Civil na História das Políticas Sociais Brasileiras. **Semina (Londrina)** , Londrina/ PR - UEL, 2001. P. 39 – 56.
- ROMÃO, Frederico Lisboa. Brasil década de 90: a recorrência das desigualdades sociais em meio a muitas transformações. **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. 1 a 5 de setembro de 2003. UNICAMP, Campinas/SP. Disponível em: <[file:///C:/Users/Marie/Downloads/sbs2003\\_gt04\\_frederico\\_romao.pdf](file:///C:/Users/Marie/Downloads/sbs2003_gt04_frederico_romao.pdf)> . Acesso em: 11/11/2017.
- ROSEMBERG, Fulvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p.333 – 359.
- RUFFATO, Luiz Ruffato. O golpe contra Dilma Rousseff - O afastamento da presidenta é sem dúvida o capítulo mais vergonhoso da história política brasileira. **Jornal El País**. Opinião. 01 de setembro de 2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538\\_750062.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html)>. Acesso em: 13/11/2017.
- SÁ, Eduardo. A importância da agricultura familiar na alimentação escolar. **Central única dos Trabalhadores do Brasil - CUT**. Notícias. 23 de novembro de 2012. Site. Disponível em: <<https://cut.org.br/noticias/a-importancia-da-agricultura-familiar-na-alimentacao-escolar-6142/>>. Acesso em: 13/11/2017.



- SAFFIOTI, Heleieth. Evolução da condição da mulher no Brasil. In: SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes - mito e realidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. P. 199 – 395.
- SALES, Celecina Maria Veras. Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos. **Revista Estudos Feministas**. V. 15. n. 2. 2007. p. 437 - 443.
- SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Entre a igualdade e a diferença: mulheres camponesas em lutas de gênero**. UFSC: Florianópolis, 2010. Tese. (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas).
- SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, 22(1): 416, janeiro-abril/2013.
- SANTANA, Milena Lopes; CARMAGNANI, Maria Isabel. Programa Saúde da Família no Brasil: Um enfoque sobre seus pressupostos básicos, operacionalização e vantagens. **Saúde e Sociedade**. vol.10 no.1 São Paulo Jan./Jul, 2001.
- SANTOS, Jadermilson Silva. Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta e Fóruns Estaduais. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Mulheres Rurais - Enfrentamento à violência contra as mulheres. 10 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/mulheres-rurais/enfrentamento/forum-nacional-permanente-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-do-campo-e-da-floresta-e-foruns-estaduais>>. Acesso em 20/05/2015.
- \_\_\_\_\_. Unidades Móveis para o Atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta Vítimas de Violência. **Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República**. Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas - Mulheres Rurais - Enfrentamento À Violência Contra a Mulher. 11 de dezembro de 2013. 2013a. Site. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/mulheres-rurais/enfrentamento/unidades-moveis-para-o-atendimento-as-mulheres-do-campo-de-da-floresta-vitimas-de-violencia>>. Acesso em: 15/11/2017.
- SANTOS, Yumi Garcia. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. **Cadernos Pagu**. n. 27. Jul/Dez, 2006. Disponível em:

- <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332006000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200015)>. Acesso em: 20/05/2015.
- SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**. 2004v. 12, n.2, p. 35-50.
- SBARDELOTTO, Moisés. “Gaia sagrada”: as relações entre ecologia, feminismo e cristianismo. **IHU ONLINE – Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Tradução de o Luís Marcos Sander. Outubro/2010. Edição 346. p. 15 – 16. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao346.pdf>> Acesso em: 28/03/2018;
- SEAD. PAA - Sobre o programa. **Casa Civil - Governo do Brasil**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD. 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso: 18/11/2017.
- \_\_\_\_\_. Histórico. **Casa Civil - Governo do Brasil**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD. 2017a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>>. Acesso: 18/11/2017.
- SEBRAE. PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável: Mais alimento, trabalho e renda no campo - Saiba como produzir alimentos saudáveis e preservar o meio ambiente. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE**. Cartilha Passo-a-Passo, 3 edição. Brasília: Fundação Banco do Brasil / SEBRAE, 2008. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/622CBB8598A2EB538325764000649C2F/\\$File/NT0004294A.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/622CBB8598A2EB538325764000649C2F/$File/NT0004294A.pdf)> Acesso em: 15/11/2017.
- \_\_\_\_\_. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável 2012 - Manual/Documento Referencial – versão 2.0 – para orientar os estados (SEBRAE/UF) na elaboração das propostas e projetos na disseminação da “tecnologia país” em todo o território brasileiro. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE**. Brasília: SEBRAE, 2012. Disponível em: <[http://www.planetaorganico.com.br/arquivos/MANUAL\\_TR\\_PAIS\\_2012\\_-\\_Vers%C3%A3o\\_2\\_0\\_-\\_Doc\\_Referencial\\_PROJETO\\_PAIS.pdf](http://www.planetaorganico.com.br/arquivos/MANUAL_TR_PAIS_2012_-_Vers%C3%A3o_2_0_-_Doc_Referencial_PROJETO_PAIS.pdf)>. Acesso em: 15/11/2017.

- SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas - Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SCHILD, Veronica. Feminismo e neoliberalismo na América Latina. **Revista Outubro**. n. 26. 2016. P. 57 – 77.
- SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZZELA, Ademir. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.
- SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide Meira. Introdução. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide Meira (Org.). **Agricultura familiar e gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas**. Recife: MDA / Editora Universitária da UFPE, 2006. P. 17 – 30.
- 
- \_\_\_\_\_. Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Pérsu Abramo, 2013. P.129 – 140.
- SHIMPUKU, Yoko et al. Perceptual gaps among women, husbands and family members about intentions for birthplace: a cross-sectional study. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, 2017, vol.25.
- SCHUCH, Cristiano; SIMINSKI, Alexandre; FANTINI, Alfredo. Hieronyma alchorneoides. In: CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o futuro - Região Sul**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. p. 465 – 470.
- SCHULTZ, Juliano. Calophyllum brasiliense. In: CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o futuro - Região Sul**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011. p. 440 – 443.
- SEN, Gita. El empoderamiento como un enfoque a la pobreza. In: ARRIAGADA, Irma; TORRES, Carmen (Org.). **Género y Pobreza - Nuevas Dimensiones**. Santiago do Chile: ISIS Internacional, 1998.
- SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. V. 1. N.1. 2000. p. 61 -71.

- \_\_\_\_\_. Introdução. In: SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia - transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. P. 23 -36.
- \_\_\_\_\_. Mulheres como sujeitos políticos da luta ecológica. In: SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia - transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015a. P. 37 – 80.
- \_\_\_\_\_. A agroecologia e o protagonismo das agricultoras e dos agricultores. In: SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia - transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015b. P. 81 – 109.
- \_\_\_\_\_. As mulheres no movimento agroecológico brasileiro. In: SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia - transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015c. P. 111 – 152.
- SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 18(2): 12-32, 2011.
- \_\_\_\_\_. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil:abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (Série Estudos Rurais). p. 571 – 594.
- SILVA, Carmen; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide Meira (Org.). **Agricultura familiar e gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas**. Recife: MDA / Editora Universitária da UFPE, 2006. P. 127 – 144.
- SILVA, José Graciano.Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. P. 37 – 50.
- SILVA, Pedro Henrique Carinhato. Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**. Ano II. Nº 3. 2008. P. 37 – 46.
- SOUZA, André Portela. Políticas de Distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família. In: BACHA, Edmar Lisboa; SCHWARTZMAN, Simon (organizadores). **Brasil: a nova agenda social**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. P. 166 – 186.

- SPANEVERELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Tese de doutorado.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- SZYMBORSKA, Wislawa. Somos Filhos da Época. **Poemas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 77.
- SPM. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. SPM: Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_. **II Seminário Nacional do Fórum Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta - “No campo e na floresta, políticas públicas para as mulheres”**. SPM: Brasília, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência**. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres / Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/abrigamento>>. Acesso em: 25/05/2015.
- \_\_\_\_\_. Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres **Coleção Enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011a. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>>. Acesso em: 15/11/2017.
- \_\_\_\_\_. Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável – Premiação de Grupos Produtivos de Mulheres Rurais que contribuem para o desenvolvimento sustentável do país. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. 18 de dezembro de 2012. Edital de concurso. Disponível em: <<http://spm.gov.br/arquivos-diversos/premio-mulheres-rurais-que-produzem-o-brasil-sustentavel/edital-premio-mulheres-rurais-que-produzem-o-brasil-sustentavel-pdf/view>>. Acesso em: 20/03/2013.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República**. Sobre. 13 de abril de 2012. 2012b. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>>. Acesso em: 25/05/2015.
- \_\_\_\_\_. Central de atendimento à Mulher. **Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República**. Ligue 180. 04 de junho de

2013. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/ligue-180>>. Acesso em: 25/05/2015.

- \_\_\_\_\_. **Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável.** Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: SPM, 2014.
- \_\_\_\_\_. Sobradinho (DF) - Grupo de Mulheres Raízes da Terra - Assentamento Chapadinha: Visibilidade ao papel feminino na produção de hortifrutigranjeiros no Planalto Central. **Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável.** Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: SPM, 2014a. P. 103 – 110.
- \_\_\_\_\_. Flores (PE) - Associação da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú - Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú: A rede que deu visibilidade ao trabalho e ao talento das mulheres do Sertão do Pajeú. **Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável. Secretaria de Políticas para as Mulheres.** Brasília: SPM, 2014b. P. 35 – 46.
- \_\_\_\_\_. Lanchas de documentação vão atender milhares de mulheres ribeirinhas no Pará. **Secretaria de Políticas para as Mulheres.** Notícias. 18 de maio de 2015. Site. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/noticias/lanchas-de-documentacao-va-atender-milhares-de-mulheres-ribeirinhas-no-para>>. Acesso em: 25/05/2015.
- \_\_\_\_\_. Aviso de Pauta - Reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Notícias. 27 de fevereiro de 2015. **Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.** 2015a. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/noticias/aviso-de-pauta-reuniao-do-conselho-nacional-dos-direitos-da-mulher-cndm>>. Acesso em: 25/05/2015.
- STROPASOLAS, Valmir. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas.** v.12, n.1, 2004. P.253-267.
- SUS. Rede Cegonha. **Sistema Único de Saúde (SUS) - Portal da Saúde.** Departamento de Atenção Básica - DAB. 2017. Site. Disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_redecegonha.php](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha.php)>. Acesso em: 20/10/2017.
- TEDESCHI, Losandro Antônio. **Mulheres camponesas da região do noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970 - 1990).** São Leopoldo: UNISINOS, 2007. Tese. (Doutorado em História).
- TELLES, Liliam; ARANTES, Anajá de Oliveira; FREITAS, Alair Ferreira. Mulheres, agroecologia e a trajetória da ATER no Brasil. **Seminário**

- Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498487354\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_Ater\\_Mulheres\\_Fazendo\\_Genero\\_Final\\_Envia\\_do.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498487354_ARQUIVO_Artigo_Ater_Mulheres_Fazendo_Genero_Final_Envia_do.pdf)>. Acesso em: 28/03/2018.
- TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? **Revista Sociologia Política**. vol.24, n.58, 2016. pp.13-30.
- TONNEAU, Jean-Philippe; AQUINO,, Joacir Rufino; TEIXEIRA, Olívio Alberto. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Vol. 22,n.1 - jan./abr.,2005. P. 67 - 82.
- TST. Sobre a Justiça do Trabalho. Acesso à Informação. Tribunal Superior do Trabalho. 2017.. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/aceso-a-informacao/justica-do-trabalho>>. Acesso em: 20/05/2015.
- UEMA, Liza. **Produto 4: Relatório técnico contendo proposta metodológica e instrumentos de identificação e caracterização de grupos produtivos de mulheres rurais, beneficiárias e potenciais beneficiárias do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais**. Brasília: IICA/NEAD/MDA, 2013.
- VALDIVIESO, Magdalena. Globalización, género y patrón de poder. In: GIRÓN, Alicia. **Género y globalización**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009. P. 27 – 52.
- VARGAS, Virginia. Prólogo. In: GIRÓN, Alicia. **Género y globalización**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009. P. 9 -12.
- VIEIRA, Ed Wilson Rodrigues. **Acesso e utilização dos serviços de saúde de atenção primária em população rural do município de Jequitinhonha, Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem).
- VILAR, Isabel. Senado aprova ampliação dos direitos das empregadas domésticas. **Senado Federal - Governo do Brasil**. Matérias - Plenário. 26 de março de 2013. Site. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/03/26/senado-aprova-ampliacao-dos-direitos-das-empregadas-domesticas>>. Acesso em: 15/11/2017.

- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário - os Estudos Rurais no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.
- WIKIPEDIA. Centrais de abastecimento. **WIKIPEDIA - A enciclopédia livre**. 2017. Site. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Centrais\\_de\\_abastecimento](https://pt.wikipedia.org/wiki/Centrais_de_abastecimento)>. Acesso em: 15/11/2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério dos Direitos Humanos. **WIKIPEDIA - A enciclopédia livre**. 2017a. Site. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio\\_dos\\_Direitos\\_Humanos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_dos_Direitos_Humanos)>. Acesso em: 15/11/2017.
- WEITZMAN, Rodica. Mulheres na assistência técnica e extensão rural. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Organizadoras). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011.
- ZANATTA, Luiz Fabiano et al. Gender norms among “Landless” youth: evidence for the social practice of nursing. **Rev. esc. enferm. USP**, 2017, vol.51.
- ZIGONI, Carmela. **Orientações Estratégicas para a institucionalização da temática de gênero nos órgãos governamentais**. Brasília: SPM, 2011.





## APÊNDICES

### Apêndice A: Artigos encontrados na *SciELO* utilizando o termo Mulheres Rurais – 115 artigos (até 2018)

<b>Artigos encontrados na SciELO utilizando o termo Mulheres Rurais</b>	
<b>Artigos que efetivamente mencionam o termo Mulheres Rurais</b>	BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Abr 2004, vol.12, no.1, p.289-302.
	BRIGOLA, Allan Gustavo; et al. Sobrecarga elevada e fragilidade: relação com baixo desempenho cognitivo em idosos cuidadores moradores de comunidades rurais. <i>Trends Psychiatry Psychother.</i> [online]. 2017, vol.39, n.4, pp.257263. Epub 04-Dez-2017.
	BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. <i>Sociologias</i> , Jun 2002, no.7, p.50-81.
	BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Abr 2004, vol.12, no.1, p.205-227.
	CERVANTES, Jorge; et al. Prevalence of human papillomavirus infection in rural villages of the Bolivian Amazon. <i>Rev. Inst. Med. trop.</i> S. Paulo, June 2003, vol.45, no.3, p.131-135.
	CORDEIRO, Rosineide; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Ago 2007, vol.15, no.2, p.419-423.
	COSTA, Maria da Graça Silveira Gomes; DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra; LEITE, Jáder Ferreira. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. <i>Estud. psicol.</i> (Natal), Jun 2014, vol.19, no.2, p.145-154.
<b>Artigos que efetivamente mencionam o termo Mulheres Rurais</b>	COSTA, Maria da Graça Silveira Gomes; DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra; LEITE, Jáder Ferreira. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. <i>Estud. psicol.</i> (Natal), Jun 2014, vol.19, no.2, p.145-154.
	COSTA, Marta Cocco; LOPES, Marta Julia Marques. Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. <i>Rev. esc. enferm. USP</i> , Out 2012, vol.46, no.5, p.1088-1095.
	COSTA, Marta Cocco; LOPES, Marta Julia Marques; SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli. Social Representations Of Violence

Against Rural Women: Unveiling Senses In Multiple Views. *Rev. esc. enferm. USP*, Apr 2014, vol.48, no.2, p.213-221.

COSTA, Marta Cocco; LOPES, Marta Julia Marques; SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli. Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. *Esc Anna Nery*, Mar 2015, vol.19, no.1, p.162-168.

COSTA, Marta Cocco; LOPES, Marta Julia Marques; SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli. Agendas públicas de saúde no enfrentamento da violência contra mulheres rurais - análise do nível local no Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva [online]*. 2015, vol.20, n.5, pp.1379-1387..

COSTA, Marta Cocco; et al. Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. *Rev. Gaúcha Enferm.*, 2017, vol.38, no.2.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Rev. Estud. Fem.*, Abr 2004, vol.12, no.1, p.175-204.

DESALU, Olufemi Olumuyiwa; ADEKOYA, Adebawale Olayinka; AMPITAN, Bolawale Adedeji. Risco aumentado de sintomas respiratórios e bronquite crônica em mulheres que utilizam biocombustíveis na Nigéria. *J. bras. pneumol.*, Ago 2010, vol.36, no.4, p.441-446

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D., SIFUENTES, Lírian. BIANCHINI, Aline. Mulheres rurais e seus usos mediados das TICs: tensionamentos e permanências nas relações de gênero. *Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.*, Abr 2017, vol.40, no.1, p.195-211.

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. et al. Difusão de tecnologia e sexismo nas Ciências Agrárias. *Cienc. Rural*, Dez 2009, vol.39, no.9, p.2614-2620.

FLORES, Yesica Yolanda Rangel. Sexual violence as a limiting factor on the perception and management of the risk of HIV in women married to migrants. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 2016, vol.24.

GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Figueiras. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicol. Soc.*, Abr 2016, vol.28, no.1, p.115-124.

HEILBORN, Maria Luiza; et al. Assistência em contracepção e planejamento reprodutivo na perspectiva de usuárias de três unidades do Sistema Único de Saúde no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. <i>Cad. Saúde Pública</i> , 2009, vol.25, suppl.2, p.s269-s278
HONNEF, Fernanda; et al. Representações sociais da violência doméstica em cenários rurais para mulheres e homens. <i>Acta paul. enferm.</i> , Ago 2017, vol.30, no.4, p.368-374.
LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Dez 2010, vol.18, no.3, p.871-887.
MAEDA, Sayuri Tanaka; et al. Access to pre-natal care and cervical cancer prevention action among women from Brazilian Landless Workers Movement. <i>Texto contexto - enferm.</i> , Sept 2007, vol.16, no.3, p.433-438.
NAASE, Karin Marita. "The dream of making a living from the land": Amazon settler women as change agents. <i>Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.</i> , Aug 2009, vol.4, no.2, p.247-260.
NASCIMENTO, Silvana de Souza. Homem com homem, mulher com mulher: paródias sertanejas no interior de Goiás. <i>Cad. Pagu</i> , Dez 2012, no.39, p.367-402.
OTERO, Laura; SANZ, Belén; BLASCO, Teresa. Detección precoz de cáncer de cérvix según los discursos de las matronas de atención primaria en Segovia, España. <i>Rev. Saúde Pública</i> , Oct 2011, vol.45, no.5, p.824-830.
PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Abr 2004, vol.12, no.1, p.229-252.
PAULILO, Maria Ignez S. FAO, fome e mulheres rurais. <i>Dados</i> , Jun 2013, vol.56, no.2, p.285-310.
PARREIRA, Bibiane Dias Miranda et al. Common mental disorders and associated factors: a study of women from a rural area. <i>Rev. esc. enferm. USP</i> , 2017, vol.51.
PARREIRA, Bibiane Dias Miranda; et al. Sintomas de depressão em mulheres rurais: fatores sociodemográficos, econômicos, comportamentais e reprodutivos. <i>Acta paul. enferm.</i> , Ago 2017, vol.30, no.4, p.375-382.
PORTELLA, Marilene Rodrigues. Cuidar para um envelhecer

	saudável: a construção de um processo educativo com mulheres rurais. <i>Rev. bras. enferm.</i> , Set 1999, vol.52, no.3, p.355-364.
<b>Artigos que efetivamente mencionam o termo Mulheres Rurais</b>	RAMOS, Marília Patta; AREND, Silvio Cezar. O impacto da reforma da previdência social rural brasileira nos arranjos familiares: uma análise para entender a composição dos domicílios dado o aumento da renda dos idosos. <i>Rev. bras. estud. popul.</i> , Jun 2012, vol.29, no.1, p.67-86.
	RESSEL, Lúcia Beatriz; GUALDA, Dulce Maria Rosa. A sexualidade como uma construção cultural: reflexões sobre preconceitos e mitos inerentes a um grupo de mulheres rurais. <i>Rev. esc. enferm. USP</i> , Set 2003, vol.37, no.3, p.82-87.
	SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Ago 2007, vol.15, no.2, p.437-443.
	SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. <i>Psicol. Soc.</i> , 2013, vol.25, no.1, p.79-89.
	SCOTT, Parry; et al. Redes de enfrentamento da violência contra mulheres no Sertão de Pernambuco. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Dez 2016, vol.24, no.3, p.851-870.
	SILVEIRA, Inavan Lopes; et al. Prevalência de sintomas do climatério em mulheres dos meios rural e urbano no Rio Grande do Norte, Brasil. <i>Rev. Bras. Ginecol. Obstet.</i> , Ago 2007, vol.29, no.8, p.415-422.
	SHIMPUKU, Yoko; et al. Perceptual gaps among women, husbands and family members about intentions for birthplace: a cross-sectional study. <i>Rev. Latino-Am. Enfermagem</i> , 2017, vol.25.
	SCHWENDLER, Sônia Fátima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. <i>Educ. rev.</i> , Mar 2015, no.55, p.87-109.
	THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , 2001, vol.9, no.1, p.103-130.
	THUM, Moara Ailane; et al. Saberes relacionados ao autocuidado entre mulheres da área rural do Sul do Brasil. <i>Rev. Gaúcha Enferm. (Online)</i> , Set 2011, vol.32, no.3, p.576-582.
VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos	

	sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. <i>Sociologias</i> , 2003, no.10, p.412-442. ISSN 1517-4522
<b>Artigos que efetivamente mencionam o termo Mulheres Rurais</b>	ZANATTA, Luiz Fabiano; et al. Gender norms among “Landless” youth: evidence for the social practice of nursing. <i>Rev. esc. enferm. USP</i> , 2017, vol.51. ISSN 0080-6234
<b>Artigos que mencionam o termo Mulheres Agricultoras</b>	ASSIS, Ana Marlúcia Oliveira; et al. Bró, caxixe e ouricuri estratégias de sobrevivência no semi-árido baiano. <i>Rev. Nutr.</i> , Ago 1999, vol.12, no.2, p.159-166.
	LUCHESE, Terciane Ângela; Grazziotin, Luciane Sgarbi. Memórias de docentes leigas que atuaram no ensino rural da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul (1930 - 1950). <i>Educ. Pesqui.</i> , Jun 2015, vol.41, no.2, p.341-358.
	SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. <i>Psicol. cienc. prof.</i> , Jun 2014, vol.34, no.2, p.390-405.
	SALVARO, Giovana Ilka Jacinto, LAGO, Mara Coelho de Souza and WOLFF, Cristina Scheibe. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Abr 2014, vol.22, no.1, p.51-70.
<b>Artigos que mencionam o termo Mulheres Assentadas</b>	SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Abr 2004, vol.12, no.1, p.321-330.
	SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli; LOPES, Marta Julia Marques. Biografias de gravidez e maternidade na adolescência em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. <i>Rev. esc. enferm. USP</i> , Ago 2011, vol.45, no.4, p.802-810.
	WESZ JUNIOR, Valdemar João. Estratégias de desenvolvimento e a expansão das capacidades em um grupo produtivo de mulheres rurais assentadas. <i>Interações</i> (Campo Grande), Dez 2015, vol.16, no.2, p.395-406.
<b>Artigos que mencionam Mulheres Camponesas</b>	FALEIRO, Wender; FARIAS, Magno Nunes. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. <i>Educ. Pesqui.</i> , Set 2017, vol.43, no.3, p.833-846
<b>Artigos que</b>	FREITAS, Sabrina Lucas Ribeiro; et al. Diferenças entre os gêneros

<b>mencionam Mulheres Proprietá- rias rurais</b>	na assistência técnica e extensão rural realizada por médicos veterinários: paradigma ou preconceito. <i>Rev. Ceres</i> , Fev 2014, vol.61, no.1, p.01-08.
<b>Artigos que mencionam Mulheres que vivem e/ou habitam áreas rurais</b>	ALVARENGA, Larissa de Melo; et al. Avaliação epidemiológica de pacientes com câncer de cabeça e pescoço em um hospital universitário do noroeste do estado de São Paulo. <i>Rev. Bras. Otorrinolaringol.</i> , Fev 2008, vol.74, no.1, p.68-73.
	CHAPARRO, M Pia; BERNABE-ORTIZ, Antonio; HARRISON, Gail G. Association between food assistance program participation and overweight. <i>Rev. Saúde Pública</i> , Dec 2014, vol.48, no.6, p.889-898.
	D'ANTONA, Álvaro de Oliveira; et al. Contraceptive discontinuation and non-use in Santarém, Brazilian Amazon. <i>Cad. Saúde Pública</i> , Sept 2009, vol.25, no.9, p.2021-2032.
	EBLING, Sandra Beatris Diniz et al. AS MULHERES E SUAS 'LIDAS': COMPREENSÕES ACERCA DE TRABALHO E SAÚDE. <i>Trab. educ. saúde</i> , Dez 2015, vol.13, no.3, p.581-596.
	GUEDES, Gilvan Ramalho; Queiroz, Bernardo Lanza; VANWEY, Leah Karin. Transferências intergeracionais privadas na Amazônia rural brasileira. <i>Nova econ.</i> , Fev 2009, vol.19, no.2, p.325-357.
	HEITOR, Sara Franco Diniz; RODRIGUES, Leiner Resende; TAVARES, Darlene Mara dos Santos. Fatores associados às complicações metabólicas e alimentação em idosos da zona rural. <i>Ciênc. saúde coletiva</i> , Nov 2016, vol.21, no.11, p.3357-3366.
	LAGUARDIA, Josué; et al. Brazilian normative data for the Short Form 36 questionnaire, version 2. <i>Rev. bras. epidemiol.</i> , Dec 2013, vol.16, no.4, P.889-897.
	MARIN-LEON, Leticia; et al. Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. <i>Rev. bras. epidemiol.</i> , Set 2011, vol.14, no.3, p.398-410.
	MORÁN FAÚNDES, José Manuel. La anticoncepción de emergencia en Chile: estructuración de su demanda en función de variables socioeconómicas. <i>Rev. bras. estud. popul.</i> , Jun 2013, vol.30, no.1, p.125-144.
MENDES, Larissa Loures; GAZZINELLI, Andréa; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, Gustavo. Fatores associados à resistência à insulina	

	em populações rurais. <i>Arq Bras Endocrinol Metab</i> , Abr 2009, vol.53, no.3, p.332-339.
<b>Artigos que mencionam Mulheres que vivem e/ou habitam áreas rurais</b>	NASCIMENTO, Silvana de Souza; Garcia, Loreley Gomes. Nas armadilhas do desejo: privações e movimentos de jovens prostitutas em zonas rurais. <i>Cad. CRH</i> , Ago 2015, vol.28, no.74, p.383-396.
	PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael. Breastfeeding and the nutritional transition in the Latin American and Caribbean Region: a success story?. <i>Cad. Saúde Pública</i> , 2003, vol.19, suppl.1, p.S119-S127.
	PIZZINATO, Adolfo et al. Jovens mulheres do âmbito rural: gênero, projetos de vida e território em fotocomposições. <i>Psicol. Soc.</i> , Dez 2016, vol.28, no.3, p.473-483.
	SAND, Isabel Cristina Pacheco; VAN DER et al. Self-attention in pregnancy for women living in rural area: a ethnographic study. Texto contexto - enferm., 2016, vol.25, no.4.
	SCOTT, Russell Parry. Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Ago 2007, vol.15, no.2, p.425-436.
	SZWARCWALD, Celia Landmann; et al. A disseminação da epidemia da AIDS no Brasil, no período de 1987-1996: uma análise espacial. <i>Cad. Saúde Pública</i> , 2000, vol.16, suppl.1, p.S07-S19.
	TAVARES, Elda Lima; ANJOS, Luiz Antonio. Perfil antropométrico da população idosa brasileira. Resultados da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição. <i>Cad. Saúde Pública</i> , Out 1999, vol.15, no.4, p.759-768.
WONG, Laura L. Rodríguez; MORELL, Maria Graciela González; CARVALHO, Regiane Lucinda. Notas sobre o comportamento reprodutivo da população autodeclarada indígena: Censos Demográficos 1991 e 2000. <i>Rev. bras. estud. popul.</i> , Jun 2009, vol.26, no.1, p.61-75. ISSN 0102-3098	

**Apêndice B: Artigos encontrados na *SciELO* utilizando o termo Mulheres Trabalhadoras Rurais - 7 artigos (até 2018)**



<b>Artigos encontrados na SCIELO utilizando o termo Mulheres Trabalhadoras Rurais</b>	
<b>Artigos que efetivamente mencionam o termo Mulheres Trabalhadoras Rurais</b>	ASSIS, Ana Marlúcia Oliveira; et al. Bró, caxixe e ouricuri estratégias de sobrevivência no semi-árido baiano. <i>Rev. Nutr.</i> , Ago 1999, vol.12, no.2, p.159-166.
	BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. <i>Sociologias</i> , Jun 2002, no.7, p.50-81.
	COSTA, Maria da Graça Silveira Gomes; DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra; LEITE, Jáder Ferreira. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. <i>Estud. psicol.</i> (Natal), Jun 2014, vol.19, no.2, p.145-154.
	LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Dez 2010, vol.18, no.3, p.871-887.
	SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Ago 2007, vol.15, no.2, p.437-443.
	SCHWENDLER, Sônia Fátima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. <i>Educ. rev.</i> , Mar 2015, no.55, p.87-109.
	VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. <i>Sociologias</i> , 2003, no.10, p.412-442.

### Apêndice C: Artigos encontrados na *SCIELO* utilizando o termo Mulheres Camponesas - 12 artigos (até 2018)

Artigos encontrados na <i>SCIELO</i> utilizando o termo Mulheres Camponesas	
<b>Artigos que efetivamente mencionam o termo Mulheres Camponesas</b>	DARON, Vanderléia Laodete Pulga. A dimensão educativa da luta por saúde no Movimento de Mulheres Camponesas e os desafios político-pedagógicos para a educação popular em saúde. <i>Cad. CEDES</i> , Dez 2009, vol.29, no.79, p.387-399.
	FALEIRO, Wender; FARIAS, Magno Nunes. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. <i>Educ. Pesqui.</i> , Set 2017, vol.43, no.3, p.833-846.
	KREFTA, Noemi Margarida. Educação Popular em Saúde e democracia. <i>Interface</i> , Dez 2014, vol.18, suppl.2, p.1487-1488.
	LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Dez 2010, vol.18, no.3, p.871-887.
	PAULA ANDRADE, Maristela. Conflitos agrários e memória de mulheres camponesas. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Ago 2007, vol.15, no.2, p.445-451.
	PAULILO, Maria Ignez S. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Dez 2010, vol.18, no.3, p.927-940
	PULGA, Vanderléia Laodete. Contribuições do movimento de mulheres camponesas para a formação em saúde. <i>Trab. educ. saúde</i> , Dez 2013, vol.11, no.3, p.573-590.
	SALVARO, Giovana Ilka Jacinto, LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. <i>Psicol. Soc.</i> , 2013, vol.25, no.1, p.79-89.
	SAMPER-ERICE, Adriana; CHARÃO-MARQUES, Flávia. Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Ago 2017, vol.25, no.2, p.683-705.
	SCHWENDLER, Sônia Fátima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. <i>Educ. rev.</i> , Mar 2015, no.55, p.87-109.
	TEIXEIRA, Iraí Maria de Campos; OLIVEIRA, Maria Waldenez.

de Práticas de cuidado à saúde de mulheres camponesas. *Interface*,  
Dez 2014, vol.18, suppl.2, p.1341-1353.

## Apêndice D: Artigos encontrados na *SCIELO* utilizando o termo Mulheres Agricultoras - 15 artigos (até 2018)

Artigos encontrados na <i>SCIELO</i> utilizando o termo Mulheres Agricultoras	
<b>Artigos que efetivamente mencionam o termo Agricultoras</b>	CHAVES, Ana Ruth dos Santos, CASTRO, Roberta Rowsy Amorim; MENEZES, Andreia. A busca pela ascensão feminina no PDS Virola Jatobá, Anapu-PA. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , 2018, vol.26, no.1.
	CORDEIRO, Rosineide de L. Meira. Vida de agricultoras e histórias de documentos no Sertão Central de Pernambuco. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Ago 2007, vol.15, no.2, p.453-460.
	EBLING, Sandra Beatris Diniz; et al. As mulheres e suas 'lidas': compreensões acerca de trabalho e saúde. <i>Trab. educ. saúde</i> , Dez 2015, vol.13, no.3, p.581-596.
	ESCOSTEGUY, Ana Carolina D., SIFUENTES, Lírian; BIANCHINI, Aline. Mulheres rurais e seus usos mediados das TICs: tensionamentos e permanências nas relações de gênero. <i>Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.</i> , Abr 2017, vol.40, no.1, p.195-211.
	ELL, Erica; et al. Concepções de agricultores ecológicos do Paraná sobre alimentação saudável. <i>Rev. Saúde Pública</i> , Abr 2012, vol.46, no.2, p.218-225.
	LIMA, Ângela Roberta Alves; et al. Ações de mulheres agricultoras no cuidado familiar: uso de plantas medicinais no sul do Brasil. <i>Texto contexto - enferm.</i> , June 2014, vol.23, no.2, p.365-372.
	LOURENÇO, Ana Eliza Port. Plantando, colhendo, vendendo, mas não comendo: práticas alimentares e de trabalho associadas à obesidade em agricultores familiares do Bonfim, Petrópolis, RJ. <i>Rev. bras. saúde ocup.</i> , Jun 2012, vol.37, no.125, p.127-142.
	MENASCHE, Renata, MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. <i>Rev. Nutr.</i> , Ago 2008, vol.21, p.145s-158s.
	PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Abr 2004, vol.12, no.1, p.229-252.
	PAULILO, Maria Ignez S. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Dez 2010, vol.18, no.3, p.927-940.

<b>Artigos que efetivamente mencionam o termo Agricultoras</b>	PAULILO, Maria Iñez; SILVA, Cristiani Bereta. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Ago 2007, vol.15, no.2, p.399-417.
	SALVARO, Giovana Ilka Jacinto, LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. <i>Psicol. Soc.</i> , 2013, vol.25, no.1, p.79-89.
	SILVA, Camila Marques Viana; VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. <i>Rev. Econ. Sociol. Rural</i> , Jun 2013, vol.51, no.2, p.387-399.
	VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. <i>Sociologias</i> , 2003, no.10, p.412-442

**Apêndice E: Artigos encontrados na *SCIELO* utilizando o termo Mulheres Extrativistas - 4 artigos (até 2018)**

<b>Artigos encontrados na <i>SCIELO</i> utilizando o termo Mulheres Extrativistas</b>	
<b>Artigos que efetivamente mencionam Mulheres Extrativistas</b>	CARMO, Jhader Cerqueira; et al. Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Abr 2016, vol.24, no.1, p.155-180.
	FADIGAS, Amanda Braga de Melo; GARCIA, Loreley Gomes. Uma análise do processo participativo para a conservação do ambiente na criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana. <i>Soc. nat. (Online)</i> , Dez 2010, vol.22, no.3, p.561-576.
	MENDES, Maurício Ferreira; et al. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Abr 2014, vol.22, no.1, p.71-89.
	MOTA, Dalva Maria; et al. As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: um estudo de caso em Sergipe1. <i>Rev. Econ. Sociol. Rural</i> , Set 2014, vol.52, no.3, p.449-470

**Apêndice F: Artigos encontrados na *SCIELO* utilizando o termo Mulheres Pescadoras - 8 artigos (até 2018)**

<b>Artigos encontrados na <i>SCIELO</i> utilizando o termo Mulheres Pescadoras</b>	
<b>Artigos que efetivamente mencionam Mulheres Pescadoras</b>	CRUZ, Tereza Almeida. Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Dez 2010, vol.18, no.3, p.913-925.
	DI CIOMMO, Regina Célia. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. <i>Ambient. soc.</i> , Jun 2007, vol.10, no.1, p.151-163.
	FAÇANHA, Cristiane Lima; SILVA, Carolina Joana da. Caracterização da Colônia de Pescadores Z2 de Cáceres em Mato Grosso. <i>Interações</i> (Campo Grande), Mar 2017, vol.18, no.1, p.129-136
	MANESCHY, Maria Cristina, Siqueira, Deis and Álvares, Maria Luzia Miranda Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. <i>Rev. Estud. Fem.</i> , Dez 2012, vol.20, no.3, p.713-737.
	MARTINS, Mary Lourdes Santana; ALVIM, Ronaldo Gomes. Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil. <i>Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.</i> , Ago 2016, vol.11, no.2, p.379-390.
	PALHETA, Marllen Karine da Silva, CAÑETE, Voyner Ravena; CARDOSO, Denise Machado. Mulher e mercado: participação e conhecimentos femininos na inserção de novas espécies de pescado no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe Grande em Curuçá (PA). <i>Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.</i> , Dez 2016, vol.11, no.3, p.601-619.
	ROCHA, Michelle S.P.; et al. Use of fishing resources by women in the Mamanguape River Estuary, Paraíba state, <i>Brazil. An. Acad. Bras. Ciênc.</i> , Dec 2012, vol.84, no.4, p.1189-1199
	SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na ilha Trambiocca, Barcarena, Pará. <i>Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.</i> , Ago 2006, vol.1, no.2, p.35-52.

**Apêndice G: Artigos encontrados na *SciELO* utilizando o termo Mulheres Assentadas Rurais - 4 artigos (até 2018)**

<b>Artigos encontrados na <i>SciELO</i> utilizando o termo Mulheres Assentadas Rurais</b>	
<b>Artigos que efetivamente mencionam Mulheres Assentadas</b>	COSTA, Maria da Graça Silveira Gomes da, DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra; LEITE, Jáder Ferreira. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. <i>Estud. psicol.</i> (Natal), Jun 2014, vol.19, no.2, p.145-154.
	EBLING, Sandra Beatris Diniz et al. As mulheres e suas 'lidas': compreensões acerca de trabalho e saúde. <i>Trab. educ. saúde</i> , Dez 2015, vol.13, no.3, p.581-596.
	NAASE, Karin Marita. "O sonho da terra": mulheres assentadas na Amazônia como agentes de mudança. <i>Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.</i> , Aug 2009, vol.4, no.2, p.247-260
	WESZ JUNIOR, Valdemar João. Estratégias de desenvolvimento e a expansão das capacidades em um grupo produtivo de mulheres rurais assentadas. <i>Interações</i> (Campo Grande), Dez 2015, vol.16, no.2, p.395-406.



## Apêndice H: Conferências Nacionais que impactaram as Mulheres Trabalhadoras Rurais brasileiras

<b>Conferências Nacionais que impactaram as Mulheres Trabalhadoras Rurais brasileiras</b>			
<b>Ano</b>	<b>Conferência</b>	<b>Local</b>	<b>Escopo</b>
1979	I Encontro Feminista	Fortaleza, Ceará	Dá início a uma série de encontros nacionais feministas.
1981	1ª Reunião de Mulheres na Liderança da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS)	Rio Grande do Sul	Primeiro registro de uma conferência nacional de mulheres trabalhadoras rurais; nos anos seguintes tornaria-se a Reunião Anual de Mulheres na Liderança da FETAG-RS.
1984	1ª Reunião Oficial do Movimento das Trabalhadoras Rurais do Sertão Central	Serra Talhada, Pernambuco	Marca a criação do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Sertão Central. Teve como a principal preocupação aumentar a participação das mulheres trabalhadoras rurais dentro do movimento sindicalista.
1985	1º Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Marca a origem da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAG-RS.
	4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da FETAG	Brasília, Distrito Federal	A partir desse encontro o movimento de mulheres trabalhadoras rurais se solidificou e fortaleceu suas bandeiras de luta. Nesse encontro foi aprovada a resolução que legitima a sindicalização de mulheres trabalhadoras rurais e reconheceu que as trabalhadoras rurais sofriam problemas específicos de discriminação.
	2º Encontro do	Curitiba,	Primeiro encontro com o MST

	MST	Paraná	efetivamente constituído em que foram tratadas as questões das mulheres em função de contestações destas em relação às desigualdades que se faziam presentes e sua falta de representação no Movimento. Isto acabou definindo uma agenda de pautas das mulheres do MST.
1986	2º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Evento que marcou a participação de trabalhadoras/es na luta por mais direitos constitucionais, posicionando-se contra todas as formas de discriminação e diferenças de direitos entre homens e mulheres. Denunciou a disparidade ocupacional e salarial entre homens e mulheres e a jornada dupla de trabalho. Organizou a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora.
	1º Congresso Nacional de Mulheres Rurais	Brasília, Distrito Federal	Pautou a reivindicação de distribuição de terra pela reforma agrária para mulheres chefes de família e de titulação conjunta para casais de terras da reforma agrária.
	1º Encontro Nacional de Mulheres Rurais Autônomas	Barueri, São Paulo	Limitou-se à resolução de que os movimentos de mulheres deveriam concentrar esforços na criação de redes regionais. Foi dinamizador para as organizações tanto do MMTR-NE como da Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Cinco Estados do Sul (AIMTR-Sul).
1987	1º Encontro do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-Sertão Central)	Região do Pajeú, Pernambuco	Impulsionou a criação do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE). A partir desse encontro formou-se uma comissão para encaminhar a organização das mulheres rurais dentro do movimento sindical rural.
1988	1º Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras	Brasília, Distrito Federal	Teve a questão do acesso à terra mais persistentemente articulada, denunciando situações em que mulheres eram desprovidas de suas terras quando

	Rurais		enviuvavam. A articulação das participantes iniciou o lobby pelo artigo constitucional (na Constituição de 1988) que estabeleceria explicitamente os direitos da mulher à terra na reforma agrária.
1988	1º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG	Brasília, Distrito Federal	Teve dentre suas principais reivindicações a questão da licença-maternidade, o reconhecimento da ocupação, o direito ao benefício da aposentadoria das mulheres trabalhadoras rurais e a participação de mais mulheres nos sindicatos assim como nas lideranças sindicais. A partir desse encontro começaram a surgir novos temas de cunho feminista dentro dos sindicatos, incluindo os problemas da dupla jornada de trabalho e a reivindicação por liberdade sexual.
1989	1º Encontro sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da CUT	São Paulo, São Paulo	Centrou sua pauta em mulheres urbanas e rurais. A partir desse encontro organizou-se uma Comissão de Mulheres Rurais dentro da CUT para incentivar a maior participação destas em sindicatos e assim denunciar a falta de reconhecimento das mulheres rurais enquanto trabalhadoras.
1991	5º Congresso da CONTAG	Brasília, Distrito Federal	Pautou dentre suas reivindicações a ampliação da reforma agrária e da titularidade da terra para mulheres, e titularidade conjunta com maridos ou companheiros. Nesse evento as mulheres aparecem pela primeira vez nos documentos relacionadas à produção agrícola e à agricultura familiar.
	2º Encontro de Mulheres Trabalhadoras da CUT	Botucatu, São Paulo	Centrou-se na questão da implementação dos benefícios da aposentadoria para mulheres trabalhadoras rurais, no reconhecimento da profissão e na reivindicação dos nomes das mulheres nos títulos de terra da reforma agrária.

	4º Congresso Nacional da CUT (CONCUT)	São Paulo, São Paulo	Aprovou a ampliação das discussões sobre ações afirmativas como medidas para corrigir as desigualdades entre os sexos no movimento sindical cutista e a decisão sobre cotas de participação das mulheres nos cargos de direção.
1991	1º Encontro Interestadual de Quebradeiras de Côco Babaçu (MA, TO, PI, BA)	São Luís, Maranhão	A partir desse encontro se criou a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, tornando possível a visibilização da luta dessas mulheres a nível nacional, por acesso à terras, contra o machismo, e a favor dos direitos de agricultoras.
1995	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)	Jundiaí, São Paulo	Pautou ações para assegurar, na prática, os direitos adquiridos na Constituição de 1988 e para coordenar mobilizações em torno de um tema no Dia Internacional da Mulher. Teve como primeira atividade uma campanha nacional para obter os documentos oficiais para as mulheres trabalhadoras rurais.
	6º Congresso da CONTAG	Brasília, Distrito Federal	Evento em que a CONTAG aprovou sua filiação à CUT e criou a <i>Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais</i> (CNMTR), passando sua coordenadora integrar a diretoria da Confederação com direito a voz e voto. Nesse congresso foi lançado o documento <i>Grito da Terra Brasil</i> .
1996	1º Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST	São Paulo, São Paulo	Permitiu a fundação do <i>Coletivo Nacional de Mulheres do MST</i> em maio de 1996, o qual publicou a cartilha, <i>A questão da mulher no MST</i> . Pautou novamente a questão do direito das mulheres à terra, propondo ações que garantissem a participação paritária destas com os homens.
2000	I Marcha das Margaridas	Brasília, Distrito Federal	Ato de mobilização das mulheres trabalhadoras rurais que envolveu várias organizações, entre as quais as organizações feministas e diversos

			movimentos de mulheres e centrais sindicais, mobilizando mulheres de vários segmentos sociais.
2001	I Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) – Fórum Social Mundial (FSM) – Pão e Rosas	Porto Alegre, Rio Grande do Sul	A partir do 1º Fórum Social Mundial que se fortaleceu no país a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), reunindo mulheres dos movimentos autônomos e dos movimentos populares e sindicais, rurais e urbanos.
2002	1º Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA)	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Acabou possibilitando como consequência a fundação da <i>Articulação Nacional de Agroecologia</i> (ANA). Esse encontro buscou consolidar a agroecologia como alternativa ao modelo rural dominante, divulgando experiências agroecológicas já realizadas, estimulando a articulação e a cooperação e formulando propostas de políticas públicas que favorecessem a agroecologia.
2003	II Marcha das Margaridas	Brasília, Distrito Federal	Segunda mobilização de rua realizada pelas mulheres trabalhadoras rurais no país, trazendo em sua pauta um conjunto de reivindicações dos movimentos. Aparecem pela primeira vez demandas relacionadas à ampliação do acesso das mulheres a políticas produtivas; a exigência da sua participação na definição das políticas de preservação ambiental; e políticas de combate à violência contra as mulheres no meio rural.
2004	I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM)	Brasília, Distrito Federal	Pautou o compromisso do governo com a construção da igualdade entre homens e mulheres e da transversalidade de gênero nas políticas adotadas no país. Construiu propostas de diretrizes em cinco eixos temáticos: enfrentamento da pobreza; superação da violência contra a mulher;

			promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres; efetivação dos direitos humanos das mulheres; e desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.
2005	II Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres (II MMM)	São Paulo, São Paulo	Nessa mobilização foi elaborada a <i>Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade</i> , propondo alternativas econômicas, sociais e culturais para a construção de um mundo baseado nos princípios da igualdade, liberdade, justiça, paz e solidariedade entre os povos e seres humanos em geral, respeitando o meio ambiente e a biodiversidade. A partir dessa mobilização consolidou-se como um movimento que incorporava ações públicas com críticas à sociedade capitalista e patriarcal, posicionando-se como uma articulação feminista internacional.
2007	II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM)	Brasília, Distrito Federal	Com o objetivo de avaliar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e discutir a participação das mulheres nos espaços de poder, essa conferência reafirmou o compromisso governamental com a implementação da Lei Maria da Penha, anunciando o investimento em ações de prevenção à violência contra a mulher, na atenção, na proteção e no combate à impunidade dos agressores. Ressaltou também a intenção do governo vigente em transformar o PNPM em uma ação permanente do Estado Brasileiro.
	III Marcha das Margaridas III Marcha das	Brasília, Distrito Federal	Essa marcha incluiu em sua pauta a questão da segurança alimentar e nutricional e a crítica do modelo do agronegócio e do hidronegócio, propondo a agroecologia como base para a

2007	Margaridas		construção de um novo modelo produtivo para o campo. Também questionou o posicionamento dos demais sindicalistas e dos governos com relação à questão da violência de gênero no universo rural.
2009	10º Congresso da CONTAG	Brasília, Distrito Federal	Evento em que foi criada a <i>Secretaria de Mulheres da CONTAG</i> , nesse mesmo congresso foi aprovada a desfiliação da CONTAG à CUT.
2010	III Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres (III MMM)	-	Contou com mobilizações de diferentes formatos em vários países do mundo. Teve como o lema “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, e baseou-se em quatro campos de atuação: bem comum e serviços públicos; paz e desmilitarização; autonomia econômica; violência contra as mulheres.
2011	IV Marcha das Margaridas	Brasília, Distrito Federal	A pauta desta Marcha foi respondida publicamente por Dilma Rousseff, anunciando uma série de medidas que atendiam às solicitações das mulheres, relacionadas a mudanças em programas de crédito, comercialização, acesso à terra, combate à violência, além da criação do Plano Nacional de Agroecologia (PLANAPO), o principal instrumento de execução da política nacional de agroecologia e produção orgânica.
	III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (III CNPM)	Brasília, Distrito Federal	Essa conferência reconheceu que a viabilização dos compromissos para a redução das desigualdades entre mulheres e homens dependeria da articulação entre o governo e a sociedade civil na estruturação de relações políticas e sociais que contribuíssem para a eliminação de todas as formas de opressão e discriminação contra as mulheres. O evento preocupou-se ainda com a adoção do termo “mulheres em sua diversidade”, para destacar as

			especificidades das mulheres com deficiência, as diferenças geracionais e a diversidade de mulheres brasileiras.
2013	VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia (VIII CBA)	Porto Alegre, Rio Grande do Sul	Resaltou a importância do feminismo fazer parte da discussão da agroecologia, trazendo o lema: “Sem feminismo não há agroecologia”. Suas ações geraram uma forte reação de setores machistas dentro do movimento pela agroecologia no país. O evento procurou reafirmar a importância de espaços estratégicos de formação, articulação e produção do conhecimento e das práticas agroecológicas realizadas pelas mulheres, integrando a abordagem de gênero e feminismo; assim como a importância do reconhecimento das mulheres como geradoras de conhecimento, responsáveis por processos e por atividades de base agroecológica. Foram reivindicados pelas mulheres participantes mais espaços e instrumentos que assegurassem recursos e políticas, e o investimento em pesquisas que estimulassem, viabilizassem e conferissem visibilidade à ação protagonista destas no processo de desenvolvimento sustentável.
	I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	Brasília, Distrito Federal	Pautou questões relacionadas à produção de alimentos saudáveis, ao combate à violência contra as mulheres e a divulgação do feminismo. Nesse evento foram também realizadas discussões sobre direitos reprodutivos e saúde da mulher; luta contra os agrotóxicos, divisão social e sexual do trabalho, políticas públicas, entre outras.
2014	III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA)	Juazeiro, Bahia	As mulheres militantes participantes realizaram ações de manifesto, como a ocupação da EMBRAPA de Petrolina (PE), e reafirmaram a importância da discussão de que “Sem feminismo não há agroecologia”, consolidando o tema do



2014	III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA)	Juazeiro, Bahia	feminismo como uma pauta de novas ações para as mulheres trabalhadoras rurais que realizam agroecologia. O evento trouxe visibilidade aos processos protagonizados por mulheres e para as formas de inserção da causa feminista em temas estratégicos da agroecologia, destacando seu protagonismo das mesmas na conservação de sementes, pautando ainda a reivindicação das mulheres por mais recursos financeiros por meio do crédito, as questões das violências domésticas a que estão sujeitas, da divisão sexual do trabalho, da destruição dos territórios, da autonomia dos seus corpos e de suas sementes, e da liberdade individual de cada uma.
2015	IV Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres (MMM)	Pernambuco; Paraíba; Ceará; Alagoas; Rio de Janeiro; Tocantins; Minas Gerais; Mato Grosso do Sul; São Paulo; Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte.	No Brasil adotou uma estratégia diferente das anteriores, descentralizando as ações pelos estados e regiões brasileiras, visibilizando reivindicações locais das mulheres em seus territórios. Foram realizadas 10 ações regionais que buscou pôr em evidência pautas urgentes de mulheres em suas localidades.
	V Marcha das Margaridas	Brasília, Distrito Federal	Pautou, dentre outras questões, a garantia permanente à produção de alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais; acesso à terra e valorização da agroecologia; uma educação que não discriminasse as mulheres; o fim da violência sexista; o acesso à saúde; segurança e respeito quanto às decisões

			sobre reprodução; autonomia econômica, trabalho e renda; democracia e participação política.
2015	1º Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas	Brasília, Distrito Federal	Teve como proposta trazer reflexões sobre as dificuldades relativas ao SUS, à saúde do povo brasileiro e as tentativas de mercantilização da saúde no Brasil e América Latina. Nesse evento pautou-se a necessidade de construção de uma unidade das populações do campo, da floresta e das águas brasileiras no que se refere à demandas relacionadas à saúde e da importância de implementação de uma plataforma destes movimentos rurais que busque a consolidação de alianças com movimentos e organizações populares que constroem a luta em saúde e sua relação com agroecologia, economia solidária, entre outras questões.
2016	IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (IV CNPM)	Brasília, Distrito Federal	Aprovou propostas que exigiam a continuidade das políticas de gênero, implementadas nos últimos anos no país. Pautou, entre outras questões, a presença das mulheres em espaços de poder e decisão política, o gasto público com programas de assistência à população feminina e a necessidade de cotas específicas do orçamento para ações relacionadas às mulheres indígenas, negras, quilombolas, praticantes de religiões de matriz africana, ciganas, de comunidades e povos tradicionais, do campo, das águas, da floresta, e também às mulheres lésbicas, transexuais, travestis, às egressas do sistema prisional, às mulheres com deficiência e com mobilidade reduzida. Nessa conferência foi ainda aprovada uma proposta de aceleração dos processos de demarcação e regularização fundiária das terras indígenas, quilombolas e dos povos tradicionais.

**Apêndice I: Panorama das Principais Legislações, Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Ações e Programas Governamentais que afetaram e afetam a vida das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil (1827 – 2017)**

<b>Panorama das Principais Legislações, Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Ações e Programas Governamentais que afetaram e afetam a vida das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil (1827 – 2017)</b>		
<b>Política Pública / Legislação / Programa/ Ação/ Movimentos Sociais</b>	<b>Escopo</b>	<b>Ano de implementação</b>
Lei Geral do Ensino	Sancionada por Dom Pedro I. Primeira legislação relativa à educação de mulheres; a lei admitia meninas apenas para as escolas elementares e apenas nas cidades mais populosas (ROSEMBERG, 2012).	1827
Lei de Terras ( Lei nº 601)	Sancionada por D. Pedro II, determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras (BRASIL, 1850).	1850
Constituição de 1891	Regulamentou o casamento civil substituindo o religioso, tornando-o também gratuito, e incluiu a instituição do divórcio sem cortar o vínculo matrimonial (CORTÊS, 2012).	1890
Decreto 979	Garantiu o direito de sindicalizar aos profissionais da agricultura e industriais rurais (TEDESCHI, 2007).	1903
Código Civil de 1916	Ficou em vigor até 2002. Determinou a mulher como relativamente incapaz, necessitada de proteção, orientação e aprovação masculina. Determina o marido como "chefe" da sociedade conjugal e a mulher na condição de companheira torna-se sua auxiliar nos encargos da família. Para exercerem profissão as mulheres deveriam contar com a autorização do marido (com instrumento público ou particular autenticado). A mulher também não poderia sem autorização do marido vender, aceitar ou rejeitar herança. O homem tinha o privilégio de decidir sobre seus filhos	1916

	e seus atos (CORTÊS, 2012).	
Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)	Tinha uma agenda variada de interesses, sendo o voto feminino uma demanda defendida por elas (KARAWAJCZYK, 2013).	1922
Novo Código Eleitoral	Garantiu o direito de voto (votar e ser votada) às mulheres brasileiras. Regulamentou a licença-maternidade para as mulheres que trabalhavam nos estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou particulares. Proibiu o trabalho da mulher grávida seis semanas antes e seis semanas após o parto (HAHNER, 2003).	1932
Decreto nº 22.338	Deu nova organização aos serviços do Ministério da Agricultura, aprimorando o funcionamento dos centros federais de pesquisa agrônômica e veterinária e dos órgãos de assistência técnica (FONTE, 2006).	1933
Constituição de 1934	Instituiu o Estatuto da Mulher. Consagrou o princípio de igualdade entre os sexos, proibindo a diferença de salário para um mesmo trabalho por razão do sexo e o trabalho das mulheres em indústrias insalubres. O casamento torna-se indissolúvel (CORTÊS, 2012).	1934
Justiça do Trabalho	Inserida na Constituição de 1934, só foi instalada no país em 1941. Concilia e julga as ações judiciais entre trabalhadoras/es e empregadoras/es e outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como as demandas que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive as coletivas (TST, 2017).	1934
Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)	Reconheceu e regulamentou as relações das/os trabalhadoras/es brasileiros: mulheres, homens, menores, discriminando ainda as/os trabalhadoras/es domésticas/os e as/os rurais, instituiu o salário mínimo, a semana de trabalho de 48 horas, a carteira de trabalho e as férias remuneradas (CORTÊS, 2012).	1943
Constituição	Eliminou a expressão "sem distinção de sexo".	1946

de 1946	Estabeleceu assistência à maternidade, à infância e à adolescência como obrigatória. Tornou o não pagamento da pensão alimentícia como razão para a prisão civil do devedor (CORTÊS, 2012).	
Federação da Mulher Brasileira (FMB)	A Federação abrigou associações femininas oriundas de 11 estados do país, levantando a questão dos direitos das mulheres, e mobilizando campanhas contra a carestia (SANTOS, 2006).	1949
Novo Código Eleitoral	Garantiu o direito de voto (votar e ser votada) às mulheres brasileiras. Regulamentou a licença-maternidade para as mulheres que trabalhavam nos estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou particulares. Proibiu o trabalho da mulher grávida seis semanas antes e seis semanas após o parto (HAHNER, 2003).	1932
Convenção de Igualdade de Remuneração	Foi aprovada pela <i>Organização Internacional do Trabalho</i> a Convenção de Igualdade de Remuneração entre trabalho masculino e trabalho feminino para função igual (FAGANELLO & DASSO JUNIOR, 2009).	1951
União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)	Tinha como propósito organizar os camponeses em suas lutas. A partir do início dos anos 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A ULTAB não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação da CONTAG, como também se constituiu na principal força em ação no interior da nova entidade (FGV CPDOC, 2017).	1954
Estatuto da Mulher Casada (Lei nº.4121/1962)	Suprimiu o artigo do Código Civil de 1916 que dizia que as mulheres eram relativamente incapazes. A mulher adquire o pátrio poder sobre os filhos do casamento anterior sem qualquer interferência do novo marido. A mulher ainda era considerada colaboradora do marido e apenas quando exercia profissão lucrativa tinha o direito de praticar todos os atos inerentes a sua defesa (CORTÊS, 2012).	1962
Confederação Nacional dos Trabalhadores	Primeira entidade sindical do campo de caráter nacional, ainda atuante no país. Tem atualmente como principais bandeiras a reforma agrária, a agricultura	1963

na Agricultura (CONTAG)	familiar, políticas sociais para o campo, reforma política, agroecologia e novas relações de gênero no campo, tendo inclusive uma <i>Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais</i> (CONTAG, 2015).	
Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº4.214)	Reconheceu direitos trabalhistas aos assalariados agrícolas, fixando condições do exercício do trabalho e instituindo proteção especiais aos trabalhadores, mas nada específico para as mulheres trabalhadoras rurais. A lei instituiu ainda a Carteira Profissional, autorizou a organização dos sindicatos e criou um Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (WANDERLEY, 2011).	1963
Estatuto da Terra (Lei nº4.504)	Instituiu normas gerais orientação para a política agrícola nacional, normatizando o uso da terra e estabelecendo diretrizes referentes ao desenvolvimento rural em relação à assistência técnica, inseminação artificial, cooperativismo, produção e distribuição de mudas e sementes, mecanização agrícola, industrialização e beneficiamento de produtos, obras de infraestrutura rural, seguro agrícola, garantia de preços mínimos, entre outros (WANDERLEY, 2011).	1964
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	Destinou-se ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico (MTE, 2015).	1970
Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	Concentrou sua atenção no desenvolvimento da agricultura empresarial na região Centro-Sul e no aprimoramento da viabilidade da agricultura nordestina, modernizando estruturas de comercialização e de distribuição de produtos agrícola (BRASIL, 1972; citado por FONTE, 2006).	1971
Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA)	Criadas com o objetivo de promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos da hortifruticultura a nível de atacado e em uma região (WIKIPEDIA, 2017).	1972
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	Destinada a pesquisas para geração e inovação de tecnologias rurais, conta atualmente com 17 Unidades Centrais localizadas em Brasília, 46 Unidades Descentralizadas em todas as regiões do Brasil, quatro laboratórios virtuais no exterior (nos EUA, Europa, China e Coreia do Sul) e três escritórios interna-	1972

	cionais na América Latina e África (EMBRAPA, 2017).	
Lei Nº 3.807	O salário maternidade tornou-se parte das prestações previdenciárias, sendo o empregador ressarcido pela Previdência Social do pagamento do mesmo (CORTÊS, 2012).	1974
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)	Passou por várias reformulações durante os anos, e tem ações que se diferenciam de Estado para Estado, embora mantenha alguns objetivos comuns. Tem como principal objetivo fomentar a agricultura familiar, a partir do acompanhamento técnico e da capacitação dos/as agricultores/as (EMATER ALAGOAS, 2017).	1975
Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW	Os Estados que firmam a Convenção, inclusive o Brasil, condenaram e concordaram em combater a discriminação contra as mulheres, em todas as suas formas (FAGANELLO & DASSO JUNIOR, 2009).	1976
Lei do Divórcio (Lei nº 6.515)	Alterou o código civil e tornou possível a dissolução do vínculo matrimonial com as seguintes condições: só poderia ocorrer uma vez, deveria haver uma separação judicial de três anos para então se requerer, quando não se tivesse filhos poderia divorciar mais de uma vez (CORTÊS, 2012).	1977
Dia Nacional da Mulher: 30 de abril (Lei Nº 6.791)	É instituído, pela Lei nº. 6.971, de 9 de junho de 1980, o Dia Nacional da Mulher: 30 de abril (NIEM/UFRGS, 2015).	1980
Conselho Estadual da Condição Feminina	Surgem os primeiros Conselhos Estaduais da Condição Feminina, com o propósito de traçar políticas públicas para as mulheres (NIEM/UFRGS, 2015).	1983
Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher	Resultado da mobilização dos movimentos feministas do final dos anos 70 e início dos 80 no país. Abordagem baseada no conceito de “atenção integral à saúde das mulheres”, rompendo com a visão tradicional acerca desse tema, que centralizava o atendi-	1983

(PAISM)	mento às mulheres nas questões relativas apenas à reprodução (OSIS, 1998).	
Movimento dos Sem-Terra (MST)	Movimento de massa que luta, basicamente, por terra, pela reforma agrária e por mudanças na sociedade, tem sua origem nas lutas isoladas pela terra no sul do Brasil (MACHADO, 2005).	1984
I Plano Nacional da Reforma Agrária	Elaborado como uma das expressões do projeto de redemocratização do país. Expressou uma visão ampliada de Reforma Agrária com a proposta de mudar a estrutura agrária brasileira. Apontou a necessidade da democratização do acesso à terra, da desconcentração da estrutura fundiária, e ações dirigidas a impulsionar e a fortalecer os/as assentados/as da Reforma Agrária, a agricultura familiar, as comunidades rurais tradicionais e a superar a desigualdade de gênero (MDA, 2004).	1985
Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher	Criou-se a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher – DEAM, em São Paulo e, posteriormente outras foram implantadas em outros estados brasileiros (NIEM/UFRGS, 2015).	1985
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)	Criado com o intuito de promover políticas para eliminar a discriminação contra as mulheres e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país (SPM, 2015a).	1985
Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)	Surgiu a partir das reflexões e do intercâmbio de trabalhadoras rurais dos estados de Pernambuco e Paraíba com o intuito de superar as dificuldades na relação de gênero. Elabora programas e projetos de capacitação para trabalhadoras rurais com uma proposta de educação que objetiva aumentar a autonomia das mulheres, transformar a mentalidade de submissão e combater todo tipo de discriminação e preconceito (MMTR-NE, 2017).	1986
Constituição de 1988	Os/As trabalhadores/as rurais são iguais aos/as urbanos/as. Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal passa a ser exercido igualmente pelo homem e pela mulher. Reconheceu a União Estável e também o divórcio. Deu à mulher o direito ao título de domínio e concessão da terra, independente do seu estado civil, tanto na área urbana como na área	1988



	rural. Garantiu a aposentadoria às/aos trabalhadoras/es rurais. Estabeleceu a licença-gestante com duração de 120 dias sem prejuízo do emprego e do salário (CORTÊS, 2012).	
Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR/CUT)	Levou para dentro da Central única de Trabalhadores (CUT) a discussão do campo. Levantou questões sobre a reforma agrária, a política agrícola diferenciada para pequenos/as agricultores/as, a campanha salarial e também sobre a questão da formação sindical (MEMORIAS DNTR/CUT, 2013).	1988
Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)	Sistema de informação nutricional que acompanha as crianças que são atendidas pelos serviços de saúde e equipes de <i>Estratégia Saúde da Família</i> , e hoje em dia também pelo <i>Programa Bolsa-Família</i> . Tem como objetivo formular políticas públicas, planejar, acompanhar e avaliar programas sociais relacionados à alimentação e nutrição (BOLSA FAMÍLIA, 2015).	1990
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Consagrou o princípio de igualdade entre os sexos, estabelecendo que o pátrio poder pudesse ser exercido em igualdade de condições pelo pai e pela mãe e que o dever de sustento coubesse a ambos (CORTÊS, 2012).	1990
Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)	Contribuiu na construção de políticas públicas para o abastecimento alimentar no país com a responsabilidade de executá-las. Na prática, isso significa comprar produtos agrícolas, formar estoques e vendê-los na hora certa para regular o mercado (CONAB, 2015).	1991
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional (INCRA, 2017).	1992
ECO 92	Contou com a participação ativa das mulheres trabalhadoras rurais, através do Planeta Fêmea, na Agenda 21 e no Tratado da Convenção (NIEM/UFRGS, 2015).	1992
Conselho	Surgiu em 1993, tendo suas primeiras diretrizes a-	1993

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	presentadas na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 1994. Com a extinção do CONSEA, durante o governo FHC, não foram obtidos efeitos concretos (CASTRO, 2017)..	
Grito da Terra	Mobilizações nacionais em Brasília e nas capitais dos estados, onde se propunha negociar com os governos (federal e estaduais) uma pauta de reivindicações (HEREDIA & CINTRÃO, 2006).	1994
Ano da Mulher	Foi instituído por lei (NIEM/UFRGS, 2015).	1994
Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP)	Criado sob gestão do BNDES como uma linha de crédito rural, porém pelas dificuldades não conseguiu atender a demanda rural. No entanto, tornou visível para a sociedade brasileira a existência de uma classe de produtoras/es rurais marginalizadas/os de qualquer ação pública do Estado (SCHNEIDER, MATTEI & CAZELLA, 2004).	1994
Programa Saúde da Família	A família passa a ser o objeto de atenção. O programa incluía ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, tratamento e reabilitação de doença (SANTANA & CARMAGNANI, 2001).	1994
Lei Nº 8.971	Regulamenta o direito dos/as companheiros/as a alimentos e à sucessão (BRASIL, 1994).	1994
Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)	Reúne mulheres dos movimentos autônomos de trabalhadores/as rurais, e realiza mobilizações estaduais e nacionais, celebração de datas históricas e significativas (como o dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher; 12 de agosto, dia nacional de luta das mulheres trabalhadoras rurais contra a violência no campo e por Reforma Agrária; 7 de setembro, Grito dos Excluídos), lutas por direitos previdenciários, saúde pública, agricultura, reforma agrária, campanha de documentação; realiza também formações com a base e publica cartilhas, vídeos, panfletos, folhetos e cartazes como instrumentos de trabalho (MMC BRASIL, 2017).	1995
Dia Mundial da Mulher Trabalhadora	Estabelecida na quarta Conferência da ONU sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, procura dar visibilidade para a importância das mulheres traba-	1995

Rural (15 de outubro)	lhadoras rurais na Agricultura, na Segurança Alimentar e no Desenvolvimento da Zona Rural do mundo inteiro (ALMEIDA, 2001).	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Surge com a finalidade de promover crédito agrícola e apoio institucional às/aos pequenas/os produtoras/es rurais (SCHNEIDER, MATTEI & CAZZELA, 2004).	1995
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Houve grande transformação dos ministérios voltados para agricultura do país. Em 1997 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) passa a tratar exclusivamente da produção empresarial principalmente voltada para exportações (FONTE, 2006).	1997
Secretaria de Direitos Humanos (SDH)	Surge tendo a função de coordenar, gerenciar e acompanhar a execução do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-I), lançado em 1996, cumprindo orientação da Conferência de Viena. Em 2003 passou a integrar a estrutura da Presidência da República como uma secretaria especial: a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (BRASIL, 2010).	1997
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)	Reivindicação do MST, foi desenvolvido em parceria com o INCRA, movimentos sociais, sindicais de trabalhadores/as rurais e instituições públicas e privadas. Oferece cursos de educação básica, técnico profissionalizante e cursos superiores e de especialização. Em 2010 estendeu o público-alvo, antes apenas assentados/as, para toda a população do campo (INCRA, 2011).	1998
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Tinha como competência a promoção da reforma agrária, do desenvolvimento da agricultura familiar e era responsável pela execução do PRONAF (FONTE, 2006).	1999
Marcha das Margaridas	Mobilização nacional de mulheres trabalhadoras rurais nos moldes dos Gritos da Terra, organizada pelas mulheres filiadas à CONTAG (HEREDIA & CINTRÃO, 2006). Já teve cinco edições: 2000,	2000

	2003, 2007, 2011 e 2015.	
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)	Promove debates, elabora diretrizes e estratégias e realiza acompanhamento e controle social de políticas públicas para o meio rural brasileiro (MATTEI, 2010).	2000
Programa de Ações Afirmativas para Promoção da Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres	Promovido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, formulou e implementou políticas públicas junto às/aos beneficiárias/os finais da agricultura familiar; procurando garantir que todas as ações do MDA/INCRA fossem transversalizadas pelos enfoques de gênero, raça e etnia (PRATES e NOGUEIRA, 2004).	2001
Novo Código Civil	Mantém a autorização para casamento de menores de 16 anos em casos de gravidez, determinando o casamento como uma instituição estabelecida entre um homem e uma mulher. A expressão "pátrio poder" é substituída por "poder familiar" (CORTÊS, 2012).	2002
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	Espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural (ANA, 2015).	2002
Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)	Teve como principal objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente através da criação de programas e políticas públicas (SPM, 2012b).	2003
Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE)	Promovido pelo MDA, elaborou e implementou programas voltados para o apoio às atividades produtivas realizadas pelas trabalhadoras rurais. Focou na redução das desigualdades entre homens e mulheres no meio rural. Em 2005 se tornou a <i>Assessoria Especial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia</i> – AEGRE (CINTRÃO & SILIPRANDI, 2011).	2003

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	Ressurge graças a mobilização da sociedade. O objetivo do Conselho é assessorar na formulação de políticas para garantir no país o direito à alimentação. Definiu ações estratégicas priorizando as políticas de potencialização da agricultura familiar e de reforma agrária (CASTRO, 2017).	2003
II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	Incorporou as reivindicações do movimento de mulheres, ampliando os direitos das mulheres à terra e adotou a perspectiva de gênero na construção de ações para que homens e mulheres possam produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como Saúde e Educação, Energia e Saneamento (MDA, 2004).	2003
Portaria INCRA Nº 981 - Instrução Normativa Nº 38	Torna obrigatória a inclusão do nome da mulher na titulação da terra, estabelecendo mecanismos para inclusão do nome da mulher no caso de terras já tituladas em nome do homem e indicado preferência para a mulher chefes de família, e a permanência da mulher como detentora do lote em caso de dissolução de casamento (INCRA, 2007).	2003
Programa Fome Zero	Facilitou o acesso à alimentação, a expansão da produção e consumo de alimentos saudáveis, melhoria na saúde e na educação para populações em condições de miséria (BOLSA FAMÍLIA, 2015).	2003
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	O Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, sem a necessidade de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar atendidas pela rede socioassistencial e pela rede pública de ensino (SEAD, 2017). Embora não tenha recorte de gênero, tem efeito positivo no favorecimento da produção de alimentos nas pequenas propriedades, com repercussões sobre as mulheres.	2003
Grupo de Trabalho em Gênero e Crédito	Criada pelo MDA para coordenar os trabalhos do PRONAF Mulher e monitorar seus resultados, envolveu diversos movimentos sociais, organizações não-governamentais, órgãos de assistência técnica e bancos no conjunto de políticas adotadas para ampliar a participação de mulheres no PRONAF (MAGALHÃES, 2009).	2003
Movimento de	Antigo MMA, constituído nos anos 1980. Formado	2003

Mulheres Camponesas (MMC)	por mulheres camponesas, agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas; pertencentes à classe trabalhadora, lutam pela causa feminista, pela transformação da sociedade, por igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora (MMC BRASIL, 2017a).	
Programa Bolsa Família	Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, em áreas urbanas e rurais (SOUZA, 2011).	2003
Casa Abrigo	Destina-se a acolher temporariamente, em local adequado e sigiloso, mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos/as menores de 18 anos, com o objetivo de garantir sua integridade física e psicológica (SPM, 2011).	2003
Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas)	Tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. O público-alvo do programa são famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais (MDS, 2017).	2003
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, e considerando elementos como gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais (BRASIL, 2017b).	2003
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)	Criada com o objetivo de enfrentar o racismo no Brasil. Idealizada no âmbito do Governo Federal, atualmente está vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania (MJC). Entre as pautas defendidas pela SEPPIR, constavam as ações afirmativas destinadas a garantir à população negra a efetivação da igualdade	2003

	de de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica e religiosa (MJ, 2017).	
Ministério da Integração Nacional (MI)	Estabeleceu como competências a formulação e condução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, dos planos e programas regionais de desenvolvimento, de estratégias de integração das economias regionais. Definiu normas, diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento e desenvolvimento. Realizou obras contra as secas e de infraestrutura hídrica; e obras públicas em faixas de fronteiras (MI, 2015).	2003
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	Tinha como objetivo promover o desenvolvimento social, tendo como centralidade a articulação e a execução de políticas sociais do Governo Federal voltadas para a superação da fome e da redução da pobreza e das desigualdades sociais (MDS, 2008).	2003
Plano Brasil de Todos (Plano Plurianual 2004 - 2007)	Reconheceu o papel dos programas de investimento nos setores sociais, ao lado do investimento em infraestrutura econômica, como vetores para o crescimento e a transformação da economia. Teve como megaobjetivos a inclusão social e redução das desigualdades sociais; o crescimento com geração de emprego e renda; e, a promoção e expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia (BRASIL, 2008).	2004
Programa Brasil Quilombola	Realiza ações para as comunidades remanescentes de quilombos, e têm como objetivos a garantia do acesso à terra; ações de saúde e educação; a construção de moradias, recuperação ambiental e desenvolvimento local; atendimento das famílias quilombolas pelos programas sociais e medidas de preservação e promoção das manifestações culturais (MDH, 2017).	2004
Associação Técnica e Extensão Rural - ATER	Ligada ao MDA, afirmou a necessidade de reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais como sujeitos e beneficiárias das políticas; se preocupa com a superação das desigualdades de gênero e promove	2004

Mulheres	a autonomia das mulheres no meio rural promovendo a agroecologia, realizando formações sobre desigualdades de gênero e desenvolvimento rural, assim como promovendo intercâmbios entre grupos (INCRA/AEGRE/MDA/ BRASIL, 2015).	
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	Garante a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas às trabalhadoras rurais, promovendo ações educativas (SALVARO, 2010).	2004
PRONAF Mulher	Atendimento de propostas de crédito de mulheres trabalhadoras rurais integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil (BNDES, 2017).	2004
Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo	Ligado ao MEC, se preocupa com a construção de uma política pública de educação voltada para as demandas dos sujeitos do campo, compreendendo-a como imprescindível para o desenvolvimento sustentável (RAMOS, MOREIRA & SANTOS, 2004).	2004
I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	Envolveu mais de 120 mil mulheres de todas as regiões do país e das diferentes esferas de Governo, organizações sociais, dos movimentos de mulheres e feministas – negras, lésbicas, indígenas, sindicalistas, trabalhadoras rurais, militantes das áreas de saúde e de direitos sexuais e reprodutivos, entre outras – formaram uma delegação de aproximadamente 2.000 mulheres que, reunidas, debateram sobre quais seriam as diretrizes e a agenda política para a elaboração de um Plano que sistematizasse e operacionalizasse a Política para as Mulheres no país (ZIGONI, 2011).	2004
Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia	Formado por organizações mistas, organizações feministas e representações dos movimentos sociais, tem como objetivo organizar a ação de mulheres na ANA e definir estratégias de construção de políticas públicas a partir da experiência de mulheres no campo da agroecologia. Constrói espaços de debate e cria estratégias de participação das mulheres na construção e gestão de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, camponesa e agroecolô-	2004



	gica (CARDOSO et al, 2014).	
Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF)	Federação que representava e defendia os/as agricultores/as familiares de forma individual ou coletiva (FETRAFSC, 2017). Em 2016, durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, em Brasília, a organização decidiu, por unanimidade, mudar seu nome para Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF).	2004
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	Define medidas para ampliação do acesso e melhoria de qualidade das ações voltadas para as mulheres já existentes nos níveis de saúde (MS, 2013).	2004
Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE)	Atuava no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos econômicos das trabalhadoras rurais e das comunidades quilombolas, através do apoio à produção, acesso e garantia de uso da terra e cidadania, como o acesso à documentação civil, participação e controle social (ABC BRASIL, 2012).	2005
I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)	Definiu objetivos, metas, prioridades e ações, distribuídos por cinco objetivos: autonomia e igualdade no mundo do trabalho, educação inclusiva e não-sexista, saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à violência contra as mulheres e gestão e monitoramento (ZIGONI, 2011).	2005
Prêmio Margarida Alves	Teve sua primeira edição em 2005, e posteriormente em 2006, 2008 e 2014, tendo como objetivo estimular a produção de pesquisas no âmbito da condição social das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, sendo atualmente dividido em três categorias: Ensaios de experiências, Relatos, e Memórias, incluindo assim trabalhos acadêmicos e registros de trabalhadoras rurais. (BRASIL, 2014).	2005
Produção Agroecológica Integrada e	Criado a partir de uma parceria entre o SEBRAE, o Banco do Brasil, o MI e o MDS; estimula o uso da agricultura orgânica e o uso consciente dos recursos.	2005

Sustentável (PAIS)	Direcionado para agricultoras/es de baixa renda, assentadas/os em projetos de reforma agrária, quilombolas e participantes de programas sociais do governo (SEBRAE, 2008).	
Gênero e Diversidade na Escola (GDE)	Curso de extensão ou especialização universitária que objetiva discutir questões relativas às temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, busca promover entre professoras/es de todo país a reflexão acerca desses temas integrando perspectivas diversas: sociocultural, histórica, educacional e política (CLAM, 2009).	2005
Código Penal de 2005	A prática do adultério deixa de ser crime, mas permanece no Código Civil como um dos motivos para a dissolução do casamento (CORTÊS, 2012).	2005
Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	Instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada. Determina a agenda da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) enquanto uma política de Estado, definindo os marcos legais e institucionais dessa agenda (MDS, 2017a).	2006
Lei Maria da Penha Lei nº. 11.340	Lei de combate à violência doméstica que visa aumentar o rigor das punições aos homens que agredem física ou psicologicamente a uma mulher. Criou Juizados especiais e Centros de Atendimentos Multidisciplinares com profissionais capacitados envolvidos com a temática da violência doméstica. Aumentou a pena para esse tipo de crime (CORTÊS, 2012).	2006
Lei nº.11.324	As empregadas domésticas ganham o direito de não serem descontados do seu salário o fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia. Fica proibida a dispensa arbitrária ou sem justa causa da trabalhadora doméstica gestante até os 5 meses após o parto (CORTÊS, 2012).	2006
II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	Avaliou a implementação das ações previstas no I PNPMM, ampliando suas ações através de novos eixos estratégicos, contemplando as diversas desigualdades que afetam as mulheres, e pela ampliação do rol de ações implementadas (ZIGONI, 2011).	2007
Mulheres Mil	Política social de inclusão de mulheres no mercado de trabalho, ofereceu cursos de formação focados na	2007

	<p>autonomia e na criação de alternativas. Privilegiou temas como saúde, direitos, inclusão digital, cooperativismo, inclusão produtiva, mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania. Podiam participar mulheres a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, preferencialmente beneficiárias do Programa Bolsa Família (MULHERES MIL, 2017).</p>	
<p>Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres</p>	<p>Acordo entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais para o planejamento de ações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo o território nacional (SPM, 2011a).</p>	<p>2007</p>
<p>Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta</p>	<p>Deu visibilidade à violência de gênero e contribuiu para a implementação da Lei Maria da Penha no meio rural. Discutiu, formulou e implementou políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres que vivem no campo e na floresta (SANTOS, 2013).</p>	<p>2007</p>
<p>II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – II PNPM</p>	<p>Ampliou os eixos estratégicos do I PNPM, incorporando novos eixos (tais como o enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e o enfrentamento das desigualdades geracionais, com atenção às jovens e idosas), bem como ampliou a abrangência da política (ZIGONI, 2011).</p>	<p>2008</p>
<p>Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR)</p>	<p>Tinha por objetivo fortalecer os princípios da economia solidária e feminista nas organizações produtivas de trabalhadoras rurais, desenvolvendo estudos e cursos de formação, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, procurando viabilizar o acesso das mulheres trabalhadoras rurais às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização (BRASIL, 2012).</p>	<p>2008</p>
<p>Programa Nacional de</p>	<p>Apesar de criado em 1965, só teve seu marco legal sancionado em 2009. Com a lei houve o reconheci-</p>	<p>2009</p>

Alimentação Escolar - PNAE Lei 11.947	mento da alimentação como um direito humano e a obrigatoriedade de que 30% dos recursos fossem destinados à compra de alimentos da agricultura familiar através de chamadas públicas de compra, com dispensa de licitação (SÁ, 2012).	
Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas	Ligada ao MDA, no final de 2010 AEGRE se tornou uma <i>Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas</i> , estruturada no âmbito de Secretaria Executiva do MDA (UEMA, 2013).	2010
Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Mulheres Rurais do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)	Propõe, acompanha e analisa as políticas dirigidas às mulheres que desenvolvem atividades rurais nas políticas agrícolas, agrárias, sociais, culturais, pesqueiras, aquícolas e extrativistas; estudando e propondo fontes alternativas de financiamento (BRASIL, 2017a).	2011
Grupo de Trabalho de Gênero da Associação Brasileira de Agroecologia	Formado por mulheres, representações de movimentos e organizações feministas, procura articular e visibilizar o trabalho das mulheres na agroecologia assim como das pesquisadoras que atuam com as mulheres trabalhadoras rurais (ABA AGROECOLOGIA, 2015).	2011
Unidades Móveis para o Atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta Vítimas de Violência	Têm por objetivo levar às mulheres das áreas rurais ações de prevenção, assistência, apuração, investigação e enquadramentos legais no meio rural, tendo como princípio o <i>Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres</i> (SANTOS, 2013a).	2011
Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da	Procura atender as necessidades de atenção à saúde das populações do campo e da floresta, reconhecendo as condições e determinantes sociais do campo e da floresta no processo saúde/doença dessas populações por meio de ações e iniciativas que reconhecem as especificidades de gênero, de geração, de raça/cor,	2011

Floresta	de etnia e de orientação sexual (MS, 2013).	
Programa Brasil Sem Miséria (BSM)	Organizou-se em três eixos: um de garantia de renda; outro de acesso a serviços públicos de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, com o objetivo de aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades (BRASIL, 2017).	2011
Rede Cegonha	Acompanhamento da gestante desde a confirmação da gestação até os dois primeiros anos de vida do bebê. Tem como objetivo estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil no País (SUS, 2017).	2011
Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável	Procurou dar visibilidade ao trabalho de grupos de mulheres trabalhadoras rurais, por meio de suas organizações produtivas, no fortalecimento da sustentabilidade econômica, social e ambiental, e geradoras da segurança e soberania alimentar no País (SPM, 2014).	2012
Proposta de Emenda Constitucional nº66 (PEC das Domésticas)	Equipara os direitos trabalhistas das empregadas domésticas aos dos trabalhadores formais. As/Os trabalhadoras/es domésticas/os passam a ter garantidos direitos como salário-mínimo, férias proporcionais, horas extras, adicional noturno e o FGTS, que antes era facultado ao empregador. Passam também ter direito a licença gestante e licença paternidade, assim como à aposentadoria (VILAR, 2013).	2013
Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia (PLANAPO)	Conhecido sob a denominação de Brasil Agroecológico, incentiva a articulação entre agentes públicos e privados em torno da agroecologia. Contribuiu para a incorporação do tema em processos de planejamento e implementação de políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica (BRASIL, 2017c).	2013
Ligue 180	Recebe denúncias, relatos de violência e reclamações sobre os serviços da rede e orienta mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente (SPM, 2013).	2013
Casa da	Centro integrado com a proposta de concentrar em	2014

Mulher Brasileira	um único local os organismos e serviços públicos voltados ao atendimento das mulheres em situação de violência: acolhimento, apoio psicossocial, delegacia, Juizado, Ministério Público, Defensoria Pública, promoção de autonomia econômica, cuidado das crianças, alojamento de passagem e central de transportes (SPM, 2011).	
Lanchas de Documentação	Possibilitou que trabalhadoras rurais moradoras em ilhas, assentamentos e comunidades ribeirinhas recebessem gratuitamente os documentos civis e trabalhistas, como RG, CPF e CTPS (SPM, 2015).	2015
Lei Nº 13.104 (Lei do Femicídio)	Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2015).	2015
Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH)	Criado a partir da extinção e fusão da SPM (2003), da SEPPIR (2003) e da SDH (1997), criando um superministério e reduzindo as competências dos organismos extintos. Tinha como atribuições, formular políticas e diretrizes para promover os direitos da cidadania, coordenar a política nacional de direitos humanos, servir como ouvidoria nacional das mulheres, da igualdade racial e dos direitos humanos, promovendo ações contra a discriminação e pela igualdade entre mulheres e homens; favorecer a ressocialização e proteção dos dependentes químicos; promover políticas para a promoção da igualdade racial e étnica; coordenar, integrar e articular políticas públicas voltadas para a juventude (WIKIPEDIA, 2017a).	2015
Reformas Ministeriais	São extintos o MDA e o MMIRDH; o Ministério da Justiça é transformado em Ministério da Justiça e Cidadania e, o MDS em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). O Ministério da Justiça recebeu as MMIRDH tornando-se o Ministério da Justiça e Cidadania (DOU, 2016). Em 2017, o Ministério da Justiça e Cidadania se separou entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério dos Direitos Humanos (MDH).	2015/2016/ 2017
Secretaria Especial de Agricultura	Incorporou as competências do MDA. Tem como objetivos a reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural; identifica-	2016

Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)	ção, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas. Extraordinariamente, também exerce competências relativas à regularização fundiária na Amazônia (SEAD, 2017a).	
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)	Fusão do MDS e o MDA. O órgão fica responsável por políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social, de renda de cidadania, de reforma agrária, de promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural e pela delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações (DOU, 2016).	2016
Ministério dos Direitos Humanos (MDH)	Surge a partir da separação de competências do recém-criado (e extinto) Ministério de Justiça e Cidadania. Tem como objetivo implementar, promover e assegurar os direitos humanos no Brasil, porém não exalta tanto as Secretarias da Mulher e da Igualdade Racial (WIKIPEDIA, 2017a).	2017
Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ)	Não possui vinculação com o Poder Judiciário. Tem como missão trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito. Entre suas atribuições estão a defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais; política judiciária; planejamento, coordenação e administração da política penitenciária nacional, nacionalidade, imigração e estrangeiros, prevenção e repressão à lavagem de dinheiro e cooperação jurídica internacional. O MJ também tem competências que são delegadas a órgãos a ele vinculados, como os direitos da população indígena, que fica a cargo da Fundação Nacional do índio (Funai) e da política nacional de arquivos, a cargo do Arquivo Nacional. Tem ainda as Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal e do Distrito Federal sob sua responsabilidade (BRASIL, 2017d).	2017

## ANEXOS

### **Anexo A: Edital do Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável**

#### *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável*

#### *Premiação de Grupos Produtivos de Mulheres Rurais que contribuem para o desenvolvimento sustentável do país*

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com o intuito de contribuir para a produção e disseminação de conteúdos que subsidiem o fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres com participação e controle social, torna público o presente Edital de Concurso, com vistas à premiação de grupos produtivos de mulheres do campo e da floresta. Para tanto, convida os grupos e entidades interessadas a enviarem seus relatos de experiências, memórias e informações sobre sua produção, nos termos aqui estabelecidos.

#### 1. Objeto

Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável - Concurso de experiências de grupos e organizações produtivas constituídos por mulheres rurais do campo e da floresta, que estejam contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

#### 2. Objetivo

O Prêmio tem como objetivo dar visibilidade ao trabalho das mulheres do campo e da floresta, por meio de suas organizações produtivas, no fortalecimento da sustentabilidade econômica, social e ambiental, e geradoras da segurança e soberania alimentar no País.

#### 3. Justificativa

Ao longo dos anos, tem-se constatado a presença forte e decisiva das mulheres na produção da agricultura familiar e camponesa no Brasil, responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira. Segundo o último Censo Agropecuário, em 2006 a agricultura familiar empregava 74,4% das pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários e dessa população, 1/3 era constituído por mulheres, o que correspondia a 4,1 milhões das pessoas ocupadas. E a proporção vem crescendo.

As trabalhadoras do campo e da floresta, na sua diversidade humana e cultural, são mulheres brancas, negras e indígenas, cujo protagonismo se destaca, também, na produção para o autoconsumo: o cultivo das hortas, a criação de pequenos animais, a produção da agroindústria caseira; entre outras. Historicamente, essas mulheres têm garantido a sobrevivência de práticas e conhecimentos tradicionais, como o manejo e preservação das sementes crioulas, entre outras atividades que muito contribuem para



a segurança e soberania alimentar no país, favorecendo a defesa e conservação da agrobio-diversidade.

Entretanto, o seu trabalho continua na invisibilidade, refletindo, em larga medida, os efeitos da divisão sexual do trabalho sobre a vida das mulheres, que acumulam as responsabilidades da reprodução e do cuidado (no âmbito doméstico) e aquelas da produção econômica.

Nas últimas décadas, as mulheres do campo e da floresta ampliaram a sua capacidade de mobilização, incluindo a autonomia entre as suas bandeiras de luta – a começar pela autonomia econômica, que lhe garanta a renda justa e necessária, bem como a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho. Nessa perspectiva, estão se multiplicando os grupos e organizações produtivas de mulheres, que buscam nos princípios da Economia Feminista e Solidária, superar dificuldades potencializando seus recursos e esforços para o objetivo comum da conquista de sua autonomia. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego, já cadastrou cerca de 9.400 grupos produtivos no meio rural com participação de mulheres e 774 grupos exclusivamente de mulheres.

A superação da invisibilidade do trabalho das mulheres camponesas exige, da parte do governo, iniciativas que contribuam, de um lado, para a valorização do trabalho doméstico não remunerado – traduzindo-se, principalmente, na implementação de políticas de compartilhamento, ou políticas de cuidado. Por outro lado, são necessárias medidas que venham somar-se às políticas públicas em curso, orientadas para o fortalecimento e ampliação da inserção produtiva das trabalhadoras rurais, como as políticas de compras governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar); o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; o Programa de Documentação das Trabalhadoras Rurais; entre outras iniciativas.

Ao colocarmos em foco as experiências bem sucedidas das mulheres do campo e da floresta contribuimos para dar visibilidade ao seu protagonismo, bem como para ampliar o conhecimento do próprio governo e da sociedade em geral, sobre a realidade vivenciada no dia a dia dessas mulheres que produzem o Brasil sustentável.

#### 4. Regulamento

##### CAPÍTULO I - DA INSCRIÇÃO E ENTREGA DE DOCUMENTOS

Art. 1º - As inscrições terão início no dia 19 de dezembro de 2012 e término no dia 1º de fevereiro de 2013, às 22/h horas, (horário de Brasília).

§ 1º - Todas as inscrições devem ser efetuadas por meio eletrônico, no endereço: [www.spmulheres.gov.br](http://www.spmulheres.gov.br), ou pelos correios para o endereço: Via N1 Leste s/nº, Pavilhão de Metas, Praça dos Três Poderes, Zona Cívico Administrativa, CEP: 70.150-908.

§ 2º - Todos os trabalhos enviados, por meio eletrônico ou postal, deverão ser endereçados a: Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável – Secretaria de

Políticas para as Mulheres – SPM/PR. As inscrições enviadas pelos correios deverão ser postadas até a data de 1º de fevereiro de 2013.

§ 3º - A inscrição incluirá, obrigatoriamente o preenchimento do formulário que acompanha este Edital, com as informações indicadas e acompanhado do relato da experiência com no máximo 05 páginas (ou 2.700 caracteres com espaços por página), com as informações sobre o grupo, suas experiências e produção.

§ 4º - Os grupos produtivos, associações e cooperativas poderão ser indicados por terceiros, ou seja, por instituições da sociedade civil, por organizações econômicas de mulheres, organizações sindicais, sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, Redes e entidades vinculadas a movimentos sociais de mulheres e movimentos de trabalhadoras rurais.

§ 5º - A SPM designará um grupo de trabalho responsável pelos encaminhamentos deste Edital.

Art. 2º - Os relatos de experiência necessários para a inscrição eletrônica (Internet) devem ser apresentados em arquivo tipo: PDF, DOC ou RTF com a seguinte formatação: página - tamanho A4; fonte - Times New Roman; tamanho da fonte - corpo 12; espaçamento de linhas - 1,5; margens - superior, inferior, esquerda e direita de 2,5 cm.

Parágrafo único - As inscrições com dados ou informações incompletas ou incorretas, ou fora do prazo, não serão aceitas.

Art. 3º - Cada grupo produtivo, associação ou cooperativa poderá se inscrever somente uma vez.

Parágrafo único: Poderão ser inscritas trajetórias e experiências que se destacam pela viabilidade econômica, social, cultural e ambiental de grupos de mulheres que integram organizações produtivas, ou associações e cooperativas cuja composição apresente um mínimo de 70% de mulheres e com a presença das mulheres na sua direção geral.

Art. 4º - A apresentação da inscrição implica a concordância e aceitação de todas as cláusulas e condições do presente Regulamento por parte do grupo ou organização inscrita, bem como dos indivíduos que os compõem.

## CAPÍTULO II - DO PROCESSO SELETIVO DOS GRUPOS

Art. 5º- A SPM/PR realizará a pré-seleção dos grupos, a partir de sua experiência, relatos e memórias, considerando os seguintes critérios:

	<b>Crítérios</b>	<b>Pontuação</b>
A	Capacidade de produzir de modo sustentável	20
B	Capacidade de gerar renda para as mulheres produtoras	20
C	Contribuição do grupo à economia local e o grau de	20

	articulação com o mercado local	
D	Forma de organização interna do grupo e participação nas decisões	20
E	Formas de relacionar o trabalho que gera renda com o trabalho doméstico não remunerado.	20

Art. 6º - Em relação ao item B, sobre a geração de renda para as mulheres produtoras, a comprovação deverá ser feita por meio de notas e documentos de venda, declaração de compradores ou outros registros comprováveis.

Art. 7º - Em caso de empate, os critérios serão em primeiro lugar o número de mulheres na composição do grupo, seguida do tempo de existência do grupo e, finalmente, o valor final da produção gerado para cada membro do grupo.

### CAPÍTULO III - DO PRÊMIO

Art. 8º - O Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável - premiação de grupos produtivos econômicos constituídos por mulheres rurais do campo e da floresta, que estejam contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Brasil - é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Parágrafo Único - São órgãos governamentais parceiros no Prêmio: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social (SEPPPIR), e Banco do Brasil.

Art. 9º - O Prêmio tem como objetivo dar visibilidade ao trabalho das mulheres do campo e da floresta, por meio de suas organizações econômicas, no fortalecimento da sustentabilidade econômica, social e ambiental, e geradoras da segurança e soberania alimentar no País.

Art.10 - Dos grupos inscritos serão selecionados 30 finalistas que receberão o troféu Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável. Dentre eles, os 10 grupos que obtiverem as maiores pontuações, de acordo com Capítulo II, Artigo 5º do presente Edital, receberão um prêmio no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada um.

§ 1º - A premiação será efetuada em parcela única, por meio bancário, em nome do grupo ou seu representante legal; ou, ainda, quando o grupo não estiver formalizado, com CNPJ, a premiação será feita em nome da pessoa responsável indicada pelo grupo na ficha de inscrição.

§ 2º - Não poderão receber o Prêmio as entidades ou pessoas em débito com a União.

#### CAPÍTULO IV - DA COMISSÃO JULGADORA

Art. 11 - A escolha das experiências premiadas será feita por uma Comissão Julgadora, integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

Art. 12 - A Comissão Julgadora será designada e presidida pela SPM/PR e deverá ter a seguinte composição: 2 membros da SPM e 03 representantes de órgãos federais, 02 representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Cada segmento indicará uma titular e uma suplente.

Parágrafo Único - A Comissão poderá deliberar com a presença da maioria de suas integrantes, desde que esteja presente a SPM, que a preside.

#### CAPÍTULO V - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 13 - A divulgação dos resultados ocorrerá no portal da SPM, no endereço: [www.spmulheres.gov.br](http://www.spmulheres.gov.br)

#### CAPÍTULO VI - DA CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO

Art. 14 - A cerimônia de entrega do Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável deverá ser realizada no dia 08 de março de 2013, em Brasília.

Parágrafo único - Serão convidados a comparecer à cerimônia de entrega do Prêmio os 30 grupos finalistas, momento em que serão anunciados os 10 grupos vencedores do prêmio principal.

#### CAPÍTULO VII - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 15 - Todos os concorrentes ao Prêmio concordam com a eventual edição e publicação, pela SPM e entidades parceiras, das experiências, relatos e materiais enviados, no todo, ou em parte, em texto, áudio bem como imagens, em forma a ser definida pelos promotores.

Parágrafo Único: Os grupos e organizações agraciados com o prêmio concordam com a divulgação do resultado na forma apropriada a eventos desta natureza.

Art. 16 - A SPM, promotora do Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável, não divulgará notas, não estabelecerá ranking público ou classificação dos grupos selecionados.

Art. 17 - Os textos, imagens, áudios, memórias, documentos, ou outros materiais recebidos para inscrição e participação no Prêmio não serão devolvidos.

Art. 18 - Os grupos e organizações inscritos são responsáveis pela veracidade das informações prestadas.

Art. 19 - A SPM, promotora do Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável não se responsabiliza por trabalhos não cadastrados em virtude do congestionamento do sistema de inscrições nos últimos dias de inscrições.

Art. 20 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Julgadora, ouvida a instituição promotora.

Brasília, 18 de dezembro de 2012

Eleonora Menicucci

Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres

## Anexo B: Programação da Oficina ocorrida em Brasília com os Grupos selecionados pela *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável*



**OFICINA MULHERES RURAIS QUE PRODUZEM O BRASIL SUSTENTÁVEL**  
 Centro de Convenções Israel Pinheiro, Lago Sul  
 02 e 03 de dezembro de 2014

**PROGRAMAÇÃO**

**01 de dezembro**

- Chegada das participantes

**02 de dezembro**

- 08h às 9h – Credenciamento
- 09h – Abertura e Acolhida
- 10h às 12h30 – Olhando para a vida dos grupos  
**Coordenação: Alexandre Merrém**  
 Socialização dos avanços, dificuldades e desafios dos grupos
- 12h30 às 14h00 – Almoço
- 14h00 às 16h30 – Aprofundando o olhar  
**Coordenação: Alexandre Merrém**  
 Leitura de significado, importância e Perspectivas dos grupos  
 Diálogos com Movimentos Sociais
- 19h – Lançamento da Publicação “Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável”

**03 de dezembro**

- 08h30 às 09h30 – Organização das Mulheres e Agroecologia  
**Coordenação: Raimunda Mascena (SPM/PR)**
  - **Sara Dealinda Pimenta:** Relações de Gênero e Agroecologia - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
  - **Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO):** Plano Nacional de Agroecologia
  - **Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA):** 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional
- 09h30 às 12h00 – Teia de parcerias  
**Coordenação: Neuza Tito (SPM/PR)**
  - **Raquel Viana:** Organização produtiva, Crédito, ATER para Mulheres, Territórios da Cidadania, Acordo de Cooperação com CNPQ - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
  - **Ministério da Educação (MEC):** GT de Educação Infantil no Campo
  - **Ministério da Saúde (MS):** Programa Nacional de plantas medicinais e Fitoterápicos
- 12h às 14h – Almoço
- 14h às 16h – Avaliação, Encaminhamentos e Encerramento
- 19h – Partida das Delegações